

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI

CONFLITO POLÍTICO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES
ESTRATÉGICAS DE ANTAGONISMO DOS PARLAMENTARES BRASILEIROS NO
TWITTER

CURITIBA

2024

RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI

CONFLITO POLÍTICO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES
ESTRATÉGICAS DE ANTAGONISMO DOS PARLAMENTARES BRASILEIROS NO
TWITTER

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política, dentro da linha de pesquisa em Comportamento, Representação e Comunicação Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Sinderski, Rafaela Mazurechen

Conflito político e democracia: uma análise das manifestações estratégicas de antagonismo dos parlamentares brasileiros no Twitter. / Rafaela Mazurechen Sindierski. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi.

1. Comunicação na política. 2. Oposição (Ciência Política). 3. Twitter (Rede social on-line). 4. Redes sociais on-line. I. Cervi, Emerson Urizzi, 1972-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro às 14:00 horas, na sala <https://conferenciaweb.rnp.br/ufpr/grupo-de-pesquisa-cpop-ufpr>, Ambiente virtual. Sala do CPOP na conferenciaweb, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI**, intitulada: **Conflito político e democracia: uma análise das manifestações estratégicas de antagonismo dos parlamentares brasileiros no twitter**, sob orientação do Prof. Dr. EMERSON URIZZI CERVI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: EMERSON URIZZI CERVI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MICHELE GOULART MASSUCHIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MAURO PEREIRA PORTO (TULANE UNIVERSITY), FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, EMERSON URIZZI CERVI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 27 de Novembro de 2024.

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 11:13:15.0
EMERSON URIZZI CERVI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 10:50:55.0
MICHELE GOULART MASSUCHIN
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 13:29:27.0
MAURO PEREIRA PORTO
Avaliador Externo (TULANE UNIVERSITY)

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 16:19:57.0
FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RAFAELA MAZURECHEN SINDERSKI** intitulada: **Conflito político e democracia: uma análise das manifestações estratégicas de antagonismo dos parlamentares brasileiros no twitter**, sob orientação do Prof. Dr. EMERSON URIZZI CERVI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Novembro de 2024.

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 11:13:15.0
EMERSON URIZZI CERVI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 10:50:55.0
MICHELE GOULART MASSUCHIN
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 13:29:27.0
MAURO PEREIRA PORTO
Avaliador Externo (TULANE UNIVERSITY)

Assinatura Eletrônica
28/11/2024 16:19:57.0
FERNANDA CAVASSANA DE CARVALHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

A todos os que acreditaram em mim e me ajudaram a finalizar esta tese, direta e indiretamente.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as expressões de antagonismo estratégico – definido como um processo de construção de inimigos como tática política – no cenário brasileiro atual, considerando o contexto mal-estar que tem abatido o regime democrático do país nos últimos anos. A pergunta que move o estudo é a seguinte: como se constrói e a quem se direciona o antagonismo estratégico nos *tweets* dos membros do Congresso Nacional e como essas manifestações antagônicas se relacionam com a conjuntura de mal-estar democrático? Para respondê-la, o trabalho segue duas etapas de análise; ambas envolvem a investigação das manifestações de parlamentares no Twitter. A primeira consiste em uma análise de conteúdo automatizada com auxílio do Iramuteq, que ajudou a selecionar o material a ser estudado em uma segunda fase empírica: a de análise de conteúdo categorial. O recorte temporal do estudo compreende o período entre 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, até 2022, ano de nova eleição presidencial. Foram coletados 726.533 *tweets* de 527 deputados(as) federais e senadores(as) que cumpriam mandatos na época. Então, foram analisadas 1.843 publicações, integrantes de uma amostra estratificada representativa do *corpus* de pesquisa, considerando sete estratégias de antagonismo formadas a partir da literatura: “construção de alteridade”, “conspiração”, “estigmatização”, “ofuscamento”, “isca”, “reclamação” e “beligerância”. Como hipóteses, o estudo sustenta que (1) “petistas” e “esquerdistas” serão frequentemente nomeados como inimigos nos *tweets* dos parlamentares, principalmente daqueles que se posicionam à direita do espectro político-ideológico; que (2) os *tweets* antagônicos vão, frequentemente, apresentar posturas anti-instituições, definindo elementos do próprio sistema democrático como inimigos a serem erradicados; que (3) políticos de direita e esquerda se aproximam uns dos outros quando se trata da presença de antagonismo no Twitter, ainda que os alvos definidos como “o inimigo” sejam diferentes; e (4) que, em ano eleitoral (2022), os discursos antagônicos aparecem de maneira mais intensa. Os resultados mostram que “conspiração” e “estigmatização” foram as estratégias mais utilizadas pelos parlamentares, que os atores políticos de partidos de extrema-direita se destacaram como mais antagônicos e que, apesar de evidências contrárias, o ano eleitoral não se mostrou estatisticamente relevante para presença de táticas antagônicas nos *tweets* analisados.

Palavras-chave: Conflito político; antagonismo; crise democrática; redes sociais on-line; Brasil.

ABSTRACT

This research investigates expressions of strategic antagonism—defined as the process of constructing enemies as a political tactic—in the current Brazilian context, taking into account the sense of unease that has afflicted the country’s democratic regime in recent years. The central research question is as follows: How is strategic antagonism constructed, and to whom is it directed in the tweets of National Congress members, and how do these antagonistic expressions relate to the context of democratic malaise? To answer this, the study follows a two-step analysis, both involving the investigation of parliamentary expressions on Twitter. The first step involves an automated content analysis using Iramuteq, which helped in selecting the material for further study in a second empirical phase: categorical content analysis. The study’s time frame covers the period from 2019, Jair Bolsonaro’s first year in office, through 2022, the year of the subsequent presidential election. A total of 726,533 tweets from 527 federal deputies and senators who held office at the time were collected. From this corpus, a stratified representative sample of 1,843 posts was analyzed, examining seven antagonism strategies identified from the literature: “othering,” “conspiracy,” “stigmatization,” “obfuscation,” “baiting,” “complaint,” and “belligerence.” The study hypothesizes that (1) “Petistas” (Workers’ Party members) and “leftists” will frequently be labeled as enemies in parliamentarians’ tweets, especially among those on the right of the political-ideological spectrum; (2) antagonistic tweets will often adopt anti-institutional stances, defining elements of the democratic system itself as enemies to be eradicated; (3) both right-wing and left-wing politicians show similar levels of antagonism on Twitter, although their identified “enemies” differ; and (4) in an election year (2022), antagonistic discourse will appear more intensely. Results indicate that “conspiracy” and “stigmatization” were the most used strategies by parliamentarians, with political actors affiliated with far-right parties being the most antagonistic. Although, contrary to expectations, the election year did not statistically affect the presence of antagonistic tactics in the analyzed tweets.

Keywords: Political conflict; antagonism; democratic crisis; online social networks; Brazil

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - DENDROGRAMA PARA A CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DOS <i>TWEETS</i> DOS PARLAMENTARES.....	98
IMAGEM 2 - ESCALA DE USO DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO, CONSIDERANDO A MÉDIA POR GRUPO IDEOLÓGICO.....	140
IMAGEM 3 - ESCALA DE USO DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO, CONSIDERANDO A MÉDIA POR ANO.....	154
IMAGEM 4 - ESCALA DE USO DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO, CONSIDERANDO A MÉDIA POR TIPO DE PARLAMENTAR.....	161

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - AS DEFINIÇÕES DE ANTAGONISMO E AGONISMO POLÍTICOS...	45
QUADRO 2 - REVISÃO DE LITERATURA SOBRE “ANTAGONISMO” NAS BASES DE DADOS SCOPUS, SCIELO BRASIL E <i>WEB OF SCIENCE</i>	48
QUADRO 3 - AS DEFINIÇÕES DE ANTAGONISMO E AGONISMO POLÍTICOS E DE ANTAGONISMO ESTRATÉGICO.....	57
QUADRO 4 - LIVRO DE CÓDIGOS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	106
QUADRO 5 - EXEMPLOS DE <i>TWEETS</i> PARA AS CATEGORIAS DE ANTAGONISMO ESTRATÉGICO.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS (%).....	111
GRÁFICO 2 - AÇÕES MAIS PROPOSTAS PELOS PARLAMENTARES NA CATEGORIA DE ANTAGONISMO ESTRATÉGICO “BELIGERÂNCIA” (%).....	115
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE <i>TWEETS</i> TOTAIS NA AMOSTRA E DE <i>TWEETS</i> CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA GRUPO IDEOLÓGICO.....	112
GRÁFICO 4 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-DIREITA (%).....	124
GRÁFICO 5 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA CENTRO-DIREITA (%).....	127
GRÁFICO 6 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DO CENTRO (%).....	128
GRÁFICO 7 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA CENTRO-ESQUERDA (%).....	130
GRÁFICO 8 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA ESQUERDA (%).....	130
GRÁFICO 9 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-ESQUERDA (%).....	131
GRÁFICO 10 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> DE CADA GRUPO IDEOLÓGICO (%).....	133
GRÁFICO 11 - NÚMERO DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS UTILIZADAS EM UM MESMO TWEET (%).....	134
GRÁFICO 12 - NÚMERO DE <i>TWEETS</i> TOTAIS NA AMOSTRA E DE <i>TWEETS</i> CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA ANO.....	141

GRÁFICO 13 - PROPORÇÃO DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS SOBRE O TOTAL DE PUBLICAÇÕES NA AMOSTRA POR ANO (%).....	141
GRÁFICO 14 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DE 2019 (%).....	145
GRÁFICO 15 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DE 2020 (%).....	145
GRÁFICO 16 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS E ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DE 2021 (%).....	146
GRÁFICO 17 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DE 2022 (%).....	147
GRÁFICO 18 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL E <i>TWEETS</i> DE CADA ANO (%).....	148
GRÁFICO 19 - NÚMERO DE <i>TWEETS</i> TOTAIS NA AMOSTRA E DE <i>TWEETS</i> CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA TIPO DE PARLAMENTAR.....	154
GRÁFICO 20 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DOS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS (%).....	156
GRÁFICO 21 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DOS(AS) SENADORES(AS) (%).....	157
GRÁFICO 22 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE <i>TWEETS</i> DE CADA TIPO DE PARLAMENTAR (%).....	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS <i>TWEETS</i> POR ANO E POR TIPO DE PARLAMENTAR.....	8
8	
TABELA 2 - NÚMERO DE PARLAMENTARES COM PUBLICAÇÕES EM CADA ANO.....	88
TABELA 3 - MÉDIA DE PUBLICAÇÕES POR DIA EM CADA ANO, CONSIDERANDO O CONJUNTO DE PARLAMENTARES.....	89
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS <i>TWEETS</i> POR ANO E POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO, CONSIDERANDO O PARTIDO.....	91
TABELA 5 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS PELOS PARLAMENTARES POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DE SEUS PARTIDOS.....	120
TABELA 6 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE GRUPOS IDEOLÓGICOS E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE.....	123
TABELA 7 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DA EXTREMA-DIREITA.....	136
TABELA 8 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO-DIREITA.....	137
TABELA 9 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO.....	138
TABELA 10 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO-ESQUERDA.....	139
TABELA 11 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS PELOS PARLAMENTARES POR ANO.....	143

TABELA 12 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE ANO E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE.....	143
TABELA 13 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2019.....	149
TABELA 14 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2020.....	151
TABELA 15 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2021.....	152
TABELA 16 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2022.....	153
TABELA 17 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS POR TIPO DE PARLAMENTAR.....	155
5	
TABELA 18 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE TIPO DE PARLAMENTAR E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE.....	156
TABELA 19 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS PARA OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS.....	159
TABELA 20 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS PARA OS(AS) SENADORES(AS).....	161
TABELA 21 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS.....	162
TABELA 22 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-DIREITA.....	166
TABELA 23 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA CENTRO- DIREITA.....	167
TABELA 24 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DO CENTRO.....	168
TABELA 25 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA CENTRO-ESQUERDA.....	169
TABELA 26 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA ESQUERDA.....	170

TABELA 27 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-ESQUERDA.....	170
TABELA 28 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS EM 2019.....	171
TABELA 29 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS DE 2020.....	171
TABELA 30 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS EM 2021.....	172
TABELA 31 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS <i>TWEETS</i> ANTAGÔNICOS EM 2022.....	173

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O CONFLITO COMO ELEMENTO DA DEMOCRACIA: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO ANTAGONISMO.....	25
2.1 O papel do conflito no cerne do sistema democrático.....	27
2.2 Agonismo e antagonismo na arena política.....	35
2.3 O antagonismo como estratégia política.....	51
3 O CONTEXTO BRASILEIRO: AS CONSEQUÊNCIAS DO ANTAGONISMO POLÍTICO ESTRATÉGICO E SUAS MANIFESTAÇÕES ON-LINE.....	60
3.1 O impacto do sentimento antagônico na democracia.....	61
3.2 Conflitos e polarizações: o antagonismo estratégico no cenário brasileiro.....	65
3.3 O indivíduo antagônico brasileiro e sua presença no cenário político	72
3.4 O Twitter como palco para antagonismo: características e usos da rede social.....	80
4 O ANTAGONISMO NAS PUBLICAÇÕES DE PARLAMENTARES BRASILEIROS ENTRE 2019 E 2022: UMA ANÁLISE EMPÍRICA.....	84
4.1 Detalhamento das hipóteses.....	85
4.2 Composição do <i>corpus</i> de pesquisa.....	87
4.3 Etapas metodológicas.....	92
4.3.1 Análise de conteúdo automatizada.....	93
4.3.2 Análise de conteúdo categorial.....	101
4.4 Quem é o inimigo? Análise dos dados e discussão dos resultados.....	109
4.4.1 As estratégias de antagonismo por grupo ideológico.....	119
4.4.2 As estratégias de antagonismo por ano.....	140
4.4.3 As estratégias de antagonismo por tipo de parlamentar.....	155
4.4.4 Os alvos de antagonismo.....	162
5 CONCLUSÕES.....	175
REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICES.....	209

1 INTRODUÇÃO

Crises democráticas se tornaram tema recorrente em estudos recentes no campo da Ciência Política (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2019). Segundo Przeworski (2019), se a democracia requer algumas condições para funcionar, então é vulnerável a colapsos quando essas condições estão ausentes ou são falhas em alguma medida. Ginsburg e Huq (2018) apresentam uma tríade de características que, segundo os autores, são basilares para a existência de sistemas democráticos ao redor do mundo. Eles elencam as eleições competitivas, a garantia de direitos civis – em especial de expressão e associação – e o predomínio da lei como essenciais para a sustentação de democracias (GINSBURG E HUQ, 2018). Logo, ameaças não só ao processo eleitoral, mas também aos direitos de quaisquer grupos de uma sociedade afetam sua qualificação como democrática.

De acordo com Avritzer (2018), a democracia brasileira tem encarado uma fase de mal-estar nos últimos anos, caracterizada, principalmente, por uma onda de desconfiança nas instituições (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021) e por um contexto de polarização de afetos, definida por Fuks e Marques (2022) como uma aversão crescente a grupos e líderes políticos rivais. Pode-se afirmar que um cenário assim favorece a expressão de comportamentos antidemocráticos, sustentados por parte da população em geral, mas também pelos representantes e atores políticos em destaque na sociedade. Tais comportamentos podem ser base para conflitos dentro da arena política.

Para pensadores como Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Ernesto Laclau (1985, 1993, 2001, 2005) e Jacques Rancière (1996, 2014), o campo político é um terreno que só encontra suas bases e seu propósito a partir de conflitos – mas não qualquer tipo de conflito. De acordo com Mouffe (2015), as relações políticas não podem se sustentar em dinâmicas nas quais o adversário se torna um inimigo a ser combatido. Essa forma de conflito destrutivo é definido como “antagonismo” pela autora. Ainda que ideias e crenças gerem oposição, a rivalidade política deve preservar o direito de expressão e o respeito às regras do jogo democrático – algo que não acontece no antagonismo. Em suma, uma postura antagônica busca a aniquilação do opositor, a negação do outro (MENDONÇA, 2003).

Em sistemas democráticos, atores políticos que sustentam comportamentos antagônicos podem ajudar a abalar a legitimidade da democracia e de suas instituições, especialmente quando são parte da própria engrenagem do sistema, como presidentes e parlamentares (SKOOG, 2019), contribuindo para o contexto de mal-estar descrito por Avritzer (2018). Segundo Flinders e Hinterleitner (2024), o antagonismo pode ser empregado de modo estratégico para angariar simpatia da população e minar a influência política de opositores – em um “jogo de culpas” que acusa os “inimigos” de serem o “mal da nação”, enquanto isenta os antagonistas de suas posturas antidemocráticas com a desculpa de um comportamento combativo. A comunicação e a linguagem têm papéis importantes em conjunturas de antipolítica e polarização afetiva (AVELAR, 2021) e as formas estratégicas de antagonismo presentes nessas manifestações assumem uma poderosa dimensão simbólica e performativa capaz de enfraquecer, de fato, sistemas democráticos modernos (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Então, se o antagonismo é nocivo para um sistema democrático que se pretende estável e duradouro, faz-se importante estudá-lo, especialmente em seu modo estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e no atual cenário brasileiro, marcado por lideranças políticas que se posicionam abertamente, e de maneira colérica, contra instituições e opositores – como é o caso de Jair Bolsonaro (PL), que, nas palavras de Avritzer (2020, p. 2), “chegou à presidência (...) disposto a destruir políticas e políticos”.

Por isso, esta pesquisa se propõe a investigar posturas antagônicas sustentadas por figuras políticas na conjuntura brasileira atual, tendo como norte a seguinte pergunta de pesquisa: como se constrói e a quem se direciona o antagonismo estratégico nos tweets dos membros do Congresso Nacional e como essas manifestações antagônicas se relacionam com a conjuntura de mal-estar democrático? As manifestações analisadas foram coletadas em postagens do Twitter, que se destaca como uma ferramenta de comunicação política (ANDRÉS E UCEDA, 2011) e tem sido cada vez mais usado pelos agentes políticos no Brasil (BRAGA E CARLOMAGNO, 2018). O recorte temporal da análise corresponde ao período entre 2019, início do mandato de Bolsonaro, e 2022, ano de novo pleito presidencial. Foram

coletadas e analisadas postagens feitas por deputados(as) federais e senadores(as) com mandatos ativos no período.

O objetivo geral da pesquisa é investigar manifestações antagônicas sustentadas por parlamentares brasileiros do Congresso Nacional no Twitter, entendendo essas posturas a partir de uma ideia de antagonismo estratégico (HOYLE *ET AL.*, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e associando seus traços e impactos à conjuntura de mal-estar democrático (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021). Como objetivos específicos, procura (i) identificar os principais alvos de hostilidade cultivados entre os representantes políticos estudados – que podem corresponder a indivíduos, grupos políticos ou sociais e até instituições democráticas, considerando o atual cenário de desconfiança que marca o contexto brasileiro (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021); (ii) reconhecer as estratégias discursivas que permitem a formação dos alvos como o “inimigo”, articulando literatura sobre antagonismo político estratégico; e (iii) encontrar padrões que se destacam entre grupos parlamentares e se diferenciam ao longo do recorte temporal estudado. A tese visa contribuir com as discussões sobre os rumos democráticos que o Brasil tem tomado desde a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência.

Além disso, a definição filosófica (MENDONÇA, 2003) de antagonismo, tal qual apresentada por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau (1985, 1993, 2001, 2005), é de difícil operacionalização, devido à sua construção essencialmente normativa e à sua base filosófica complexa, que pode complicar significativamente a aplicabilidade da teoria em contextos políticos, sociais e culturais reais (NORRIS, 2002, 2006). Como reflexo disso, há, substancialmente, menos publicações acadêmicas que tratam o antagonismo de maneira prática ou empírica, com muitas obras se concentrando em debates teóricos em torno do conceito.

O estado da arte desta pesquisa revelou que, dos 104 artigos, livros e capítulos de livros encontrados nas bases de dados Web of Science, Scopus e SciELO Brasil, apenas 25,9% apresentaram a ideia de antagonismo em análises de casos, conjunturas e contextos políticos, culturais e sociais. Porém, isso não significa que tais trabalhos possuem categorizações claras ou operacionalizações efetivas para o conceito. Essa questão é discutida com mais profundidade no primeiro capítulo desta pesquisa.

Logo, esta tese busca contribuir diretamente para preencher a lacuna existente no meio acadêmico, esforçando-se para traduzir o antagonismo – mais especificamente, o antagonismo estratégico – em variáveis mensuráveis e aplicáveis ao contexto político brasileiro, abrindo espaço para que suas classificações sejam repensadas, ajustadas e aplicadas em outras conjunturas.

Como já apresentado anteriormente, o objeto empírico da pesquisa consiste em publicações feitas por parlamentares do Congresso Nacional no Twitter – que foi renomeado como X em julho de 2023¹. Sabe-se que o Twitter passou a ser cada vez mais utilizado pelos agentes políticos nos últimos anos, dentro (AGGIO E REIS, 2013; BRAGA E CARLOMAGNO, 2018) e fora do Brasil (EKMAN E WIDHOLM, 2014; OTT, 2016; BUCCOLIERO *ET AL.*, 2020; VAN VLIET, TÖRNBERG E UITERMARK, 2020; HAMAN, 2023), e que as aptidões – ou inaptidões – democráticas da internet têm ganhado centralidade em estudos de Comunicação Política (PAPACHARISSI, 2002; STROMER-GALLEY, 2002; VERGEER E HERMANS, 2008; SCHÄFER, 2015). Ainda que sejam ferramentas importantes de interação e expressão, as redes sociais on-line abrigam discussões e discursos políticos que, frequentemente, exibem traços de radicalização e desrespeito (CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018; CERVI, CARVALHO E MASSUCHIN, 2018; RIZZOTTO E BELIN, 2019; RIZZOTTO E SARAIVA, 2020).

Quanto ao Twitter, especificamente, diversos estudos nacionais e internacionais se debruçam sobre o potencial nocivo do site rede social para a democracia ou para a sociedade de modo geral, seja ele relacionado à propagação de desinformação (RECUERO E GRUZD, 2019), às interações polarizadas e homofílicas que ocorrem em seu cerne (GRUZD E ROY, 2014; SOARES, RECUERO E ZAGO, 2018) e até à sua contribuição para um movimento de “celebridização” da política (EKMAN E WIDHOLM, 2014). Segundo Ott (2017, p. 62), o microblog tende a priorizar manifestações que sejam simples, impulsivas e incivis – caracterizadas por discursos “indelicados, insultuosos ou, de outra forma, ofensivos”. Isso acontece porque, além de ser um espaço de comunicação extremamente informal, é uma rede que promove a impulsividade – ao perguntar ao usuário o que está acontecendo ou o que ele está pensando no momento –, que suprime a reflexão a respeito das manifestações nela publicadas, que desprioriza interações (OTT, 2017) – assim

¹ Ainda assim, a pesquisa usará “Twitter”, pois era o nome da plataforma ao longo de seu recorte temporal.

como toda plataforma de rede social que permite o anonimato e as interações à distância – e que valoriza mensagens que tenham carga afetiva e transmitam emoções (STIEGLITZ E DANG-XUAN, 2013). Em suma, “a falta de formalidade e intimidade do Twitter² mina as normas sociais que defendem a civilidade e predispõe os utilizadores a envolverem-se em comunicações tanto divisivas como zombeteiras.” (OTT, 2017, p. 61).

Nessa conjuntura, é importante entender se, em meio ao cenário de polarização dos afetos que o Brasil vive hoje (FUKS E MARQUES, 2022), as vozes políticas que se manifestam em ambientes digitais como o Twitter endossam posturas antidemocráticas ao assumir comportamentos antagônicos, de intolerância e agressividade diante de grupos ou indivíduos opositores. Assim, há quatro hipóteses de pesquisa. A primeira sustenta que (1) no atual contexto de polarização afetiva entre a população brasileira (FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022), o comportamento antagônico dos parlamentares deve ser direcionado, sobretudo, a grupos e indivíduos definidos como “petistas” e “esquerdistas”, que serão frequentemente nomeados como inimigos nos *tweets* analisados – principalmente por aqueles que se posicionam à direita do espectro político-ideológico, considerando que a animosidade tende a ser direcionada a identidades políticas vistas como adversárias (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). A construção desses grupos como “o inimigo” nos *tweets* antagônicos passará, frequentemente, pela ideia de ameaça comunista – já que “comunistas” são apontados por Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) como um dos grupos “menos gostados”, especialmente entre indivíduos que se identificam como de direita –, em nome da defesa de ideais conservadores, como família, pátria e religião (MIGUEL, 2021).

A segunda hipótese também está ligada aos potenciais alvos de antagonismo estratégico, supondo que (2) os *tweets* antagônicos vão, frequentemente, apresentar um discurso anti-instituições (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), definindo elementos do próprio sistema democrático – o sistema judiciário, a imprensa e o processo eleitoral – como inimigos a serem erradicados (AMORIM, 2024).

² Quando o texto de Ott (2016) foi publicado, o site de rede social ainda não havia recebido o nome de X. Ademais, esta pesquisa escolhe se referir à rede social on-line como “Twitter”, pois analisa um período anterior à mudança de nome.

Como terceira hipótese, acredita-se que (3) atores políticos de direita e esquerda³ aproximam-se uns dos outros quando se trata da presença de antagonismo no Twitter, ainda que os alvos definidos como “o inimigo” sejam diferentes, assim como as estratégias e ações que dão forma às mensagens antagônicas. Ao sustentar essa hipótese, a pesquisa não ignora os estudos que tratam de radicalização, desinformação e desrespeito como traços da comunicação on-line de grupos de direita e extrema-direita (BRUGNAGO E CHAIA, 2014; DIBAI E D’ALMONTE, 2022. MASSUCHIN, SALEH E ORSO, 2022). Pelo contrário, tais pesquisas são levadas em conta, mas também são considerados outros dois pontos importantes que se relacionam com a hipótese apresentada: primeiro, há a questão da polarização afetiva (FUKS E MARQUES, 2022). Em um contexto tomado pela polarização de afetos, a hostilidade em relação a grupos opositores tende a aparecer tanto em cidadãos de esquerda quanto de direita (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Além disso, faltam estudos focados nas estratégias comunicativas da esquerda na internet – especialmente em formas de comunicação radicalizadas e antidemocráticas. A existência dessa lacuna não significa que indivíduos que se identificam como de esquerda são menos incivis ao usar as redes sociais on-line, apenas que o tema, por qualquer que seja o motivo, não é suficientemente investigado no campo da comunicação política.

Por fim, (4) sustenta-se que, em ano eleitoral (2022), os discursos antagônicos ficarão mais intensos, pois a “efervescência política” (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019) do período de eleição também se manifesta nas dinâmicas do Twitter (GOYA, FIACADORI E SANTOS, 2019; CASTRO, 2023).

Do ponto de vista teórico, há dois tópicos que são centrais para a construção desta tese: (1) o debate sobre conflito e sua importância para a formação da política e da democracia; e (2) a discussão sobre o antagonismo, face conflitiva que é prejudicial ao sistema democrático, em especial quando se manifesta como uma estratégia de atores políticos – e qual a sua conexão com um potencial enfraquecimento das democracias modernas.

Um primeiro tema caro a esta pesquisa é o papel do conflito no cerne do sistema democrático. Nas palavras de Rancière (1996, p. 29), a política é a “esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não

³ A pesquisa considerou os partidos dos parlamentares para classificá-los dentro da escala esquerda-direita, como definido por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo”. Seu raciocínio aproxima aquilo que é político da dissensão e contesta a construção do povo como uma somatória de indivíduos. Ou seja, vai na contramão das compreensões consensuais de democracia.

É que, para o autor, o que o *demos* representa é a parcela daqueles que não têm parcela (RANCIÈRE, 1996). Esse pensamento também carrega a lógica da exclusão: há sempre um segmento que se encontra fora da totalidade e que, por meio de um processo de subjetivação derivado de um dano, busca espaço e igualdade. É justamente na conta malfeita dessas partes do todo que nasce a política, já que esse erro impele o conflito entre a estrutura – que o filósofo chama de “polícia” e que dispõe às partes os seus lugares – e os sem-parcela, deslocados dessa ordenação. O fazer político está na redistribuição do sensível que determina o que é o comum, está no enfrentamento dos arranjos de tempo e espaço estruturados. À perturbação dessa ordem, que leva à partilha do sensível, Rancière (1996) dá o nome de “dissenso”.

Uma concepção similar, que valoriza o conflito naquilo que é político e democrático, pode ser encontrada em outros autores, como Ernesto Laclau (1985, 1993, 2001, 2005) e Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). Seguindo o raciocínio de Laclau, a democracia se constrói dentro de um impasse: ela é, ao mesmo tempo, a tentativa de universalização da comunidade e o respeito às diferenças que nela coexistem. Em suma, para o politólogo, o campo da política deve estar aberto para a disputa de narrativas que buscam condições igualitárias de existência. Quando uma estrutura política se torna incapaz de absorver os conflitos que nela emergem, surge uma crise – ou um deslocamento estrutural, na definição laclauniana. Percebe-se que aqui há, também, a ideia de um “erro de cálculo” – usando a expressão de Rancière (1996) –, que diz respeito a uma parcela excluída de um todo hegemônico, buscando seu espaço de forma litigiosa. Em Mouffe (2000), a exclusão não é apenas relevante para a política, mas uma de suas partes fundantes. O político, para a pensadora, possui uma dimensão antagônica constitutiva que não é compatível com o consenso (MOUFFE, 2000, 2003, 2015).

O que Chantal Mouffe (2000, p. 50) afirma é que “em uma organização política democrática, os conflitos e os confrontos, longe de serem um sinal de imperfeição, indicam que a democracia está viva e encontra-se habitada pelo pluralismo”. Contudo, para que seja democrático, é preciso que o litígio seja mediado por instituições sólidas, capazes de canalizar o antagonismo, lado negativo do conflito, e transformá-lo em

uma face positiva do conflito político, definido pela autora como agonismo, a partir do qual o adversário não é “percebido como um inimigo a ser destruído, mas como (...) alguém cujas ideias nós combatemos mas cujo direito a defendê-las não colocamos em questão”. (MOUFFE, 2015, p. 102).

Por isso, ainda que tenha uma visão crítica do modelo democrático liberal, que afirma ser limitado ao focar excessivamente no processo de escolha de representantes políticos e, assim, deixar de lado a pluralidade que deve ser parte de uma sociedade democrática, Mouffe (2000, 2003, 2015) salienta que é importante permitir a existência de conflito no campo político e que suas manifestações devem ser domesticadas e rearranjadas de forma pacífica, com ferramentas e canais políticos legítimos que devem ser oferecidos pela democracia. Tais ferramentas incluem, de modo geral, espaços de debate e expressão e outras formas institucionalizadas de proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos. Quando esses canais não existem ou não são respeitados, a discordância tende a surgir de modo violento. Em outras palavras, a falta de espaços para a resignificação do conflito impossibilita que aconteça a transformação do antagonismo destrutivo em agonismo construtivo⁴.

Dentro desse mesmo raciocínio, Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) defende a relevância dos sistemas parlamentares nas democracias representativas, pois permite uma relação política de “nós/eles” compatível com o pluralismo democrático. O problema é que, em um contexto de mal-estar democrático (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021), assim como na ideia de crise da democracia liberal (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2019), as instituições democráticas como um todo enfrentam situações de fragilidade devido à desconfiança e às tentativas de deslegitimação que partem da população e de uma parcela dos agentes políticos (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021; AVRITZER, 2020). Esse contexto pode ser, paradoxalmente,

⁴ É importante mencionar que alguns críticos questionam a abordagem de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) sobre a democracia agonística, destacando limitações em suas concepções de antagonismo e de agonismo. Mendonça (2003) e Norris (2002, 2006), por exemplo, criticam a “definição filosófica” do conceito, considerando-a normativamente restritiva e de difícil aplicação empírica. Freitas (2021a, 2021b) aponta contradições em sua teoria, principalmente quando trata do consenso no campo político. Roskamm (2014) questiona sua efetividade em transformar o antagonismo em agonismo, enquanto Miguel (2014) e Beckstein (2011) veem problemas normativos na associação às ideias de Schmitt (1996). Essas críticas serão aprofundadas no primeiro capítulo teórico desta tese.

alimentado por sentimentos antagônicos não canalizados e não “domados” na arena política.

A lógica construída até aqui nos permite concluir que a postura antagônica inimiza opositores, enfraquece instituições democráticas a partir de um processo de deslegitimação e se relaciona com a supressão, ou a tentativa de supressão, de direitos de adversários políticos. Também há o desejo expresso de aniquilação – dos “inimigos” e, conseqüentemente, dos canais democráticos que permitem a expressão da pluralidade e a domesticação do conflito na sociedade. Esses elementos tornam o antagonismo, face destrutiva do conflito, algo extremamente perigoso para a democracia. Principalmente quando é utilizado de modo estratégico para enfraquecer a imagem e a influência política de opositores (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e, conseqüentemente, construir e fortalecer o poder político de atores que fazem parte do jogo democrático, como é o caso de deputados(as) federais e senadores(as).

De modo sintético, a tese sustentada por esta pesquisa é a de que, na contramão do que é apresentado no pluralismo agonístico de Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015), o conflito político no cenário brasileiro dos últimos anos – entre 2019 e 2022, mais especificamente – assumiu uma face antagônica – e estratégica (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) – ao pregar a exclusão de grupos e atores políticos e ao deslegitimar instituições democráticas que atuam como condutoras e ressignificadoras do dissenso que é inerente à sociedade. Essa dinâmica não ocorre para que tais grupos e instituições sejam repensados e substituídos por outros dentro do jogo democrático, como é esperado em uma linha de raciocínio como a defendida por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau (1985, 1993, 2001, 2005), que considera o conflito como importante para a formação do que é verdadeiramente político e democrático, mas pela pura vontade de eliminação do outro, do divergente, encarado como inimigo. Isso abre espaço para relações políticas antagônicas que não são somente desinstitucionalizadas, mas são, principalmente, anti-institucionais – uma vez que os meios existentes para controlar o antagonismo democracias representativas também são postos em xeque. Logo, o antagonismo

alcança efeitos profundos no cenário político brasileiro porque soma a tentativa de exclusão de opositores políticos à tentativa de dissolução dos pilares institucionais da democracia representativa, aprofundando e alimentando o cenário de mal-estar democrático que toma o país (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021).

Esta pesquisa também defende, como já pontuado anteriormente, que o antagonismo é usado de modo estratégico por figuras políticas, como forma de conquistar apoio e objetivos políticos (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), e que os traços desse antagonismo estratégico podem ser identificados nas manifestações on-line de parlamentares brasileiros (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Além disso, parte da premissa de que o uso político de redes sociais como o Twitter favorece uma oposição “nós contra eles” (LIMA, 2020), central para a ideia de antagonismo.

Neste ponto, é importante mencionar que a crise⁵ democrática possui diferentes dimensões e que variados atores estão envolvidos em suas dinâmicas e manifestações (AVRITZER, 2018; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; AVELAR, 2021). Neste trabalho, tal crise é abordada considerando o papel e a perspectiva das elites políticas, especialmente por meio da análise das manifestações dos parlamentares brasileiros no Twitter. No entanto, as demais dimensões do contexto de mal-estar democrático, como a popular, não são ignorados. A tese reconhece e discute questões como a insatisfação da população com as instituições democráticas (HETHERINGTON, 1998; PRZEWORSKI, 1995; NORRIS, 1999; LEVI E STOLKER, 2000; MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021) e a polarização de afetos no cenário político (HUNTER E POWER, 2019; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Embora o foco desta pesquisa seja a dimensão da elite política, isso não implica que uma perspectiva seja mais relevante ou anterior à outra. Essa escolha

⁵ Ao longo da tese, “crise” democrática e “mal-estar” democrático são usados como sinônimos, já que os traços de um contexto de mal-estar e os elementos do que é chamado de crise são similares em trabalhos como os de Avritzer (2018), Levitsky e Ziblatt (2018) e Avelar (2021). A escolha de “mal-estar” para a pergunta e os objetivos da pesquisa se dá porque a autora deste trabalho acredita que o termo é mais flexível e se adapta melhor ao contexto analisado.

metodológica visa delimitar o objeto de estudo e proporcionar uma análise prática de uma das dimensões do período recente de crise democrática no Brasil.

A análise empírica da tese parte de um banco de dados com 726.533 *tweets*⁶ de 527 perfis de congressistas brasileiros – deputados(as) federais e senadores(as) –, publicados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Há duas etapas metodológicas do trabalho: (1) uma análise de conteúdo automatizada (CERVI, 2018, 2019), realizada com o auxílio de ferramentas de investigação textual como o Iramuteq, que funciona a partir da linguagem de programação R; e (2) uma análise de conteúdo clássica (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), com um livro de códigos construído a partir da literatura sobre antagonismo político (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019), com foco em sua característica estratégica (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

A análise automatizada permitiu a triagem do *corpus* de pesquisa, selecionando, a partir de uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), *tweets* que abordaram contextos potencialmente antagônicos. Em seguida, foi feita uma amostra probabilística estratificada com 1.843 publicações para a análise de conteúdo categorial.

Um dos principais desafios metodológicos da tese foi operacionalizar o conceito de antagonismo, entendendo que era preciso ir além da normatividade da obra de Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). Foi nesse âmbito que as discussões sobre antagonismo estratégico se tornaram essenciais. Suas características, encontradas na literatura (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), permitiram compor o livro de códigos para análise dos *tweets*. Ao todo, foram elaboradas, como variáveis de análise, sete estratégias de antagonismo: “construção de alteridade”, “conspiração”, “estigmatização”, “ofuscamento”, “reclamação”, “isca” e “beligerância”. Todas binárias, de presença ou

⁶ Apenas os *tweets* foram considerados. Os *retweets* não fazem parte do banco de dados.

ausência, permitindo que uma mesma publicação combinasse mais de uma tática antagônica. Elas são abordadas em profundidade no capítulo empírico da tese.

A partir deste ponto, a pesquisa se divide em cinco capítulos, que darão continuidade e aprofundamento aos temas debatidos até aqui. O primeiro se dedica a tratar do conflito não como um problema para a democracia, mas como um elemento fundante da própria política e do político. Em seguida, serão abordadas as raízes e consequências do conflito como antagonismo e os traços que sua face estratégica assume. O capítulo quatro se debruça sobre os contextos do Brasil, discutindo ascensão do sentimento antagônico entre a sociedade e suas manifestações entre parlamentares brasileiros, com foco no Twitter como arena para expressões de antagonismo estratégico. A apresentação dos dados e das análises fica concentrada no capítulo empírico e a tese é finalizada com um capítulo conclusivo.

2 O CONFLITO COMO ELEMENTO DA DEMOCRACIA: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DO ANTAGONISMO

Miguel (2014a) defende que a democracia é, de modo geral, o horizonte normativo de quase todas as reflexões que tomam a Ciência Política contemporânea – e isso implica discutir incansavelmente as complexidades que envolvem os regimes democráticos, sua operacionalização e suas limitações. O autor também afirma que discutir democracia passa por entender que sua definição, tanto acadêmica quanto popular, divide-se em dois caminhos incompatíveis: o primeiro corresponde ao significado etimológico do termo e sustenta o sentido grego de “governo do povo”; o segundo apoia todo o sistema democrático no processo eleitoral (MIGUEL, 2002). Essas concepções estão em desacordo porque a própria ideia de eleição como meio para a escolha de governantes fere os princípios de isegoria, isocracia e isonomia da democracia grega – que propunha o sorteio como método de definição de seus líderes (DAHL, 2012) –, e essa “democracia concorrencial” e liberalista, enraizada nos escritos de Schumpeter (1984), permite, na verdade, que uma minoria exerça poder sobre a maioria (MIGUEL, 2002).

A verdade é que, nas últimas décadas, muitos esforços foram feitos no sentido de entender o que é a democracia e quais são suas características mais importantes. Diferentes abordagens focaram em diferentes definições e pressupostos, tais quais a elitista, a republicana, a pluralista e a deliberativa (MIGUEL, 2002) – não é, contudo, objetivo desta tese abordar esses diferentes modelos, mencionados apenas como forma de reconhecer esses diferentes pontos de vista. O que muitos têm em comum, principalmente quando se fala sobre sistemas democráticos liberais, é que sobrevalorizam o consenso nas dinâmicas e decisões políticas (MIGUEL, 2014a; CORVAL, 2015; FREITAS, 2021; RODRIGUES E BELLATO, 2021) e invisibilizam o conflito, tornando mais difícil para grupos externos ao projeto hegemônico vigente vocalizar suas demandas (FRASER, 1999; MANSBRIDGE, 1999; YOUNG, 2001; CHAMBERS, 2003; BENHABIB, 2007; MIGUEL, 2014a; RODRIGUES E BELLATO, 2021).

Outro ponto de discussão importante para esta tese se relaciona com as crises enfrentadas por sistemas democráticos, especialmente os sistemas liberais. De acordo com Rodrigues e Bellato (2021), a crise da democracia liberal é um tema que se destaca na teoria política do início do século XXI. Eles defendem que o assunto

costuma ser abordado de duas formas diferentes: a primeira identifica a democracia liberal como o “ápice do regramento institucional democrático e que precisa, portanto, ser salva” (RODRIGUES E BELLATO, 2021, p. 254). Essa perspectiva é assumida por autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Runciman (2018) e Mounk (2019). Em Avritzer (2018), há a definição desse contexto de crise, no Brasil, como um mal-estar da democracia, produzido de modo mais evidente a partir de 2013, com as chamadas “Jornadas de Junho” e com as crescentes investidas contra o governo de Dilma Rousseff (PT) e contra o Partido dos Trabalhadores de modo geral. Segundo ele, esse panorama é marcado por um alto “nível de intolerância”, que tem “artistas e políticos sendo agredidos verbalmente nas ruas e nas redes sociais; discursos de tolerância e diversidade sendo revertidos por propostas de legislação sobre a família ou pela defesa, por setores da mídia, de uma agenda antidireitos e anti-igualdade de gênero” (AVRITZER, 2018, p. 275). Sob outra perspectiva, autores como Rancière (2014) e Mouffe (2015, 2019) defendem que quaisquer crises democráticas são produtos da própria forma de governo liberal, que vitima as instituições políticas em suas dinâmicas de funcionamento.

Neste capítulo, o norte da discussão é a abordagem democrática que permite compreender e aceitar o papel do conflito nas arenas política e social – o que acontece, sobretudo, com os estudos de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau e Mouffe (1985). Também se desenrolam discussões sobre antagonismo, que tende a ser encarado como uma forma negativa de conflito político que precisa ser canalizado por vias democráticas, e sobre propostas de democracia agonística de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e outros autores (HONIG, 2001; CONNOLLY, 1991, 1993; TULLY, 2003; WENMAN, 2013).

Reconhecendo, contudo, a normatividade – entre outras limitações discutidas adiante (MENDONÇA, 2010a, 2010b, 2012, 2021; MIGUEL, 2014b; FREITAS, 2021a, 2021b; ROSKAMM, 2014) – das obras de Mouffe (NORRIS, 2002, 2006), o capítulo apresenta e debate os traços de um antagonismo que aqui é definido como estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), que envolve táticas práticas de atores políticos para conquistar apoio e influência enquanto desestabilizam opositores. Todas essas discussões oferecem as bases sobre as quais

serão analisadas, no capítulo empírico desta pesquisa, as manifestações antagônicas de parlamentares brasileiros.

2.1 O PAPEL DO CONFLITO NO CERNE DO SISTEMA DEMOCRÁTICO

Em suas obras, Mouffe (2001, 2003, 2015) assume uma visão pluralista da democracia. A partir de sua concepção, a democracia é caracterizada, de modo geral, pela aceitação do conflito político, pela valorização da pluralidade e da diversidade e pela ênfase na criação de espaços de contestação democrática. Ela argumenta que a democracia deve abraçar o agonismo político como uma maneira de lidar com as diferenças e promover a participação cidadã ativa na vida política (NOBRE, 2004; CORVAL, 2015).

A partir disso, a construção teórica de Mouffe (2001, 2003, 2015) tece críticas às perspectivas democráticas centradas no consenso político, como as sustentadas por estudiosos deliberacionistas, tal qual Habermas (1984, 1997) e Rawls (1999)⁷. Também vai de encontro às ideias sustentadas por teóricos elitistas, como Schumpeter (1984) e Huntington (1975), para quem a ampla participação política era vista como ameaça ao sistema democrático e a atuação da população na arena política era encarada como catalisadora de conflitos sociais. Do ponto de vista elitista, o sistema democrático deveria oferecer meios para domar o povo e evitar situações conflituosas (NOBRE, 2004; CORVAL, 2015). Esses são traços de uma visão de democracia que Miguel (2002) chama de “domesticada”, que se afastam, em certa medida, da abordagem pluralista sustentada por Mouffe (2015, 2019) e que são, segundo a autora, fontes de diversos problemas para a própria democracia.

Segundo Mouffe (2015), as recentes crises nos sistemas democráticos – encaradas como o enfraquecimento gradual de instituições e normas democráticas (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018) – são, na realidade, crises de uma democracia liberal que precisa ser superada. Nesse contexto, superar a crise é uma consequência alcançada ao lidar diretamente com sua causa. Para ela, as limitações desse modelo são responsáveis pela ascensão de movimentos populistas de direita que têm minado

⁷ Apesar de, ela mesma, assumir a necessidade de certa dose de consenso no processo de canalização e transformação do antagonismo em agonismo político. Essa é, inclusive, uma das principais críticas de Freitas (2021) à abordagem pluralista de democracia de Mouffe (2001, 2003, 2015). Sua outra crítica reside na defesa da autora de que é possível converter antagonismo em agonismo. Esses pontos serão mencionados novamente mais adiante, neste capítulo.

sistemas democráticos ocidentais por dentro. A autora acredita que essa visão predominante, elitista e liberal, da democracia é insuficiente e fadada ao fracasso, já que não consegue lidar de modo efetivo com os antagonismos que são característicos do meio político e social. Rodrigues e Bellato (2021) resumem o pensamento da politóloga ao enfatizar que sistemas democráticos liberais invisibilizam o conflito, tornando mais difícil para grupos externos ao projeto hegemônico vigente vocalizar suas demandas. A questão é que, de acordo com Mouffe (2001, 2003, 2015), o conflito não é só inevitável, mas essencial para as sociedades que se colocam como democráticas.

Em suma, para diversos autores defensores da abordagem de democracia radical – vertente normativa que busca reaproximar a democracia de suas raízes, sustentando princípios de participação, contestação e inclusão política (FUNG E COHEN, 2007) –, o conflito não é apenas importante para o sistema democrático; ele é, na verdade, um elemento fundante de tudo o que é definido como político (LACLAU E MOUFFE, 1985; RANCIÈRE, 1996; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2005).

Mouffe (2003) aponta que as teorias democráticas caracterizadas pelo racionalismo, pelo individualismo e pelo universalismo abstrato, predominantes na Ciência Política contemporânea e majoritariamente conectadas ao liberalismo, são cegas à verdadeira natureza do político – considerando seu caráter ontológico⁸ – e à inerradicabilidade do antagonismo nele presente. Ao lado de pensadores como Laclau (1993, 2001, 2005) e Rancière (1996), a autora defende a importância de certa dose de dissenso nas sociedades democráticas, critica a visão liberal da democracia e denuncia o processo de afastamento entre o povo e os regimes democráticos vigentes. Para ela, a tentativa de supressão do conflito em sistemas democráticos leva ao descontrole do antagonismo e à incapacidade de transformá-lo em agonismo, forma positiva do conflito político. Isso acaba colocando em risco as instituições políticas e alimentando crises democráticas. O próximo capítulo possui uma seção dedicada a essas discussões e focada no contexto brasileiro.

Para entender como o dissenso e o conflito assumem papéis tão importantes na definição do que é político e o que é democrático – e, então, compreender quais formas de conflito devem ser mantidas e quais são, de fato, vistas como prejudiciais

⁸ Para Mouffe (2015), é preciso diferenciar “a política”, que ocupa um nível ôntico, de “o político”, encontrado em um nível ontológico. Essa diferenciação será feita nas próximas páginas.

para a democracia –, é essencial discutir as bases e definições da democracia radical defendida por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e Rancière (1996), além de entender suas críticas ao sistema democrático liberal. Também é preciso compreender porque, para esses autores, as instabilidades que acometem diferentes regimes democráticos ao redor do mundo, como a desconfiança da população nas instituições políticas (HETHERINGTON, 1998; PRZEWORSKI, 1995; NORRIS, 1999; LEVI E STOLKER, 2000; POWER E JAMISON, 2005), não significam a falência da democracia de fato. Esses debates começam pela relação entre o povo e o que tem sido definido como democracia.

A democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras. Ainda que objetive manifestar apoio ao regime, a máxima “churchilliana” tende a denunciar um traço que se fez presente em muitas das teorias democráticas apresentadas na seção anterior: a aflição diante do povo. Tido como sem capacidade para comandar, aos olhos de Platão (2003), e como potencialmente despótico, segundo a percepção de Tocqueville (1987), o *demos* foi – e ainda é – temido por pensadores que questionam se “as estruturas do Estado democrático poderiam sobreviver às expressões desenfreadas de soberania popular ou se o governo popular degeneraria em uma tirania da maioria” (BUTLER, 2018, p. 7).

A própria definição de “povo” rende uma discussão extensa e complexa, mas é importante dizer que o modelo democrático liberal e representativo, tão centrado no indivíduo, tem, com frequência, apresentado resistência em privilegiar a expressão popular em detrimento do estrito respeito à lei, à ordem e à própria estrutura (MENDONÇA E VIEIRA JÚNIOR, 2014). Como apontado de maneira ácida por Rancière (2014), em meio a essa conjuntura, a democracia é reduzida a uma mera forma de sociedade, tornando-se nada mais do que o “reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna” (RANCIÈRE, 2014, p. 8). Assim, o vínculo da democracia com o *demos*, seu elemento central e constitutivo, acaba por enfraquecer.

No ofício de afastar o povo do tipo de governo que lhe diz respeito, o consenso se torna componente basilar para a democracia liberal. Como bem lembram Mendonça e Vieira Júnior (2014), o liberalismo incutido no modelo democrático tenciona apagar do cenário político toda e qualquer manifestação conflitiva. Mas a democracia e, sobretudo, o político se fazem a partir da perturbação da estrutura. Eles

se formam no cerne do conflito (LACLAU E MOUFFE, 1985; RANCIÈRE, 1996; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2015).

Aqui, é importante destacar que Mouffe (2015) diferencia “o político” de “a política” e que essa diferença é essencial para seu argumento sobre a centralidade do conflito. Sumariamente, “a política” refere-se ao conjunto de práticas, instituições e processos que constituem a organização da vida em sociedade. Isso inclui eleições, partidos políticos, leis, políticas públicas e assim por diante. A política, nesse sentido, é o campo onde as diferenças são expressas e onde as decisões coletivas são tomadas. Já “o político” se refere, especificamente, à dimensão ontológica, marcada pelo conflito e pela contestação. Mouffe (2015) argumenta que a política não é apenas uma arena neutra onde diferentes interesses são reconciliados, mas também é o local onde as identidades políticas são construídas por meio do confronto. O político reconhece que as diferenças são inevitáveis e o conflito é uma parte essencial da vida em sociedade. Com esse raciocínio, a autora destaca a importância de permitir e canalizar esse conflito, manifestado como antagonismo, de maneira democrática, em vez de tentar suprimi-lo. Esse ponto será retomado mais adiante, no fim desta seção e em toda a próxima.

Também vale frisar que, para Mouffe (2015), toda ordem política é a expressão de uma hegemonia – que é, em si, a constituição de uma relação de ordem, de um processo que ocorre no campo da discursividade pela qual uma identidade, ideologia ou conjunto de interesses se torna dominante e exerce influência sobre as estruturas e práticas políticas (LACLAU E MOUFFE, 1985). E é a prática política que constrói os sujeitos e seus interesses, em um terreno sempre precário e vulnerável.

Toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas contingentes. A fronteira entre o social e o político é essencialmente instável, exigindo constantes deslocamentos e renegociações entre os agentes sociais. (...) toda ordem se baseia na exclusão de outras possibilidades. É nesse sentido que podemos chamá-la de ‘política’, já que expressa uma estrutura específica de relações de poder. (MOUFFE, 2015, p. 17).

Logo, as relações de poder são constitutivas do social e toda ordem se baseia em alguma forma de exclusão. Sempre há outras possibilidades, outros arranjos reprimidos no processo de estabelecer determinada ordem. O que estabelece uma nova ordem são as práticas hegemônicas e toda ordem hegemônica pode ser

desafiada por práticas anti-hegemônicas (MOUFFE, 2015). É a partir dessa dinâmica que se forma o que é verdadeiramente político.

Segundo Mouffe (2015), a negação do dissenso é a base do pensamento antipolítico, já que as articulações hegemônicas são dinâmicas essenciais para a prática política e sempre se desenvolvem em uma arena de conflitos, permeada por antagonismos. Em consonância com essa lógica, Rancière (1996, p. 105) defende que o sistema consensual procura “fazer desaparecer a aparência conturbada e perturbadora do povo e sua contagem sempre errada” – ele, constantemente, retoma a forte relação entre povo e democracia, base de sua abordagem radical. A essa estrutura baseada no consensualismo, o autor dá a alcunha de “pós-democracia”; uma prática governamental de “democracia depois do *demos*”, em que o litígio do povo, e o próprio político, desaparecem.

As críticas de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1985, 1993, 2001, 2005) e Rancière (1996, 2014) à ideia liberal de democracia permitem repensar os cenários políticos que têm despontado em diferentes partes do mundo nos últimos anos. Como já dito, possíveis crises democráticas se tornaram tema recorrente de estudos recentes no campo da Ciência Política (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018; MOUNK, 2019; PRZEWORSKI, 2019; RODRIGUES E BELLATO, 2021). Frequentemente, tais colapsos são associados a ameaças às estruturas do regime. Discute-se sobre o descaso de figuras de poder diante das “regras do jogo político” (AVRITZER, 2018; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018), ou, então, sobre a crescente desconfiança que cidadãos têm nutrido pelas instituições democrático-liberais que deveriam representá-los (HETHERINGTON, 1998; PRZEWORSKI, 1995; NORRIS, 1999; LEVI E STOLKER, 2000; POWER E JAMISON, 2005). Há uma preocupação crescente sobre como os conflitos políticos podem corroer os sistemas democráticos por dentro – sem diferenciar o que é o conflito fundante do político e o que é, de fato, destrutivo. Contudo, nenhum desses pontos significa, necessariamente, a decadência da democracia *per se*. Podem significar, seguindo a lógica construída até este ponto, uma ruptura no regime democrático liberal, que é muito mais um modelo sistêmico do que a expressão do poder do povo em si – aqui entendido, seguindo Rancière (2014), como o poder de “qualquer um”.

Sendo uma estrutura voltada para o consenso, a democracia liberal já teria se afastado de um sentido de democracia radical encontrado – de maneiras diferentes, mas com componentes que podem ser relacionados – em Rancière (1996, 2014),

Laclau (1985, 1993, 2001, 2005) e Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). Conforme apresentado, de modo breve, anteriormente, diversos autores que se dedicaram a conceituar a democracia no último século seguiram abordagens liberais e procedimentais ao elencar seus pressupostos basilares e as práticas que representam seu melhor funcionamento (NOBRE, 2004). Como Schumpeter (1984), que definiu a democracia como o processo de competição pelo poder. Ou Ginsburg e Huq (2018), que colocam eleições competitivas, direitos civis e o respeito à lei como elementares para a sustentação de regimes democráticos. Também há Przeworski (1999) com uma ideia minimalista de democracia, em que o sistema se trata, sobretudo, de alternância de poder. Essas definições atam o sentido de democracia quase que exclusivamente a seus elementos institucionais e procedimentais.

As eleições, como processos institucionalizados de seleção de representantes, são dadas como expressão popular máxima e, nessa conjuntura, o “povo” acaba sendo reduzido a uma opinião que tem a aparência de ser pública. Mas o significado da soberania popular não é esgotado pelo ato de votar – e, como aponta Miguel (2002), a participação popular em um sistema democrático também não deveria se limitar à possibilidade de eleger representantes, ainda que essa seja uma prática relevante nos sistemas democráticos atuais. “Alguma coisa da soberania popular permanece intraduzível, intransferível e até mesmo insubstituível, motivo pelo qual ela pode tanto eleger quanto dissolver regimes.” (BUTLER, 2018, p. 164). Assim, a democracia não apresenta uma conexão intrínseca com as instituições liberais, nem depende exclusivamente delas. Sua relação, conforme pontuam Mendonça e Vieira Júnior (2014), é contingente.

Para Rancière (2014), a democracia não é um “Estado acabado”. Logo, em sua concepção normativa, ela não se limita ao desenho das instituições, à governabilidade ou ao jogo dos partidos. É, como já dito anteriormente, algo que surge a partir das bases do social, que se sustenta pelo poder do povo. E o poder do povo não é o da população reunida, mas daqueles que não têm mais título para governar do que para serem governados. Não é o poder da maioria, mas o poder de qualquer um. Essa compreensão, sustenta o autor, ganha feições de abominação para aqueles que acreditam no poder como um direito por nascimento ou por competências. Por isso, a representação política, nos moldes democrático-liberais, seria diferente da democracia em seu sentido forte, já que a primeira equivale à soberania das minorias que têm título para se ocupar dos negócios comuns (RANCIÈRE, 2014). Pode-se

dizer, com isso, que “a democracia hoje renunciaria a colocar-se como o poder do povo” (RANCIÈRE, 1996, p. 100).

Laclau (2001, 2005) e Mouffe (2000, 2015) defendem que é plenamente possível pensar a democracia deslocada do liberalismo político, pois é a subjetividade popular, e não a estrutura com suas leis e instituições, que dão impulso ao democrático. Em complemento a isso, Mendonça e Vieira Júnior (2014, p. 112) afirmam: “as democracias realmente existentes não fazem a menor questão de que sejam construídas vontades coletivas. Para elas, é suficiente admitir formalmente que os parlamentos são locais onde o pluralismo político tem o seu lugar”. A própria ideia de povo como performance (BUTLER, 2018), ou como um erro de cálculo (RANCIÈRE, 1996), é um lembrete aos governantes que eles não representam a população em sua totalidade. Uma estrutura sempre falha em sua tentativa de simbolizar o todo (LACLAU, 1993).

Neste ponto do texto, é preciso enfatizar que a discussão aqui travada, encabeçada por autores como Mouffe e Laclau, não é uma discussão anti-institucional. Os próprios autores não são pensadores anti-institucionais e não sugerem, de modo algum, a dissolução das instituições democráticas contemporâneas, nem o fim do sistema de representação política ou dos princípios “ético-políticos” da democracia liberal – pelo contrário, Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) vê, de modo geral, a democracia como um sistema que institucionaliza o conflito político de maneira pacífica e acredita que é preciso lutar pela implementação efetiva dos valores democráticos de liberdade e igualdade. O que os autores sustentam é que tais elementos não são suficientes para estabelecer a democracia em seu sentido forte, de poder e participação popular, e que os ideais democrático-liberais não são, de fato, postos em prática. Além disso, Mouffe (2003) afirma que o tipo de teoria política democrática dominante atualmente não pode nos ajudar a entender a importância do dissenso numa sociedade que se pretende democrática. Para ela, defensora de uma democracia radical e plural, antagonismo e hegemonia são ideias-chave para a compreensão do político.

Embora o consenso seja necessário no que diz respeito às instituições constitutivas da democracia e aos valores “ético-políticos” que caracterizam a associação política – liberdade e igualdade para todos –, sempre haverá discordância quanto ao seu significado e quanto ao modo como devem ser implementados. Numa democracia pluralista, essas discordâncias não são

apenas legítimas, mas também necessárias. Elas fornecem a obra-prima da política democrática. (MOUFFE, 2015, p. 30).

Em um contexto democrático-liberal em que são valorizados os dispositivos de consenso, movimentos articulados pelo povo tendem a ser vistos de maneira ambígua (REIJRINK E HEUSER, 2016), apontados, por vezes, como pouco democráticos devido aos seus traços conflitivos. Segundo Butler (2018, p. 7), “(...) debates sobre as manifestações populares tendem a ser governados pelo medo do caos ou pela esperança radical no futuro (...)”. Também é comum, lembram Reijrink e Heuser (2016), que eles sejam encarados como um sinal de crise na democracia.

Essa crise pode ser relacionada ao crescente desconforto da população diante dos sistemas democrático-liberais capitalistas (MENDONÇA E VIEIRA JÚNIOR, 2014) e, conseqüentemente, à desconfiança que ela sustenta em relação às instituições políticas (HETHERINGTON, 1998; PRZEWORSKI, 1995; NORRIS, 1999; LEVI E STOLKER, 2000; POWER E JAMISON, 2005). Tal falta de confiança poderia ser motor para a deslegitimação de regimes democráticos ao redor do mundo (ALMOND E VERBA, 1963; MISHLER E ROSE, 2001).

Contudo, como discutido até agora, a democracia em si não seria dependente de instituições (RANCIÈRE, 1996, 2014; LACLAU, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2015). O modelo democrático que se apoia nesses componentes é o sistema que existe em conjunto com o liberalismo. Mas as instituições democráticas, ainda que não devam ser apresentadas como aquilo que define a democracia na totalidade, são essenciais para a canalização e transformação do conflito negativo em uma forma construtiva de conflito (MOUFFE, 2000, 2003, 2015), já que a política, em seu sentido forte, demanda justamente o abalo na ordem estabelecida; exige o estremecimento do consenso como um “elemento que regula a distribuição dos lugares e as funções no corpo social” (MENDONÇA E VIEIRA JÚNIOR, 2014, p. 117). Como bem lembram Ribeiro e Bellato (2021), em um contexto de enfraquecimento das instituições políticas e democráticas, faltam canais para a vocalização de demandas legítimas de determinadas parcelas da sociedade, o que força esses grupos à prática do antagonismo.

É por isso que o conflito ou o questionamento de estruturas democrático-liberais não representam o fim da democracia em si – e aqui é importante diferenciar “questionamento” de “deslegitimação” ou da vontade de eliminação, que não são sinônimos e representam movimentos opostos no processo de defender a democracia

como uma forma de governo possível. Pelo contrário, o desafio da ordem vigente é um sinal de que a política segue viva. Não se pode eliminar o conflito sem arriscar assumir uma visão antipolítica, mas é, segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), preciso “domá-lo” de alguma maneira – o que ocorre por meio de canais institucionalizados para a expressão de diferenças políticas, identitárias e de interesse. Por isso, a autora desenvolve o conceito de agonismo político e defende sua existência como parte de um projeto de democracia radical e plural. A seção seguinte se encarrega de esclarecer o que é o agonismo, já mencionado em diversos pontos desta tese, e como ele se relaciona com o antagonismo inerente à política e ao que é verdadeiramente político, além de trazer críticas importantes ao conceito e ao seu desenvolvimento (MENDONÇA, 2010a, 2010b, 2012, 2021; MIGUEL, 2014b; FREITAS, 2021a, 2021b; ROSKAMM, 2014).

2.2 AGONISMO E ANTAGONISMO NA ARENA POLÍTICA

Para poder discutir o significado de agonismo político e sua participação em um sistema democrático plural, é preciso partir de dois pontos presentes no pensamento de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019): primeiro – algo que não é novo nesta tese –, que o antagonismo é inerente à esfera política e, segundo, que a paixão é uma das forças motrizes do campo político. Começamos falando sobre as “paixões”.

Em “Sobre o político” (2015), Mouffe recorre à psicanálise, mais especificamente a Freud e suas obras “*Civilization and Its Discontents*” (“O mal-estar da civilização”, em português) (2001a) e “*Group Psychology and the Analysis of the Ego*” (“Psicologia de grupo e análise do ego”) (2001b), para sustentar que a política tem uma dimensão afetiva necessária. É pensando com Freud que ela discute a criação de identidades coletivas e a formação do “nós” em relação ao “eles”, dinâmica fundamental para o antagonismo. Diante da agressividade destrutiva inerente aos seres humanos, faz-se necessário algum método de controle que permita às pessoas viverem em sociedade sem a destruir com seus impulsos hostis. A constituição de laços comunitários baseados em “instintos libidinais de amor” é um recurso eficaz, que permite às pessoas se unirem sob uma identidade comum – um “nós” –, contanto que possam direcionar seus instintos agressivos a outro grupo – um “eles” (FREUD, 2001b). Assim, o discurso político não oferece apenas programas políticos, mas identidades. De acordo com Mouffe (2015, p. 25), as instituições democráticas,

quando operam de modo agonístico, podem “contribuir para desarmar as forças libidinais que conduzem à animosidade, sempre presente nas sociedades humanas”.

Lacan e a ideia do “gozo” (*jouissance*) também surgem para explicar as fantasias sociais, as identificações sociopolíticas e as “paixões” que movem o terreno do político – todas seriam impulsionadas pelo desejo humano (MOUFFE, 2015). É por isso que, para o filósofo sloveno Slavoj Žižek (1993), elementos políticos como o nacionalismo são movidos, sobretudo, pela “erupção do gozo no campo social”; algo estruturado por fantasias e pela potencial ameaça do estilo de vida sustentado pelo “nós” em relação ao Outro (“eles”).

Há, então, uma dimensão afetiva inegável em toda participação política, seja ela no âmbito da deliberação, da contestação ou, por exemplo, do ato de votar. É isso que, segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), a abordagem racionalista e elitista, ligada a uma vertente liberal da democracia, falha em explicar – e até em enxergar. Dizer que os cidadãos tomam decisões em um processo racional que analisa o custo-benefício da obtenção de informação política (OLSON, 1971), ou que são completamente irracionais em suas escolhas – como se a racionalidade fosse o único valor relevante para a participação política – (BERELSON, LAZARFELD E MCPHEE, 1954; LAZARFELD, BERELSON E GAUDET, 1969) ignora por completo o caráter afetivo do voto e de outras formas de fazer parte da esfera política. Para pensar uma maneira de evitar que a dinâmica entre grupos sociais se transforme em relações destrutivas de amigo/inimigo “é preciso reconhecer os laços afetivos que a sustentam.” (MOUFFE, 2015, p. 27). O que é preciso é uma mobilização, ou uma válvula de escape, democrática para as paixões políticas.

Apresentada a ideia de que as “paixões” movem as pessoas dentro da arena política, podemos voltar ao antagonismo e ao seu caráter intrínseco em relação ao político. Já se sabe que, para Mouffe (2015, p. 8), “o político” é uma dimensão de antagonismo que é constitutiva da sociedade, enquanto “a política” é o conjunto de práticas e instituições que organiza a existência humana nesse “contexto conflituoso produzido pelo político”. Segundo a autora, é um equívoco acreditar que uma “boa sociedade” é aquela na qual os antagonismos foram erradicados e onde o modelo adversarial de política se tornou obsoleto. Pelo contrário: suprimir manifestações conflituosas é prejudicial à democracia, que precisa de discussões vibrantes e expressões diversas para ser plural. Uma de suas preocupações centrais é o reconhecimento da pluralidade de vozes e identidades no contexto político e social.

Por isso, as instituições democráticas devem ser inclusivas e sensíveis às diferenças entre grupos e indivíduos.

Essa lógica alimenta a visão crítica e desafiadora que Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) sustenta sobre as instituições democráticas liberais; argumenta que elas não devem ser vistas apenas como mecanismos de tomada de decisões neutras e técnicas. Em vez disso, elas enxerga como espaços onde o conflito político deve ser canalizado de maneira construtiva, como canais por onde a paixão política pode ser mobilizada. Nas palavras de Nobre (2004), a "democracia agonística" se concentra na competição saudável de ideias e na contestação política como elementos democráticos fundamentais. Para que essa dinâmica funcione, o antagonismo que é inerente ao político precisa se transformar em um tipo de conflito compatível com a democracia pluralista; um conflito que se dá entre grupos adversários, não inimigos (MOUFFE, 2000, 2003, 2015). É a transformação do antagonismo em agonismo.

Como bem lembra Howarth (2008), Mouffe (2015) pensa com e contra Carl Schmitt (1996) ao tecer seu conceito de agonismo. Sinteticamente, Schmitt baseia sua definição do político na oposição entre "amigo" e "inimigo", que "denota o grau máximo de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou dissociação" (SCHMITT, 1996, p. 26). Esse inimigo é uma representação do outro, do "eles", das identidades alternativas dentro da arena política, que dão origem a uma relação intensa de estranhamento e conflito. Nesse cenário, vozes dissonantes se tornam antagônicas, sustentando que identidades opositoras devem ser erradicadas e que sua participação na esfera pública, seus direitos e pretensões, são ilegítimos (MOUFFE, 2015).

Em Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), a distinção nós/eles, que é a condição da possibilidade de formação de identidades políticas, sempre pode se tornar uma relação de antagonismo; existe aí uma "exterioridade constitutiva", em que o "nós" sempre depende do "eles". Mas enquanto Schmitt (1996) limita sua visão do político à relação entre amigo/inimigo, ela propõe uma nova leitura dessa dinâmica, que não é "nem a relação liberal entre concorrentes econômicos ou interlocutores racionais, nem a guerra schmitteana entre inimigos irreconciliáveis, mas uma relação entre adversários políticos" (HOWARTH, 2008, p. 177, tradução nossa). Nesse contexto, as identidades são pertencentes ao mesmo ente político e compartilham um espaço simbólico marcado pelo desacordo. A relação deixa de ser antagônica e passa a ser

agonística. O agonismo surge, então, como um terceiro tipo de relação, que não elimina o conflito, mas o domestica.

(...) o agonismo é uma relação entre nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe nenhuma solução racional para o conflito, ainda assim reconhecem a legitimidade de seus oponentes. (...) Poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar o antagonismo em agonismo. (MOUFFE, 2015, p. 19).

Com isso, pode-se dizer que o modelo adversarial é elemento constitutivo de uma democracia plural. Ele doma o conflito com instituições práticas que permitem que o antagonismo seja desenvolvido de forma agonística. Quando esses canais não existem ou não são respeitados, a discordância tende a surgir de modo violento (MOUFFE, 2015).

Contudo, a ideia de adversários aqui sustentada não é a mesma disseminada pelo discurso liberal. Para os liberais, o adversário é um competidor e o espaço da política é um terreno neutro. Não há questionamento da hegemonia dominante. Não há tentativa de transformar as relações de poder, apenas de substituí-las. “Trata-se simplesmente de uma competição entre elites.” (MOUFFE, 2015, p. 20). Já no seio do conflito agonístico, o que está em jogo é a configuração das relações de poder em torno das quais a sociedade está estruturada. É um conflito entre projetos hegemônicos opostos que não podem ser acomodados racionalmente. Esse conflito é regulado por procedimentos democráticos aceitos pelos adversários. Segundo o pesquisador Mark Wenman (2013), abordagens democráticas liberais e deliberativas estão mais preocupadas com instituições, procedimentos e princípios constituídos, enquanto teorias agonistas focam em um tipo de poder constitutivo que é livre e imprevisível, derivado da ação coletiva que perturba as formas de autoridade estabelecidas.

Mouffe (2015) dialoga com o pensador búlgaro Elias Canetti (1960) com o fim de esclarecer o papel das instituições democráticas na promoção de relações agonísticas. O autor apresenta a mecânica do sistema parlamentar como “uma guerra que abriu mão de matar” (MOUFFE, 2015, p. 21), em que as partes envolvidas no embate são capazes de verificar sua força relativa sem que a violência seja adotada como método de decisão. Esse seria, para a cientista política, um exemplo de como transformar inimigos em adversários. Assim, os instrumentos oferecidos pela democracia, como o voto e o debate parlamentar, não devem ser encarados como

uma manifestação da racionalidade humana, mas como uma forma de controle dos impulsos antagônicos, da agressividade, do conflito e das “paixões” políticas. “Como na guerra, é vontade contra vontade (...) O membro do partido derrotado aceita a decisão da maioria não por ter deixado de acreditar em sua própria causa, mas simplesmente porque aceita a derrota” (CANETTI, 1960, p. 221, tradução nossa). Logo, a destruição ou enfraquecimento de formas e estruturas democráticas para orientar o conflito abre espaço para uma relação nós/eles antagonística (MOUFFE, 2000, 2003, 2015).

Ao mesmo tempo, as expressões de antagonismo na esfera política debilitam as instituições e estruturas democráticas. É uma relação paradoxal. Mouffe (2015, 2019) responsabiliza o modelo liberal de democracia e sua incapacidade de lidar com o conflito político pela ascensão do populismo de direita em diferentes sociedades ao redor do mundo. Esse populismo atua como promotor de políticas xenófobas e soluções autoritárias (RIBEIRO E BELLATO, 2021). Acontece que, segundo a autora, no modelo liberal, a ideia de que as relações conflituosas entre grupos e atores políticos são questões já superadas dentro do sistema democrático dá forças a uma perspectiva que ela chama de “pós-política” – que, essencialmente, ignora o conflito como elemento fundante do que é político. Nesse cenário, partidos de representação política se tornariam programaticamente muito semelhantes (RIBEIRO E BELLATO, 2021), borrando as diferenças fundamentais que marcam as relações entre identidades.

Quando as fronteiras políticas se tornam indefinidas, começa a insatisfação com os partidos políticos; assistimos, então, à proliferação de outros tipos de identidade coletiva, que giram em torno de formas de identificação nacionalistas, religiosas ou étnicas. (MOUFFE, 2015, p. 29)

Para a autora, os regimes populistas de direita enfraquecem as instituições democráticas liberais e é nisso que consistem as crises democráticas tão discutidas nas últimas décadas. Ela propõe o populismo de esquerda⁹ como uma estratégia para enfrentar esse cenário, sugerindo um movimento que mobilize “afetos comuns em defesa da igualdade e da justiça social”, além de reafirmar e ampliar os valores democráticos (MOUFFE, 2019, p. 26).

⁹ Para saber mais sobre o conceito de populismo de esquerda, ver “Por um populismo de esquerda”, de Chantal Mouffe (2019).

Então, de modo resumido, a defesa de relações agonísticas, adversariais, na esfera política passa pelo reconhecimento de que o conflito é uma parte essencial da democracia. Esse ponto de vista desafia a abordagem democrática consensual, enfatizando a importância do debate público, da competição de ideias e da participação cidadã ativa na vida política. Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) sustenta que é importante promover o pluralismo agonístico dentro da arena política e da vida em sociedade. Essa promoção se dá por meio de instituições democráticas que respeitem e canalizem a expressão apaixonada de diferenças e desacordos entre cidadãos. Esse seria o caminho para um pluralismo real, significativo.

Por outro lado, o antagonismo, como conceituado por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), refere-se a um conflito profundo e irreconciliável entre diferentes identidades políticas. Essas identidades são construídas em uma dinâmica de “exterioridade constitutiva” e apresentam diferenças fundamentais que não podem ser superadas por meio de simples negociações ou compromissos entre grupos ou indivíduos.

Em Laclau e Mouffe (1985), as relações políticas não se formam a partir do choque entre identidades previamente construídas. Na verdade, o antagonismo representa o próprio momento em que tais identidades se constituem, sendo, assim, uma experiência de negatividade (MENDONÇA, 2014). Para os autores, o conceito filosófico de antagonismo (MENDONÇA, 2003) é delineado a partir da distinção teórico-analítica entre os conceitos de “oposição real” e “contradição lógica” conforme desenvolvidos por Lucio Colletti (1975) (LACLAU E MOUFFE, 1985).

Segundo Colletti (1975), a “oposição real” refere-se a um conflito concreto entre forças ou interesses sociais que se manifestam de forma prática e material na sociedade, como, por exemplo, a luta de classes. Já a “contradição lógica” diz respeito a uma incompatibilidade teórica ou conceitual entre dois termos ou proposições, um conflito abstrato no campo das ideias. Segundo o autor, essas duas formas de oposição não se sobrepõem diretamente: a contradição lógica não implica necessariamente uma oposição real, e vice-versa.

Essa distinção é fundamental para entender o papel do antagonismo no campo político, que, segundo Laclau e Mouffe (1985), não se trata de uma contradição lógica objetiva, mas sim de um fenômeno construído discursivamente. Seguindo tal proposta teórica, “(...) o antagonismo é a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva. (...) a produção de sentidos

por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada pelo seu corte antagônico” (MENDONÇA, 2003, p. 138). Ou seja, o antagonismo não é uma relação objetiva, mas sim a falha na constituição total de identidades sociais (NORRIS, 2002).

Dentro dessa perspectiva, o conceito de formação discursiva torna-se central, referindo-se ao processo através do qual significados e identidades são criados, mantidos ou transformados. O antagonismo emerge quando esses discursos, que organizam a sociedade em torno de certas ideias ou valores, são desafiados por discursos concorrentes que oferecem alternativas conflitantes. Assim, para os autores, a política é essencialmente um campo de disputas discursivas, onde diferentes grupos lutam pela hegemonia na definição de termos e conceitos, gerando antagonismos entre visões opostas sobre o que constitui a ordem social (LACLAU E MOUFFE, 1985). Resumidamente, nas palavras de Freitas (2021a, p. 20), o antagonismo é “sempre um conflito político contra sentidos e significações gerados num campo simbólico”, que escapa das dinâmicas formadas ao nível ontológico e alcança as relações no âmbito ôntico em suas disputas por sentidos.

É nesse sentido que as relações antagônicas se mostram constitutivas de todas as identidades/identificações, incluindo relações estabelecidas a partir de elementos democráticos. Se estamos lidando com lutas políticas e reconhecemos o caráter conflitante da própria política, temos de pensar e identificar tais pontos nas disputas constituídas no espaço do social em qualquer que seja seu nível. Por isso (...) entendemos a necessidade do conflito e do antagonismo para lutar contra padrões vigentes na sociedade, o que, em grande medida, é imposta pela lógica da política democrática liberal-pluralista. (FREITAS, 2021a, p. 20)

Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) argumenta que o desafio é transformar o antagonismo em uma forma de luta política dentro dos limites da democracia, em vez de permitir que ele se transforme em violência ou exclusão total. Ela busca encontrar maneiras de reconhecer as diferenças profundas e, ao mesmo tempo, manter um terreno comum onde a disputa possa ocorrer sem romper os princípios democráticos. Nesse processo, o desafio da democracia é conduzir o conflito a uma manifestação construtiva, cuidando para que as regras do jogo político sejam respeitadas e evitando que ele se transforme em hostilidade ou inimizade. A isso, a autora dá o nome de “agonismo”.

A defesa do agonismo como componente necessário para uma democracia plural não é exclusividade de Mouffe. Outros pensadores da filosofia e da política também consideram sua importância no campo político. Segundo Wenman (2013), o

conceito já se estabeleceu como parte de uma tradição distinta dentro da teoria política contemporânea. Ele lista três principais características que distinguem a democracia agonística de abordagens concorrentes: pluralismo, tragédia e conflito.

Wenman (2013) afirma que, para os agonistas, a pluralidade não é algo meramente contingente que precisa ser acomodado no cerne das sociedades modernas; é, na verdade, uma condição constitutiva da vida política que deve ser constantemente reforçada. O conflito, como já foi pontuado diversas vezes ao longo desta pesquisa, é um traço fundamental do político que está profundamente ligado à pluralidade de identidades existentes no meio social. Então, o destino “ideal” das relações conflituosas não é a reconciliação definitiva ou um julgamento “racional” dos valores e interesse conflitantes – fazê-lo significa prejudicar uma dinâmica democrática plural. A política se faz entre identidades que sustentam diferenças irreconciliáveis e esse processo gera, necessariamente, uma série de exclusões que devem permanecer abertas à contestação. Essa seria uma “visão trágica” do mundo, na qual não há esperança de redenção final do conflito e do sofrimento. Em suma, teóricos agonistas aceitam e defendem o valor de certas formas de conflito no terreno político, enxergam as dinâmicas conflituosas como inevitáveis e inegociáveis e advogam pela importância de espaços na sociedade que sirvam para a contestação produtiva (WENMAN, 2013).

Além de Mouffe, outros nomes influentes da teoria agonística são Honig (2001), Tully (2003) e Connolly (1991, 1993). Todos eles, conforme destaca Wenman (2013), aceitam a legitimidade do modelo democrático constitucional. Logo, o objetivo de suas reflexões não é tecer propostas para derrubá-lo, mas sim para transformá-lo. Para Wenman (2013), existem razões pela qual, segundo ele, outros modelos democráticos são mais bem aceitos no “círculo *mainstream*” da Ciência Política do que o modelo agonístico: é que, diferentemente das outras abordagens, a democracia agonística constrói seus argumentos e raciocínios sobre o pós-estruturalismo e o pós-modernismo – vertentes de pensamento que seriam bem menos populares entre cientistas políticos.

Enquanto muitos encaram os pensadores agonistas como “antifundacionalistas”, no sentido que recusam fundamentos ou princípios absolutos que podem servir como base inquestionável para a política, Wenman (2013) sustenta que faz mais sentido defini-los como “pós-fundacionais”, pois não recusam completamente o debate sobre essências e fundamentos relacionados ao social e ao

político; o que fazem, na verdade, é colocar em questionamento suas condições ontológicas. O autor também diferencia democratas agonistas, como Mouffe, Honig, Tully e Connolly, de democratas que define como radicais, tais quais Rancière, Žižek e Laclau¹⁰, ao mencionar as formas distintas com que encaram o poder constituinte.

(...) veremos que a democracia agonística contemporânea é caracterizada por uma ênfase exclusiva no poder constituinte na modalidade de aumento [*augmentation*, no original em inglês]. Isso contrasta com os democratas radicais contemporâneos, onde há uma ênfase igualmente exclusiva na revolução. (WENMAN, 2013, p. 9, tradução nossa)

Sinteticamente, Wenman (2013), que se esforça para pensar elementos da política, da democracia e do agonismo a partir da filosofia de Hannah Arendt, explica que os agonistas conceituam o poder constituinte em termos de um aumento não dialético das regras, práticas e instituições existentes no modelo democrático contemporâneo. Já os teóricos radicais retratam o poder constituinte como um “evento decisivo – um momento de deslocamento radical – que gera uma transformação fundamental no sistema existente” (WENMAN, 2013, p. 11, tradução nossa).

Entre as principais referências da teoria agonística, Tully (2003) é o que mais se aproxima dos debates suscitados pela abordagem deliberativa da democracia e se esforça para traçar uma teoria normativa do diálogo agonístico. O autor apresenta a discussão sobre agonismo como uma adaptação contemporânea da teoria democrática republicana. Para ele, a luta por reconhecimento na arena política possui um caráter agonístico e está intrinsecamente relacionada a formas de desafiar o poder dominante. “Na teoria de Tully, a luta pelo reconhecimento é intrinsecamente aberta, e isto está ligado à concepção republicana de liberdade como independência de formas arbitrárias de poder” (WENMAN, 2013, p. 137, tradução nossa).

O próprio Wenman (2013) defende uma concepção de agonismo, dando a ela o nome de “cosmopolitismo militante” (“*militant cosmopolitanism*”, no original em inglês). Ele parte de problemas econômicos, sociais e ambientais que afligem

¹⁰ Contudo, Wenman (2013) admite que essa divisão não é unanimidade entre pesquisadores. O autor reconhece, por exemplo, que outros pensadores (SCHAAP, 2009) enxergam Jacques Rancière como um teórico agonista – pois, como já foi discutido nesta tese, o argelino vê o conflito como elemento constituinte da política. Também é possível questionar a separação de Laclau e Mouffe em grupos distintos, já que os autores escreveram e publicaram trabalhos juntos, discutindo questões como democracia, hegemonia e conflito (LACLAU E MOUFFE, 1985). Além disso, a própria Mouffe (2015), ao criticar o modelo democrático liberal, tece argumentos em prol de uma democracia radical e plural. Nesta tese, a autora é definida como uma defensora de um tipo democrático radical, plural e agonista, pois essas não são definições mutuamente excludentes.

diferentes sociedades liberais ao redor do mundo para sustentar que tais questões demandam uma “postura mais militante” em relação às instituições e práticas políticas existentes (WENMAN, 2013, p. 264, tradução nossa). A partir disso, esboça uma teoria do agonismo e do cosmopolitismo militante que busca enfrentar esses contextos com ideias e práticas radicalmente novas – ainda que não esclareça em sua obra quais ideias e práticas seriam essas.

Já para Honig (2001, p. 799, tradução nossa), a democracia agonística pode ser definida como uma forma de constitucionalismo, sempre marcada pelo “tumulto radicalmente arriscado do aconstitucionalismo”. Sua concepção de política envolve a ideia de “perpetuidade da contestação”, que inclui a eterna tensão entre o disruptivo e o administrativo, o estável e o instável, o ordinário e o extraordinário (WENMAN, 2013).

Connolly (1991, 1993) desenvolve sua teoria da democracia agonística apoiada nos valores ético-políticos do respeito agonístico (“*agonistic respect*”, no original em inglês) e da responsividade crítica (“*critical responsiveness*”). Assim como Mouffe, ele enxerga o conflito na base da sociedade, colocando o sofrimento como um traço elementar da condição humana. O autor defende que é por meio do conflito político que as identidades são constituídas e que formas de competição agonística são importantes porque “cada identidade está fadada a competir – em vários graus e de diversas maneiras – com outras das quais depende para se enunciar” (CONNOLLY, 1991, p. 92, tradução nossa). Nesse contexto, o respeito agonístico seria uma virtude cívica, uma forma de tolerância em relação a identidades alternativas diante de sua inevitável manifestação em uma arena de conflito público (CONNOLLY, 1991). Essa virtude seria a base para uma forma construtiva de contestação, baseada em noções de “competição respeitosa e colaboração seletiva” (CONNOLLY, 1993).

Howarth (2008) aproxima a visão agonística de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) da de Connolly (1991, 1993), ainda que a própria autora sustente que sua abordagem difere das apresentadas pelos pensadores agonísticos anteriormente discutidos. Em suas palavras, eles “geralmente consideram o político como um espaço de liberdade e discussão”, enquanto, para ela, o político é, sobretudo, terreno de conflito e antagonismo (MOUFFE, 2015, p. 19). Para Honig (2001), Connolly (1991, 1993) e Tully (2003), a principal ameaça ao ideal agonístico são as aspirações de excessiva unidade e homogeneidade na sociedade (WENMAN, 2013), diferentemente

do que sustenta Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), para quem o antagonismo representa uma séria ameaça à democracia.

O quadro 1, apresentado abaixo, resume os conceitos de agonismo e antagonismo políticos apresentados até este ponto da tese. São assumidos os sentidos dados por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), ainda que este capítulo apresente outras perspectivas sobre agonismo político, como as sustentadas por Honig (2001), Connolly (1991, 1993), Tully (2003) e Wenman (2013).

QUADRO 1 - AS DEFINIÇÕES DE ANTAGONISMO E AGONISMO POLÍTICOS

Conceito	Definição	Características
Antagonismo político	Na apresentação normativa de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), é uma forma destrutiva de conflito inerente ao político, resultado do embate entre identidades e interesses discordantes. Para a autora, toda relação política é marcada por seu potencial antagônico e esse traço conflitivo não deve ser suprimido, pois é a força motriz que permite aos grupos e indivíduos desafiar a ordem hegemônica.	Quando não “domesticado” ou canalizado, torna-se negativo para as sociedades democráticas. O antagonismo não domado assume traços violentos e intolerantes, desestabiliza instituições democráticas e ameaça os direitos e até a existência de indivíduos/grupos opositores. Sua relação política é a de amigo/inimigo, e a postura política busca a eliminação.
Agonismo político	Forma construtiva do conflito político, também segundo as definições normativas de Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). É, de modo resumido, o produto da canalização do antagonismo por vias plurais e democráticas. Não é resultado de consenso, mas do dissenso que deriva da manifestação de identidades e interesses conflitantes na arena política. Surge a partir de instituições democráticas fortes e de outros canais que permitem a expressão pública e o desafio das estruturas hegemônicas.	É positivo para sociedades democráticas e essencial para um modelo de democracia plural. Sua relação política é a adversarial, em que há diferenças irreconciliáveis entre indivíduos/grupos, mas há o respeito às regras do jogo democrático.

FONTE: autora (2024).

Aqui, cabe mencionar algumas críticas importantes à abordagem de Mouffe em relação à democracia agonística e às dinâmicas que a circundam – inclusive ao que Mendonça (2003) chama de “definição filosófica” do antagonismo. Um primeiro problema é o fato da autora desconstruir “toda a base de sustentação ontológica dos

deliberacionistas (e também do modelo liberal-agregativo) para, no fim, concordar e legitimar sua dimensão ôntica consensual e pós-conflito” (FREITAS, 2021a, p. 17), já que defende a existência de consensos mínimos para sustentar dinâmicas democráticas. Em suma, apesar de criticar as teorias conectadas à deliberação, no fim, não consegue as ultrapassar de fato (MIGUEL, 2014b; FREITAS, 2021a, 2021b).

Outro ponto de atenção é mencionado por Roskamm (2014), que sustenta que Mouffe não desenvolve de maneira efetiva a possibilidade de domesticação do antagonismo, avançando pouco em relação à sua transformação em agonismo. Segundo Mendonça (2010a, 2010b, 2021), as discussões apresentadas pela autora apresentam limitações normativas e seu debate sobre democracia agonística não alcança, de fato, o patamar de um modelo de democracia. Além disso, se o antagonismo é condição para o político e para a construção de identidades políticas, não seria viável, nem desejável, substituí-lo pelo agonismo (FREITAS, 2021a). Então, para Mendonça (2012, p. 206), o

antagonismo é (...) entendido tão somente como uma forma de identificação política, de identificação a partir de uma ameaça política. Apesar de ser responsável pelo desencadeamento de um processo articulatório de sentidos, que produzirá um discurso político, sua função limita-se a isso, uma vez que, estando o corte antagonístico externo ao discurso, ele não é capaz de produzir qualquer sentido neste. Portanto, os sentidos discursivos, positivos ou negativos, são internos ao discurso e produzidos de forma autorreferente pelo mesmo, cabendo ao antagonismo o papel de irritação sistêmica (...).

Em outras palavras, o antagonismo se manifesta quando um grupo ou indivíduo se identifica politicamente em oposição a um inimigo ou ameaça externa. Também dá início a um processo de articulação de significados que resulta em um discurso político, mas os significados e narrativas construídos são produzidos pelo próprio discurso, e não pelo antagonismo que o instigou (MENDONÇA, 2012).

A apropriação de Schmitt (1996) para a construção da ideia de antagonismo também não se dá sem controvérsias (FREITAS, 2021a). Alguns críticos, como Beckstein (2011) e Miguel (2014), apontam que o histórico do filósofo e jurista alemão, fortemente relacionado ao nazismo, compromete o uso de seus conceitos em uma teoria democrática e sugerem que o diálogo de Mouffe (2015) com Schmitt (1996) gera problemas normativos para a politóloga.

Ademais, a definição filosófica (MENDONÇA, 2003) de antagonismo é difícil de ser operacionalizada e aplicada empiricamente, devido à sua construção

essencialmente normativa. A natureza discursiva e subjetiva do conceito torna desafiadora a sua tradução para variáveis empíricas claras e mensuráveis, uma vez que envolve disputas simbólicas, identidades políticas e interpretações contextuais, elementos que são fluidos e dependem de fatores sociais, históricos e culturais específicos. Norris (2002, 2006), por exemplo, faz críticas à ideia de antagonismo no pensamento de Laclau, reconhecendo que, na elaboração do autor, o antagonismo expõe de maneira eficiente a fragilidade das identidades sociais, mas falha ao apresentar propostas estratégicas concretas para ação política. Sua colocação é que o teórico político argentino, ao focar na crítica de identidades fixas, deixa em aberto como as lutas políticas poderiam se desenvolver na prática. A crítica de Norris (2002, 2006) também aborda o uso excessivo de referências filosóficas complexas, o que pode obscurecer a aplicabilidade da teoria em contextos políticos reais.

Uma busca na base acadêmica *Web of Science* com “*antagonism*” como palavra-chave para título e resumo mostrou que, neste século, apenas 16 trabalhos foram publicados a respeito do tema sob a etiqueta “*Political Science*”¹¹. Outra pesquisa na base de dados *Scopus*, com o mesmo termo-chave, retornou 75 publicações – artigos científicos, livros ou capítulos de livros – lançadas entre 1998 e 2023. Na SciELO Brasil, a pesquisa com o termo “antagonismo”, limitada a publicações com as etiquetas “Política” e “Comunicação”, retornou 13 resultados, publicados entre 2000 e 2023. Ao todo, foram encontrados 104 artigos, livros e capítulos de livros sobre o tema no *Web of Science*, *Scopus* e SciELO Brasil, que integram a revisão bibliográfica desta tese.

Desses, 20,2% traziam “antagonismo” como um sinônimo para conflitos políticos de modo genérico, sem discutir uma conceitualização teórica ou operacionalização do termo. Em 34,6%, o debate foi essencialmente teórico, utilizando os conceitos apresentados por Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e/ou Laclau e Mouffe (1985).

Entre os materiais estudados, apenas 25,9% apresentaram análises de casos, conjunturas e contextos políticos, culturais e sociais, associando-os ao conceito de antagonismo segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e/ou Laclau e Mouffe (1985). Porém, isso não significa que tais trabalhos possuem categorizações claras para antagonismo, ou, então, que operacionalizam o termo.

¹¹ Busca feita em setembro de 2023.

Em 5,7% dos artigos, livros e capítulos de livros encontrados, a ideia de antagonismo se aproxima da que é apresentada por Mouffe (1985, 2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau (1993, 2001, 2005) – definindo o antagonismo como essencial para a política, o político e/ou para a formação de identidades –, mas não é embasada nas obras dos autores. E em 13,4%, o conceito de antagonismo é apresentado de outras maneiras, articulando outros autores e definições. O quadro 2 sintetiza essas abordagens.

QUADRO 2 - REVISÃO DE LITERATURA SOBRE “ANTAGONISMO” NAS BASES DE DADOS SCOPUS, SCIELO BRASIL E WEB OF SCIENCE

Abordagem sobre antagonismo	Referências
Sinônimo para tensões e conflitos políticos – incluindo os violentos –, sem apresentar uma conceitualização ou operacionalização para o termo.	Henderson (1998); Reuveny e Thompson (2002); Lund (2009); Volmert (2008); Neofotistos (2010); Bowman (2011); Morrow (2011); Veiga, Souza e Cervi (2011); Kang (2012); Van Ginderachter e Leerssen (2012); Chung (2014); Lambkin (2014); Oliveira e Turgeon (2015); Bueno-Lacy e Van Houtum (2018); Maltese, Bachmann e Rakow (2019); Fuks, Ribeiro e Borba (2020); Pacheco <i>et al.</i> (2020); Saeidzadeh e Strid (2020); Skoulariki (2020); Bloch e Olivares-Pelayo (2021); Bello (2023).
Discussões normativas associadas à conceitualização de antagonismo segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e/ou Laclau e Mouffe (1985).	Mendonça (2003, 2012); Mouffe (2005); Norris (2006); Fritsch (2008); Trainor (2008); Diken (2009); Kattago (2010); Laclau (2012); Marchart (2012); Leggett (2013); Goeminne (2013a, 2013b); Roskamm (2014); Aggestam, Cristiano e Strömbom (2015); Ghilini (2015); Dilley (2017); Kioupiolis (2017); Yamamoto (2017); Shevchuk (2017); Mcauliffe e Rogers (2018); Rose-Redwood <i>et al.</i> (2018); Amendola (2019); De Carolis (2019); Farrell (2019); Guille (2019); Mcauliffe e Rogers (2019); Olkovich (2020); Szklarska (2020); Wróblewska-Trochimiuk (2020); Fabian (2021); Freitas (2021); Tunderman (2021); Cunha (2022); Phelan (2022); Sant (2022); Landau-Donnelly e Pohl (2023); Phelan (2023).
Análises de casos, conjunturas e contextos políticos, culturais e sociais, utilizando o conceito de antagonismo segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e/ou Laclau e Mouffe (1985).	Featherstone (2003, 2004, 2007); Inch (2012); Geiser (2012); Lawson (2013); Bowman (2014); Bernanke e Phelan (2016); Franzé (2017); Pereira e Prates (2017); Freitas (2018, 2020); Kantara (2018); Drzewiecka e Hasian (2018); Abts, Dalle Mulle e Laermans (2019); Ben-Arie e Fenster (2019); Larionova e Demkina (2019); Phelan e Salter (2019); Katsambekis (2020); Kim (2020); Hansen (2021); Palestrino (2021); Hussey (2022); Gjerde (2022); Svensson (2022); Wallace (2022); Barna e Knap (2023).

A ideia de antagonismo se aproxima da que é apresentada por Mouffe (1985, 2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau (1993, 2001, 2005), mas não é embasada nas obras dos autores.	Chatterton, Featherstone e Routledge (2012); Newman (2013); Featherstone (2015); Baliqi (2017); Kuipers (2021); Revers (2021).
O conceito de antagonismo é apresentado de outras maneiras, ao articular definições próprias e/ou de outros autores.	Bocara (2008); Plotnikov (2009); Vieira e Silva (2013); Featherstone e Griffin (2015); Ritter (2016); Brintnall (2017); Paredes Goicochea (2018); Chignola (2019); Habermehl (2019); Wood e Lehdonvirta (2021); Chaloub e Cannone (2022); Joyce e Walz (2022); Paterson, Tobin e Vandever (2022); Nöth (2023).

FONTE: autora (2024).

Mesmo nas situações em que há a investigação de casos e contextos sociais, culturais e políticos envolvendo o conceito, existe uma dificuldade em encontrar categorias pré-definidas para a análise do antagonismo político. Joyce e Walz (2022) estão entre os únicos a oferecer algo nesse sentido. Sua pesquisa examina como o antagonismo é construído interacionalmente em um encontro público entre um cidadão e um parlamentar durante discussões sobre o Brexit, no Reino Unido, em 2019. Para isso, os autores utilizam a Análise de Categorização de Membros (MCA) – ou *Membership Categorization Analysis*, em inglês –, uma abordagem da etnometodologia que estuda como as pessoas usam categorias sociais para organizar e interpretar a realidade durante interações cotidianas. Em seus resultados, eles encontram que o antagonismo na dinâmica estudada envolveu, principalmente, técnicas de desafiar a legitimidade do opositor e de criar grupos internos e externos, num processo constante de inclusão e exclusão (JOYCE E WALZ, 2022). O estudo contribui para uma conceitualização empírica do antagonismo, mas usa uma metodologia distinta e distante da que é empregada nesta tese.

Logo, diante da escassez de ferramentas metodológicas claras para identificar manifestações de antagonismo em trocas políticas reais – considerando o conceito filosófico (MENDONÇA, 2003) apresentado nos escritos de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), Laclau (1993, 2001, 2005) e na parceria entre Laclau e Mouffe (1985) –, esta pesquisa buscou elaborar uma estrutura operacional para identificar e categorizar o fenômeno, expandindo a revisão de literatura e o entendimento de antagonismo em linhas mais gerais, mas ainda enraizadas no princípio de “nós” contra “eles” que deu sustentação a toda a discussão teórica levantada até então (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015).

Para isso, a tese recorre a uma gama de trabalhos (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) que permite enxergar o antagonismo sob outra lente: a da estratégia política. Ao transitar para uma compreensão mais ampla e pragmática de antagonismo como uma tática para dinâmicas e discursos políticos, torna-se possível analisar o fenômeno de modo mais direto, assumindo-o como uma forma de identificação política diante de ameaças também políticas (MENDONÇA, 2012).

Enquanto o conceito normativo elabora a base do antagonismo como a construção discursiva de fronteiras entre “nós” e “eles”, enfatiza a inevitabilidade do conflito e esclarece sua importância para a constituição de identidades políticas (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015), a noção de antagonismo como estratégia materializa essa ideia ao nível das ações e discursos de atores políticos e cidadãos. O antagonismo se torna, assim, uma ferramenta identificável para mobilizar eleitores, consolidar alianças e definir inimigos políticos (AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Além disso, nos últimos anos, o cenário político brasileiro tem sido marcado por antagonismos (AVRITZER, 2018) que merecem ser analisados sob a ótica da estratégia – principalmente quando se trata dos discursos de agentes estatais (AVELAR, 2021). Por isso, a próxima seção desenvolve a ideia de antagonismo como uma estratégia política.

2.3 O ANTAGONISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

O conceito de antagonismo político (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019) é importante para entender as dinâmicas discursivas dentro de sociedades democráticas. Como já apresentado e discutido anteriormente, autores como Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e Laclau (1993, 2001, 2005) argumentam que a política é essencialmente marcada por conflitos entre grupos que possuem visões antagônicas sobre o que consideram ser a ordem social ideal. Esses antagonismos não são simplesmente disputas sobre diferentes políticas ou prioridades, mas expressam, no nível discursivo, uma disputa sobre a própria definição de identidade política e a delimitação do “nós” e “eles” (LACLAU E MOUFFE, 1985). Nesse sentido, o antagonismo é inerente às estruturas discursivas,

pois todo discurso político depende de fronteiras excludentes que definem o que está dentro e o que está fora, quem são os aliados e quem são os inimigos (MENDONÇA, 2003; FREITAS, 2021).

A partir desse entendimento, o antagonismo transcende o âmbito normativo e assume o potencial de se tornar uma estratégia prática. Em um contexto de instabilidade política – ou, como define Avritzer (2018), num cenário de mal-estar democrático –, ele pode ser mobilizado de forma estratégica para criar narrativas que simplificam a complexidade política, construindo um “outro” radicalmente oposto que é visto como uma ameaça à ordem desejada (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Essa é uma colocação presente nas discussões e análises de Flinders e Hinterleitner (2024), que exploram uma tática política chamada “*blame-seeking*” (em tradução literal, “busca por culpa”), em contraste com a estratégia política tradicional de “*blame-avoidance*” (“evitar a culpa”), normalmente associada a políticos que tentam evitar ser responsabilizados por falhas em suas condutas, discursos e manifestações (HOOD, 2002).

Os autores buscam entender por que e como certos atores políticos adotam uma estratégia de culpar-se intencionalmente para ganhar apoio, antagonizando, ao mesmo tempo, alguns setores da sociedade. Essa dinâmica está relacionada ao aumento da polarização e da insatisfação democrática, criando oportunidades para que políticos usem o antagonismo como uma ferramenta estratégica (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Em suma, o argumento que Flinders e Hinterleitner (2024) sustentam é o de que, em democracias marcadas por conjunturas conflituosas, assumir culpas pode ser uma tática efetiva para agentes políticos, assim como antagonizar determinados grupos e indivíduos — como elites, opositores, imprensa, autoridades ou até instituições. O antagonismo, nesse contexto, é usado deliberadamente para criar um “jogo de culpas” (“*blame game*”, no original em inglês) em que o político ganha crédito com um grupo ao ser culpado por outros, sustentando, muitas vezes, um comportamento errático, impolido e intolerante diante da sociedade e dentro das relações políticas. Essa postura seria vista pelos apoiadores como uma quebra de *status quo*. Com isso, é criada uma divisão de “nós contra eles” (*us/them*) – tal qual ocorre nas definições de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) – intencional e calculada,

que serve como meio para angariar suporte político (AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Em seu estudo, Flinders e Hinterleitner (2024) usam como exemplo o ex-primeiro-ministro do Reino Unido Boris Johnson, que se beneficiou de um estilo político provocativo, alienando certos grupos para consolidar apoio entre aqueles que se sentiam marginalizados de alguma maneira. No Brasil, é possível traçar paralelos com a postura de Jair Bolsonaro (PL), que, com frequência, dirigiu discursos inflamados contra adversários e instituições políticas, assumindo uma imagem de desafiante da “política tradicional” e do “politicamente correto” (VASCONCELLOS, 2019; AVELAR, 2021; AVRITZER, 2020; SANTANA, 2021; MAGALHÃES, 2022). Assim, ele adquiriu o suporte de camadas da população que se sentiram incomodadas com o estremecimento de seus privilégios diante de alguns dos avanços políticos e sociais das últimas décadas (PORTO, 2023).

Desse modo, ao invés de apresentar questões substantivas à população, alguns atores políticos passam a instrumentalizar o antagonismo para reforçar sua base de apoio (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), delineando claramente os inimigos e amplificando as tensões discursivas (OSTIGUY, 2017; HOYLE *ET AL.*, 2021). Essa estratégia pode ser observada tanto em períodos eleitorais, que tendem a ser mais efervescentes e radicalizados (AMOSSY, 2011; LATTMAN-WELTMAN, 2015; BRUGNAGO E CHAIA, 2015; CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019), quanto no cotidiano da atuação política.

Em meio à discussão sobre o uso intencional do antagonismo político, Flinders e Hinterleitner (2014) compilam, a partir de uma revisão de outros autores, várias estratégias de *blame-seeking*, divididas em táticas antecipatórias e reativas. As primeiras são utilizadas para criar eventos focais negativos, antecipando a culpa como parte de uma estratégia calculada. Já as últimas são usadas para explorar eventos negativos após a culpa ser atribuída.

Entre as estratégias antecipatórias listadas pelos autores, há a construção de alteridade (*othering*¹²), com a definição de bodes expiatórios (LAZARDIS E CAMPANI, 2016); a ofensa contra oponentes políticos (OSTIGUY, 2017); a prática de ofuscar fatos e informações científicas com ambiguidade intencional e desinformação estratégica (HAMELEERS *ET AL.*, 203); o ato de “iscar”, definido como tentativas

¹² Nesta pesquisa, a tática de “*othering*” foi traduzida e apresentada como “construção de alteridade”. As demais estratégias também foram traduzidas pela autora, do inglês para o português.

deliberadas de irritar adversários, por vezes utilizando uma comunicação “apito de cão”, com mensagens escusas mais facilmente captadas por apoiadores (GOODIN E SAWARD, 2005; ASKOLA, 2015); e a disposição para quebrar regras, rejeitar normas e sustentar um comportamento anti-institucional (AIOLFI, 2022).

As estratégias reativas são compostas por: negação, que envolve o questionamento das regras do jogo político e a recusa em aceitar que o próprio comportamento é problemático (FALKENBACH E GREER, 2021); a postura beligerante, que diz respeito a um comportamento de recusa e retaliação em relação à culpa recebida (BUCY *ET AL.*, 2020); distração, quando a culpa atribuída é usada para desviar a atenção de falhas e indiscrições (FLINDERS, 2020); reclamação a respeito de um tratamento supostamente injusto, acusando a existência de “dois pesos, duas medidas” (HINTERLEITNER E SAGER, 2023); e o escalonamento de respostas e ações contra oponentes, podendo chegar ao uso de violência (JACOBSON, 2024).

Todas as táticas apresentadas são formas antagônicas de conquistar, manter ou ampliar influência política, alcançar objetivos políticos e minar a credibilidade e os direitos políticos de adversários (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). A construção de alteridade, por exemplo, dialoga com a dinâmica “nós contra eles”/“amigo contra inimigo” presente na concepção de antagonismo de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). A definição dessas posturas antecipatórias e reativas do *blame-seeking* – para o qual o antagonismo é uma questão central (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) – ofereceram bases para o desenvolvimento de categorias analíticas capazes de identificar e caracterizar o antagonismo estratégico nas manifestações de membros do Congresso Nacional brasileiro – objetivo principal desta pesquisa. Tanto a adaptação das táticas apresentadas quanto a elaboração dos demais indicadores para a análise são detalhadas no capítulo empírico da tese.

Outros estudos também forneceram substrato para que o livro de códigos da pesquisa fosse construído. Todos eles enxergam, de uma maneira ou de outra, o antagonismo como uma estratégia dentro do cenário político brasileiro. Em Vinhas, Sainz e Recuero (2019), é abordada a formação de antagonismos discursivos no contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2018. O estudo analisa as *hashtags* #marqueteirosdojair e #bolsolão no Twitter, examinando como elas se conectam por meio das lógicas de equivalência e de diferença, conforme a Laclau e Mouffe (1985). No texto, o antagonismo é descrito sob a ótica da Teoria do Discurso e é tratado como

central para compreender as dinâmicas de polarização política, onde duas forças em oposição emergem como faces de uma mesma moeda (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019). Segundo os autores, o antagonismo reflete uma dinâmica de articulação e repulsão entre elementos heterogêneos.

Outra pesquisa que olha para a campanha presidencial de 2018 é a de Viana e Tavares (2021). Os autores analisaram como a figura de Fernando Haddad (PT) foi construída em mensagens compartilhadas em grupos de apoiadores de Jair Bolsonaro (então PSL) no WhatsApp durante o período eleitoral, focando em mensagens que retratam Haddad como o antagonista de Bolsonaro. Os conteúdos investigados enfatizaram um conflito entre ideais de esquerda e direita, colocando o antagonismo como um elemento central dessas narrativas. Bolsonaro foi mostrado como o protagonista, representado como herói que resgata a moralidade e os valores tradicionais do país, enquanto Haddad foi descrito como o antagonista, um opositor dos “bons costumes” e do “patriotismo”. No estudo, a dinâmica “nós contra eles” (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019) é fortemente marcada pela dualidade entre “bem” – representado por Bolsonaro – e “mal” – representado por Haddad. Segundo os autores, essa relação de oposição teve como objetivo mobilizar emocionalmente os eleitores e garantir a adesão ao discurso político proposto – o que dialoga com o uso estratégico do antagonismo para angariar apoio político (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Magalhães (2022) também investiga as eleições de 2018, focando na construção discursiva sobre sexualidade promovida por Bolsonaro. A autora se apoia na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985) e parte do pressuposto de que o ator político utilizou práticas articulatórias que visavam instaurar a heteronormatividade como ordem hegemônica na sociedade, reforçando marcadores sociais e estereótipos negativos em relação à comunidade LGBTQIA+. No discurso eleitoral de Bolsonaro, o grupo foi apontado como inimigo de uma suposta moral cristã, sendo apresentado como ameaça ao desenvolvimento ético e social do país – uma formação clara da dicotomia “nós contra eles” (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019). Com base em um discurso marcado por misoginia, sexismo, machismo e homofobia, a estratégia de Bolsonaro procurou mobilizar os setores mais conservadores e fundamentalistas da sociedade por meio de uma dinâmica antagônica (MAGALHÃES, 2022). Mais uma vez, o antagonismo surge como tática dentro de discursos e manifestações políticas.

No estudo de Xavier (2022), é discutida a política externa adotada pelo governo Bolsonaro (PL), articulando a ideia de populismo de Laclau (2005). A análise identifica um discurso “antipetista” e “anticorrupção” promovido pelo então presidente da República, mostrando como essa narrativa se manifestou ao longo do mandato, impactando as relações internacionais do Brasil, especialmente no alinhamento com governos de extrema-direita e no afastamento de aliados regionais estabelecidos durante governos anteriores. A ideia de antagonismo é central na pesquisa, sendo compreendida pela divisão da sociedade em dois polos opostos: os “defensores da liberdade” e “anticorrupção” liderados por Bolsonaro contra os “corruptos” representados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esse antagonismo é reforçado nas falas do ex-presidente e nas ações de política externa que visam deslegitimar as políticas do PT e seus aliados. O autor descreve como essa lógica de divisão cria uma identidade política clara, onde o “outro” (oposição) é fundamental para a construção da identidade do governo e do “povo” que apoia Bolsonaro (XAVIER, 2022).

Fonseca (2023) também analisou a conexão entre a política externa de Jair Bolsonaro (PL) e a ideia de populismo de Laclau (2005). Entre as conclusões do estudo, foi constatado que, ao longo de seu mandato, o político criou inimigos de modo intencional, usando narrativas inflamadas como tática estratégica para consolidar uma base de apoio – em consonância com o que é apresentado por Flinders e Hinterleitner (2014).

Em Vale (2023), é investigada a construção discursiva do bolsonarismo sobre símbolos nacionais nas comemorações do 7 de Setembro entre 2019 e 2022. O estudo também se apoia, como muitos outros, na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985). Os resultados apontaram para a defesa de valores conservadores com a captura do verde e amarelo e o antagonismo em relação a opositores, designados como inimigos da nação.

Já Amorim (2024) analisa a retórica política de Bolsonaro (PL) e como ela se encaixa na lógica do fundamentalismo político. O trabalho explora como o ex-presidente se utiliza de um discurso de “verdade absoluta”, anulando o espaço para o diálogo democrático, incluindo entrevistas com bolsonaristas e eleitores de ocasião para entender suas percepções sobre a mídia, instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de aspectos da política e da pandemia de Covid-19. A principal conclusão da pesquisa é que o bolsonarismo articula uma luta entre “bem” e “mal” – numa construção de alteridade (MOUFFE,

2000, 2003, 2015, 2019; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), com o “mal” representado pelo *establishment*, que deve ser combatido. Essa dinâmica de polarização, caracterizada por Amorim (2024), é parte essencial da estratégia discursiva bolsonarista, que visa construir inimigos claros para mobilizar sua base de apoio – traço do antagonismo estratégico (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). O antagonismo, então, é utilizado para deslegitimar instituições e promover um conflito contínuo contra o que Bolsonaro classifica como “falsa democracia”.

Na contramão dos demais estudos apresentados, Castro (2023) busca entender a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência brasileira, especificamente entre 1989 e 2006, quando Lula se candidatou e foi reeleito. A análise se concentra na construção de antagonismos sociais, econômicos e políticos nos discursos dos Programas de Governo do PT. A abordagem de Laclau e Mouffe (1985) sobre o antagonismo e a construção do “nós” e “eles” no discurso político foi aplicada para entender como o PT moldou sua narrativa ao longo dos anos, criando, de modo tático, uma identidade coletiva oposta à elite e estabelecendo uma disputa pela hegemonia política.

Avelar (2021) é outro pesquisador que analisa dinâmicas antagônicas presentes em discursos políticos, definindo a política brasileira como um mecanismo de antagonismos mascarados por características do próprio sistema, com as retóricas do pacto – focada em promover uma suposta coesão e colaboração entre diversos setores sociais e políticos – e da amnésia – na qual pactos e acordos políticos são fundamentados em um “esquecimento constitutivo”. Segundo o autor, a construção de um “nós x outros” foi parte da produção de antagonismos usada como estratégia política de Lula (PT), especialmente após os escândalos do Mensalão. Avelar (2021) defende que, por anos, o lulismo deu vazão a esses antagonismos por meio de um jogo de oximoros, ou seja, da afirmação de opostos. De modo prático, isso representou

insuflar a base contra o Grupo Globo enquanto nomeava-se Hélio Costa ministro das Comunicações ou costurar acordos com José Sarney e Romero Jucá enquanto utilizava-se do discurso bolchevique para demolir Marina Silva como “neoliberal fundamentalista”: estas não eram simples contradições entre o que lulismo fazia e o que ele falava. Ele fazia e dizia as duas coisas ao mesmo tempo. Não se tratava de uma contradição entre discurso e prática, mas de um discurso-prática atravessado pelo oximoro, pela afirmação simultânea dos opostos (AVELAR, 2021, p. 311, e-book Kindle).

Em suma, de acordo com o autor, essa foi a fórmula bem sucedida com a qual o lulismo gerenciou antagonismos políticos entre 2005 e 2013. Anos mais tarde, o bolsonarismo passou a representar uma insurgência de antagonismos represados, escancarando a incapacidade do sistema político brasileiro de lidar com dinâmicas antagônicas de modo efetivo (AVELAR, 2021).

O quadro 3, apresentado abaixo, atualiza o quadro 1, com as definições de agonismo e antagonismo políticos, acrescentando uma descrição de antagonismo estratégico apoiada na literatura discutida até este ponto. A partir dessas definições – em especial da dedicada ao antagonismo estratégico –, serão construídas categorias analíticas para investigar as manifestações de atores políticos brasileiros no Twitter. A pesquisa se baseia, principalmente, nas características de antagonismo estratégico encontradas em Flinders e Hinterleitner (2024), mas repensa esses traços com a ajuda de outros estudos, especialmente aqueles focados no cenário brasileiro.

QUADRO 3 - AS DEFINIÇÕES DE ANTAGONISMO E AGONISMO POLÍTICOS E DE ANTAGONISMO ESTRATÉGICO

Conceito	Definição	Características
Agonismo político	Forma construtiva do conflito político, também segundo as definições normativas de Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). É, de modo resumido, o produto da canalização do antagonismo por vias plurais e democráticas. Não é resultado de consenso, mas do dissenso que deriva da manifestação de identidades e interesses conflitantes na arena política. Surge a partir de instituições democráticas fortes e de outros canais que permitem a expressão pública e o desafio das estruturas hegemônicas.	É positivo para sociedades democráticas e essencial para um modelo de democracia plural. Sua relação política é a adversarial, em que há diferenças irreconciliáveis entre indivíduos/grupos, mas há o respeito às regras do jogo democrático.
Antagonismo político	Na apresentação normativa de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), é uma forma destrutiva de conflito inerente ao político, resultado do embate entre identidades e interesses discordantes. Para a autora, toda relação política é marcada por seu potencial antagônico e esse traço conflitivo não deve ser suprimido, pois é a força	Quando não “domesticado” ou canalizado, torna-se negativo para as sociedades democráticas. O antagonismo não domado assume traços violentos e intolerantes, desestabiliza instituições democráticas e ameaça os direitos e até a existência de indivíduos/grupos opositores. Sua relação política é a de amigo/inimigo, e a postura política busca a eliminação.

	motriz que permite aos grupos e indivíduos desafiar a ordem hegemônica.	
Antagonismo estratégico	O antagonismo estratégico é, essencialmente, uma tática discursiva para conquistar objetivos e apoio político, ampliar influências e desacreditar opositores (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).	É nocivo ao sistema democrático, pois se apoia na instrumentalização da dinâmica "nós x eles", com a definição de bodes expiatórios para problemas econômicos, políticos e sociais. Também envolve ofensas a adversários, com ataques a seus direitos políticos e sociais, disposição para questionar e quebrar regras democráticas e posturas potencialmente violentas.

FONTE: Autora (2024).

Considerando o que foi debatido até então, o próximo capítulo foca nos potenciais riscos do antagonismo para sistemas democráticos, focando no que diz a literatura sobre antagonismo estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Além disso, há o desenrolar da discussão sobre antagonismo no cenário brasileiro, já iniciada neste capítulo. Também são feitas reflexões sobre as características do indivíduo antagônico brasileiro, em especial quando se trata de atores políticos, e sobre o Twitter como um potencial palco para antagonismo.

3 O CONTEXTO BRASILEIRO: AS CONSEQUÊNCIAS DO ANTAGONISMO POLÍTICO E SUAS MANIFESTAÇÕES ON-LINE

Este capítulo se concentra no Brasil, continuando a relacionar os conceitos e discussões anteriormente apresentados, de antagonismo político (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; HOWARTH, 2008) e estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), ao caso brasileiro.

O foco é, primeiramente, o potencial impacto do antagonismo estratégico no sistema democrático (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; HOWARTH, 2008; WENMAN, 2013; LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Também é debatida a fase de mal-estar que tomou a democracia brasileira nos últimos anos (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021) e todas as características que a acompanham, como a desconfiança nas instituições políticas (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021) e a polarização de afetos (FUKS E MARQUES, 2022).

Além disso, são apresentados traços do indivíduo antagônico e sua presença no cenário político brasileiro, relacionando isso à ascensão de pautas e movimentos conservadores no país (MIGUEL, 2018, 2021; ROCHA, 2018; HUNTER E POWER, 2019; PORTO, 2023), ao sentimento antipetista (MIGUEL, 2018; VASCONCELLOS, 2019; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020; BELLO, 2023) e ao uso de redes sociais on-line (MIGUEL, 2018; MACHADO E MISKOLCI, 2019; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; SOUZA NETO, 2020; PEREIRA, 2021; RECUERO, SOARES E ZAGO, 2021; SEIBT E DANNENBERG, 2021; ALVES E CUNHA, 2024; MANCOSO E ROQUE, 2024; SALLES, MARTINS E SANTINI, 2024). A partir desses contextos, são estabelecidos paralelos entre o antagonismo na conjuntura brasileira e as estratégias de antagonismo apresentadas por Flinders e Hinterleitner (2024).

Por fim, há uma seção dedicada a discutir como o Twitter pode ser um espaço para a formação e propagação de discursos radicalizados e antagônicos (CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018; CERVI, CARVALHO E MASSUCHIN, 2018; MACHADO, DIAS E FERRER, 2018; MACHADO E MISKOLCI, 2019;

RIZZOTTO E BELIN, 2019; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; RIZZOTTO E SARAIVA, 2020).

3.1 O IMPACTO DO SENTIMENTO ANTAGÔNICO NA DEMOCRACIA

O antagonismo, enquanto manifestação negativa do conflito político, é geralmente caracterizado por uma dinâmica discursiva de “nós x eles”, que se fundamenta em uma relação não meramente adversarial, mas essencialmente de “amigo x inimigo” (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019). Essa abordagem antagônica pode ser prejudicial à democracia porque, ao delimitar campos de pertencimento e exclusão, mina as bases da convivência pluralista e deslegitima os opositores políticos, substituindo a disputa democrática pela lógica da segregação e até da violência (HOWARTH, 2008; WENMAN, 2013). Dessa forma, o impacto do antagonismo extrapola as fronteiras da política institucional, afetando as interações cotidianas e influenciando negativamente a maneira como diferentes grupos sociais se relacionam.

Nesse contexto, Stoker (2016) argumenta que o ambiente político tende a se dividir em dois grupos antagônicos: o povo *versus* aqueles que não fazem parte dele, em uma distinção que reforça a lógica do “nós x eles” (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019). Os riscos dessa divisão incluem a “(...) tendência a demonizar os oponentes e o ambiente político, em geral (...) e sua incapacidade de reconhecer as complexidades da prática democrática e das comunidades nas quais vivemos” (STOKER, 2016, p. 134, tradução nossa).

Para contrapor essa dinâmica negativa, Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) defende um processo político que transforme o antagonismo em agonismo – uma forma positiva de manifestação conflituosa. A transformação implica que os conflitos sejam expressos sem a necessidade de eliminar o adversário, reconhecendo, ao contrário, a legitimidade do “outro”. Quando as dinâmicas agonísticas, como instituições e procedimentos democráticos, são obstruídas, há o risco de que “o confronto democrático seja substituído pelo confronto entre formas essencialistas de identificação ou entre valores morais não negociáveis” (MOUFFE, 2015. p. 29). Isso, segundo Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), abre espaço para manifestações conflituosas violentas. Howarth (2008) complementa essa perspectiva ao ressaltar que, para transformar antagonismos em agonismo, é essencial aceitar as regras comuns do jogo

democrático, aceitar a derrota política e entender o conflito como uma questão contínua e "infinita" na arena política.

Como ilustrado por Canetti (1960, p. 221, tradução nossa), “o membro do partido derrotado aceita a decisão da maioria não por deixar de acreditar em sua própria causa, mas simplesmente porque aceita a derrota”. Essa lógica expõe claramente a emergência do antagonismo na sociedade brasileira, como evidenciado pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) invadiram a sede dos Três Poderes em Brasília (DF) como uma resposta inflamada à sua derrota na disputa presidencial. Esse evento foi um exemplo de conflito não domesticado que assumiu contornos violentos, visando destruir o ente político (MOUFFE, 2015) ao atacar as instituições que, ainda que de forma limitada, representam a democracia. É importante lembrar que, para Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019), cabe às instituições democráticas o papel de domesticar o antagonismo.

Nesse sentido, é importante destacar a visão de Canovan (1999) sobre a face pragmática da democracia¹³, que promove valores como tolerância, paz, respeito e estabilidade. Sob essa ótica, a democracia é entendida como uma forma de governança capaz de gerenciar conflitos entre interesses antagônicos sem recorrer à violência, funcionando como um pacto de não agressão entre grupos políticos divergentes, evitando, assim, métodos destrutivos de resolução de disputas (CANOVAN, 1999).

Além disso, segundo Freitas (2021a, p. 16), o agonismo pode até impedir a manifestação dos conflitos em violência física, ou seja, “a morte do meu inimigo de carne e osso”, mas não impede que essa relação antagônica entre inimigos se manifeste no campo simbólico.

Ao dar continuidade à discussão sobre a relação entre antagonismo e agonismo, é importante retomar algumas das críticas previamente mencionadas à abordagem de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). Um ponto destacado por Roskamm (2014) refere-se ao desenvolvimento insuficiente da ideia de transformação do

¹³ Ao explorar a relação entre o populismo e a democracia, Canovan (1999), propõe uma análise do sistema democrático dividido em duas faces: a “redentora” e a “pragmática”. A primeira se refere à visão idealista da democracia como uma promessa de libertação e poder ao povo. É o aspecto utópico e inspirador, que mobiliza a participação popular. Já a segunda envolve os aspectos institucionais e rotineiros da democracia, como a organização de eleições, a negociação entre partidos, e o trabalho dentro dos limites institucionais. Essa face é focada em resolver conflitos de maneira pacífica e em manter a estabilidade política. Canovan (1999) argumenta que o populismo surge do conflito entre essas duas faces, já que há sempre uma tensão entre o ideal democrático de “poder para o povo” e a realidade pragmática das instituições políticas.

primeiro no segundo, sugerindo que Mouffe não detalha suficientemente o processo pelo qual essa mudança deveria ocorrer. Também há um problema inerente a essa substituição, que se torna questionável ao considerar que o antagonismo é condição para próprio político e para a construção de identidades políticas, enquanto reconhecidas e tratadas por instituições da democracia moderna (FREITAS, 2021a).

Além disso, Freitas (2021a) aponta que, embora o agonismo possa evitar que conflitos se manifestem como violência física — ou seja, prevenindo a “morte do meu inimigo de carne e osso” (FREITAS, 2021a, p. 16) — ele não impede que essa relação antagonica entre inimigos se manifeste no campo simbólico. Essas críticas reforçam a complexidade envolvida na tentativa de domesticar o antagonismo por meio do agonismo, destacando os limites da proposta normativa de Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019) e do conceito filosófico de antagonismo (MENDONÇA, 2003) que ela apresenta.

A partir dessas considerações, torna-se pertinente analisar como o uso estratégico do antagonismo pode impactar a democracia, especialmente quando essa tática é empregada por atores políticos que fazem parte do próprio sistema democrático — como os senadores e deputados federais estudados nesta tese. Apesar de o antagonismo ser geralmente apresentado como um fenômeno potencialmente prejudicial para sociedades democráticas (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), há nuances que merecem ser comentadas. Flinders e Hinterleitner (2024), por exemplo, argumentam que, embora o antagonismo estratégico possa gerar benefícios ao engajar uma base de apoio específica, ele também acarreta riscos significativos para a estabilidade política e para a integridade das instituições democráticas, podendo intensificar a fragmentação social e enfraquecer a legitimidade das normas e convenções democráticas.

Ademais, os autores argumentam que, embora o antagonismo, quando adotado como estratégia por agentes políticos, possa gerar uma espécie de retaliação (“*backlash*”, no inglês) favorável na dinâmica política — permitindo, por exemplo, a conquista de apoio de um ou mais grupos específicos —, há sempre o risco de que as respostas resultantes sejam mais intensas do que o esperado. Esse efeito pode alienar aliados moderados e provocar sanções ou críticas que prejudiquem a carreira política do antagonista (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

O emprego tático do antagonismo também tende a levar a um contexto de polarização exacerbada, criando fronteiras rígidas de “nós *versus* eles” dentro da

sociedade (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Como essa tática envolve, frequentemente, a rejeição de normas e convenções políticas estabelecidas (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), a presença contínua do antagonismo estratégico em um cenário político contribui para a erosão de certas regras e estruturas democráticas (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020). De acordo com Flinders e Hinterleitner (2024), ao antagonizar atores sociais e políticos como a imprensa, cientistas, opositores e instituições democráticas, o antagonismo estratégico assume o potencial de enfraquecer a confiança pública nessas entidades, gerando um clima de descrédito e desconfiança generalizada.

Levitsky e Ziblatt (2018, p. 133) seguem em uma direção lógica similar, apontando a polarização excessiva como um elemento associado ao antagonismo político, pois é quando

as rivalidades partidárias estáveis dão lugar a percepções de ameaça mútua. À medida que desaparece a tolerância, os políticos se veem cada vez mais tentados a abandonar a reserva institucional e tentar vencer a qualquer custo. Isso pode estimular a ascensão de grupos antissistema com rejeição total às regras democráticas.

Em Vinhas, Sainz e Recuero (2019), os antagonismos discursivos também são identificados como relacionados a um cenário político altamente polarizado, característica frequentemente apontada como evidente em diversas democracias contemporâneas, incluindo a brasileira (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020). Nesses contextos, os conflitos não se limitam a meras divergências de opinião política ou à competição saudável entre indivíduos e partidos – elementos naturais e fundamentais para um sistema democrático. Conforme observa Souza Neto (2020), eles tendem a evoluir para um “antagonismo disruptivo”, que emerge quando as hostilidades deixam de ser apenas expressões de diferenças legítimas e se transformam em ações que minam a cooperação social. “As divergências passam a ser processadas sem se observarem as regras constitucionais, e o adversário, a ser tratado como inimigo, tendo sua legitimidade contestada” (SOUZA NETO, 2020, p. 250, e-book Kindle). Isso resulta em uma quebra de normas institucionais, comprometendo o tecido democrático e a convivência política.

Souza Neto (2020) também defende que, desde as agitações sociais de 2013, há uma gradual desintegração do compromisso com a estrutura democrática

constitucional, substituída por visões cada vez mais antagônicas não apenas em relação à economia e às políticas públicas, mas em relação à própria democracia representativa. Pode-se dizer que esse processo culminou em eventos como os observados em 8 de janeiro de 2023, em que as normas e instituições democráticas estabelecidas foram desafiadas em nome de um contexto altamente antagônico.

Dessa maneira, o antagonismo, tanto como conceito filosófico (LACLAU E MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; HOWARTH, 2008; WENMAN, 2013) quanto como estratégia política (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), é identificado, majoritariamente, como nocivo ao fortalecimento e manutenção da democracia – ainda que autores como Freitas (2021, p. 18) discordem dessa visão. No Brasil, diferentes estudos e elementos contextuais alimentam esse debate. A próxima seção desta tese apresenta a discussão sobre como o antagonismo estratégico se manifesta no cenário político brasileiro recente, explorando seus conflitos internos e tratando das diferentes formas de polarização que dialogam com o ambiente político contemporâneo.

3.2 CONFLITOS E POLARIZAÇÕES: O ANTAGONISMO ESTRATÉGICO NO CENÁRIO BRASILEIRO

“O Brasil vive antagonismos políticos que não podem ser nomeados sem que, automaticamente, você assuma uma posição” (AVELAR, 2021, p. 9). Essa afirmação sintetiza o cenário de polarização que dominou o país nas duas últimas décadas (AVRITZER, 2018)¹⁴. Tal cenário é marcado por eventos emblemáticos, como a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), a reação antipetista e a emergência de movimentos conservadores, notadamente o bolsonarismo. Além disso, episódios como a Operação Lava Jato, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) e a pandemia de Covid-19 também desempenharam papéis significativos nesse processo de

¹⁴ Ainda que esta tese foque nesse período, é importante lembrar que há antagonismos no cenário político brasileiro que são anteriores a ele (AVELAR, 2021). Freitas (2018), por exemplo, analisa o início das disputas antagônicas entre o PSDB e o PT, com foco nas eleições presidenciais de 1994, durante as quais o Plano Real tornou-se o principal ponto de divergência entre os dois partidos. O autor também analisa a disputa eleitoral entre o PT e o PSDB na eleição presidencial de 2006 no Brasil, centrando-se na construção discursiva do antagonismo entre as candidaturas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (FREITAS, 2020).

agitação e polarização política (HUNTER E POWER, 2019; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021). Esses tópicos serão discutidos e relacionados nesta seção.

Avritzer (2018) defende a tese de que a democracia no Brasil é constituída a partir de movimentos pendulares. Segundo o autor, durante os períodos em que o pêndulo vai em direção à “contra-democracia” – algo que aconteceu a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016 –, é preciso prestar atenção em três questões especialmente prejudicadas por essa dinâmica: a vigência de direitos, especialmente os civis, a questão da determinação das políticas públicas e o problema da privatização do Estado (AVRITZER, 2018). Essa análise dialoga, em parte, com o que é apresentado por Avelar (2021), que identifica uma crise da política brasileira, iniciada nas “Jornadas de Junho” de 2013, marcada pelos já mencionados antagonismos inomináveis, com os quais o sistema político do país falhou em lidar de forma aberta e efetiva. Isso criou atmosfera para uma polarização crítica nos campos político e social brasileiros (SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021).

Avelar (2021) também defende que a linguagem teve um papel central na crise brasileira, em suas causas e consequências. O autor analisa a política brasileira a partir da retórica, associando seus diferentes momentos, de Vargas até o bolsonarismo, a figuras de linguagem que exprimem as práticas e dinâmicas que moldaram e marcaram o cenário político nacional ao longo dos anos. Dentro disso, discute como os antagonismos políticos no Brasil contemporâneo são expressos, mascarados e se retroalimentam. Um de seus principais pontos é que a história política brasileira foi, por muito anos, marcada por oximoros – figura que relaciona palavras de sentidos opostos –, em especial durante os primeiros governos de Lula (PT) de 2002 a 2010 (AVELAR, 2021). Esse ponto, já abordado no capítulo anterior desta tese, será aprofundado aqui.

O que Avelar (2021) chama de “oximoro lulista” seria a habilidade de gerenciar antagonismos por meio de contradições internas. Essa retórica paradoxal permitiu a Lula (PT) atrair setores divergentes da sociedade ao mesmo tempo que mantinha alianças contraditórias, resultando em um modelo de gestão dos conflitos políticos que, embora eficaz por certo tempo, encontrou seus limites com as manifestações de 2013 – ponto de inflexão importante na narrativa sobre polarização, crise política e ascensão de grupos de direita no Brasil (AVRITZER, 2018; ROCHA, 2018; SOUZA NETO, 2020). Como sustenta Avritzer (2018, p. 273), a partir de 2013, houve uma

inversão de condições “para a consolidação e o fortalecimento da democracia no país, (...) com a produção de um ‘mal-estar’ na democracia”.

Conforme discutido anteriormente, Avelar (2021) trata a democracia brasileira como um sistema que, por muito tempo, mascarou antagonismos. O “pemedebismo” e o presidencialismo de coalizão seriam mecanismos para isso, assim como a postura voltada à instauração de pactos e o esquecimento seletivo de situações políticas e sociais históricas. Esses recursos teriam como objetivo neutralizar os conflitos sociais por meio da retórica, garantindo a governabilidade via negociações políticas, evitando o enfrentamento de divergências. Todo esse contexto alimentou o surgimento e o desenvolvimento do bolsonarismo, caracterizado como uma rebelião dos antagonismos reprimidos nas dinâmicas de mascaramento (AVELAR, 2021).

Segundo Porto (2023), “Bolsonaro foi (...) o sintoma mórbido de um complexo processo de decadência democrática”. O movimento bolsonarista se formou em um caldeirão de insatisfação com a chamada “velha política”, representada pela democracia parlamentar e frequentemente associada à corrupção e a uma ideia de decadência dos valores morais “tradicionais” (HUNTER E POWER, 2019; VASCONCELLOS, 2019; SOUZA NETO, 2020). Adicionado a essa receita, há o antipetismo, que ganhou corpo com o contexto de inquietação política de 2013, a polarização das eleições de 2014 e as atividades espetacularizadas e retóricas tautológicas, segundo Avelar (2021), da Operação Lava Jato (SOUZA NETO, 2020). Soma-se a isso, também, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016, expressão clara de um ambiente político instável (AVRITZER, 2018). Todos esses elementos, cozinhando na pressão do cenário político dos anos subsequentes, abriram espaço para a ascensão de uma direita político-ideológica hostil e radicalizada (MIGUEL, 2018; HUNTER E POWER, 2019; SOUZA NETO, 2020), que foi, durante anos, representada pela figura de Jair Bolsonaro (SOUZA NETO, 2020).

Em suma, de acordo com Hunter e Power (2019), a vitória de Bolsonaro (então PSL) contra Fernando Haddad (PT) nas eleições presidenciais de 2018 foi impulsionada por uma crise multidimensional com quatro principais faces: (1) uma econômica, causada por uma recessão severa e prolongada; (2) uma política, caracterizada pela polarização e pelo descrédito nos partidos tradicionais; (3) uma relacionada à corrupção, fortemente marcada pela Lava Jato; e (4) uma crise de segurança pública, evidenciada pela percepção de aumento da criminalidade em diferentes partes do país. Isso tudo incitou um sentimento antipetista que trabalhou a

favor da eleição de Bolsonaro, que Hunter e Power (2019, p. 80) definem como um “populista incendiário”. “O antipetismo estimulou o voto no candidato que se apresentou com mais contundência como o seu contrário: 'O PT é o câncer; Bolsonaro, a quimioterapia' – era como pensavam muitos eleitores” (SOUZA NETO, 2020, p. 12, e-book Kindle).

Além disso, segundo Porto (2023), a classe média brasileira, predominantemente branca, foi uma das protagonistas da ascensão de Bolsonaro ao poder. Isso reforça a importância da intersecção entre raça e classe para entender a fragilidade da democracia no Brasil (PORTO, 2023) durante os anos de crise política (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021). O que Porto (2023) defende é que a ideia de “branquitude”, construída por décadas de privilégio social – com ajuda da mídia e do campo político –, foi essencial para que a classe média do país nutrisse um sentimento antipetista e apoiasse Jair Bolsonaro e outras figuras radicalizadas da direita política.

Isso se alinha com o que defende Miguel (2019, p. 14), que afirma que “acostumada a lidar com governantes de trajetória mais conservadora, a classe média brasileira muitas vezes teve atritos com os petistas”, suspeitando que uma política voltada para transformações sociais seria prejudicial aos seus interesses e à manutenção de seus privilégios. Isso impulsionou o endosso desse grupo a discursos meritocráticos, conservadores e anticorrupção, usados como justificativa para o antipetismo e para a postura antiesquerda (HUNTER E POWER, 2019; MIGUEL, 2019; PORTO, 2023). Nas palavras de Hunter e Power (2019, p. 80, tradução nossa): “Bolsonaro energizou eleitores que detestavam o PT e energizou eleitores que detestavam todos”.

Contudo, Avelar (2021) pontua que essa teoria do ódio não é suficiente para explicar o bolsonarismo, já que é a simplificação de um processo político muito mais complexo – como já apresentado nos parágrafos anteriores. Além disso, também não se pode cair na narrativa da fraude, já que as eleições anteriores a 2018 não foram mais democráticas, quando se trata de procedimentos e instituições – ainda que tenham elegido uma ameaça, ao nível discursivo, à democracia (SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021, PORTO, 2023). O autor aponta a articulação entre os Partidos do Boi, Teocrata, da Ordem, do Mercado e dos Trolls como essenciais para pavimentar o caminho de Bolsonaro à presidência do país – representados, de modo simplificado, por ruralistas, grupos evangélicos, polimilícia, lavajatistas, neoliberais e pela propagação de discursos agressivos nas redes sociais on-line. “O movimento

bolsonarista mobiliza um léxico que advém dos quatro partidos citados — ‘bandido’, ‘crime’, ‘cidadão de bem’, ‘corrupção’, ‘família’, ‘Deus’, ‘pátria’ —, mas seus giros e estratégias retóricas recebem o influxo de outro universo, o Partido dos Trolls” (AVELAR, 2021, p. 317, e-book Kindle). Como já dito, o sistema político brasileiro tem sido incapaz de lidar de maneira adequada com seus antagonismos, e o bolsonarismo foi uma expressão disso (AVELAR, 2021).

Porém, é importante lembrar que o movimento bolsonarista, e da direita radicalizada de modo geral, não foi o único a fazer usos estratégicos de antagonismos no campo político brasileiro. Para Castro (2023), o antagonismo foi usado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como uma ferramenta discursiva central para a ascensão à presidência do Brasil. Entre 1989 e 2002, a retórica do PT focou na criação de um antagonismo entre “nós” – o povo, trabalhadores, classes populares – e “eles” – a elite, classe dominante, neoliberais –, estabelecendo uma clara divisão social e política. Esse antagonismo visava promover uma identificação do eleitorado, colocando o partido como representante das classes marginalizadas e se opondo aos interesses das elites. Em 2002, no entanto, o uso do antagonismo econômico foi atenuado, e o PT adotou uma postura mais conciliatória, refletida na aliança com setores do centro político e na moderação do discurso. Isso vai ao encontro da ideia de oximoro lulista e de mascaramento dos antagonismos defendidas por Avelar (2021). A tática do oximoro é, em si, um antagonizar estratégico de determinadas figuras do campo político, para conquistar apoio popular e de outros atores importantes para o governo (AVELAR, 2021).

Ainda assim, não se pode tratar as posturas antagônicas e estratégias discursivas da esquerda e da direita radicalizada como extremos equidistantes, pois, segundo Avelar (2021, p. 344, e-book Kindle) “apenas o bolsonarismo toma a forma de um extremismo que coloca em ameaça permanente as instituições da democracia” num contexto de profunda polarização do cenário político. Em seus anos de governo, Bolsonaro sustentou uma postura anti-instituições e antissistema e foi beligerante em relação a seus adversários (AVRITZER, 2020).

Como se vê, o contexto de polarização é frequentemente mencionado no debate sobre o mal-estar da democracia brasileira (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021). Ao tratar de polarização no Brasil ao longo dos últimos anos, muitas pesquisas da área da Ciência Política se concentraram, sobretudo, na ideia de polarização do voto (LIMONGI E CORTEZ, 2010; NICOLAU, 2014; BORGES E VIDIGAL, 2018).

Poucas voltaram suas atenções para a polarização de opiniões e afetos dentro do campo político (MIGNOZZETTI E SPEKTOR, 2019; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Esta última é importante para a tese, já que, usualmente, é relacionada aos debates sobre antagonismo e crises democráticas de modo geral (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018).

De acordo com Ortelado, Ribeiro e Zeine (2022), houve, de fato, um aumento da polarização no contexto político do país ao longo dos últimos 30 anos, mas ela é predominantemente afetiva, alcançando um grau particularmente alto em 2018, principalmente em relação ao PT. A respeito da ideologia – falando sobre o posicionamento dos cidadãos no espectro político-ideológico de esquerda à direita –, existe uma polarização assimétrica, com o crescimento e a radicalização da direita ao longo do tempo (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Esses achados se aproximam do que é apontado por Fuks e Marques (2022), que sustentam que a polarização no Brasil é, sobretudo, afetiva, acentuada principalmente a partir de 2018, e mais intensa em relação a candidatos do que a ideologias.

Ademais, no Brasil, os sentimentos antagônicos e polarizados continuam a ser influenciados pelo legado da ditadura, sendo “comunista” um termo que desperta animosidade significativa entre a população (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Esses resultados corroboram outras pesquisas que evidenciam a presença de sentimentos antipetistas e antiesquerda entre os brasileiros (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016; BORGES E VIDIGAL, 2018; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020; BELLO, 2023), muito conectados aos ideais bolsonaristas (MIGUEL, 2018; DUARTE E CÉSAR, 2020; SOUZA NETO, 2020; HUNTER E POWER, 2019; AVELAR, 2021). Há também evidências de hostilidade direcionada aos “comunistas”, particularmente entre aqueles que se identificam com a direita política (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022).

Esses resultados são reforçados por Bello (2023), que investiga a natureza da polarização política no Brasil entre os anos de 1989 e 2019. A pesquisa aplica várias técnicas estatísticas para medir o grau de polarização no país, com foco no partidarismo positivo e negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). O estudo conclui que há uma polarização política dinâmica no Brasil, marcada pelo crescimento do petismo e do antipetismo. O petismo permanece mais estável ao longo do tempo, enquanto o antipetismo cresce de maneira mais acentuada (BELLO, 2023), especialmente nos anos de crise política (AVRITZER, 2019, AVELAR, 2021).

Outro ponto relevante a ser abordado nesta parte da tese é a questão da desconfiança da população nas instituições democráticas (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021). Na última seção, esse ponto foi apontado como um dos potenciais efeitos do antagonismo estratégico no sistema político (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), além de se um indicativo de enfraquecimento de um sistema democrático (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018).

Baquero, Castro e Ranincheski (2016), por exemplo, analisam as assimetrias geradas por uma “democracia inercial” no Brasil, caracterizada pela incongruência entre as dimensões formais das instituições políticas e as práticas informais da sociedade, especialmente durante as eleições presidenciais de 2014. Essa análise foca no papel da confiança nas instituições e no desgaste dos partidos políticos. Os autores afirmam que a confiança nas instituições é fundamental para a legitimidade democrática, mas, no Brasil, essa confiança tem sido baixa. Isso afeta negativamente a governabilidade e contribui para um contexto de democracia estagnada (BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016).

Já Santos e Hoffmann (2021) exploram o paradoxo entre o apoio ao regime democrático e a baixa confiança nas suas instituições políticas. O suporte ao sistema político é analisado segundo a teoria de David Easton (1968), que distingue o apoio difuso – focado em valores democráticos – do apoio específico – satisfação com o desempenho institucional. Os pesquisadores concluem que o apoio à democracia no Brasil tem crescido, mas isso não se reflete na confiança nas instituições políticas. Fatores como a baixa capacidade do Estado e a transição para valores pós-materialistas contribuem para essa desconfiança. A falta de eficiência institucional pode comprometer a legitimidade do sistema democrático e agravar a crise de confiança no futuro.

Nessa mesma direção, Fuks, Ribeiro e Borba (2020) examinam a intensidade e o escopo do antipartidarismo no Brasil e como isso afeta a tolerância política e as atitudes democráticas. Os autores propõem uma tipologia que classifica o antipartidarismo em categorias moderadas e radicais, com alvos mais restritos – um partido específico – ou mais amplos – vários partidos. O artigo mostra que os antipartidários mais intolerantes tendem a ter menos confiança nas instituições democráticas, menos apoio à democracia e maior rejeição dos direitos políticos de

minorias, como o direito de participação em eleições e manifestações (FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020).

Para Fuks, Ribeiro e Borba (2020), a ideia de antagonismo é abordada nesse contexto de antipartidarismo, que se manifesta como um conflito entre diferentes grupos partidários no Brasil, especialmente entre petistas e antipetistas. E ainda que Baquero, Castro e Ranincheski (2016) e Santos e Hoffmann (2021) não abordem diretamente o antagonismo e sua relação com a confiança no cenário político, é possível afirmar que o uso estratégico de posturas e discursos antagônicos afeta, de certa forma, a percepção da população sobre as instituições e seu funcionamento (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018; SOUZA NETO, 2020; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Esse impacto torna-se especialmente relevante quando o antagonismo estratégico surge dentro do próprio sistema político (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Diante disso, a próxima seção deste capítulo busca identificar e destacar alguns traços de antagonismo estratégico nos discursos e comportamentos de atores políticos brasileiros. Em seguida, explora como redes sociais on-line, como o Twitter, podem servir de palco para essas manifestações antagônicas.

3.3 O INDIVÍDUO ANTAGÔNICO BRASILEIRO E SUA PRESENÇA NO CENÁRIO POLÍTICO

Esta parte da tese explora os traços antagônicos adotados taticamente na comunicação de atores políticos brasileiros, especialmente no contexto do mal-estar democrático, abordado na seção anterior (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021), e em face à ascensão de uma direita mais radical (MIGUEL, 2018; ROCHA, 2018; AVELAR, 2021). A análise desses grupos é crucial, pois os resultados da pesquisa indicam que parlamentares de partidos de extrema-direita (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023) utilizam estratégias de antagonismo com maior frequência em suas comunicações no Twitter, particularmente no período analisado, entre 2019 e 2022.

De acordo com Avelar (2021), o antagonismo, sempre presente de forma velada no sistema político brasileiro, veio à tona com o bolsonarismo, manifestando-se como uma antinomia, ou seja, um conflito irreconciliável que inevitavelmente culmina na eliminação de um dos polos. Nesse cenário, Bolsonaro e seus seguidores no campo político construíram seus discursos “procurando mobilizar os eleitores através do sentimento antipetista, no combate à corrupção e à ‘velha política’, no

enfrentamento da violência e na defesa de valores da família e dos costumes” (VASCONCELLOS, 2019, p. 112).

Miguel (2018) analisa a escalada de grupos conservadores no cenário político brasileiro, destacando o aumento de visibilidade e relevância de grupos à direita do espectro político-ideológico. Segundo o autor, esse crescimento foi impulsionado durante governos petistas, em meio à acomodação da classe política tradicional. Em suma, o fortalecimento dessas forças de direita reflete uma reação de setores conservadores que se sentiram ameaçados em suas posições e privilégios (MIGUEL, 2018; PORTO, 2023).

Além disso, Miguel (2018) identifica três eixos centrais que sustentam a extrema-direita brasileira: o libertarianismo, que confere ao mercado o papel de regulador máximo das relações sociais; o fundamentalismo religioso, que elimina o debate com base em uma verdade divina e absoluta; e a reatualização do “perigo vermelho”, como uma manifestação do sentimento anticomunista (MIGUEL, 2018) – dialogando com Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), que identificaram graus de hostilidade direcionado a “comunistas” entre brasileiros que se identificam com a direita. Essas vertentes se unem de forma pragmática contra um inimigo comum, reforçando discursos de austeridade econômica, ataques aos direitos civis e promoção de pautas moralistas (MIGUEL, 2018, 2021). Trata-se de um uso claro do antagonismo como uma tática política.

Assim, Miguel (2018) conclui que a reemergência da direita no Brasil, como ele denomina, resulta da combinação entre o descontentamento de setores conservadores com as mudanças sociais e políticas promovidas pelos governos petistas (PORTO, 2023) e uma estratégia articulada que utilizou tanto a mídia — que, segundo o autor, construiu uma narrativa que singularizou o PT como o principal corrupto no cenário político — quanto as redes sociais, criando um ambiente propício à radicalização.

A desinformação também foi uma estratégia recorrente durante os anos de instabilidade política no Brasil (MIGUEL, 2018; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021) – sendo uma das muitas causas e, ao mesmo tempo, um dos sintomas para crises democráticas (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018). Como aponta Souza Neto (2020, p. 32, e-book Kindle), “(...) as *fake news* têm sido empregadas para enfraquecer governos, pressionar instituições, desmoralizar adversários e justificar medidas de força”.

Flinders e Hinterleitner (2024) apontam a desinformação estratégica, ou a prática de ofuscar fatos e informações científicas com ambiguidade intencional (HAMELLERS *ET AL.*, 2023), como uma estratégia de antagonismo de atores políticos. Esse uso tático foi evidente durante a pandemia de Covid-19, em que autoridades minimizaram ou distorceram dados científicos como estratégia política e ideológica (SEIBT E DANNENBERG, 2021). Seibt e Dannenberg (2021) investigaram as declarações de Jair Bolsonaro no Twitter durante a pandemia e suas relações com a desinformação. Os resultados encontrados pelos pesquisadores indicam que então presidente utilizou com frequência seu perfil na rede social on-line para disseminar informações falsas ou enganosas, especialmente sobre temas como o uso da hidroxicloroquina e comparações com a situação sanitária de outros países, além de atacar a imprensa e outras instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal (STF) (RECUERO, SOARES E ZAGO, 2021; SEIBT E DANNENBERG, 2021).

Ainda sobre a estratégia de desinformação, Pereira (2021) analisou como Bolsonaro utilizou o Twitter como ferramenta para propagar conteúdos inverídicos e atacar a imprensa durante o primeiro ano de seu mandato presidencial. Segundo o autor, o ex-presidente fez uso frequente e estratégico de desinformação para manter sua base de apoio mobilizada e para desacreditar jornalistas, criando um ambiente de inimizade entre o governo e a imprensa.

Outras estratégias de antagonismo elencadas por Flinders e Hinterleitner (2024) também podem ser identificadas em situações e eventos relacionados ao cenário político brasileiro e a seus agentes. A construção de alteridade (*othering*), por exemplo – com a definição de bodes expiatórios, como descrito por Lazardis e Campani (2016) – foi apresentada como um elemento comum no contexto brasileiro de polarização política (FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022), em que determinados setores da sociedade, como a imprensa, alguns partidos e/ou grupos políticos e sociais, foram retratados como responsáveis pelos problemas do país. É o caso do sentimento antipetista, por exemplo, e dos ideais antiesquerda que afloraram com a onda política conservadora (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016; BORGES E VIDIGAL, 2018; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020; MIGUEL, 2018; DUARTE E CÉSAR, 2020; SOUZA NETO, 2020; HUNTER E POWER, 2019; AVELAR, 2021, PORTO, 2023).

No estudo de Salles, Martins e Santini (2024), por exemplo, é analisado a atuação de grupos e parlamentares evangélicos no Facebook e seu papel na conjuntura de radicalização política. Os autores mapeiam sites evangélicos compartilhados por essas lideranças na plataforma, encontrando que seus conteúdos reforçam narrativas políticas e morais para a identificação de inimigos e ideais a serem combatidos. Também utilizam, frequentemente, narrativas conspiratórias, criando um discurso polarizado que apoia agendas conservadoras, muitas vezes alinhadas à extrema-direita política (SALLES, MARTINS E SANTINI, 2024) – lembrando que, segundo Miguel (2018), os setores evangélicos da sociedade e da política brasileiras fazem parte dos eixos centrais da extrema-direita no país.

A ideia de conspiração, inclusive, é um elemento relevante para o antagonismo estratégico, já que o sentimento antagônico costuma ser formado em torno de uma suposta “luta do bem contra o mal” (AMORIM, 2024), com a definição clara de inimigos dos valores e interesses do grupo antagônico (SOUZA NETO, 2020; VALE, 2023; SALLES, MARTINS E SANTINI, 2024). Essa é uma lógica importante do antagonismo como tática política, dando forma a uma variável de análise no capítulo empírico desta tese – e acaba sendo a estratégia mais presente nos *tweets* analisados, aparecendo em mais de 80% da amostra investigada. O discurso religioso, com a defesa de valores cristãos, também apareceu regularmente na análise, principalmente entre a extrema-direita, aproximando-se dos achados de Salles, Martins e Santini (2024).

A tática de ofensa contra oponentes políticos e grupos, indivíduos ou instituições encaradas como inimigos (OSTIGUY, 2017; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) também tem sido frequente no contexto político do país, manifestando-se em ataques diretos, insultos e acusações em diversos espaços e situações, seja em campanhas eleitorais e debates políticos, on-line ou off-line (LOURENÇO, 2009; BORBA, 2015, 2019; JOATHAN E ALVES, 2020; BORBA E VASCONCELLOS, 2022; IASULAITIS E VIEIRA, 2022; MOROSINI, 2022), seja fora do período eleitoral, em especial nas redes sociais digitais (SOUZA NETO, 2020; ABRAJI, 2023, 2024). Há estudos que mostram como parlamentares frequentemente iniciam ataques e propagam discursos estigmatizantes contra instituições políticas e contra a imprensa na internet, principalmente no Twitter (ABRAJI, 2023, 2024). Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) (2023, 2024), esses atores costumam ser os principais agressores verbais de jornalistas no Brasil, por exemplo, dentro e fora do ambiente digital.

Nesta pesquisa, a estratégia de antagonismo denominada “estigmatização”, que abarca, entre outros elementos, a ofensa, apareceu como a segunda principal categoria nos *tweets* analisados, presente em 45,2% do conteúdo submetido à análise categorial.

A estratégia de antagonismo denominada “iscar” (GOODIN E SAWARD, 2005; ASKOLA, 2015; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) – que envolve tentativas deliberadas de provocar e irritar adversários, muitas vezes por meio de declarações polêmicas e provocativas – aparece com frequência em mensagens passivo-agressivas e até debochadas nas redes sociais on-line. Ao estudar as estratégias bolsonaristas no Twitter para deslegitimar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, Morosini (2022) identificou o uso de memes e de discursos agressivos por parte de senadores e deputados federais, o que dialoga com a comunicação do tipo “isca” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), além de se aproximar, também, da categoria de ofensa. Para Morosini (2022, p. 6), durante seu mandato, a comunicação de Bolsonaro e de parlamentares apoiadores foi marcada por “memes, notícias falsas e um discurso difuso, inflamado e potencializado pelas redes sociais”. Na parte empírica desta tese, a “isca” esteve presente, muitas vezes, na escolha de um léxico sarcástico para atacar opositores. Como quando atores políticos de extrema-direita brincaram com a palavra “corruPTo” para desacreditar o PT.

Outra estratégia é a distração (FLINDERS, 2020; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), em que a culpa distribuída pelo ator político é usada para desviar a atenção de falhas e indiscrições – lembrando que, para Flinders e Hinterleitner (2024), o antagonismo estratégico está inserido em um “jogo de culpas”. Essa tática é visível em situações nas quais o foco das discussões públicas é desviado para outros temas a fim de evitar o escrutínio sobre escândalos ou crises governamentais – as chamadas “cortinas de fumaça”.

Um exemplo é o estudo de Pereira (2021), focado nos ataques de Bolsonaro à imprensa no Twitter. O pesquisador destaca a estratégia do ex-presidente de criar cortinas de fumaça, desqualificando jornalistas para desviar o debate público de assuntos que lhe eram desfavoráveis, como reportagens críticas, denúncias e investigações. Quando surgiam conteúdos que prejudicavam sua imagem ou de seu governo, o político frequentemente recorria ao ataque direto à imprensa, alegando que os profissionais e meios de comunicação estavam sendo parciais e disseminando desinformação (PEREIRA, 2021).

Tanto a tática de negação (FALKENBACH E GREER, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) quanto a disposição para rejeitar normas e sustentar um comportamento anti-institucional (AIOLFI, 2022; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) envolvem o questionamento das regras do jogo político e a recusa em aceitar que o próprio comportamento é problemático. Ambas têm sido utilizadas por parlamentares e outras figuras políticas brasileiras que, ao serem confrontadas com acusações ou com dinâmicas contrárias aos seus interesses, preferem culpar e antagonizar adversários ou o próprio sistema. No cenário político do país, o episódio do questionamento da eficácia das urnas eletrônicas pode ser apresentado como um exemplo.

Nesse sentido, Mancoso e Roque (2024) analisaram o debate no Twitter sobre a implementação do voto impresso no Brasil, buscando entender, sobretudo, os argumentos em torno da proposta e as estratégias de Bolsonaro e seus apoiadores ao defendê-la. Os autores pontuam que as críticas ao sistema eleitoral são mais ideológicas do que técnicas, passando pela falta de transparência à possibilidade de fraudes no sistema eletrônico, com o intuito de desacreditar as instituições democráticas brasileiras. Nesse contexto, há uma ideia propagada pelo ex-presidente e seus seguidores – especialmente quando se trata de outros atores políticos – de que as regras do jogo democrático são injustas e devem ser ignoradas.

O caso do voto impresso também se relaciona com o uso da reclamação como estratégia de antagonismo, que envolve o protesto diante de um suposto tratamento injusto dentro do campo político, com acusações de “dois pesos e duas medidas” (HINTERLEITNER E SAGER, 2023; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Além disso, essa tática passa por outro exemplo, que é a percepção de mídia hostil (VALLONE, ROSS E LEPPER, 1985), já que muitos parlamentares acusam jornalistas e meios de comunicação de estarem favorecendo seus opositores e prejudicando seus aliados políticos – o que gera o paradoxo da mídia brasileira que é “lulista”, ou “esquerdista”, e “bolsonarista”, ao mesmo tempo (ABRAJI, 2023, 2024).

Na análise desta pesquisa, parlamentares que usaram a tática de reclamação, com frequência, sustentaram a narrativa de que as instituições atuam de modo a favorecer seus oponentes políticos, que as normas – sejam elas sociais, políticas ou até legais – não são cumpridas de modo justo e igualitário e que regras e punições são pensadas e aplicadas com intenções claras de prejudicá-los. Esse comportamento também se associa com a tática de negação (FALKENBACH E

GREER, 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e com a disposição para desafiar instituições e normas democráticas (AIOLFI, 2022; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Na construção do livro de códigos para a análise de conteúdo desta pesquisa, algumas estratégias foram aglutinadas em uma mesma tática, já que apresentam dinâmicas e comportamentos similares e interligados.

Por fim, a postura beligerante (BUCY *ET AL.*, 2020; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), que envolve o escalonamento de respostas e ações contra oponentes, podendo chegar ao uso de violência (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024; JACOBSON, 2024), pode ser observado em momentos de polarização aguda, quando discursos inflamados incitam ações extremas de apoiadores e confrontos físicos entre grupos antagônicos. Um exemplo claro disso – mas fora do recorte temporal desta pesquisa – foram os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, que contaram com o endosso ou a relativização de muitos parlamentares apoiadores de Jair Bolsonaro. Enquanto atores políticos progressistas rejeitaram os eventos (SABBATINI, 2023; ALVES E CUNHA, 2024), muitos usuários do Twitter, favoráveis às invasões, sustentaram discursos de “guerra” ao sistema e aos inimigos políticos, articulando, também, a narrativa de “infiltrados” da esquerda nos ataques aos Três Poderes (ALVES E CUNHA, 2024), aplicando estratégias de antagonismo que dialogam com a beligerância, a negação e a conspiração (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Entre os *tweets* analisados neste trabalho, a beligerância esteve presente em discursos de destruição, isolamento e extermínio de grupos e indivíduos adversários.

Os usos dessas estratégias evidenciam a complexidade do antagonismo político no Brasil, especialmente entre parlamentares, refletindo dinâmicas de polarização, provocação e contestação institucional que marcam o cenário político recente. Também mostram como as redes sociais são utilizadas para manifestar e impulsionar posturas antagônicas entre atores políticos (SOUZA NETO, 2020).

Segundo Miguel (2018), a direita radicalizada utilizou habilmente as redes sociais e meios de comunicação tradicionais para ganhar espaço no debate público e mudar o foco para suas próprias pautas. Grupos e atores políticos de direita se posicionam de modo radicalizado com a justificativa de defender ideais conservadores, como família, pátria e religião (MIGUEL, 2021). De fato, as análises desta tese apontam, como já foi mencionado, que o grupo definido como extrema-direita (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023) foi o mais antagônico no Twitter.

Machado e Miskolci (2019) investigam o impacto das redes sociais na polarização política no Brasil a partir das “Jornadas de Junho” de 2013 até a ascensão de uma cruzada moral no cenário político. O texto explora como as redes sociais, particularmente plataformas como o Facebook, intensificaram disputas políticas e moralistas ao longo desse período, favorecendo o surgimento de uma direita radicalizada e o fortalecimento de grupos conservadores. A análise considera a influência das redes na amplificação de bolhas de opinião, disseminação de informações inverídicas e no reforço de polarizações (MACHADO E MISKOLCI, 2019; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019), que culminaram na eleição de figuras como Jair Bolsonaro (MIGUEL, 2018; MACHADO E MISKOLCI, 2019; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021). Nesse contexto, também são importantes elementos como a personalização das disputas políticas e os ataques a pautas como gênero e sexualidade, movidos por interesses conservadores (MACHADO E MISKOLCI, 2019; MIGUEL, 2021).

Logo, as plataformas digitais, com suas características de interação, mostraram ser espaços prolíficos para a emergência de antagonismos discursivos, contribuindo para a formação de cenários políticos polarizados (GERBAUDO, 2018; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019). Segundo Souza Neto (2020, p. 13, e-book Kindle), “o uso intensivo da comunicação digital para gerar antagonismos é um dos elementos que explica não só a eleição de Bolsonaro, mas também a própria erosão da cultura política democrática no Brasil”. O autor ainda alega que o meio digital tende a pronunciar antagonismos, ao invés de atenuá-los, como se acreditava que seria possível, há alguns anos (SOUZA NETO, 2020). Diante disso, a próxima seção discute como a internet, em especial o Twitter, pode ser uma arena para manifestações radicalizadas e antagônicas.

3.4 O TWITTER COMO PALCO PARA ANTAGONISMO: CARACTERÍSTICAS E USOS DA REDE SOCIAL

Segundo a pesquisa *Digital 2023: Global Overview Report*¹⁵, feita pelas agências internacionais *We Are Social* e *Meltwater*, havia 181,8 milhões de pessoas com acesso à internet no Brasil em janeiro de 2023. Isso representa 84,3% da

¹⁵ Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

população brasileira total. A pesquisa também revela que o país tinha, no início daquele ano, 152,4 milhões de usuários de mídias sociais, o que equivale a 70,6% dos brasileiros¹⁶ – contudo, vale observar que usuários/contas de redes sociais podem não representar indivíduos únicos, já que uma mesma pessoa pode ter mais de uma conta ou uma só conta pode ter mais de um dono.

Entre as plataformas mais utilizadas no país, está o Twitter, com 24,3 milhões de usuários. O número representa um alcance de 11,3% da população total da época, colocando o site de rede social atrás apenas do Instagram, com 113,5 milhões de usuários, do Facebook, com 109,1 milhões, e do TikTok, com 82,2 milhões. Dados de publicidade do microblog, também publicados pelo relatório *Digital 2023*, revelaram que, no Brasil, o número de pessoas alcançadas pelos anúncios no Twitter aumentou em 900 mil entre outubro de 2022 e janeiro de 2023. Isso demonstra crescimento e valorização da plataforma em território brasileiro, ainda que não seja a rede social online mais utilizada por sua população. Contudo, ainda que perca, em números, para outras redes, o Twitter se estabeleceu, ao longo dos anos, como uma importante fonte de comunicação da elite política brasileira (BRAGA E CARLOMAGNO, 2018). E, para esta pesquisa, importa mais a presença de atores políticos na plataforma e o uso que esses agentes fazem dela.

Dos 594 membros do Congresso Nacional brasileiro, 527 (88,7%) estão presentes no Twitter¹⁷. Esses números comprovam o que diz a literatura: o site de rede social se destaca como uma ferramenta de comunicação política (ANDRÉS E UCEDA, 2011) e tem sido cada vez mais usada por atores políticos brasileiros (BRAGA E CARLOMAGNO, 2018; CERVI, SINDERSKI E VERNER, 2021), assim como por agentes políticos internacionais (EKMAN E WIDHOLM, 2014; OTT, 2016; BUCCOLIERO *ET AL.*, 2020; VAN VLIET, TÖRNBERG E UITERMARK, 2020; HAMAN, 2023), para conversar com seus apoiadores, apresentar suas propostas e agendas e até para interagir com outras figuras importantes para a arena política, em interações clássicas da comunicação política (AMARAL E DE PINHO, 2017; CERVI, SINDERSKI E VERNER, 2021; SINDERSKI, MASSUCHIN E SALEH, 2022; CERVI *ET AL.*, 2023). Haman (2023, p. 1) resume a relevância do site ao afirmar que “se os

¹⁶ É importante lembrar, contudo, que esta pesquisa não foca na base geral de usuários do Twitter, mas sim no uso da elite política brasileira.

¹⁷ Tinham contas ativas no período de levantamento e coleta desta pesquisa. O levantamento das contas foi feito ao longo do primeiro semestre de 2022, a coleta dos *tweets* foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2023.

políticos quiserem ser eleitos ou informar os cidadãos sobre as suas atividades, terão a oportunidade de chegar aos eleitores através do Twitter”.

Ao discorrer sobre as funcionalidades do Twitter, Moya Sánchez e Herrera Damas (2015) defendem que a plataforma passou por uma transformação quando se trata de sua finalidade, pois foi de um canal pensado, exclusivamente, para atualizações pessoais a um meio que possibilita e mobiliza a comunicação e a conversação políticas. Castello (2020) identifica seis características específicas do site de rede social que permitem defini-lo como um “território político digital” por excelência, sendo elas: o espírito da publicidade, o potencial interativo da bidirecionalidade – que representa uma dinâmica de comunicação na qual emissor e receptor podem trocar de papéis e ocupar o lugar um do outro –, a massividade da conversa pública, o viés positivo – que, por meio do prestígio e carisma atrelados ao uso da plataforma, produz a crença de capital político e social –, a presença de capitais simbólicos e o poder de colonização – que é o fenômeno pelo qual os meios de comunicação tradicionais vêm incorporando em seus conteúdos dinâmicas baseadas nas características das redes sociais. Essas essas são traços cumulativos que se encontram presentes no Twitter, mas estão ausentes em outras redes sociais, como o Facebook, por exemplo (CASTELLO, 2020).

Para Fernandez Gomez *et al.* (2018, p. 21), afirmam que, no contexto da comunicação política,

o Twitter configura-se como o cenário ideal para que diversos públicos (políticos, jornalistas, cidadãos, etc.) de diferentes ideologias se encontrem em igualdade de condições. Ao mesmo tempo, dadas as suas características de carácter anônimo e pouco íntimo, a rede social permite às pessoas partilhar uma visão sincera das suas opiniões, sem inibições (...).

Ao mesmo tempo que as características elencadas pelos autores podem ser consideradas positivas, pois permitem a livre expressão sobre temas de relevância pública, elas também abrem espaço para posturas agressivas, justamente pela possibilidade de anonimato e pelo distanciamento entre locutor e interlocutor que é típico da comunicação on-line. Logo, não é novidade dizer que as redes sociais digitais, de modo mais amplo, e o Twitter, de maneira específica, abrigam discussões e discursos políticos que, frequentemente, exibem traços de radicalização e desrespeito (CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018; CERVI, CARVALHO E

MASSUCHIN, 2018; MACHADO, DIAS E FERRER, 2018; RIZZOTTO E BELIN, 2019; RIZZOTTO E SARAIVA, 2020).

Enquanto diversos estudos se debruçam sobre o uso do Twitter para expressão e engajamento políticos (AGGIO, 2018; FERNANDEZ GOMEZ *ET AL.*, 2018; BERNARDES, 2020; CERVI, SINDERSKI E VERNER, 2021), outros tantos preocupam-se com seu potencial nocivo para o campo político e para a democracia de forma mais ampla. Muitos focam no uso do site de rede social para a propagação de desinformação (RECUERO E GRUZD, 2019; SOARES E RECUERO, 2021), nas interações polarizadas e homofílicas que ocorrem entre seus usuários (GRUZD E ROY, 2014; SOARES, RECUERO E ZAGO, 2018; MACHADO E MISKOLCI, 2019), nos recursos discursivos que reforçam comportamentos ofensivos e impolidos (OLIVEIRA E CARNEIRO, 2018) e em seu papel no processo de “celebridização” da política (EKMAN E WIDHOLM, 2014), uma dinâmica próxima da personalização, em que a personalidade política importa mais do que aquilo que ela propõe e do que o partido que representa.

Uma pesquisa¹⁸ recentemente publicada pelo *Center for Countering Digital Hate* (CCDH), organização internacional que monitora desinformação e discurso de ódio on-line, mostrou como o Twitter pode ser um espaço ameaçador para o bem-estar da sociedade democrática ao revelar falhas no processo de moderação de conteúdo danoso pelo site de rede social. Segundo o estudo, a plataforma não inibiu 86% das postagens consideradas odiosas pela equipe de pesquisadores. Todas as publicações analisadas foram feitas por assinantes do X Premium¹⁹ – antigo Twitter Blue – em 2023.

Um estudo complementar²⁰ da mesma organização mostra que o Twitter não agiu em relação a 86% dos *tweets* reportados por motivar “ódio, preconceito ou intolerância” – há uma categoria de denúncia dentro da plataforma que inclui essas formas de violação. Segundo o CCDH, isso sugere que o site está deliberadamente permitindo que usuários, especialmente os pagantes, quebrem regras de publicação,

¹⁸ Disponível em: <https://counterhate.com/research/twitter-fails-to-act-on-twitter-blue-accounts-tweeting-hate/>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

¹⁹ O X Premium é uma assinatura mensal paga que oferece aos usuários do site o selo azul de verificação da conta e acesso antecipado a novos recursos lançados pela plataforma. Ver mais em: <https://help.twitter.com/pt/using-x/x-premium>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

²⁰ Disponível em: <https://counterhate.com/research/twitter-x-continues-to-host-posts-reported-for-extreme-hate-speech/>. Acesso em 25 de agosto de 2023.

o que reforça posicionamentos desrespeitosos e pode levar a formas ainda mais graves de violência off-line.

Para Ott (2017, p. 62), o microblog é um espaço que permite expressões odiosas porque tende a priorizar mensagens simples, impulsivas e incivis – definidas pelo autor como discursos “indelicados, insultuosos ou, de outra forma, ofensivos”. Isso está conectado às possibilidades de anonimato e distanciamento entre interlocutores, já apontadas por Fernandez Gomez *et al.* (2018). Além disso, o Twitter/X promove a impulsividade e inibe reflexões mais profundas a respeito dos conteúdos nele publicados (OTT, 2017), justamente por ser uma plataforma de textos curtos, que prega a espontaneidade com uma forma de comunicação rápida e superficial. Mensagens mais emocionais e menos racionais também são valorizadas na rede social, pois costumam gerar mais engajamento (STIEGLITZ E DANG-XUAN, 2013). Tudo isso estimula a presença de posturas e interações radicalizadas e potencialmente antidemocráticas por parte dos usuários. Isso vale para os internautas de modo geral, inclusive para os atores políticos que usam o site para apresentar ao público seus pontos de vista e defender, de críticos e opositores, seus posicionamentos.

4 O ANTAGONISMO NAS PUBLICAÇÕES DE PARLAMENTARES BRASILEIROS ENTRE 2019 E 2022: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar traços de antagonismo que surgem nas publicações on-line de parlamentares brasileiros. Seus objetivos específicos são: (i) identificar os principais alvos de hostilidade cultivados entre os representantes políticos estudados – que podem corresponder a indivíduos, grupos políticos ou sociais e até instituições democráticas, considerando o atual cenário de desconfiança que marca o contexto brasileiro (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021); (ii) reconhecer as estratégias que permitem a definição dos alvos como “o inimigo”, articulando a literatura sobre antagonismo político estratégico; e (iii) encontrar padrões que se destacam entre grupos parlamentares e se diferenciam ao longo do recorte temporal estudado.

Para atingir seus objetivos, o estudo segue duas etapas metodológicas focadas na investigação de *tweets* feitos por deputados federais e senadores com mandatos entre os anos de 2019 e 2022 – período em que o Brasil foi governado por Jair Bolsonaro (PL). A primeira etapa consiste em uma análise de conteúdo automatizada (CERVI, 2018, 2019), realizada com o auxílio de ferramentas de investigação textual como o Iramuteq e das linguagens de programação R e Python. A segunda se resume a uma análise de conteúdo clássica (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), com um livro de códigos construído a partir da literatura sobre antagonismo político (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019) em sua forma estratégica (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

O recorte temporal da pesquisa apresenta o que Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) chamam de “evidências anedóticas” de polarização política. Ainda que a polarização, em sua genericidade, tenha sido um pressuposto do debate político brasileiro nos últimos anos, estudos empíricos demonstraram graus consideráveis de polarização afetiva – definida pela animosidade contra quem adota identidades políticas adversárias – entre a população brasileira (MIGNOZZETTI E SPEKTOR, 2019; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022).

4.1 DETALHAMENTO DAS HIPÓTESES

Segundo Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), entre a população politicamente engajada no Brasil, existe correlação entre assumir uma identidade de direita e nutrir sentimentos hostis em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e seus seguidores. Isso se deve ao fato de o partido ser um dos únicos a gerar uma identidade política forte no país – mesmo que estudos como o de Samuels e Zucco (2018) apontem para uma queda no número de eleitores identificados com o PT a partir de 2014. Além disso, em terras brasileiras, os sentimentos políticos ainda são impactados pelo passado ditatorial, já que “comunista” é outro grupo que gera graus de animosidade entre a população (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Esses achados se somam a outros trabalhos que apontam para a existência de sentimentos antipetistas e antiesquerda entre os brasileiros (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016; BORGES E VIDIGAL, 2018; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020, BELLO, 2023) – alimentados por valores e ideais bolsonaristas (MIGUEL, 2018; DUARTE E CÉSAR, 2020; SOUZA NETO, 2020; HUNTER E POWER, 2019; AVELAR, 2021). Isso sustenta a primeira hipótese desta pesquisa: de que tais padrões se repetem entre a elite política brasileira e, por isso, “petistas” e “esquerdistas” serão frequentemente nomeados como inimigos nos *tweets* dos parlamentares, principalmente daqueles que se posicionam à direita do espectro político-ideológico, considerando que a animosidade tende a ser direcionada a identidades políticas vistas como adversárias (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Em complemento a essa hipótese, supõe-se que a construção desses grupos como “o inimigo” passará pela ideia de ameaça comunista – considerando o achado de Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) em relação à hostilidade contra “comunistas”, especialmente entre indivíduos que se identificam como de direita. Além disso, os ataques serão feitos com a justificativa de defender ideais conservadores, como família, pátria e religião (MIGUEL, 2021).

A segunda hipótese desta tese defende que os *tweets* marcados por antagonismo vão, com frequência, ser anti-instituições, já que atores políticos que utilizam formas de antagonismo estratégico para construir suas imagens políticas questionam frequentemente as regras do jogo democrático nesse processo (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), definindo elementos do próprio sistema

democrático – o sistema judiciário, a imprensa e o processo eleitoral – como inimigos a serem erradicados (AMORIM, 2024).

Já a terceira hipótese parte do pressuposto que políticos de direita e esquerda se aproximam uns dos outros quando se trata da presença de antagonismo no Twitter, ainda que seus alvos sejam diferentes. Há, de fato, estudos que apontam traços antidemocráticos, tais quais a radicalização e o desprezo aos oponentes, como características da comunicação de grupos de direita e extrema-direita nas redes sociais (BRUGNAGO E CHAIA, 2014; DIBAI E D'ALMONTE, 2022. MASSUCHIN, SALEH E ORSO, 2022). Esses grupos também são descritos como mais ativos e eficientes no que diz respeito ao uso de redes sociais digitais para reforçar seus posicionamentos e disseminar informações (BUCCI, 2019; SCHROEDER, 2019). Por outro lado, há uma grande lacuna na literatura quando se trata de pesquisas focadas nas estratégias comunicativas da esquerda na internet. Essa falta de resultados não pode ser encarada como um indício de que o grupo não assume posturas radicalizadas ao utilizar o ambiente on-line.

Ainda que Freelon, Marwick e Kreiss (2020) afirmem que esquerda e direita assumem diferentes modos de ativismo na internet, com a esquerda apostando, sobretudo, em “ativismo de hashtag” e a direita abraçando a desinformação e as teorias da conspiração, esta tese defende que é preciso considerar o contexto de polarização dos afetos que tem marcado o cenário político e social do Brasil nos últimos anos (MIGNOZZETTI E SPEKTOR, 2019; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022) ao discutir as posturas antagônicas de grupos político-ideológicos em redes sociais on-line – especialmente quando se fala de membros da elite política.

Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) mostram que, entre a população politicamente engajada, há polarização afetiva na correlação da identidade esquerda/direita com a escala gostar/desgostar de identidades adversárias. Nessa dinâmica polarizada, a hostilidade se manifesta, principalmente, em relação às identidades de comunista e petista – no caso de indivíduos de direita – e apoiador do regime militar – entre os identificados como de esquerda. Diante disso, a terceira hipótese desta pesquisa sustenta que, em um cenário de mal-estar democrático (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021) e de polarização dos afetos (FUKS E MARQUES, 2020; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022), fortemente marcado por um governo federal que atuou de modo beligerante em relação a seus adversários (AVRITZER, 2020), tanto atores

políticos de direita quanto de esquerda constroem seus opositores como inimigos, seja para ecoar o discurso da Presidência da República, seja para rebatê-lo.

Além disso, é lógico dizer que quanto mais próximo das extremidades da escala político-ideológica, mais antagônico o indivíduo tende a ser, pois estudos demonstram que o extremismo ideológico costuma estar conectado à aceitação de posturas violentas no campo político (BESTA, SZULC E JAŚKIEWICZ, 2015) – e o discurso antagônico é, por definição, agressivo à medida que inimiza adversários e busca suprimir seus direitos.

Por fim, a quarta hipótese defende que, durante o ano eleitoral (2022), os discursos antagônicos aparecem de maneira mais intensa, pois contextos marcados por disputas acirradas tendem a gerar o que diversos autores chamam de “radicalização militante” (AMOSSY, 2011; LATTMAN-WELTMAN, 2015; BRUGNAGO E CHAIA, 2015; CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018). Ainda que os conceitos de radicalização e antagonismo não compartilhem as mesmas definições, ambos se aproximam por ameaçarem o equilíbrio de um sistema democrático. Logo, atitudes radicalizadas podem ser acompanhadas de posturas antagônicas.

No capítulo anterior, foi discutido como atores políticos brasileiros costumam usar o Twitter e quais são as principais características de sua comunicação nesse espaço. Apresentados esses pontos, são expostos, na seção seguinte, as características do *corpus* da pesquisa, composto por *tweets* publicados por congressistas brasileiros entre os anos de 2019 e 2022.

4.2 COMPOSIÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Conforme apresentado na seção anterior, dos 513 deputados brasileiros com mandatos entre 2019 e 2022, 449 possuíam contas ativas no Twitter no momento da coleta do *corpus* desta pesquisa. As coletas foram realizadas entre janeiro e fevereiro de 2023²¹. Os nomes e contas dos parlamentares foram levantados ao longo do primeiro semestre de 2022. Logo, a lista de deputados e senadores com publicações analisadas nesta tese reflete o quadro de congressistas do período. O mesmo vale para sua presença no Twitter.

²¹ Antes que a política de acesso à API do Twitter fosse alterada, restringindo significativamente seu uso gratuito para pesquisas.

No caso dos 81 senadores, 78 tinham perfis na plataforma. No total, o banco soma 726.533 *tweets*²² de 527 perfis, publicados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 (Tabela 1). A média de *tweets* por ano por parlamentar é de 181,6, com desvio padrão de 4.019,4 – o que representa uma média de um *tweet* a cada dois dias. Tanto a organização do *corpus* quanto a análise descritiva do banco de dados foi feita com a biblioteca *pandas*²³ para linguagem Python. Os *scripts* e os *corpora* de pesquisa estão disponíveis em um repositório do *GitHub*²⁴.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS *TWEETS* POR ANO E POR TIPO DE PARLAMENTAR

Ano		Deputados(as)	Senadores(as)	Total
2019	N	71.549	19.541	91.090
	%	9,8	2,7	12,5
2020	N	109.050	26.206	135.256
	%	15	3,6	18,6
2021	N	158.342	37.489	195.831
	%	21,8	5,1	27
2022	N	249.582	54.774	304.356
	%	34,3	7,5	41,9
Total	N	588.523	138.010	726.533
	%	100	100	100

FONTE: autora (2024).

A tabela 2 contém dados para o número de parlamentares que têm publicações em cada um dos anos do recorte temporal, além das médias de postagens por ano

²² Apenas os *tweets* foram considerados. Os *retweets* não fazem parte do banco de dados.

²³ Biblioteca do Python que permite a manipulação e análise de dados.

²⁴ Disponível em: <https://github.com/sinderskir/tese-antagonismo>.

considerando o tipo de congressista. Os números para o cálculo das médias foram retirados da tabela 1.

TABELA 2 - NÚMERO DE PARLAMENTARES COM PUBLICAÇÕES EM CADA ANO

Ano		Deputados(as)	Média posts por deputado(a)	Senadores(as)	Média de posts por senador(a)	Total
2019	N	288	248,4	52	375,8	340
	%	64,1		66,7		64,5
2020	N	330	330,4	61	429,6	391
	%	73,5		78,2		74,2
2021	N	381	415,6	71	528	452
	%	84,8		91		85,8
2022	N	412	605,8	78	702,2	490
	%	91,7		100		93
Total	N	449	1.310,7	78	1.769,3	527
	%	100		100		100

FONTE: autora (2024).

A tabela 3, abaixo, mostra a média de *tweets* por dia, considerando cada um dos anos e cada um dos tipos de parlamentares – frisando que a média diária é por conjunto de deputados federais ou senadores, e não por indivíduo.

TABELA 3 - MÉDIA DE PUBLICAÇÕES POR DIA EM CADA ANO, CONSIDERANDO O CONJUNTO DE PARLAMENTARES

Ano	Deputados(as)	Senadores(as)
2019	196	53,5
2020	298	71,6

2021	433,8	102,7
2022	683,8	150

FONTE: autora (2024).

Os dados mostram não só um aumento no número absoluto de *tweets* (tabela 1) e da média por dia (tabela 3) por tipo de parlamentar ao longo dos anos, com um ápice em 2022, ano eleitoral, como também um aumento no número de congressistas que fizeram alguma postagem no Twitter com o passar do tempo (tabela 2). As médias de publicações por parlamentar também crescem (tabela 2), deixando claro que o ano de eleição apresentou um uso mais intenso do site de rede social por parte dos atores políticos analisados. Entre os senadores, a atividade foi intensa em 2022: 78 parlamentares usaram a plataforma ao menos uma vez nesse período, o que representa 96,3% do total de senadores brasileiros (81) e 100% dos atores políticos desse tipo presentes no *corpus* desta pesquisa (78).

Classificar os congressistas de acordo com seu posicionamento político-ideológico foi uma tarefa complexa, já que não foram encontrados meios para posicioná-los considerando sua autodeclaração dentro do espectro. Há pesquisas nesse sentido, como a de *Élites Parlamentarias en América Latina* (PELA), do Instituto de Ibero-América da Universidade de Salamanca (Espanha), mas sua base de dados é anonimizada – o que dificultaria a classificação dos parlamentares em outra base de dados como a desta tese – e se limita aos períodos legislativos entre 2003 e 2014²⁵. Foi considerado classificar os congressistas seguindo suas descrições no Twitter. Porém, a classificação se mostrou ineficaz e inconsistente, já que a maioria dos parlamentares não se autoposiciona dessa maneira em seus perfis de redes sociais. Logo, em busca de viabilizar a análise, esta pesquisa considerou o posicionamento dos(as) deputados(as) federais e senadores(as) seguindo a colocação de seus partidos no espectro político-ideológico, ainda que reconheça que isso pode ser uma limitação para seus resultados, já que alguns atores políticos podem se colocar em pontos diferentes da escala em relação aos partidos aos quais são filiados.

²⁵ As bases de dados são disponibilizadas pelo Instituto neste link: <https://oir.org.es/pela/bases-datos-paises/brasil/>.

Estudos como o de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) apresentam uma classificação ideológica que permite entender como os partidos brasileiros são distribuídos na régua direita-esquerda, com base em categorizações feitas por especialistas da área da Ciência Política no Brasil. Para os autores, a ideologia é um “atalho cognitivo” para partidos e indivíduos votarem e tomarem decisões. Assim, conhecer o posicionamento político-ideológico possibilita “comparações ao longo do tempo e do espaço, permitindo que notemos movimentações nas preferências dos indivíduos e nas dinâmicas dos sistemas partidários, seus (des)alinhamentos, suas polarizações e suas direções concorrentes entre pares” (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023, p. 4).

Apesar de a classificação dos partidos políticos no espectro ideológico não ser um ponto pacífico entre cientistas políticos brasileiros (AMARAL E PINHO, 2017) e o uso dos partidos para definir o posicionamento de seus atores seja questionável, diversas pesquisas usam esse recurso para analisar o comportamento de parlamentares e agentes políticos no geral em redes sociais on-line como o Twitter (MARQUES, AQUINO E MIOLA 2014; AMARAL E PINHO, 2017; LEUCK, 2022; BERNARDES E FONTES, 2024).

Amaral e Pinho (2017), por exemplo, utilizaram a classificação ideológica dos partidos conforme Tarouco e Madeira (2013) para verificar se ideologia era uma variável importante para a adoção e o uso do Twitter por parte de parlamentares federais. Leuck (2022) também considera o partido para posicionamento ideológico ao estudar como parlamentares se manifestam e interagem no Twitter. Da mesma forma, Marques, Aquino e Miola (2014) observaram aspectos individuais relacionados ao uso do Twitter por deputados federais, usando a ideologia dos partidos como parte da análise. Bernardes e Fontes (2024) também seguiram esse caminho, analisando fatores associados ao alcance de postagens de deputadas federais no Twitter e considerando a classificação ideológica de seus partidos.

Considerando os pontos elencados nos parágrafos anteriores, esta pesquisa segue a classificação ideológica de partidos feita por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) para categorizar os parlamentares estudados. A tabela 4 mostra a distribuição dos *tweets* nesses grupos.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS *TWEETS* POR ANO E POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO, CONSIDERANDO O PARTIDO

Posicionamento		2019	2020	2021	2022	Total
Extrema-direita	N	9.616	20.173	29.053	42.396	101.238
	%	10,5	14,9	14,8	13,9	13,9
Direita	N	14.093	15.587	20.630	21.994	72.304
	%	15,5	11,5	10,5	7,2	9,9
Centro-direita	N	22.710	24.626	29.580	44.035	120.951
	%	23,9	18,2	15,1	14,5	16,6
Centro	N	31.009	43.022	42.114	47.073	163.218
	%	34	31,8	21,5	15,5	22,4
Centro-esquerda	N	10.099	22.476	45.969	98.647	177.191
	%	11,1	16,6	23,5	32,4	23,4
Esquerda	N	2.974	7.948	21.823	37.763	70.508
	%	3,3	5,9	11,1	12,4	9,7
Extrema-esquerda	N	589	1.424	6.662	12.448	21.123
	%	0,6	1	3,4	4,1	2,9
Total	N	91.090	135.256	195.831	304.356	726.533
	%	100	100	100	100	100

FONTE: autora (2024).

É importante ressaltar, mais uma vez, que, nesta pesquisa, a categorização ideológica baseia-se na classificação por partidos. Contudo, essa abordagem apresenta limitações, especialmente ao se considerar que o foco da análise está nas manifestações individuais dos parlamentares. A categorização partidária nem sempre

reflete com precisão a posição ideológica de cada deputado, uma vez que, por exemplo, um parlamentar pode adotar uma postura mais à direita ou à esquerda do que a posição de seu partido, enquanto outro do mesmo partido pode estar mais alinhado a outro ponto do espectro. Ainda que a classificação partidária não seja ideal para captar essas nuances individuais, ela oferece uma base funcional – e possível, considerando as opções disponíveis para categorização político-ideológica de congressistas da 56ª Legislatura – para os objetivos desta análise.

A próxima seção deste capítulo apresenta as etapas metodológicas da pesquisa. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados da análise, à luz da literatura sobre antagonismo político e crises democráticas.

4.3 ETAPAS METODOLÓGICAS

Para analisar os traços de antagonismo que surgem nas publicações on-line de parlamentares brasileiros, esta pesquisa segue duas etapas de análise. O primeiro passo é a análise de conteúdo automatizada, baseada na identificação de categorias temáticas em um determinado grupo de textos. Essa etapa é eficaz diante de um *corpus* numeroso (CERVI, 2018, 2019), como o banco de *tweets* analisado por esta tese, formado por 726.533 publicações.

A técnica permite encontrar a essência do material (CERVI, 2018, 2019; LAHLOU, 1994) estudado de modo automatizado, com a aplicação do chamado método de Reinert, ou Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (REINERT, 1987, 1990), realizada com a ajuda da ferramenta Iramuteq para a linguagem de programação R. Detalhes de como o método funciona e qual é o passo a passo para executá-lo serão apresentados na seção seguinte. Por ora, é importante esclarecer que essa etapa é parte da pesquisa porque possibilita, a partir da análise léxica permitida pela CHD, uma triagem dos *tweets* potencialmente antagônicos. Ou seja, a análise de conteúdo automatizada ajudará a selecionar, entre os mais de 800 mil posts coletados, quais de fato interessam a esta tese e serão investigados na segunda etapa metodológica.

A segunda etapa corresponde à análise de conteúdo clássica (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016) dos *tweets* selecionados na etapa automatizada da pesquisa. Nesse momento, as publicações serão classificadas manualmente, com base em um livro de códigos construído a partir

da discussão sobre antagonismo político. Esse *subcorpus* analisado na segunda fase empírica da pesquisa será construído com *tweets* presentes em classes contextuais que indicam a potencial presença de antagonismo. Isso será avaliado conforme as palavras estatisticamente relevantes elencadas pela CHD (CERVI, 2018, 2019).

A seguir, a aplicação e o funcionamento de cada uma dessas etapas de análise serão detalhados. A seção sobre a técnica automatizada começa com a apresentação do que é e como funciona uma análise léxica, para então introduzir os passos que compõem a investigação com o Iramuteq.

4.3.1 Análise de conteúdo automatizada

O Iramuteq corresponde a um *software* de distribuição livre que permite ao pesquisador rodar análises estatísticas sobre *corpus* textuais, apoiando-se na linguagem de programação R²⁶. Seu funcionamento básico tem como princípio a lexicometria, que, de acordo com Damasceno (2008, p. 1116), é um procedimento descritivo e indutivo que trata

estatisticamente dados qualitativos sob fundo quantitativo para a caracterização topológica e combinatória de elementos lexicais de um corpus dado e delimitado, a fim de que a trajetória do discurso, por operações conhecidas e controladas, seja balizada, e a topologia e a combinatória dos elementos lexicais do corpus caracterizadas.

De modo geral, a análise léxica permite identificar e medir conjuntos de ocorrências e coocorrências de palavras (PINTO, MAZIERI E VILS, 2017), correspondendo a um método de grande importância para o avanço dos estudos feitos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais (IRIARTE SANROMÁN, GAMALLO OTERO, E SIMÕES, 2018).

A origem da lexicometria remonta ao início do século XX. Esse tipo de estudo, baseado na análise da distribuição estatística de termos em textos (PINTO, MAZIERI E VILS, 2017), cravou seu espaço no campo da linguística com o trabalho do estenógrafo francês Jean Baptiste Estoup, em 1916 (LELU, 2014). Décadas mais tarde, as pesquisas da área puderam avançar com o surgimento da lei empírica de

²⁶ Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Último acesso em 25 de setembro de 2023.

Zipf (ZIPF, 1945), que define “dimensão, importância e frequências de elementos em uma lista ordenada de palavras” (PINTO, MAZIERI E VILS, 2017, p. 3).

Segundo Iriarte Sanromán, Gamallo Otero e Simões (2018), diante da importância da lexicometria enquanto método de análise, surgiu, dentro do campo que os autores chamam de “Humanidades Digitais”, a necessidade de ferramentas computacionais e estatísticas capazes de detectar semelhanças e diferenças entre grupos de textos. Em resposta a essa demanda, esforços para automatizar a análise léxica foram feitos – e começaram a dar frutos – por volta da década de 1980 (PINTO, MAZIERI E VILS, 2017).

A partir desse período, com a possibilidade de automatização das análises, surgiram diversos estudos de lexicometria publicados em diferentes áreas do conhecimento, utilizando, em especial, o *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte*) (REINERT, 1987, 1990). De acordo com Camargo e Justo (2013), essa ferramenta conseguiu se diferenciar das demais, criadas com o mesmo objetivo, por possibilitar identificar o contexto em que as palavras aparecem. Para os autores, o ponto alto da ferramenta é a possibilidade de executar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (REINERT, 1987, 1990), que “além de permitir uma análise lexical do material textual, oferece contextos (classes lexicais), caracterizados por um vocabulário específico e pelos segmentos de textos que compartilham esse vocabulário” (CAMARGO E JUSTO, 2013, p. 515).

Entre os trabalhos pioneiros que apresentaram análises léxicas utilizando o *software* ALCESTE, destaca-se o de Saadi Lahlou (1994) sobre representação da alimentação para a população francesa. Durante a pesquisa, Lahlou (1994) analisou milhares de respostas a uma pergunta aberta sobre a prática de se alimentar bem. Ele também elencou os diferentes sentidos relacionados à palavra “comer” encontrados em verbetes de dicionários franceses. A partir da aplicação da ferramenta em seus próprios estudos, o pesquisador concluiu que a análise léxica automatizada “permite abordagens exploratórias extremamente poderosas (...) e abre o campo de dados qualitativos para a estatística descritiva” (LAHLOU, 1994, p. 1). Segundo ele, sua aplicação funciona bem em *corpus* extensos – como é o caso desta tese – e possibilita a extração do que chama de “medula” do texto estudado. Isso significa que é possível identificar os contextos e temáticas centrais presentes no *corpus* de pesquisa. Aqui, esse tipo de análise permitirá a seleção de um *subcorpus* composto pelos *tweets* que realmente interessam à tese. Essa triagem só é possível porque, a

partir da análise léxica, serão identificadas as principais características do banco de dados completo.

Ao usar a CHD em textos derivados de entrevistas, Lapalut (1995) confirmou a eficácia do *software* para análises léxicas, afirmando que, com a ferramenta, é possível obter um grande número de informações a respeito do *corpus* estudado, desde que sejam feitas interpretações apropriadas dos resultados.

Por volta dos anos 1990, surge uma nova ferramenta que permite a análise léxica automatizada (CAMARGO E JUSTO, 2013): o Iramuteq. Desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud, o *software* também integra o método de Reinert (1987, 1990) para a Classificação Hierárquica Descendente. Seu uso tem se tornado popular na última década e meia, principalmente em pesquisas desenvolvidas na língua francesa (MARCHAND E RATINAUD, 2012; RATINAUD E MARCHAND, 2012; ALDUY E WAHNICH, 2015; MORENO, MARCHAND E RATINAUD, 2015).

Ratinaud e colegas já usaram a análise léxica realizada a partir do Iramuteq para, por exemplo, identificar a presença de temáticas relacionadas à área da saúde em jornais norte-americanos e em páginas de sites como o Facebook (MANCHAIHAH, RATINAUD E ANDERSSON, 2018; MANCHAIHAH, RATINAUD E BEUKES, 2019). Também aplicaram os recursos analíticos disponibilizados pela ferramenta em *tweets* sobre o ataque feito ao jornal satírico francês Charlie Hebdo em 2015 (SMYRNAIOS E RATINAUD, 2017).

No Brasil, o *software* se tornou popular entre estudos do campo da saúde (KAMI ET AL., 2016; MOIMAZ ET AL., 2016; SOUZA ET AL., 2018; RODRIGUES ET AL., 2019; GIACOMOZZI ET AL., 2019) e foi amplamente incorporado nas pesquisas qualitativas da área (OLIVEIRA SALVADOR ET AL., 2018). Nas Ciências Sociais, o uso do Iramuteq costuma estar ligado à análise de discursos políticos e de publicações em sites de redes sociais (CERVI, 2018, 2019; BERNARDES, 2020; CARVALHO, 2020; SINDERSKI, 2020; CERVI, SINDERSKI E VERNER, 2021; SINDERSKI, MASSUCHIN E SALEH, 2022; CERVI ET AL., 2023). No estudo de Carvalho (2020), por exemplo, o foco são manifestações digitais em democracias monitoradas. A autora utiliza a metodologia elaborada por Cervi (2018; 2019), de análise de conteúdo automatizada, para investigar um grande *corpus* textual composto por publicações feitas em redes sociais on-line. Algo similar é feito nesta pesquisa, com a análise automatizada como primeira etapa do percurso metodológico.

Em suma, a análise de conteúdo automatizada permite a identificação de categorias temáticas presentes em determinado *corpus* textual, formadas “com menor interferência possível de subjetividades do pesquisador” (CERVI, 2018, p. 8), já que, diferentemente da análise de conteúdo clássica (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), as categorias analíticas da pesquisa não são criadas *a priori*, antes de uma investigação mais aprofundada do material. Elas são desenhadas com base nos resultados obtidos com o Iramuteq.

Logo, como um primeiro passo para a aplicação da técnica, é preciso que o *corpus* da pesquisa seja arranjado de modo a se adequar às exigências do *software*. Isso inclui formatar o banco de dados, organizando os grupos de textos em conjuntos que possam ser lidos pela ferramenta, e eliminar caracteres especiais que possam atrapalhar seu funcionamento – como asteriscos, arrobas e outros elementos que não têm impacto nos sentidos dos textos²⁷. Feito isso, o material é submetido à classificação do conteúdo pelo método de Reinert (1987, 1990), também chamado de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Como já dito, a CHD permite uma análise léxica que apresenta os contextos existentes nos materiais analisados; contextos que são identificáveis a partir de vocabulários específicos reunidos em grupos que têm sentidos analíticos próprios (CAMARGO E JUSTO, 2013). Na explicação de Cervi (2018, p. 9), o algoritmo de Reinert produz *clusters* a partir da “identificação dos termos que mais aparecem e que se aproximam entre si nos textos e, portanto, formam classes de termos com homogeneidade interna”.

Segundo Carvalho (2019, p. 9), como tem suas bases na lexicometria, “a análise léxica automatizada tende a ser usada para minerar o texto de forma a considerá-lo em sua unidade mais básica, a palavra”. Por isso, a palavra é a unidade de análise primária das investigações feitas com o Iramuteq. Por meio de testes estatísticos, são medidas: (1) a frequência de termos no *corpus* total; (2) sua presença relativa nos *clusters* temáticos; e (3) suas relações com outros termos, que são fortes dentro das classes estabelecidas pela CHD.

Depois de classificar o conteúdo estudado a partir do método de Reinert (1987, 1990), usando o Iramuteq, é preciso identificar os termos estatisticamente

²⁷ Os *scripts* e o passo a passo da limpeza do *corpus* desta pesquisa podem ser acessados por um repositório do *GitHub*. Disponível em: <https://github.com/sinderskir/tese-antagonismo>. Último acesso em 6 de outubro de 2023.

significativos de cada *cluster* fornecido pela CHD, a fim de agrupá-los em categorias que façam sentido analítico para a pesquisa (CERVI, 2018, 2019), considerando suas características associadas. Durante a análise automatizada, uma lista de palavras relevantes é construída para cada grupo temático, o que é alcançado por meio da aplicação do teste estatístico qui-quadrado de Pearson, que “mede se a presença de um termo em um *cluster* é estatisticamente diferente da presença do mesmo termo em outros *clusters*” (CERVI, 2018, p. 14). Com as categorias formadas, deve-se voltar ao banco de dados e classificar o *corpus* considerando a presença dos termos identificados. Essa categorização funciona porque as palavras apresentadas pela CHD são particulares de cada um dos grupos e têm sentido contextual quando lidas em conjunto (CERVI, 2018, 2019).

Construir, para a análise, classes analíticas formadas a partir da CHD é eficaz por levar em consideração os traços pertinentes do conteúdo estudado (LAHLOU, 1994) antes mesmo de iniciar a etapa de classificação de fato. Como as características do material nem sempre são conhecidas *a priori*, a elaboração prévia de um livro de códigos pode levar à definição de variáveis equivocadas ou insuficientes. “Outra vantagem é que o método não é sensível à arbitrariedade do codificador: duas análises feitas por operadores diferentes fornecerão as mesmas classes” (LAHLOU, 1994, p. 13). Essas justificativas também são apontadas por Cervi (2018, 2019) ao defender a aplicação da técnica.

Conforme discutido anteriormente, o Iramuteq é utilizado na análise de conteúdo automatizada para viabilizar a criação de categorias temáticas adequadas ao *corpus* de pesquisa. Os relatórios oferecidos pelo *software* não representam os resultados finais do estudo, nem representam – ou sequer devem representar – o fim de sua análise (LAHLOU, 1994; CHARTIER E MEUNIER, 2011; CAMARGO E JUSTO, 2013; PINTO, MAZIERI E VILS, 2017). Lahlou (1994) e Lapalut (1995) defendem que o algoritmo é, em si, “cego e surdo” para os significados. Por isso, avançar nas etapas de investigação, interpretar os achados, esforçar-se para compreender os sentidos e para explorar as nuances do material são responsabilidades que ficam a cargo do pesquisador.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) feita a partir dos *tweets* dos congressistas brasileiros – senadores(as) e deputados(as) federais –, publicados entre 2019 e 2022, resultou em quatro *clusters* temáticos para o *corpus*. Cada classe apresentou um conjunto de termos estatisticamente relevantes. Com a observação

desses conjuntos, foi possível definir os contextos presentes em cada um dos agrupamentos. O dendrograma abaixo ilustra a formação desses *clusters*.

IMAGEM 1 - DENDROGRAMA PARA A CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD) DOS TWEETS DOS PARLAMENTARES



FONTE: Autora (2024).

A classe 1, de cor vermelha, articula questões que se relacionam com o cenário político do país, apresentando termos como “Bolsonaro”, “Lula”, “democracia”, “ódio”, “povo” e “eleição”. Já a classe 2, verde, possui palavras-chave como “emprego”, “renda”, “saúde”, “governo”, apontando para discussões sobre temas sociais. O *cluster* 3, azul, trata, essencialmente, da agenda política dos parlamentares e de uma comunicação típica de redes sociais on-line, focada na interação e engajamento com os seguidores, com as palavras “prefeito”, “dia”, “amigo” e “parabéns”. Enquanto isso, a classe 4, roxa, aborda tópicos diretamente relacionados a atividades parlamentares, usando termos como “aprovar”, “projeto”, “plenário” e “proposta”.

Nesta tese, a análise com o Iramuteq ajuda a delimitar o *corpus* inicial, de 726.191 *tweets*, para que a análise categorial de conteúdo (KRIPPENDORFF, 2004;

BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016) possa ser aplicada. Considerando os resultados oferecidos pela CHD e os contextos captados a partir das palavras estatisticamente relevantes, os *clusters* mais pertinentes à pesquisa são o 1 e o 2, pois tratam de temas sociais e políticos – como eleições, saúde, religião, minorias e política externa, por exemplo –, tendo maior probabilidade de apresentar traços de antagonismo (XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Seus termos são mais interessantes à discussão sobre antagonismo estratégico – como “ódio”, “mentira”, “golpista”, “democrático” – em comparação àqueles contidos nos *clusters* 3 e 4, que abordam tópicos de agenda política e questões do dia a dia parlamentar, aproximando-se de uma comunicação institucionalizada, ainda que em uma plataforma não institucional (Twitter).

Neste ponto, é importante lembrar que as narrativas antagônicas estratégicas funcionam como “ferramentas para conferir significado aos fatos e acontecimentos, de uma forma que beneficie os objetivos do ator político” (HOYLE *ET AL.*, 2023, p. 210, tradução nossa), por isso, estão mais fortemente conectadas aos assuntos discutidos nas duas primeiras classes fornecidas pela CHD.

Feita a seleção dos *clusters* pertinentes à pesquisa, foi construída a lista de palavras relevantes para a análise de conteúdo automatizada, seguindo os passos descritos por Cervi (2018, 2019). Juntas, as duas classes apresentaram 1.644 termos estatisticamente significativos. Após uma limpeza de palavras vazias para a análise – *stopwords*, em inglês –, como artigos, advérbios, abreviações para internet e outros elementos da comunicação on-line – “vc” e “http”, por exemplo –, e de uma seleção dos verbos e substantivos que se relacionam de maneira mais óbvia com as temáticas de cada *cluster* – retirando palavras genéricas como “falar”, “fazer” e afins –, uma lista de 423 termos foi formada²⁸. Essa lista foi aplicada ao *corpus* total da tese e todos os *tweets* que apresentaram uma ou mais palavras foram realocados para um *subcorpus*, formado por 561.029 publicações, 77,2% do banco inicial. Sua configuração está disposta no apêndice A desta tese.

Como a quantidade de *tweets* ainda era superior ao que seria viável para uma categorização manual – e uma nova triagem de *tweets* ou seleção de termos estatisticamente relevantes esbarraria na arbitrariedade –, foi criada uma amostra

²⁸ A lista, assim como os *scripts* de Python usados para a limpeza do *corpus* e viabilização da análise, pode ser encontrada em um repositório no GitHub da autora. Disponível em: <https://github.com/sinderskir/tese-antagonismo>.

probabilística estratificada com 1.843 publicações, que é representativa do *subcorpus* criado a partir da análise de conteúdo automatizada (CERVI, 2018, 2019)²⁹.

Segundo Silva, Bianchini e Dias (2021, não paginado), a amostragem estratificada

é um processo de amostragem que usa alguma informação auxiliar relevante para dividir a população U em H grupos disjuntos e exaustivos, geralmente mais homogêneos em relação à(s) variável(is) de interesse, chamados estratos. Em seguida, é feita a seleção de amostras dentro de cada um dos estratos, de forma independente. A amostra final é formada então pela união das amostras selecionadas em cada um dos estratos.

Para a formação da amostra submetida à análise de conteúdo categorial (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), foram selecionados *tweets* aleatórios, considerando a proporção de determinadas variáveis do *subcorpus*, como a distribuição de parlamentares no espectro político-ideológico – extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e extrema-esquerda (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023) –, o tipo de congressista – senador(a) ou deputado(a) federal – e o ano de cada publicação – 2019, 2020, 2021 e 2022. A seleção aleatória das publicações foi feita com um *script* da linguagem de programação Python, usando a biblioteca *pandas*³⁰. O detalhamento da amostragem, com as proporções de cada estrato, é apresentado no apêndice B, ao final da tese.

A seção seguinte trata da etapa metodológica complementar à análise de conteúdo automatizada nesta pesquisa: a análise de conteúdo clássica. As próximas páginas apresentam seus fundamentos (BARDIN, 2004; KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), além do processo de construção do livro de códigos da tese.

4.3.2 Análise de conteúdo categorial

A segunda etapa metodológica desta pesquisa se trata de uma análise categorial de conteúdo (KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016), que, segundo Bardin (2004, p. 36), leva em consideração “a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação ou recenseamento, segundo a

²⁹ Tendo 99% de nível de confiança e 3% de margem de erro.

³⁰ Disponível em: <https://github.com/sinderskir/tese-antagonismo>.

frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido”. A técnica é organizada em torno de três polos cronológicos: (1) a pré-análise, com a escolha do que será analisado, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentarão as interpretações finais; (2) a exploração do material, que corresponde à análise propriamente dita; e (3) o tratamento dos resultados, seguido da produção de inferências.

Diferentemente da análise de conteúdo automatizada, a análise de conteúdo clássica depende da formação de um livro de códigos *a priori* (CERVI, 2018, 2019), com variáveis e categorias elaboradas a partir da revisão e discussão da literatura que interessa à pesquisa. Esse momento é parte da pré-análise descrita por Bardin (2004). Nesta tese, a “elaboração de indicadores que fundamentarão as interpretações finais” é construída com base na literatura sobre antagonismo político (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019). O principal desafio desta pesquisa foi operacionalizar o conceito de antagonismo, tendo clara a necessidade de dar um passo que a afastasse, em certa medida, da normatividade da obra de Chantal Mouffe (2000, 2003, 2015, 2019). Por isso, tanto o debate teórico quanto a seção empírica do trabalho são construídos com a ajuda de investigações e discussões sobre antagonismo estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), já apresentados no capítulo 1. São suas características encontradas na literatura que fornecem a estrutura para a composição do livro de códigos da tese – cada categoria de antagonismo estratégico está ancorada em traços desenvolvidos em estudos sobre o assunto. A análise também conta com variáveis de identificação dos *tweets*.

Os elementos de identificação dos *tweets* estudados envolvem o ano de publicação, entre 2019 e 2022, o tipo de congressista, senador(a) ou deputado(a) federal, e seu posicionamento na escala político-ideológica (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023). Em relação ao conteúdo, a principal, e única, variável é relacionada ao antagonismo e suas estratégias, com nove categorias, distribuídas entre binárias e descritivas, que permitem reconhecer diferentes formas de antagonismo estratégico e descrever alvos e ações relacionados a esses discursos.

O pilar que sustenta o conceito de antagonismo é a construção de um “ele”/“eles” como inimigo(s) de um grupo – o “nós” (MOUFFE, 2000, 2005). Nesse

contexto, há o discurso de que o “nós”, o país, o povo e/ou até a democracia, estão em perigo pela participação política – e pela mera existência – do outro. Por isso, a base da variável relacionada a antagonismo estratégico é a categoria de “Construção de alteridade” (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; GEISER, 2012; LAZARDIS E CAMPANI, 2016; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), ou *othering*, na designação, em inglês, de Flinders e Hinterleitner (2024).

Para os autores, o antagonismo estratégico é uma postura assumida por figuras políticas como parte de um “jogo de culpas”³¹, em que o opositor antagonizado recebe a culpa pelas crises e outros problemas econômicos, políticos e sociais, enquanto o indivíduo/grupo antagonista procura e assume a culpa – age como um “*blame-seeker*”, ou “buscador de culpa”, em tradução livre – por desafiar convenções, quebrar regras e ficar do lado daqueles que, em sua perspectiva, estão prejudicados e marginalizados na sociedade. “(...) a busca de culpa, portanto, tem elementos centrífugos (culpar os outros) e centrípetos (‘culpar-se’)” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024, p. 5, tradução nossa). Nesse contexto, o jogo de culpas é estratégico à medida que permite ao(s) antagonista(s) assumir um comportamento errático – e, por vezes, antidemocrático – para conquistar objetivos e apoio político. O *othering* é uma utilização retórica de bodes expiatórios dentro dessa dinâmica (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) – algo que só é possível a partir da dualidade “nós x eles” (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE ET AL., 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; GOULART, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Toda essa lógica fornece substrato para a categoria binária – de presença ou ausência – “Construção de alteridade”, que identifica a construção de um “outro” em relação à ideia de “nós” dentro dos *tweets* analisados. A presença dessa categoria é necessária para que outros aspectos das publicações sejam analisados. Se não há construção de alteridade, a análise do *tweet* não é levada adiante.

Ao ser constatada existência de alteridade, são coletados os grupos e indivíduos definidos como “eles”, a fim de entender, no fim da análise, quais são os principais alvos de hostilidade nas publicações dos parlamentares. Em seguida, é

³¹ O raciocínio dos autores é apresentado e discutido no fim do primeiro teórico desta tese.

avaliada a presença ou ausência de outras estratégias de antagonismo – as demais categorias da variável, criadas a partir da literatura sobre o tema.

A primeira delas é a “conspiração”, que identifica se a alteridade presente no *tweet* – base da ideia de antagonismo estratégico – se constrói sobre uma lógica de que o “ele”/“eles” conspira e age maliciosamente para prejudicar, e até destruir, o “nós” e seus valores, ou, então, mira em um alvo maior e atua com a intenção de afetar o povo, a nação, a democracia. Essa categoria foi elaborada a partir da ideia de que o antagonismo costuma ser formado em torno de uma suposta “luta do bem contra o mal” (AMORIM, 2024), com a definição de párias políticos e sociais (SOUZA NETO, 2020; SALLES, MARTINS E SANTINI, 2024) que são, frequentemente, tachados de inimigos da nação (VALE, 2023). Nessa classificação, as publicações dos parlamentares manifestam uma estratégia baseada em teorias conspiratórias, que não apresentam, necessariamente, ofensas explícitas contra opositores, mas constroem uma narrativa de descrédito e hostilidade, mascarada como um alerta à população a respeito dos males carregados pelo indivíduo ou grupo antagonizado. “O mal existente tem que ser combatido na esfera moral que esgarça o antagonismo e a educação contra este mal é um tema importante nesta luta” (AMORIM, 2024, p. 36).

A categoria de conspiração surgiu após uma aplicação teste do livro de códigos em uma amostra inicial composta por 384 *tweets*³², impulsionada pela necessidade de diferenciar tais narrativas conspiratórias, mas não explicitamente agressivas, de discursos ofensivos e claramente estigmatizantes. Esse segundo tipo de postura pertence à categoria “estigmatização”, que agrupa publicações que ofendem o alvo antagonizado com linguagem grosseira e/ou agressiva e articula tentativas de manchar a imagem, as crenças e costumes do grupo/indivíduo definido como inimigo (OSTIGUY, 2017; HOYLE ET AL., 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Como apontam Hoyle e colegas (2021, p. 210, tradução nossa), “as narrativas estratégicas podem ser antagônicas, com atores políticos dispersando informações críticas ou hostis sobre outro ator político para infligir danos (...)”. Na mesma direção, Skoog (2019, p. 13, tradução nossa) defende que o comportamento antagônico pode envolver “atos de crítica aberta (...) e ações estratégicas desrespeitosas para impedir que outros atores exerçam influência política”. Tais atos fazem parte da categoria de estigmatização.

³² A amostra continha 95% de confiança e 5% de margem de erro. A composição das amostras desta pesquisa é detalhada no início deste capítulo metodológico.

A próxima classe da variável de antagonismo estratégico é “ofuscamento”, que se resume a discursos de ambiguidade e confusão em relação a fatos já estabelecidos, incluindo a negação da ciência – algo que surgiu com frequência nas declarações do então presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a pandemia de Covid-19, por exemplo (ALVES, 2024). Também envolve acusações de condutas mentirosas, além do uso de desinformação estratégica – que já foi verificada por órgãos públicos, meios de comunicação e/ou agências de checagem – para atingir os grupos e indivíduos tidos como inimigos (HAMELEERS *ET AL*, 2023, FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Uma amostra da aplicação dessa categoria surge na descrição, feita por Flinders e Hinterleitner (2024, p. 11, tradução nossa), das estratégias de *blame-seeking* de Boris Johnson, ex-primeiro-ministro do Reino Unido, que criava e promovia “mentiras e exageros” noticiosos que impactavam negativamente o cenário político britânico.

A “reclamação” também é uma categoria de antagonismo estratégico. Os *tweets* desse grupo apresentam reações ao que os antagonistas consideram tratamentos injustos, principalmente em relação aos antagonizados, e reclamações sobre a suposta existência de dois “pesos, duas medidas” (FALKENBACH E GREER, 2021; HINTERLEITNER E SAGER, 2023; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Além disso, há a recusa em aceitar que determinadas declarações ou ações são nocivas e/ou antidemocráticas, alegando, no lugar disso, que as regras do jogo são corrompidas e não devem ser seguidas – o que se alinha com o comportamento errático e subversivo que faz parte da ideia de *blame-seeking* apresentada por Flinders e Hinterleitner (2024).

Na categoria de “comunicação ‘isca’”, os parlamentares antagonistas fazem uso de meios estratégicos para atingir seus oponentes (ASKOLA, 2015; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), assumindo, frequentemente, um discurso passivo-agressivo, com estigmatização velada e marcado por sarcasmo ou ironia – podendo, também, envolver algum tipo de deboche (MOROSINI, 2022). Nessa classe, também são utilizadas formas de discurso político do tipo “apito de cão”, definida por Goodin e Saward (2005) como uma maneira de enviar mensagens a potenciais apoiadores de modo que se tornem menos compreensíveis – ou “inaudíveis”, seguindo a analogia do apito – para outros grupos e indivíduos. O objetivo é tentar alienar sujeitos opositores, negando o caráter potencialmente ofensivo dos conteúdos, ao mesmo

tempo que é assumida, diante dos seguidores, uma lógica de “você está pensando no que eu estou pensando?” (GOODIN E SAWARD, 2005, p. 471, tradução nossa).

Por fim, há a categoria “beligerância”, que trata da adoção de um comportamento de “retaliação” em resposta a situações e ações que envolvem os alvos de hostilidade. Os discursos abarcados por essa classificação, frequentemente, transmitem uma disposição para transgredir ou rejeitar regras institucionais, democráticas e/ou sociais (BUCY *ET AL.*, 2020; IOLFI, 2022; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024; JACOBSON, 2024). Ainda que não sejam distribuídos, nesta pesquisa, pesos e qualificações para as estratégias de antagonismo – o que significa que uma categoria não é, necessariamente, pior do que a outra –, pode-se dizer que a presença de beligerância em um *tweet* torna seu discurso mais grave e agressivo em relação aos grupos e/ou indivíduos antagonizados. Ela representa a escalada do discurso, podendo haver a sugestão de ações violentas e/ou antidemocráticas. Por isso, em caso de presença dessa categoria na publicação, são registradas, também, as ações propostas pelo “nós” em relação ao “ele”/“eles”.

As seis categorias binárias apresentadas não são mutuamente excludentes. Ou seja, um *tweet* pode conter mais de uma estratégia de antagonismo – e todas as publicações que interessam a esta pesquisa contém, necessariamente, a construção de alteridade. Com os resultados da análise, é possível produzir uma escala de antagonismo estratégico, considerando que um parlamentar pode articular, em um mesmo *tweet*, de uma a seis categorias. Isso permite descobrir que tipo de congressista assume mais estratégias na construção da alteridade “amigo”/“inimigo”, quais são as posturas que mais aparecem juntas e quando cada categoria alcançou seu pico. Abaixo, há um resumo do livro de códigos, com suas variáveis e categorias. Na seção de análise e resultados, são apresentados exemplos para cada uma delas.

QUADRO 4 - LIVRO DE CÓDIGOS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

Tipo	Variável	Categorias	Descrição	Formato
Identificação	Ano	2019, 2020, 2021 e 2022	Ano em que o <i>tweet</i> foi publicado.	Categorial
	Parlamentar	Senador(a) ou deputado(a) federal	Tipo de parlamentar que publicou o <i>tweet</i> analisado.	Categorial
	Posicionamento	Extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda,	Posicionamento do partido do parlamentar na escala político-ideológica, considerando a colocação	Categorial

		esquerda e extrema-esquerda	dos partidos no estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).	
Conteúdo	Construção de alteridade (<i>othering</i>)		Construção necessária de um “ele(s)” em contraposição ao “nós” (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; GEISER, 2012; LAZARDIS E CAMPANI, 2016; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).	Binária
	Antagonismo estratégico	Definição do “eles”	Registro dos alvos do antagonismo no <i>tweet</i> . Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Descritiva
		Conspiração	Ideia de que o “ele”/“eles” conspira e age maliciosamente para prejudicar, e até destruir, o “nós” e seus valores, o povo, a nação e/ou a democracia (SOUZA NETO, 2020; VALE, 2023; AMORIM, 2024; SALLES, MARTINS E SANTINI, 2024). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Binária
		Estigmatização	Ofender o alvo de hostilidade; tentativa de manchar a imagem, as crenças e costumes “inimigo” (OSTIGUY, 2017; HOYLE <i>ET AL.</i> , 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Binária
		Ofuscamento	Uso de ambiguidade e ofuscamento de fatos. Acusações de condutas mentirosas e uso de desinformação estratégica (HAMELEERS <i>ET AL.</i> , 2023, FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Binária
		Reclamação	Reclamações sobre tratamentos injustos, “dois pesos, duas medidas”. Acusação de que as regras do jogo são corrompidas e não devem ser seguidas (FALKENBACH E GREER,	Binária

			2021; HINTERLEITNER E SAGER, 2023; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	
		Comunicação “isca”	Comunicação passivo-agressiva, com estigmatização velada e uso frequente de sarcasmo ou ironia e discurso do tipo usando uma estratégia de comunicação tipo “apito de cão” (GOODIN E SAWARD, 2005; ASKOLA, 2015; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) – podendo, também, envolver deboche (MOROSINI, 2022). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Binária
		Beligerância	Discurso de “retaliação”, com disposição para transgredir ou rejeitar regras institucionais, democráticas e/ou sociais. Pode incluir a proposição de ações violentas e/ou antidemocráticas (BUCY ET AL., 2020; IOLFI, 2022; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024; JACOBSON, 2024). Só é preenchida se há presença de construção de alteridade.	Binária
		Ações	Marcada em caso de presença de beligerância. Registro das ações propostas e/ou instigadas pelos parlamentares em relação aos opositores.	Descritiva

FONTE: Autora (2024).

As categorias abertas e descritivas da análise – “definição do ‘eles’” e “ações” – ajudam a responder os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa, que são: (i) identificar os principais alvos de hostilidade cultivados entre os representantes políticos estudados – que podem corresponder a indivíduos, grupos políticos ou sociais e até instituições democráticas, considerando o atual cenário de desconfiança que marca o contexto brasileiro (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E

HOFFMANN, 2021); e (ii) reconhecer as estratégias discursivas que permitem a definição dos alvos como “o inimigo”, articulando a literatura sobre antagonismo político estratégico. O segundo objetivo é atendido, também, pelas demais categorias da análise. As variáveis de identificação contribuem para a resolução do último objetivo específico: (iii) encontrar padrões que se destacam entre grupos parlamentares e se diferenciam ao longo do recorte temporal estudado.

Na próxima seção, são apresentados e discutidos os resultados desta tese. Em seguida, há o capítulo de encerramento da pesquisa, com as principais conclusões do estudo.

4.4 QUEM É O INIMIGO? ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 1.843 *tweets* investigados na análise categorial de conteúdo (KRIPPENDORFF, 2004; BAUER, 2007; NEUENDORF, 2016) – amostra estratificada aleatória e representativa do *subcorpus* de 561.029 publicações formado a partir da análise de conteúdo automatizada guiada pela CHD (CERVI, 2018, 2019) –, 124 (6,7%) publicações apresentaram traços de antagonismo estratégico. Isso significa que construíram uma dualidade “nós x eles” baseada em uma dinâmica “amigo”/“inimigo” (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; GOULART, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), aqui definida pela variável binária de “construção de alteridade” (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; GEISER, 2012; LAZARDIS E CAMPANI, 2016; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Ainda que o antagonismo estratégico tenha sido encontrado em uma parte restrita do *corpus* de pesquisa, sua presença é significativa, considerando que sua manifestação só se dá a partir de uma dinâmica específica de alteridade. Aqui, é importante diferenciar, mais uma vez, as posturas antagônicas das expressões gerais de ódio, radicalização ou desrespeito que podem tomar plataformas de redes sociais como o Twitter (CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018; CERVI, CARVALHO E MASSUCHIN, 2018; MACHADO, DIAS E FERRER, 2018; RIZZOTTO E BELIN, 2019;

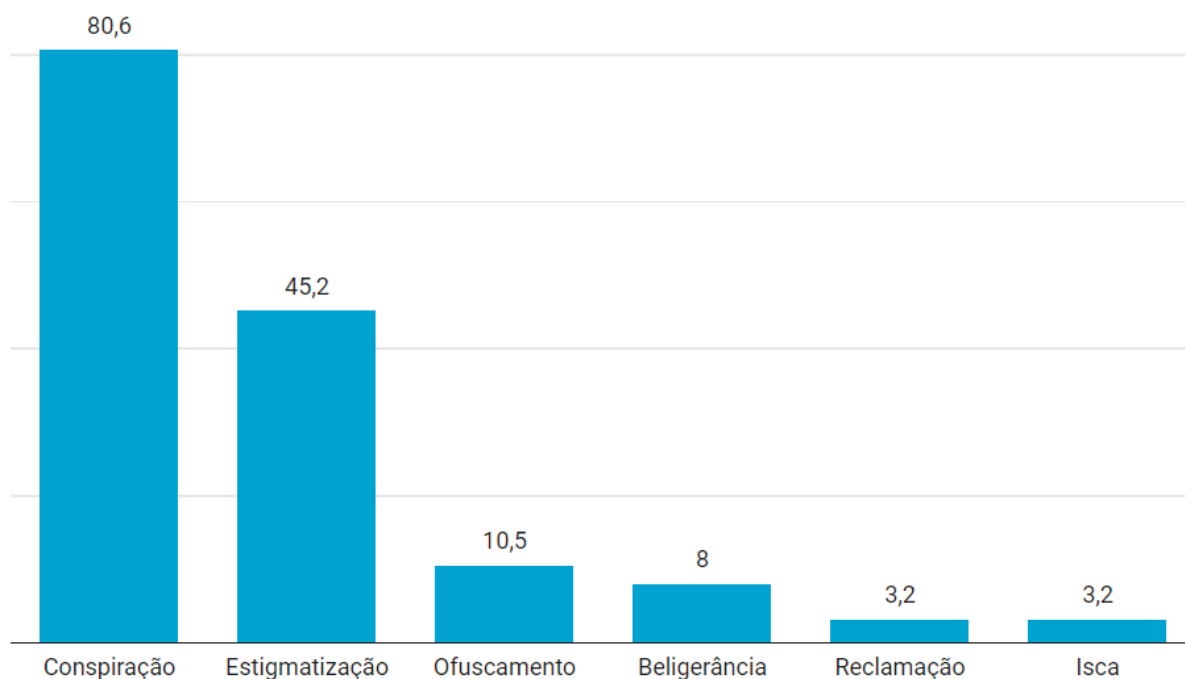
RIZZOTTO E SARAIVA, 2020). Tais expressões tendem a ser mais frequentes que os discursos antagônicos, já que não são limitadas pela construção do “nós x eles”.

Por exemplo, a radicalização, para Jensen (2003), trata de qualquer discurso desrespeitoso que utiliza expressões ofensivas e/ou preconceituosas. Já o discurso de ódio, especialmente o que se desenvolve na internet, atenta contra a “honra, a imagem e a dignidade do próximo, em decorrência do exercício abusivo da liberdade de expressão” (MACHADO, DIAS E FERRER, 2018, p. 39). Ainda que o antagonismo estratégico, em suas categorias para esta pesquisa, preveja posturas similares, como o que é classificado sob “estigmatização” (OSTIGUY, 2017; SKOOG, 2019; HOYLE ET AL., 2021; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), ele não acomoda, em suas categorizações, todas as manifestações ofensivas e odiosas encontradas nos *tweets* dos parlamentares. Muitas publicações da amostra usaram linguagem grosseira e desrespeitosa contra um grupo, indivíduo ou instituição, mas não foram marcadas como “antagonismo estratégico” porque não eram fundamentadas na ideia de alteridade que envolve, necessariamente, a definição de um inimigo do “nós”, da nação, da democracia e/ou a sociedade (MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019; GEISER, 2012; LAZARDIS E CAMPANI, 2016; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

Também importa ressaltar que, de um ponto de vista normativo, o antagonismo é nocivo à democracia por ser construído sobre essa oposição “amigo x inimigo” – e não sobre uma mecânica de opositores políticos (LACLAU E MOUFFE, 1985; LACLAU, 1993, 2001, 2005; MOUFFE, 2000, 2003, 2015, 2019). Por isso, qualquer manifestação do fenômeno nas publicações dos parlamentares brasileiros merece ser investigada.

Devido às características do Twitter – uma rede informal, que comporta textos curtos e costuma priorizar manifestações simples, emocionais e impulsivas (OTT, 2017) –, a construção de alteridade e o uso das estratégias de antagonismo são feitos de maneira sucinta nas publicações estudadas, aparecendo na escolha de palavras, na formulação de frases curtas e no compartilhamento tático de informações. Esses pontos foram levados em consideração ao analisar o conteúdo dos *tweets* dos congressistas. No gráfico 1, são apresentadas as estratégias mais e menos usadas pelos parlamentares nos 124 (6,7%) *tweets* marcados como antagônicos nesta pesquisa. Lembrando que uma mesma publicação pode conter mais de uma estratégia, por isso a soma das porcentagens ultrapassa 100%.

GRÁFICO 1 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE TWEETS CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS (%)



FONTE: autora (2024).

Vê-se que a conspiração é a estratégia antagonística mais utilizada pelos parlamentares brasileiros que usaram o Twitter entre 2019 e 2022, já que foi encontrada em 80,6% (100) dos *tweets* com conflitos elaborados sobre alguma forma de alteridade. Essa tática de antagonismo se baseia em narrativas conspiratórias que colocam o “outro”, ou o “eles”, em uma posição de “inimigo ardiloso”, que atua de modo calculado com a intenção de prejudicar o indivíduo/grupo antagonístico, seus valores, suas crenças e, de modo mais amplo, o país, o povo e até o sistema democrático (SOUZA NETO, 2020; VALE, 2023). Esse dado escancara um tipo de leitura maniqueísta da situação política brasileira – resumida na luta do “bem contra o mal” (AMORIM, 2024) –, feita pelos congressistas e bastante impulsionada pela polarização de afetos que tomou o cenário político nacional nos últimos anos (MIGNOZZETTI E SPEKTOR, 2019; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022).

Segundo Avelar (2021, p. 13), desde 2016, a política brasileira tem sido narrada com uma “linguagem da moral”, em que “alguns sujeitos políticos são fundamentalmente virtuosos e podem, no máximo, cometer ‘erros’, enquanto de outros sujeitos pressupõe-se de antemão um intento maligno tramado alhures”. Essa narrativa não foi assumida apenas por atores políticos, mas também pela imprensa e

pelo próprio campo acadêmico das Ciências Sociais, culminando, por exemplo, em uma “deliberada confusão entre golpe como golpe de Estado e golpe como ardil ou trapaça” (AVELAR, 2021, p. 13). Os discursos conspiratórios e estrategicamente antagônicos se formam nesse terreno, carregando a ideia de um mal que precisa ser combatido na esfera moral (AMORIM, 2024) e centrado em um “jogo de culpas” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) cuja principal ação é culpar o “outro”/“eles”.

O quadro 5 apresenta um exemplo de como a conspiração apareceu em uma das publicações analisadas. No *tweet* em questão, feito pelo senador Flávio Bolsonaro (PL - RJ) em 2022, ano eleitoral, o parlamentar antagoniza contra Lula e seus seguidores, usando um discurso claramente conspiratório sobre subversão de crianças e ataque à família tradicional brasileira e aos valores cristãos que ela representa. Pode-se dizer que a narrativa articula, em algum grau, a ideia de pânico relacionada ao *status* (“*status panic*”), que tomou a classe média branca brasileira durante os anos de governo petista, incomodada diante da possível perda de privilégios e da mudança no *status quo* – o que desempenhou um papel importante na ascensão da extrema-direita no Brasil. Como afirma Porto (2023, p. 34, tradução nossa), “a relativa erosão das bases históricas de prestígio gerou ansiedade e ressentimento, intensificando as lutas em torno de símbolos de *status* e criando as bases para uma revolta conservadora”. Essa lógica é reforçada na publicação do senador.

O quadro abaixo (5) também contém exemplos para as demais estratégias de antagonismo. Como a “estigmatização”, presente em 45,2% (56) dos *tweets* analisados, que envolve discursos marcados por hostilidade e descrédito em relação ao grupo/indivíduo antagonizado com a intenção tática de reduzir sua influência política (SKOOG, 2019; HOYLE ET AL., 2021). No exemplo, a alcunha “destruidor” é utilizada para desqualificar Jair Bolsonaro (PL) como concorrente político, colocando-o na posição de inimigo do país.

QUADRO 5 - EXEMPLOS DE TWEETS PARA AS CATEGORIAS DE ANTAGONISMO ESTRATÉGICO

Categoria	Tweet	Autor	Posicionamento	Ano
Conspiração	GRAVE! Agora vão se infiltrar e subverter a igreja ATRAVÉS DAS NOSSAS CRIANÇAS! Os “cumpanheiros” do Lula não têm	Senador Flávio Bolsonaro (PL - RJ)	Centro-direita	2022

	dó nem piedade, querem acabar com a família e os valores cristãos custe o que custar! ³³			
Estigmatização	Só depende de você. Muito perto de derrotarmos Bolsonaro destruidor do Brasil!! Que venha a esperança e um Brasil melhor de novo!!!	Senador Paulo Rocha (PT - PA)	Centro-esquerda	2022
Ofuscamento	@senadorhumberto Vocês da esquerda destruíram o Brasil criando narrativas sobre a COVID que ciência nenhuma nunca foi capaz de provar. Paralisaram todos os meios de produção de impediram os trabalhadores de levar o sustento para as suas casas. ³⁴	Deputada federal Alê Silva (PSL - MG)	Extrema-direita	2022
Reclamação	A direita é presa pelo Supremo e a esquerda? Fazem o que querem, sem nenhuma “justiça”. Dois pesos, duas medidas é o que falam! ³⁵	Deputado federal Otoni de Paula (PSC - RJ)	Extrema-direita	2021
Comunicação “isca”	Cristãos de todas vertentes têm se unido para dizer não ao maior corruPTo da nossa história e q ataca tudo aquilo que a Igreja defende. É preciso coragem para se posicionar contra esse mal, mas, se não fizermos, aborto, drogas e ideologia de gênero serão impostas aos brasileiros! ³⁶	Deputado federal Carlos Jordy (PSL -SP)	Extrema-direita	2022
Beligerância	O verde e amarelo da nossa bandeira nunca será babaquice! O antipatriotismo da esquerda é uma doença que precisa ser exterminada. #sleutjesneles	Deputada federal Aline Sleutjes (PSL - PR)	Extrema-direita	2022

FONTE: Autora (2024).

O “ofuscamento” foi encontrado em 10,5% (13) das publicações antagônicas estudadas por esta pesquisa. A categoria contém *tweets* marcados por confusões intencionais sobre fatos de interesse público, como o exemplo no quadro 5, em que a congressista Alê Silva (PSL - MG) assume uma postura negacionista em relação à

³³ Disponível em: <https://twitter.com/FlavioBolsonaro/status/1570212036872642562>.

³⁴ Disponível em: https://twitter.com/alesilva_38/status/1598674715987644416.

³⁵ Disponível em: <https://x.com/OtoniDepFederal/status/1362734163573542913>.

³⁶ Disponível em: <https://twitter.com/carlosjordy/status/1566847332276224005>.

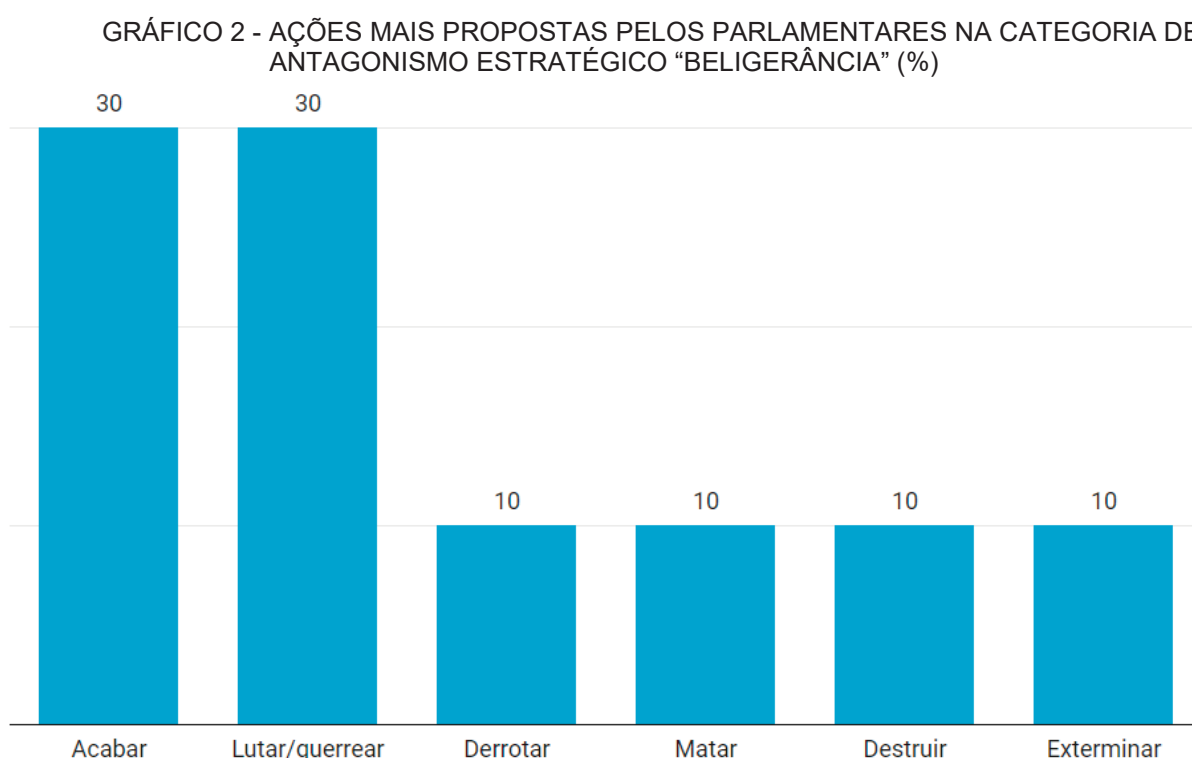
pandemia de Covid-19 – seguindo a conduta do então presidente da República (ALVES, 2024). Parte dos *tweets* desse grupo também utilizam evidências sobre acontecimentos políticos, econômicos e sociais de forma seletiva, com o intuito de prejudicar seus antagonizados (AVELAR, 2021), e/ou divulgam desinformação de modo estratégico (HAMELEERS ET AL., 2023, FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Esse resultado conversa, de certa maneira, com o estudo de Recuero e Gruzd (2019), que mostra como a desinformação política ganha tração em bolhas ideológicas devido à ação planejada de líderes de opinião.

A “beligerância” esteve presente em 8% (10) dos *tweets* – que compuseram a amostra probabilística estratificada de 1.843 publicações. Esse é um grupo de publicações mais agressivas, com apologia a ou proposição de quebra de regras institucionais, democráticas e/ou sociais (BUCY ET AL., 2020; IOLFI, 2022; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024; JACOBSON, 2024). No exemplo apresentado no quadro 5, a deputada federal Aline Sleutjes (PSL - PR) defende que o “antipatriotismo da esquerda é uma doença que precisa ser exterminada”. Ela fala sobre “doença” e “extermínio” em uma clara tentativa de construir grupos e indivíduos de esquerda como párias políticos (SOUZA NETO, 2020) que não devem ser autorizados a exercer seus direitos de participação por um “bem maior” – como o “salvamento” da pátria e de seus valores. Nesse contexto, o extermínio de um traço dessa parcela antagonizada – ou até de todo o grupo alvo de antagonismo – é apresentado como uma solução plausível. Isso tem forte relação com a ideia de que o antagonismo estratégico é um “jogo de culpas” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Ao mesmo tempo que os antagonistas culpam os objetos de sua hostilidade por males políticos, econômicos, morais e sociais (AMORIM, 2024), também precisam estar preparados para assumir uma potencial culpa pela radicalização de seus posicionamentos.

Segundo Jacobson (2024), antes de assumirem qualquer forma de culpa por suas ações erráticas – e, por vezes, antidemocráticas –, figuras antagônicas tendem a agravar o conflito, manipular a situação e atacar críticos na tentativa de se estabelecerem como os verdadeiros prejudicados pela dinâmica política e social que levou ao antagonismo. Uma tática usada nesse contexto passa pela justificativa de que a postura agressiva é necessária para vencer a guerra política contra o inimigo. Inclusive, a linguagem bélica fez parte dos *tweets* que se encaixaram na categoria de “beligerância”, com a palavra “guerra” sendo utilizada em 15,4% das postagens da

classe. Em uma publicação de 2021, por exemplo, o deputado federal Otoni de Paula (PSC - RJ) convoca indivíduos conservadores para uma guerra contra os opositores do grupo, a fim de evitar que sejam “varridos do mapa da história”³⁷.

Como toda postura beligerante demanda a proposição de uma ação contra os alvos de antagonismo, registrou-se, entre os *tweets* da categoria, quais atos foram apresentadas pelo “nós” para lidar com o “ele”/“eles”. O gráfico 2, abaixo, mostra quais foram as ações mais propostas nas publicações analisadas. Os valores foram calculados sobre o total de *tweets* categorizados em “beligerância” (10).



FONTE: autora (2024).

A proposta de “acabar” com o grupo antagonizado surgiu em 30% dos *tweets* classificados como beligerantes. Como exemplo, há uma postagem do deputado federal Bibó Nunes (PL - RS), feita em 2022, que sugere “acabar com essa esquerda, do quanto pior melhor, e essa imprensa marrom patética dinheirista” [*sic*]³⁸. Na sequência, com os mesmos 30%, surgem as publicações com linguajar de guerra, que também propõem “lutar” contra os alvos de hostilidade – “Se a esquerda achava que eu iria para a guerra entregando as munições que estão a minha disposição para os

³⁷ Disponível em: <https://x.com/OtoniDepFederal/status/1428707577479770119>.

³⁸ Disponível em: <https://twitter.com/bibonunes1/status/1572241916674072579>.

inimigos, ela se enganou”³⁹ [*sic*], tuitado pela deputada federal Alê Silva (PSL - MG) em 2022.

“Derrotar”, “matar”, “destruir” e “exterminar” aparecem, cada um, em 10% das postagens marcadas como beligerantes. É importante pontuar que, nesse contexto, o verbo “derrotar” não é utilizado como uma ação possível dentro do jogo democrático – derrotar em uma eleição, por exemplo –, mas trata do estrangulamento de direitos e de políticas voltadas para grupos sociais marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+, como é feito neste *tweet* publicado pelo deputado federal Otoni de Paula (PSC - RJ) em 2021:

Quero parabenizar a ministra @DamaresAlves por não ter usado verba pública para políticas LGBT em 2020. Esse é um movimento político cujo maior objetivo é a destruição dos valores judaico cristã. É assim que vamos derrotá-los, tratando-os como são: nossos inimigos políticos. [*sic*]⁴⁰

Mais uma vez, a suposta ameaça dos valores e privilégios da classe conservadora é motor para narrativas antagônicas. Como bem lembra Porto (2023), essa percepção de perda de *status* alimenta sentimentos de ressentimento e ódio, especialmente contra grupos socialmente oprimidos. Miguel (2021) endossa essa ideia, afirmando que a extrema-direita, frequentemente, promoveu um clima de “pânico moral” ligado à acusação de que muitos grupos e instituições estariam destruindo os valores da família tradicional com princípios “deturpados” que passam pela “ideologia de gênero”, pelo feminismo e pelo movimento *queer*. Essa construção de ameaça serve como justificativa para a postura antagônica desses agentes políticos em seus “jogos de culpa” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024).

A divisão de ações beligerantes por tipo de parlamentar e por posicionamento ideológico se deu da seguinte maneira: 100% (3) dos *tweets* com a proposição “acabar” foram publicados por deputados federais, 33,3% são de partidos de centro, 33,3% de extrema-direita e 33,3% de extrema-esquerda. Para este último grupo, a proposta é de acabar com Bolsonaro por suas posturas nocivas ao país, segundo a narrativa articulada pelos parlamentares. Quanto ao ano, 66,7% das postagens com “acabar” foram feitas em 2022, ano eleitoral, e 33,3% em 2021.

³⁹ Disponível em: https://twitter.com/alesilva_38/status/1544167575373987840.

⁴⁰ Disponível em: <https://twitter.com/OtoniDepFederal/status/1348298828605222915>.

Os *tweets* com linguagem de “guerra/luta” também foram publicados, exclusivamente, por deputados federais; 100% deles de partidos de extrema-direita, 66,7% em 2022 e 33,3% em 2021. A publicação com “derrotar” foi feita em 2021 por um deputado federal de partido de extrema-direita; “matar” foi publicado em 2022, por um deputado federal de um partido de centro; “destruir” em 2022, por um deputado federal de partido de direita; e o *tweet* com “exterminar” foi feito em 2022, por uma deputada federal de partido de extrema-direita. Vê-se, assim, que as publicações marcadas na categoria “beligerância” estão concentradas nos anos de 2022, principalmente, e 2021, e aparecem com mais frequência entre as postagens de atores à direita do espectro-político ideológico – sempre deputados federais. As análises das categorias de antagonismo estratégico por tipo de parlamentar, grupo ideológico e ano serão exploradas mais à frente, neste capítulo.

Retornando aos dados apresentados no gráfico 1, as categorias de “reclamação” e “comunicação ‘isca’” aparecem em 3,2% (4) dos *tweets* considerados antagônicos. Em suma, “a falta de formalidade e intimidade do Twitter mina as normas sociais que defendem a civilidade e predispõe os utilizadores a envolverem-se em comunicações tanto divisivas como zombeteiras” (OTT, 2017, p. 61), além de priorizar mensagens que têm alta carga afetiva e transmitem emoções (STIEGLITZ E DANG-XUAN, 2013). Os *tweets* dessas categorias compartilham esses atributos.

No exemplo categorizado como “reclamação” (quadro 5), o deputado federal Otoni de Paula (PSC - RJ), queixa-se, em 2021, da suposta existência de “dois pesos, duas medidas” no tratamento dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a atores políticos de esquerda e de direita, afirmando que os primeiros são privilegiados e não recebem as punições cabíveis pelo sistema judiciário – colocando, inclusive, a palavra “justiça” entre aspas, como forma de questionar seu significado⁴¹.

O texto do *tweet* vem acompanhado por um meme com a imagem dos ex-deputados federais Daniel Silveira, de partido de extrema-direita (PSL - RJ), e Jean Wyllys, de esquerda (PSOL - RJ). Próximo à foto de Silveira, há um texto que diz: “Os 11 ministros não servem pra p** nenhuma pra esse país, não têm caráter, nem escrúpulo nem moral” [*sic*]. É uma referência ao conteúdo do vídeo feito por ele em fevereiro de 2021, em que ofendia ministros do STF e os acusava de receber dinheiro para tomar decisões na Corte. O ex-parlamentar foi preso por ordem do ministro

⁴¹ Disponível em: <https://x.com/OtoniDepFederal/status/1362734163573542913>.

Alexandre de Moraes no mesmo dia em que o material foi ao ar no YouTube⁴², além de ter tido seu mandato cassado.

Já ao lado da foto de Wyllys, há a frase: “Não me arrependo de ter cuspidado em Bolsonaro”. O texto trata do episódio em que o ex-congressista cuspiu no então deputado Jair Bolsonaro durante a votação pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016. O ato aconteceu depois de Bolsonaro ter dedicado seu voto a favor do impedimento ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão da ditadura. A frase no *tweet* foi dita em uma entrevista ao UOL em agosto de 2021⁴³. Na época, o Conselho de Ética abriu um processo para apurar o caso. O relator, deputado Ricardo Izar (PP-SP), havia proposto a suspensão do mandato de Wyllys por 30 dias, mas o parecer foi rejeitado por 9 votos a 4 e o então parlamentar do PSOL acabou recebendo uma advertência por “ofensa moral”⁴⁴.

O *tweet* de Otoni de Paula (PSC - RJ) tenta estabelecer órgãos democráticos, tal qual o STF, como corrompidos e parciais, reforçando uma atmosfera de descrédito nessas instituições e nas próprias regras do jogo democrático – traços típicos de um antagonismo estratégico que passa pela reclamação (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Em um contexto em que já existe desconfiança em relação às instituições políticas brasileiras (MOISÉS, 2005; POWER E JAMISON, 2005; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; BAQUERO, CASTRO E RANINCHESKI, 2016; SANTOS E HOFFMANN, 2021), e em que tal desconfiança é alimentada por lideranças políticas (AVELAR, 2021), pode-se afirmar que a postura antagônica visa enfraquecer as instituições democráticas a partir de um processo de deslegitimação. Inclusive, instituições como a imprensa, partidos políticos, o STF e o próprio Congresso Nacional surgiram como alvos de antagonismo nos *tweets* investigados. Essa análise será apresentada no final deste capítulo.

O exemplo de “comunicação ‘isca’” foi publicado pelo deputado federal Carlos Jordy (PSL -SP) em 2022 (quadro 5). O parlamentar assume um discurso passivo-agressivo, com estigmatização velada e sarcasmo, ao usar a palavra “corruPTo” com

⁴² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/congresso/supremo-manda-prender-deputado-que-ofendeu-ministros-e-pediu-ai-5/>. Último acesso em 25 jul. 2024.

⁴³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/30/jean-wyllys-cuspe-bolsonaro.htm>. Último acesso em 25 de jul. 2024.

⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/conselho-de-etica-rejeita-suspender-jean-wyllys-mas-adverte-deputado-por-cuspe-em-bolsonaro.ghtml>. Último acesso em 25 jul. 2024.

as letras P e T em maiúsculo, a fim de associar o Partido dos Trabalhadores (PT) à ideia de ser o “maior corrupto da nossa história”. Essa também é uma forma de comunicação do tipo “apito de cão” (GOODIN E SAWARD, 2005), pois o congressista usa tal recurso para se comunicar com sua base apoiadora, com quem compartilha o significado do termo com tal grafia específica – algo que é feito mais de uma vez, em mais de uma publicação, como nesta, também de 2022:

É o futuro das próximas gerações! Vamos dizer não ao projeto corruPTo q quer destruir nossas famílias e dizer sim ao projeto de Deus, Pátria, família e liberdade. É a eleição mais importante de nossas vidas! Podemos contar com vcs? (...) ⁴⁵

A presença da estratégia de “comunicação ‘isca’” nas publicações estudadas reforça o fato de que o discurso antagônico não busca estabelecer diálogos com opositores, mas sim minar sua credibilidade, enfraquecer sua influência na esfera política e estabelecê-los como párias políticos e sociais (SKOOG, 2019; SOUZA NETO, 2020).

A partir deste ponto, os dados são desagregados por variável de identificação. Além disso, muitas das tabelas e gráficos das próximas páginas focam no número de vezes – e não no número de *tweets* – que cada estratégia foi utilizada pelos congressistas, considerando que uma publicação pode apresentar mais de uma tática de antagonismo – por isso, podem ultrapassar a soma de 100%.

Observa-se que as categorias teóricas identificadas estão presentes em uma parcela relativamente pequena do conjunto de postagens analisadas dentro da amostra estratificada, indicando que a maioria delas pode ser caracterizada como “não antagônica”. Esse também é um achado relevante para a pesquisa, apontando que o antagonismo estratégico não é um comportamento predominante entre os congressistas estudados. Contudo, esse resultado também pode indicar outra coisa. Como este estudo testa, pela primeira vez, as categorias de antagonismo estratégico na prática, é possível que a teoria vigente esteja deixando de contemplar certos aspectos presentes nas manifestações analisadas – essa possibilidade é abordada no capítulo conclusivo desta tese.

4.4.1 As estratégias de antagonismo por grupo ideológico

⁴⁵ Disponível em: <https://x.com/carlosjordy/status/1575880243130368000>.

Abaixo, é possível ver quantas vezes cada estratégia foi empregada e quais foram mais usadas pelos grupos ideológicos – lembrando que os parlamentares foram divididos em tais grupos considerando o posicionamento de seus partidos no estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

TABELA 5 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS PELOS PARLAMENTARES POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DE SEUS PARTIDOS

Posicionamento		Conspiração	Estigmatização	Ofusca-mento	Reclama-ção	Isca	Belige-rância	Total
Extrema-direita	N	41	22	8	3	4	6	84
	%	48,8	26,1	9,5	3,7	4,7	7,2	100
Direita	N	0	0	0	0	0	1	1 ⁴⁶
	%	0	0	0	0	0	100	100
Centro-direita	N	22	10	5	1	0	0	38
	%	58	26,3	13,1	2,6	0	0	100
Centro	N	6	8	0	0	0	2	16
	%	37,5	50	0	0	0	12,5	100
Centro-esquerda	N	24	14	0	0	0	0	38
	%	63,2	36,8	0	0	0	0	100
Esquerda	N	5	1	0	0	0	0	6
	%	83,3	16,7	0	0	0	0	100
Extrema-esquerda	N	2	1	0	0	0	1	4
	%	50	25	0	0	0	25	100
Total	N	100	56	13	4	4	10	187
	%	53,5	30	6,9	2,1	2,1	5,4	100

FONTE: autora (2024).

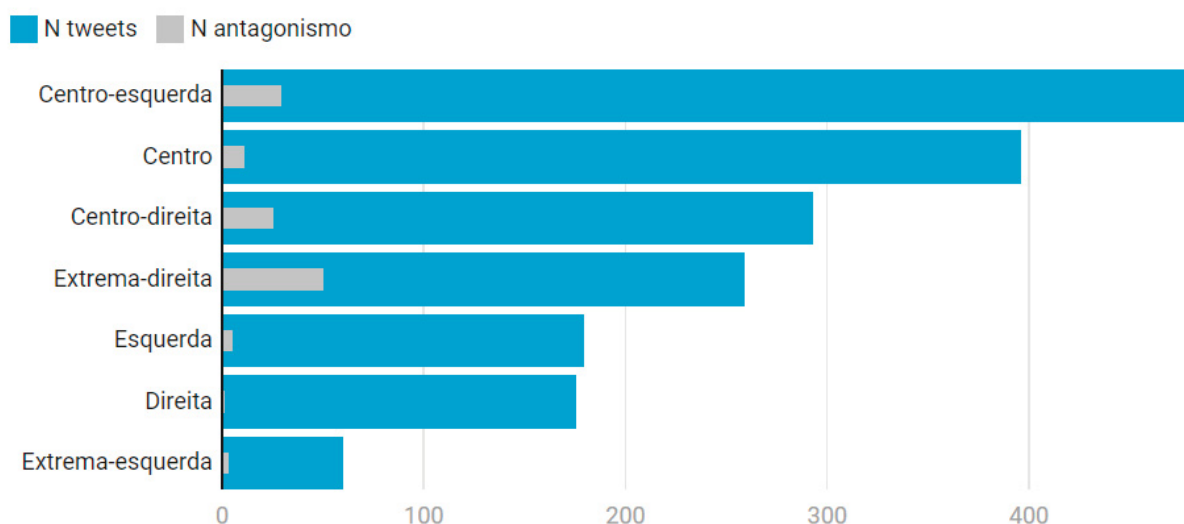
⁴⁶ Apenas um *tweet* de parlamentares em partidos apontados como de direita (BOLOGNESI, RIBEIRO E CODATO, 2023) foi classificado como antagonico. Isso pode ser um reflexo da categorização político-ideológica por partidos, que, como já discutido anteriormente, não é ideal, mas foi a classificação possível.

Como dito, a tabela 5 traz o número de vezes – não de *tweets* – que as estratégias de antagonismo foram utilizadas pelos parlamentares, revelando quais foram usadas mais vezes por cada grupo. O total das linhas representa o número de vezes que os parlamentares aglomerados por posicionamento ideológico de seus partidos empregaram algum tipo de estratégia antagônica em suas publicações. Já o total das colunas mostra quantas vezes cada estratégia foi aplicada no geral. Lembrando que um *tweet* pode apresentar mais de um tipo de antagonismo estratégico. Ao todo, foram identificadas 124 publicações estrategicamente antagônicas – 6,7% da amostra analisada. Somadas, as seis estratégias foram usadas 187 vezes.

A estratégia de conspiração foi a mais empregada pelos atores políticos e esteve presente em 53,5% dos usos totais (187). Entre as situações em que a conspiração surgiu nos *tweets* dos parlamentares, em 41% das vezes, essa publicação era de um congressista de partidos da extrema-direita. A centro-esquerda (24%) e a centro-direita (22%) vêm logo atrás.

O gráfico 3, logo abaixo, apresenta o número de *tweets* antagônicos de cada grupo ideológico, considerando o número de publicações totais presentes na amostra estratificada. Vê-se que a extrema-direita tem a maior quantidade de postagens consideradas antagônicas dentro da amostra (19,3% de seu total), apesar de não ser o grupo ideológico com mais publicações na análise.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE *TWEETS* TOTAIS NA AMOSTRA E DE *TWEETS* CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA GRUPO IDEOLÓGICO



FONTE: autora (2024).

A centro-direita apresentou estratégias de antagonismo em 8,5% de seus *tweets* na amostra, enquanto a centro-esquerda teve 6%, a extrema-esquerda, 5%, a esquerda, 2,8%, o centro, 2,7% e a direita teve 0,6%. Os baixos números observados nas classificações à direita destacam uma possível limitação da classificação ideológica por partido. Esse achado reforça a ideia de que a filiação partidária pode não refletir plenamente as nuances ideológicas individuais dos parlamentares, aspecto que merece atenção ao longo da análise – e que já foi reconhecido em diversos pontos desta tese.

Alguns testes estatísticos, como o qui-quadrado (χ^2), o V de Cramer e os resíduos padronizados, foram aplicados para possibilitar comparações entre variáveis nesta pesquisa. O primeiro “serve para comprovar se existem diferenças estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer ou entre casos de uma mesma distribuição” (CERVI, 2014, p. 20), já o V de Cramer permite uma leitura complementar do teste qui-quadrado, apontando para a magnitude do efeito que uma variável possui sobre outra. Os resíduos padronizados permitiram descobrir quais categorias de “posicionamento” apresentaram relação mais intensa com a variável de “construção da alteridade” – que indica que um *tweet* possui ou não estratégias de antagonismo.

Para realizar uma comparação direta entre os grupos e as estratégias antagônicas, foi aplicado o teste qui-quadrado (χ^2) de Pearson (tabela 6). De acordo com Cervi (2014), a obtenção de um número alto mostra que as categorias testadas estão associadas, ou seja, não são independentes. Na tabela 6, vê-se que o qui-quadrado é significativo para a relação entre os grupos ideológicos e a presença ou ausência de antagonismo – representada pela variável “construção de alteridade” ($\chi^2 = 92,296$). Um p-valor igual a 0,000 reforça esse resultado.

Além disso, calculou-se o V de Cramer (tabela 6), que complementa a leitura do teste qui-quadrado, possibilitando averiguar a força da associação entre variáveis categóricas. É uma medida adimensional que varia de 0 a 1 – com 0 indicando nenhuma associação e 1 apontando do para uma associação perfeita. Para este ponto da pesquisa, seu coeficiente mostra que a relação de dependência entre as variáveis “posicionamento” e “construção de alteridade” é moderada, com um valor de 0,223.

TABELA 6 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE GRUPOS IDEOLÓGICOS E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE

Grupo	Construção de alteridade	
	Ausência	Presença
Extrema-direita	-2,09	7,80
Direita	0,84	-3,13
Centro-direita	-0,31	1,19
Centro	0,81	-3,03
Centro-esquerda	0,15	-0,59
Esquerda	0,54	-2,02
Extrema-esquerda	0,13	-0,51

$\chi^2 = 92,296$ | $p = 0,000$ | V de Cramer: 0,223

FONTE: autora (2024).

Como mencionado anteriormente, os resíduos padronizados são ferramentas importantes para identificar o grau em que a observação em uma determinada combinação de categorias difere daquela que seria esperada se as variáveis testadas fossem independentes. Resíduos com valores acima de 1,96 ou abaixo de -1,96 são considerados estatisticamente significativos (CERVI, 2014). Valores positivos indicam que o número observado de casos é maior do que o esperado para aquela célula da tabela de contingência. Por outro lado, valores negativos mostram que o número observado é menor do que o esperado para a combinação de categorias.

Os resíduos da tabela 6 ajudam a identificar quais grupos ideológicos têm padrões de distribuição distintos em relação à presença e ausência da variável “construção de alteridade”. Para a extrema-direita, o valor do resíduo padronizado na coluna “presença” (7,80) indica que o antagonismo surge muito acima do esperado nos *tweets* do grupo. Em contraste, o resíduo para a ausência da variável é -2,09, mostrando que publicações não antagônicas são muito menos comuns do que o esperado entre os parlamentares de partidos de extrema-direita.

A direita tem, para a presença de “construção de alteridade”, resíduos padronizados significativos com o valor de -3,13, o que indica que o antagonismo é significativamente menos comum do que o esperado no grupo. Nessa mesma direção, os resíduos para a presença de antagonismo no centro (-3,03) e na esquerda (-2,02) também surgem abaixo do esperado. Isso significa, em suma, que esses grupos

ideológicos apresentam menos *tweets* antagônicos do que seria esperado caso “posicionamento” e “construção de alteridade” fossem variáveis independentes.

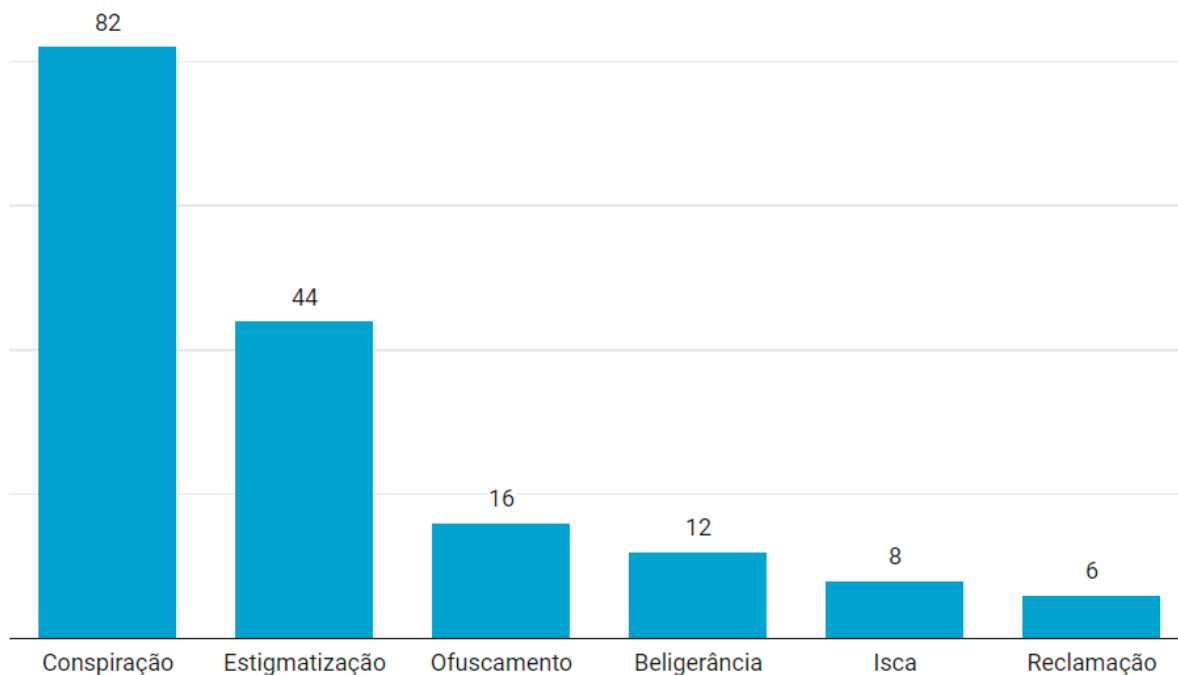
Os valores de resíduos padronizados para as demais combinações não são suficientemente altos ou baixos para serem considerados significativos, indicando que suas associações com a presença ou ausência de antagonismo estão mais próximas do esperado.

Esses resultados refutam a terceira hipótese da tese, de que atores políticos de direita e esquerda aproximam-se uns dos outros quando se trata da presença de antagonismo no Twitter. A extrema-direita se mostrou muito mais antagônica que os demais grupos ideológicos estudados, enquanto os segmentos de esquerda não se destacaram quanto à presença de estratégias de antagonismo em seus *tweets*.

Sabendo que a extrema-direita é o grupo mais antagônico entre os investigados, importa saber quais estratégias são empregadas por esses e pelos demais parlamentares. A análise foca nisso a partir deste ponto. Os gráficos 4 a 9, apresentados nas próximas páginas, mostram, em proporção, a presença das estratégias de antagonismo sobre o total de *tweets* antagônicos – analisados na amostra estratificada – de cada grupo ideológico. Como uma publicação poderia conter mais de uma estratégia, a soma dos números nas barras pode ultrapassar 100%. As categorias ausentes não foram empregadas pelos congressistas. Os dados permitem entender quais tipos de antagonismo predominaram nos *tweets* dos parlamentares e se diferenciam dos evidenciados na tabela 5 porque são calculados sobre o total de publicações de cada grupo – considerando a amostra – e não sobre a soma das estratégias utilizadas por eles. Isso mostra quais táticas, de fato, predominaram entre os atores políticos de partidos da extrema-direita à extrema-esquerda.

No gráfico 4, é possível ver que o grupo de parlamentares de partidos de extrema-direita usou todas as estratégias de antagonismo em suas publicações, com foco na conspiração (82%) e na estigmatização (44%).

GRÁFICO 4 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-DIREITA (%)



FONTE: autora (2024).

Samantha Bradshaw e Philip Howard (2019) analisaram como agentes estatais ao redor do mundo utilizam as redes sociais on-line para manipular informações e desestabilizar a oposição, formando o que chamam de “*cyber troops*”. O conceito é definido por “atores governamentais ou partidários políticos encarregados de manipular a opinião pública on-line” usando diferentes ferramentas, estratégias e técnicas de propaganda política computacional (BRADSHAW E HOWARD, 2019, p. 1, tradução nossa). Questões como a difamação da oposição política, a repressão de temas de direitos humanos e a tentativa de descrédito de grupos e indivíduos com opiniões divergentes fazem parte dessas técnicas (BRADSHAW E HOWARD, 2019), aproximando a ideia de “*cyber troops*” das estratégias de antagonismo analisadas nesta tese, principalmente quando consideramos as intenções e resultados obtidos por essas “tropas” ao aplicar tais táticas – minar a credibilidade dos alvos de antagonismo na tentativa de enfraquecer sua influência e participação política, por exemplo (SKOOG, 2019; SOUZA NETO, 2020). Esse contexto abre espaço para questionar o uso e os efeitos de plataformas de redes sociais quando se trata de política e democracia, como bem pontuam Bradshaw e Howard (2019, p. 21, tradução nossa):

As mídias sociais, que já foram anunciadas como uma força pela liberdade e democracia, têm sido cada vez mais criticadas por seu papel na amplificação

da desinformação, na incitação à violência e na redução dos níveis de confiança na mídia e nas instituições democráticas.

No Brasil, o “Gabinete do Ódio” pode ser visto como um paralelo das “*cyber troops*” de Bradshaw e Howard (2019). Segundo Guimarães (2020), o termo “Gabinete do Ódio” foi amplamente utilizado por jornalistas, parlamentares, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), pesquisadores e personalidades públicas nos últimos anos, principalmente durante e depois das eleições de 2018, a fim de descrever um grupo de perfis no Twitter, comandados por atores da extrema-direita – entre eles, parlamentares que fizeram parte da base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), incluindo seus próprios filhos com mandatos eletivos –, que aplicavam práticas de comunicação digital focadas na desinformação política, no ataque a opositores e na manipulação do debate público.

A expressão apareceu no Inquérito (INQ) 4781, conhecido como Inquérito das Fake News, aberto em 14 de março de 2019 pelo então presidente do STF, Dias Toffoli, com o intuito de investigar a divulgação de notícias falsas, ameaças, calúnia, difamação e injúria contra a Suprema Corte e seus membros. Também surgiu ao longo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das *Fake News*, instalada em 4 setembro de 2019, visando apurar questões relacionadas à criação de perfis falsos e ataques cibernéticos em plataformas de redes sociais, avaliando sua potencial influência no processo eleitoral de 2018 e no debate público. De acordo com Guimarães (2020, p. 11), os dois eventos diferem em objetivo, mas se “aproximam tanto pelas contas citadas como pela descrição da forma de atuação de quem estaria por trás desses crimes – uma rede ou associação criminosa com foco em desinformação digital”.

O “Gabinete” foi denunciado pela deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) durante a CPMI, sendo apontado como um grupo responsável por coordenar campanhas de ódio e estratégias de desinformação, disseminando discursos estigmatizantes contra “opositores e ‘inimigos’” (SANCHES, 2021, p. 57). Quanto aos membros, a então deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), líder do governo bolsonarista no Congresso Nacional entre fevereiro e outubro de 2019, disse, em depoimento à Comissão, que tal grupo era composto por pessoas alocadas no gabinete da Presidência da República. Segundo a parlamentar, ele seria encabeçado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ) e pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), e composto por Felipe Martins, ex-assessor especial da Presidência, além

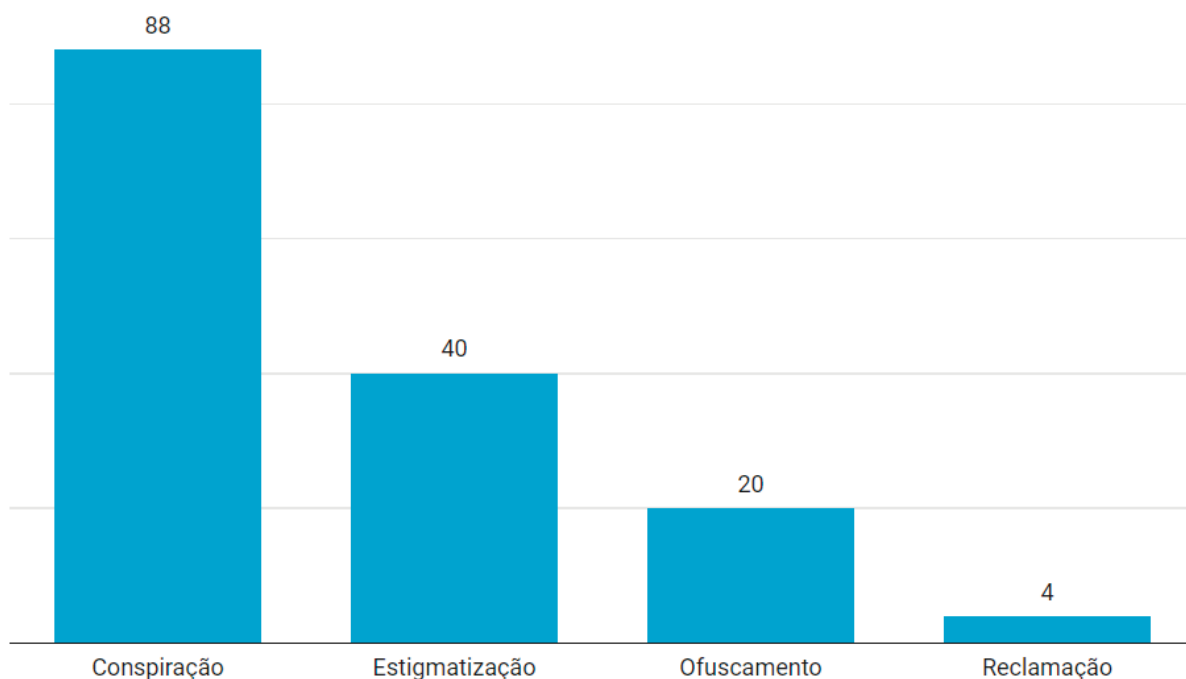
de outros três assessores de Carlos – José Matheus Sales Gomes, Matheus Matos Diniz e Tércio Arnaud Tomaz – e do teórico conspiracionista Olavo de Carvalho (SANCHES, 2021). Nessa conjuntura, Hasselmann denunciou a existência de uma “milícia digital” encarregada de ameaçar e prejudicar a reputação dos opositores ao governo (SANCHES, 2021, p. 66).

Os resultados encontrados nesta análise dialogam com o contexto político que envolve a ação do “Gabinete do Ódio” (GUIMARÃES, 2020; SANCHES, 2021), considerando que a extrema-direita é o único grupo ideológico a utilizar todas as estratégias de antagonismo em seus *tweets* – como será mostrado nas próximas páginas.

Nos *tweets* da centro-direita, há, também, um predomínio da “conspiração” (88%), seguida pela “estigmatização” (40%) (gráfico 5, abaixo), apontando para um padrão entre as publicações de parlamentares à direita do espectro político-ideológico. Esse uso de teorias da conspiração no Twitter por atores políticos de direita – bem como de um discurso sobre “inimigos do povo” para enfraquecer opositores – já havia sido identificado por Pereira (2021). O autor, contudo, focou na análise da campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, mostrando que o ex-presidente utilizou a plataforma de rede social para aproximar sua comunicação das demandas de grupos conservadores do período, aplicando uma estratégia de *storytelling* para angariar votos e simpatia. Nesta tese, os resultados relacionados à articulação de narrativas conspiratórias se aplica a todos os congressistas de partidos de direita ativos no Twitter entre 2019 e 2022, colocando tais narrativas como estratégias de antagonismo político, pois servem para definir os opositores (“eles”) como inimigos que agem maliciosamente para prejudicar e/ou destruir o país, o povo ou tudo o que, supostamente, é caro ao “nós” (SOUZA NETO, 2020; VALE, 2023; AMORIM, 2024). É importante pontuar que não há gráfico para as estratégias de parlamentares de partidos de direita porque apenas um *tweet* do grupo foi classificado como antagônico – publicado pelo deputado federal André Janones (AVANTE-MG) em 2022⁴⁷ –, categorizado na estratégia de “beligerância”.

GRÁFICO 5 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE TWEETS ANTAGÔNICOS DA CENTRO-DIREITA (%)

⁴⁷ Disponível em: <https://x.com/AndreJanonesAdv/status/1586078276338208771>.



FONTE: autora (2024).

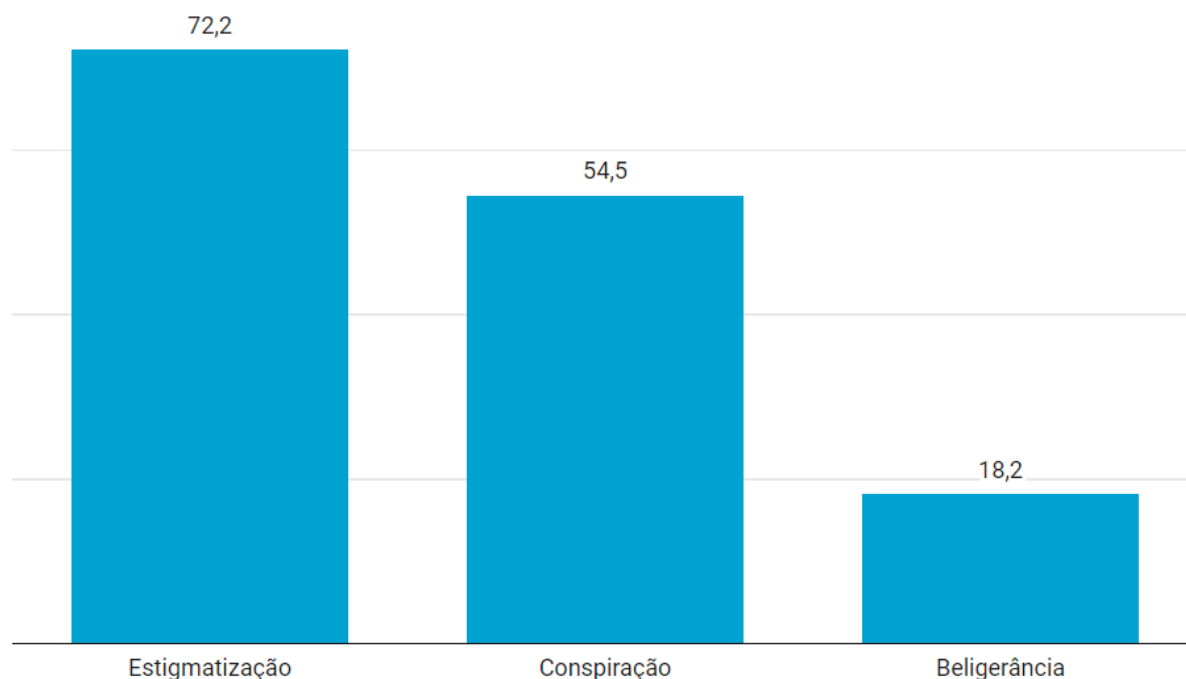
Parlamentares de partidos de centro usaram três tipos de estratégias de antagonismo em suas publicações (gráfico 6). Para esse grupo, a “estigmatização” (72,2%) ficou à frente da “conspiração” (54,5%), invertendo o padrão encontrado entre os políticos de partidos de extrema-direita (gráfico 4) e centro-direita (gráfico 5). Um exemplo de estigmatização nos *tweets* do centro pode ser encontrado nesta publicação do deputado federal Sargento Fahur (PSD-PR), feita em 2019:

A esquerda bandida que destruiu o Brasil, se apegua a mentiras para atacar Bolsonaro. Pra eles vale tudo para destruir o Brasil e retomar o poder. Ratazanas nojentas. [*sic*]⁴⁸

A terceira categoria presente entre os *tweets* de congressistas de partidos de centro é a “beligerância”, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 6 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DO CENTRO (%)

⁴⁸ Disponível em: <https://twitter.com/SargentoFAHUR/status/1189642043590631426>.



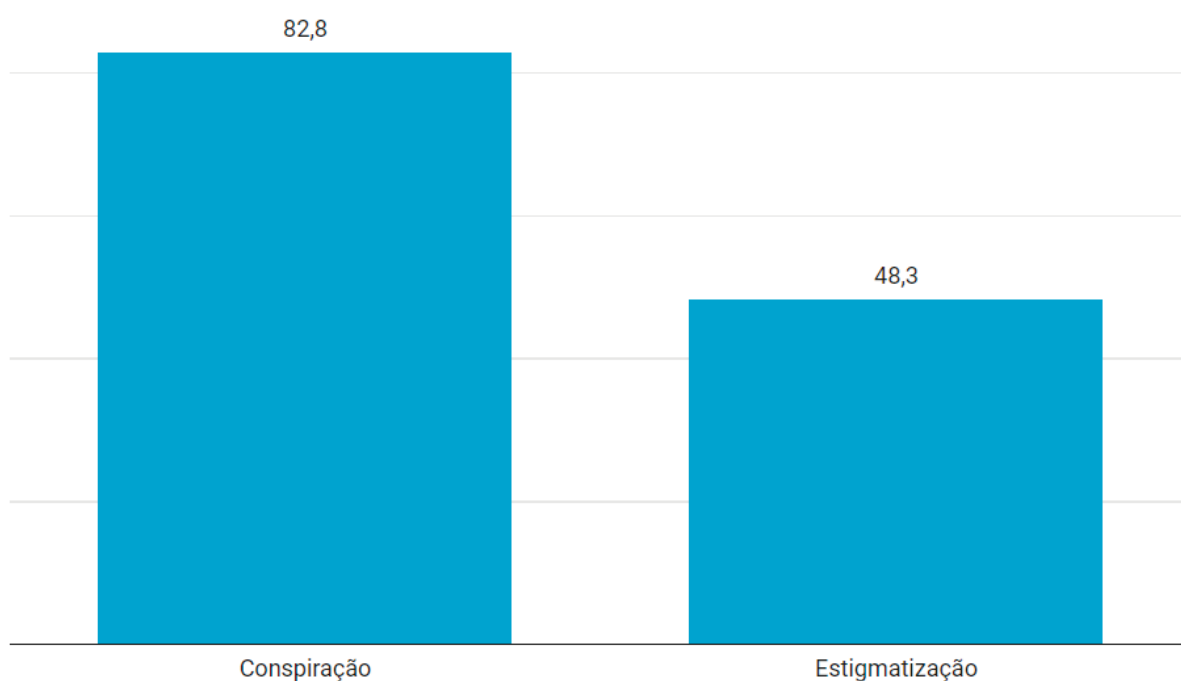
FONTE: autora (2024).

Diferentemente da direita e extrema-direita (CAIANI E KRÖLL, 2015; PENTEADO E LERNER, 2018; FROIO E GANESH, 2019; GUIMARÃES, 2020; MASSUCHIN *ET AL.*, 2021; MASSUCHIN, ORSO E SALEH, 2021; OLIVEIRA, LEITE E MARQUES, 2021; PEREIRA, 2021; RECUERO, SOARES E ZAGO, 2021; SANCHES, 2021; MASSUCHIN, ORSO, FRANK E SALEH, 2022; BECKER, MONTARGIL E REMENCHE, 2023), poucos estudos acadêmicos se concentram em analisar a atuação de grupos, figuras e políticos de centro em plataformas de redes sociais. Amaral e Pinho (2017), por exemplo, têm um estudo sobre a atividade e o engajamento de congressistas brasileiros no Twitter em 2013. Além de antiga, a pesquisa foca em elementos como a frequência de uso, o número de seguidores e as interações entre atores de diferentes grupos político-ideológicos.

Já Cifuentes e Pino (2018) estudam as agendas temáticas dos integrantes do partido colombiano Centro Democrático na plataforma, descobrindo que são relativamente homogêneas e definem antagonistas comuns, como as FARC e o então presidente do país, Juan Manuel Santos (*Partido Social de Unidad Nacional*). Pela escassez de análises, as características comunicacionais do grupo ideológico de centro em plataformas digitais é, de modo geral, pouco conhecida. Os resultados aqui elencados ajudam a elucidar, em certa medida, essa questão – quando focado, claro, nas estratégias antagônicas empregadas.

A centro-esquerda (gráfico 7) fez uso de apenas duas estratégias de antagonismo político: a “conspiração” (82,8%) e a “estigmatização” (48,3%). Aqui, retorna o padrão encontrado nos *tweets* feitos por parlamentares de partidos à direita do espectro político-ideológico – extrema-direita e centro-direita –, mas com um uso limitado de táticas antagônicas.

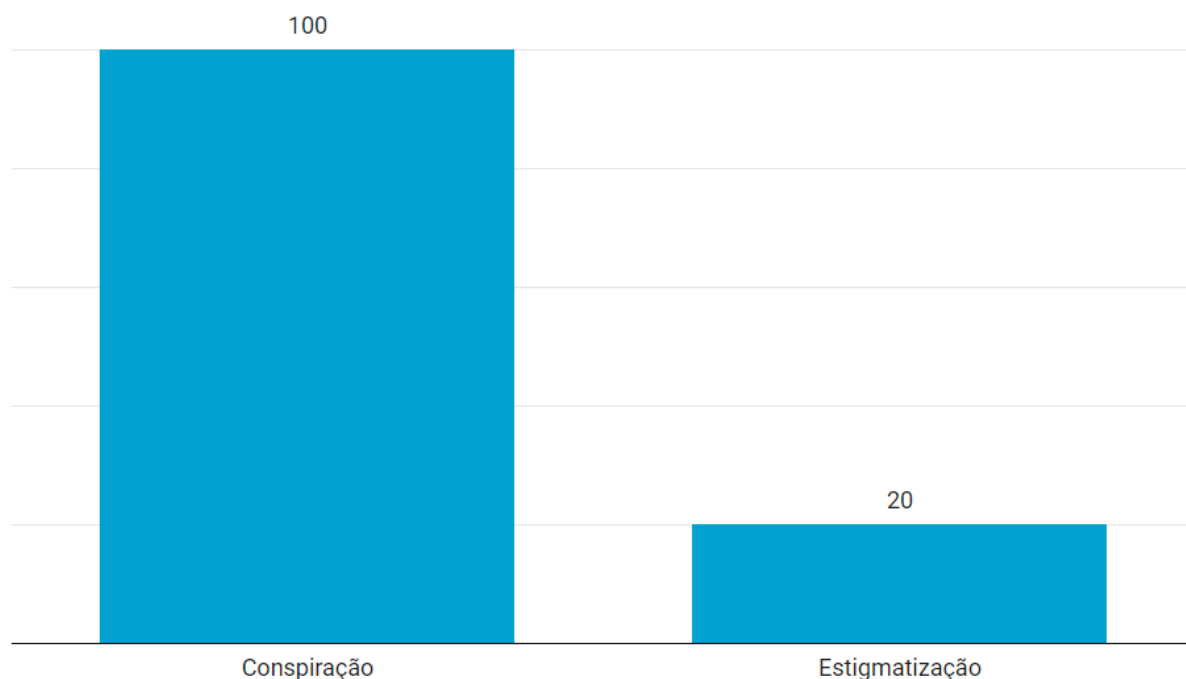
GRÁFICO 7 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA CENTRO-ESQUERDA (%)



FONTE: autora (2024).

Na esquerda (gráfico 8), foram aplicadas as mesmas duas estratégias de antagonismo da centro-esquerda: 20% dos *tweets* do grupo ideológico foram classificados na categoria “estigmatização” e todos (100%) foram categorizados como “conspiração”.

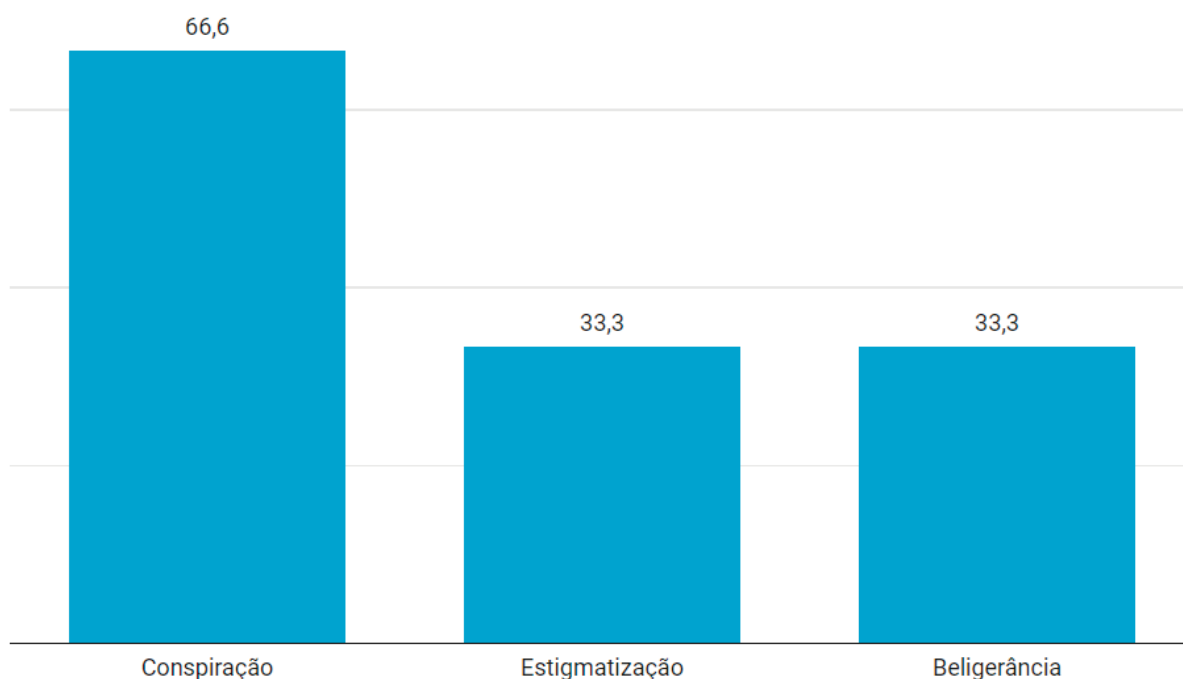
GRÁFICO 8 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA ESQUERDA (%)



FONTE: autora (2024).

Já para a extrema-esquerda (gráfico 9), há uma pequena, mas expressiva diferença. Enquanto “conspiração” (66,66%) continua sendo a categoria predominante, “beligerância” aparece em 33,3% dos *tweets* do grupo, assim como a “estigmatização”, em uma configuração similar à encontrada entre as publicações de parlamentares de partidos de centro (gráfico 5).

GRÁFICO 9 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-ESQUERDA (%)



FONTE: autora (2024).

Esses resultados ajudam a entender, até certo ponto, como parlamentares de partidos à esquerda do espectro político-ideológico se comportam em redes como o Twitter. O fato é que há, comparativamente, menos pesquisas voltadas para a comunicação on-line da esquerda política brasileira, principalmente quando se fala de radicalização, discurso de ódio e antagonismo. Como já foi discutido anteriormente, muitos estudos nesse âmbito estão focados nas manifestações – por vezes antidemocráticas – da direita e da extrema-direita nas redes sociais digitais (CAIANI E KRÖLL, 2015; PENTEADO E LERNER, 2018; FROIO E GANESH, 2019; GUIMARÃES, 2020; MASSUCHIN *ET AL.*, 2021; MASSUCHIN, ORSO E SALEH, 2021; OLIVEIRA, LEITE E MARQUES, 2021; PEREIRA, 2021; RECUERO, SOARES E ZAGO, 2021; SANCHES, 2021; MASSUCHIN, ORSO, FRANK E SALEH, 2022; BECKER, MONTARGIL E REMENCHE, 2023).

Mas há, sim, pesquisas que se dedicam a analisar as manifestações e a presença de políticos (AMARAL E PINHO, 2017; BARROS *ET AL.*, 2021; CHAGAS E STEFANO, 2022; LEUCK, 2022; PAIEIRO E BUENO, 2022; SARMENTO, BERNARDES E FONTES, 2023) e ativistas ou influenciadores (FERNANDEZ GOMEZ *ET AL.*, 2018; FREELON, MARWICK E KREISS, 2020; PAULINO, 2023) de esquerda nas redes sociais, ainda que foquem, sobretudo, no surgimento de determinados

temas em suas postagens e em métricas de uso, como frequência de publicação e engajamento⁴⁹.

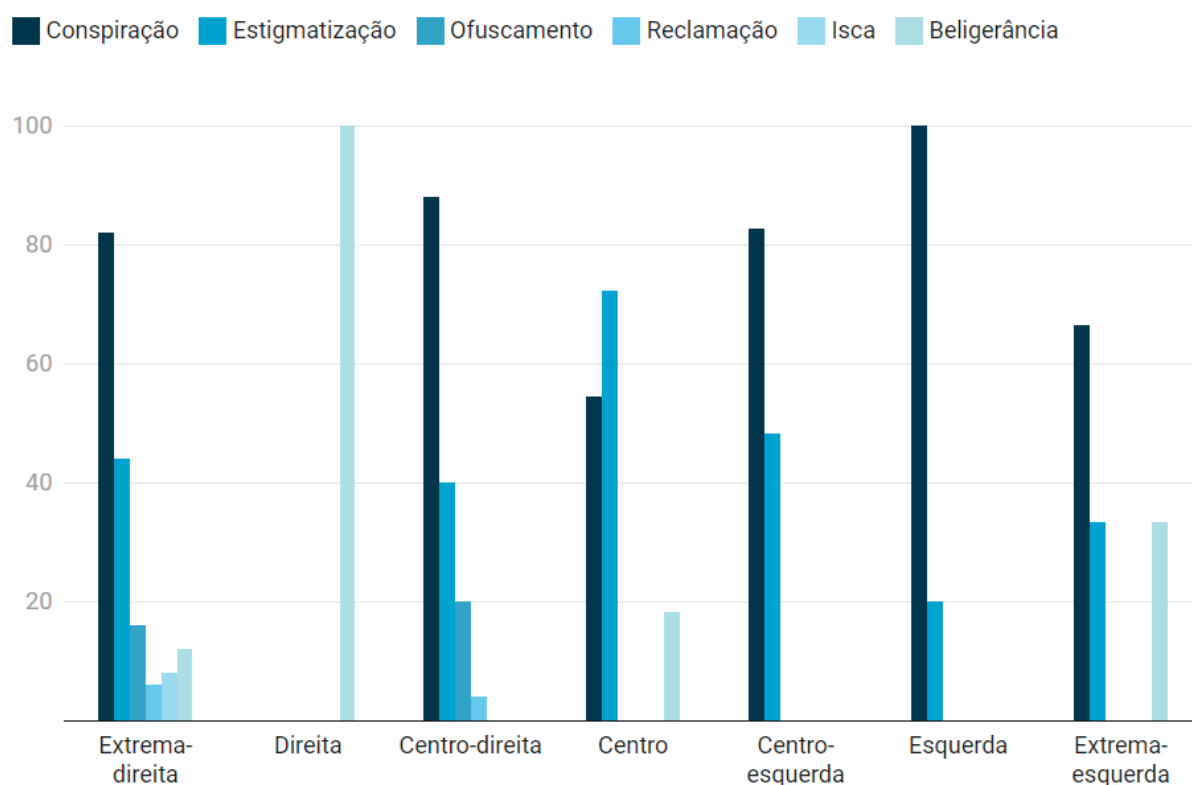
Sobre um comportamento on-line potencialmente nocivo de parlamentares de partidos de esquerda, a Abraji (2024) revelou que deputados federais do Partido dos Trabalhadores, como Carlos Zarattini (PT-SP) e Alencar Santana (PT-SP), estão entre os congressistas brasileiros que mais atacaram a imprensa no Twitter durante os cinco primeiros meses de 2024. As narrativas presentes nessas publicações tinham, de modo geral, tom conspiratório e passavam por uma clara percepção de mídia hostil – discurso muito similar ao compartilhado por outros nomes da lista de agressores, composta por mais sete parlamentares: seis de direita/extrema-direita e um de centro (ABRAJI, 2024).

Com os dados aqui apresentados, vê-se que parlamentares de partidos à esquerda do espectro político-ideológico tendem a ser conspiratórios, estigmatizantes e, por vezes, até beligerantes quando tecem, em suas postagens, uma dinâmica antagônica “nós x eles”, aproximando-se das estratégias de antagonismo utilizadas por políticos de partidos de centro.

O gráfico 10, abaixo, resume as análises anteriores, apresentando, de modo comparativo, as proporções de cada estratégia sobre o total de *tweets* dos grupos ideológicos com a presença de alteridade – variável de construção da alteridade (quadro 4).

GRÁFICO 10 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* DE CADA GRUPO IDEOLÓGICO (%)

⁴⁹ Além disso, as pesquisas (MARQUES, AQUINO E MIOLA, 2014; AMARAL E PINHO, 2017; FERNANDEZ GOMEZ *ET AL.*, 2018; FREELON, MARWICK E KREISS, 2020; BARROS *ET AL.*, 2021; CHAGAS E STEFANO, 2022; LEUCK, 2022; PAULINO, 2023; SARMENTO, BERNARDES E FONTES, 2023; ABRAJI, 2024) analisam, também, as manifestações e usos de atores políticos de direita nas redes sociais, assumindo uma abordagem comparativa, e não focando exclusivamente em figuras à esquerda do espectro político-ideológico. Logo, são trabalhos que também tratam dos padrões de uso da direita/extrema-direita.



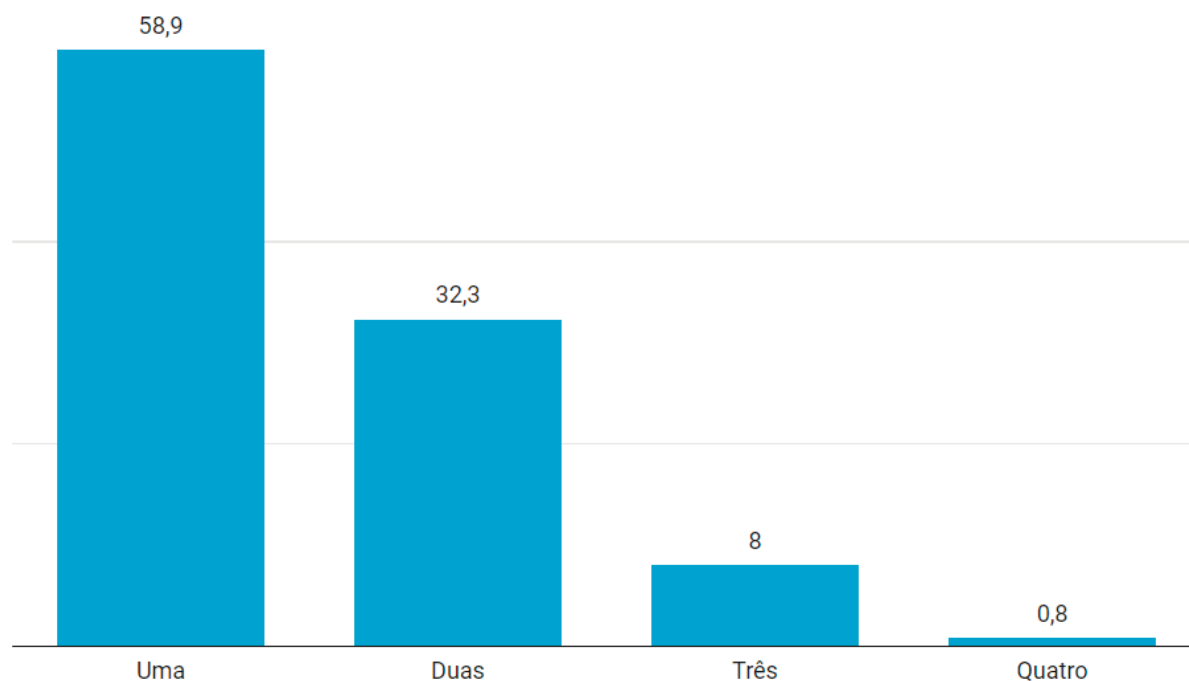
FONTE: autora (2024).

Com exceção do centro, as demais posições ideológicas por partido seguem um comportamento similar, caracterizado por um predomínio de discursos conspiratórios, seguidos de estigmatização. Esse é um padrão comum da extrema-direita à extrema-esquerda⁵⁰. Porém, também pode sugerir, mais uma vez, que as categorias ideológicas, tal como classificadas por partido, oferecem uma capacidade limitada de explicação quando se trata de nuances individuais dos parlamentares.

Como um mesmo *tweet* pode conter mais de uma estratégia antagônica, é importante entender quantos foram categorizados com táticas únicas e quantos contaram com duas ou mais formas de antagonismo ao mesmo tempo. O gráfico 11, logo abaixo, resume essa informação.

GRÁFICO 11 - NÚMERO DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS UTILIZADAS EM UM MESMO *TWEET* (%)

⁵⁰ Com exceção da direita, que só teve um *tweet* identificado como antagônico e ele foi classificado como beligerante.



FONTE: autora (2024).

A maioria, 58,9% (73), dos *tweets* apresentou apenas uma estratégia de antagonismo, enquanto 32,3% (40) teve duas e 8% (10), três. Publicações com quatro táticas ao mesmo tempo foram raras, ficando restritas a 0,8% (1) dos conteúdos da amostra com “construção de alteridade”. Nenhum *tweet* teve a combinação de cinco ou seis estratégias.

As próximas tabelas mostram como e quantas vezes cada grupo ideológico combinou estratégias de antagonismo em seus *tweets*, considerando o coeficiente de correlação de Pearson e o p-valor do teste qui-quadrado de Pearson. A correlação de Pearson é uma medida estatística que avalia a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis. Quanto mais próximo de um, mais forte e positiva a relação entre elas. Quanto mais próximo de menos um, mais intensa é a correlação negativa, em que uma variável aumenta à medida que a outra diminui. Se o valor é próximo de zero, as variáveis são pouco ou nada associadas, sendo sua copresença ocasional. O coeficiente é representado pelo símbolo r . O teste serviu para verificar se há uma relação significativa entre o uso das estratégias de antagonismo entre os grupos ideológicos.

Já o valor de p serve para complementar o teste de correlação, mostrando se há significância estatística para a associação entre variáveis. Caso não haja ($p > 0,05$), é provável que a correlação tenha ocorrido por acaso. A tabela 7, abaixo, apresenta

as articulações de estratégias de antagonismo feitas nos *tweets* de congressistas de partidos da extrema-direita. Para esse grupo, a associação entre táticas de antagonismo foram comuns, já que o uso de duas ou mais estratégias esteve presente em 52% (26) das publicações marcadas como antagônicas.

TABELA 7 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DA EXTREMA-DIREITA

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Isca	Beligerância
Conspiração	N		16	7	2	4	3
	r		-0,213	0,062	-0,100	0,138	-0,307
	p		0,135	0,666	0,485	0,338	0,029*
Estigmatização	N	16		5	1	3	1
	r	-0,213		0,162	-0,054	0,184	-0,203
	p	0,135		0,259	0,708	0,200	0,156
Ofuscamento	N	7	5		1	0	0
	r	0,062	0,162		0,119	–	–
	p	0,666	0,259		0,408	–	–
Reclamação	N	2	1	1		0	0
	r	-0,100	-0,054	0,119		–	–
	p	0,485	0,708	0,408		–	–
Isca	N	4	3	0	0		0
	r	0,138	0,184	–	–		–
	p	0,338	0,200	–	–		–
Beligerância	N	3	1	0	0	0	
	r	-0,307	0,203	–	–	–	
	p	0,029*	0,156	–	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

A partir dos dados da tabela 7, vê-se que, de modo geral, a associação entre estratégias antagônicas nos *tweets* da extrema-direita é fraca e não significativa – considerando os valores de *r* próximos a 0 e os valores de *p* maiores que 0,05. Isso

significa que não há evidências fortes o suficiente para afirmar que as articulações feitas nas publicações são táticas de comunicação e não frutos do acaso. Ou seja, mostra que as estratégias não são associadas, não há organização entre elas.

A única exceção nesse cenário é a combinação entre “conspiração” e “beligerância”, que tem um r de -0,307 e um p-valor de 0,029. A correlação negativa moderada significa que existe uma tendência significativa de que, quando “conspiração” está presente, “beligerância” tende a não estar, ou está presente com menos frequência. Mas, apesar da correlação ser estatisticamente significativa, a baixa frequência de ocorrência conjunta sugere que essa associação, embora real, não é tão comum. Logo, os testes apontam que não há uma clara associação entre estratégias antagônicas na extrema-direita.

Não há p-valor nem coeficiente de correlação (r) para a direita, pois apenas um *tweet* do grupo na amostra foi categorizado como antagônico e não houve associação entre estratégias nele.

A tabela 8 traz as associações presentes nas publicações de congressistas de partidos de centro-direita, considerando que 40% (10) dos *tweets* antagônicos do grupo articula duas ou mais estratégias.

TABELA 8 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO-DIREITA

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação
Conspiração	N		8	5	0
	r		-0,201	0,184	–
	p		0,335	0,376	–
Estigmatização	N	8		4	0
	r	-0,201		0,408	–
	p	0,335		0,042*	–
Ofuscamento	N	5	4		0
	r	0,184	0,408		–
	p	0,376	0,042*		–
Reclamação	N	0	0	0	
	r	–	–	–	
	p	–	–	–	

* $p < 0,05$ aponta para significância estatística.

FONTE: Autora (2024).

Um coeficiente de correlação (r) de 0,408 indica uma correlação positiva moderada entre as variáveis “estigmatização” e “ofuscamento”. Já o p-valor de 0,042 aponta que a correlação observada é estatisticamente significativa. Isso significa que a presença dessas duas estratégias tende a estar associada, mas essa associação não é forte. Essa correlação moderada e significativa sugere que, dentro da amostra de *tweets* da centro-direita, há uma tendência de que mensagens que envolvem estigmatização também contenham elementos de ofuscamento. Isso pode indicar uma estratégia comunicacional específica na qual as narrativas estigmatizantes são acompanhadas de esforços para ofuscar informações ou desviar a atenção de outros temas.

Logo abaixo, a tabela 9 contém os coeficientes de correlação (r), p-valor e frequência para as publicações de parlamentares de partidos do centro. De todos os *tweets* categorizados como antagônicos para o grupo, 54,4% (6) apresentou a combinação de duas estratégias de antagonismo – nenhum conteúdo articulou as três táticas presentes nas publicações do centro. É o grupo ideológico com a maior proporção de articulação entre estratégias.

TABELA 9 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Beligerância
Conspiração	N		4	0
	r		-0,149	–
	p		0,661	–
Estigmatização	N	0		1
	r	–		-0,240
	p	–		0,476
Beligerância	N	0	0	
	r	–	–	
	p	–	–	

* $p < 0,05$ aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

Para o centro, as associações entre estratégias não foram estatisticamente significativas, querendo dizer que, quando ocorreram, provavelmente aconteceram por acaso.

A tabela 10 traz os dados para a centro-esquerda. Nesse grupo, 34,4% (10) dos *tweets* antagônicos associaram duas estratégias de antagonismo – “conspiração” e “estigmatização”.

TABELA 10 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS ENTRE PARLAMENTARES DE PARTIDOS DE CENTRO-ESQUERDA

Estratégias		Conspiração	Estigmatização
Conspiração	N		9
	r		0,472
	p		0,009*
Estigmatização	N	9	
	r	0,472	
	p	0,009*	

* $p < 0,05$ aponta para significância estatística.

FONTE: Autora (2024).

O p -valor (0,009) mostra que essa relação é estatisticamente significativa, ou seja, sugere que é improvável que a associação observada tenha ocorrido por acaso. Já o valor de r aponta que a correlação entre as variáveis é positiva e moderada. Assim, quando um *tweet* da centro-esquerda é classificado como “conspiração”, há uma possibilidade considerável de que também seja classificado como “estigmatização”. Logo, para esse grupo ideológico, há uma associação significativa de estratégias.

Nos *tweets* da esquerda, apenas 20% (1) utilizou mais de uma estratégia de antagonismo. Logo, a associação entre táticas não foi comum entre esses parlamentares e não há valores de p e r para o grupo.

Também não foram rodados testes estatísticos para a extrema-esquerda, porque somente um *tweet* da amostra (33,3% das publicações do grupo) apresentou associação entre estratégias, sendo elas “conspiração” e “beligerância”. Em suma, o centro (tabela 9) e a extrema-direita (tabela 7) foram os grupos ideológicos que apresentaram maior articulação entre táticas de antagonismo em suas publicações.

Considerando a combinação e a quantidade de estratégias usadas nos *tweets*, é possível criar uma escala de antagonismo estratégico, posicionando os grupos ideológicos nessa régua, tendo em vista a média de táticas usadas por cada um deles. A imagem 2 ilustra esses dados.



FONTE: Autora (2024).

A escala original vai de 1 a 6, considerando o número de estratégias de antagonismo definidas nesta pesquisa. Porém, todos os grupos se mantiveram com uma média baixa de uso combinado das táticas, inferior a 2, mostrando que, de modo geral, os parlamentares dos grupos analisados tenderam a usar em seus *tweets* os diferentes tipos de antagonismo isoladamente. Por isso, a imagem 2 contém uma escala visualmente representada de 1 a 2, para permitir uma identificação mais detalhada das diferenças entre os pontos. A extrema-direita está à frente na escala, com uma média de 1,7 estratégias utilizadas por publicação, seguida pela centro-direita (1,5), pelo centro (1,4), pela extrema-esquerda (1,3), pela centro-esquerda (1,3), pela esquerda (1,2) e pela direita (1).

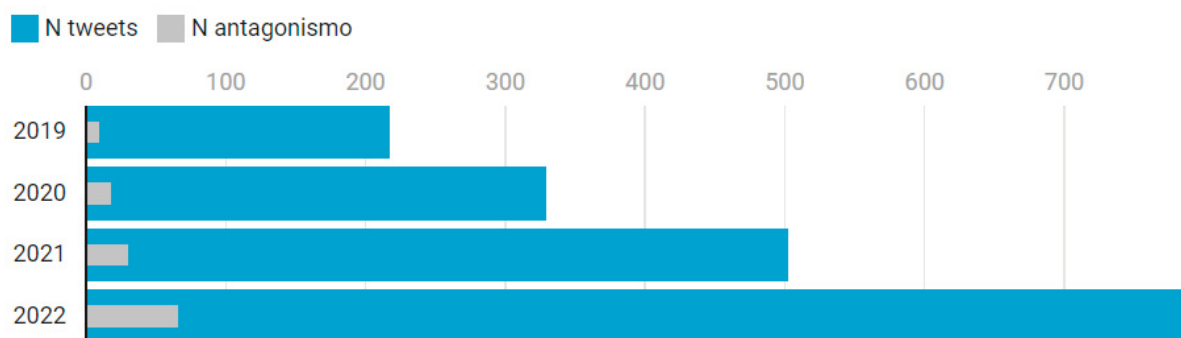
Os dados e análises apresentados até aqui permitem responder ao segundo e a parte do terceiro objetivo da tese: (ii) reconhecer as estratégias que permitem a definição dos alvos como “o inimigo”, articulando a literatura sobre antagonismo político; e (iii) encontrar padrões de antagonismo que se destacam entre grupos parlamentares e se diferenciam ao longo do recorte temporal estudado.

A partir deste ponto, a pesquisa analisa o uso de estratégias de antagonismo por ano do recorte temporal – entre 2019 e 2022. Em seguida, a análise é feita considerando o tipo de parlamentar – senador(a) ou deputado(a) federal. Tais investigações permitem que o objetivo trêns seja atingido em sua totalidade.

4.4.2 As estratégias de antagonismo por ano

O gráfico 12, abaixo, mostra o número de *tweets* antagônicos ao longo dos anos, considerando o total de publicações feitas em cada período que compõem a amostra estratificada da pesquisa.

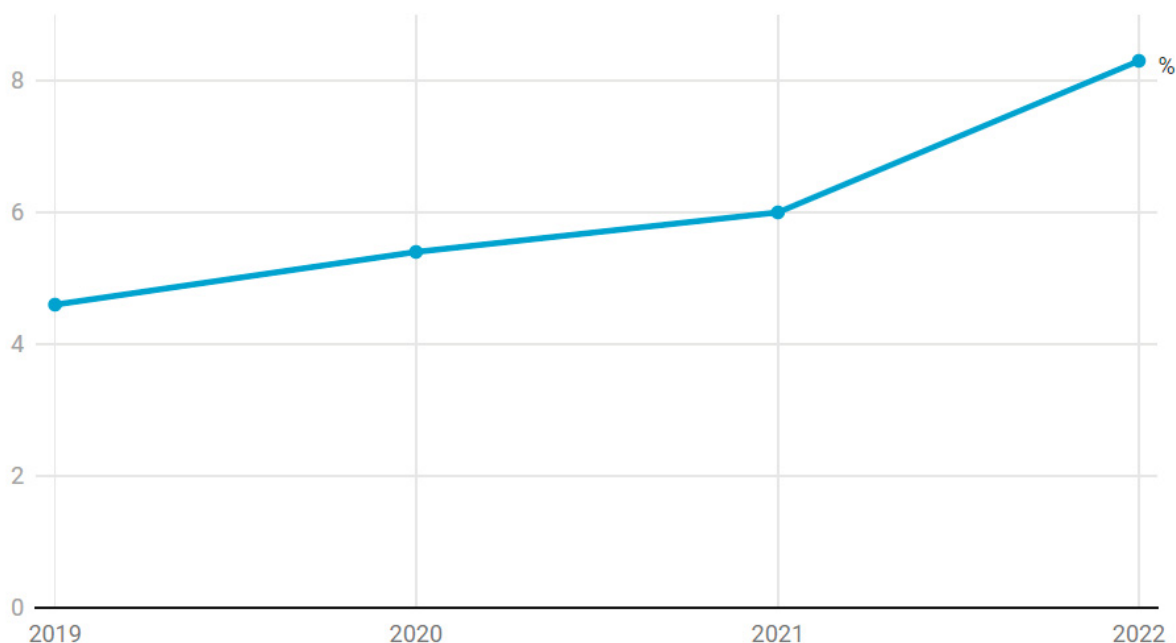
GRÁFICO 12 - NÚMERO DE *TWEETS* TOTAIS NA AMOSTRA E DE *TWEETS* CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA ANO



FONTE: Autora (2024).

Em 2019, 4,6% (10) dos *tweets* foram categorizados como antagônicos – com presença da variável “construção de alteridade”. A proporção foi de 5,4% (18) para 2020, 6% (30) para 2021 e 8,3% (66) para 2022. No gráfico 13, é possível ver a evolução da presença de antagonismo – considerando as proporções sobre cada total – com o passar do tempo.

GRÁFICO 13 - PROPORÇÃO DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS SOBRE O TOTAL DE PUBLICAÇÕES NA AMOSTRA POR ANO (%)



FONTE: Autora (2024).

Esse resultado se aproxima de achados da literatura que apontam para um comportamento mais radicalizado nas redes sociais on-line durante períodos de eleição, evidenciando que, nessas temporadas, há menos tolerância política em ambientes digitais (MASSUCHIN, MITOZO E CARVALHO, 2017; CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018) e que contextos tomados por disputas acirradas, como foi o caso das eleições de 2022, tendem a gerar um comportamento de “radicalização militante” (AMOSSY, 2011; LATTMAN-WELTMAN, 2015; BRUGNAGO E CHAIA, 2015; CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018), quando a comunicação é impossibilitada por uma lógica de amigo contra inimigo (CARVALHO, MASSUCHIN E MITOZO, 2018, p. 904). Contudo, enquanto o número de *tweets* totais mais que triplicou entre 2019 e 2022 (gráfico 12), esse aumento foi menos significativo entre os *tweets* antagônicos. Logo, há mais publicações antagônicas, sim. Porém, menos do que seria esperado caso o crescimento seguisse o padrão geral de aumento de publicações entre os anos.

Os dados também apontam para uma possível confirmação da quarta hipótese desta pesquisa, que considerou que, em ano eleitoral (2022), os discursos antagônicos ficariam mais intensos, já que a “efervescência política” (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019) do período de eleições também costuma se manifestar nas dinâmicas do Twitter (GOYA, FIACADORI E SANTOS, 2019; CASTRO, 2023) –

contudo, para verificar se há, de fato, associação entre as variáveis “ano” e “construção de alteridade”, é preciso aplicar testes estatísticos como o qui-quadrado de Pearson e o V de Cramer.

Lembrando que 2022 também apresentou, de maneira geral, um uso mais intenso da plataforma por parte dos atores políticos analisados (tabela 2). O que já era esperado, pois o uso de mídias digitais on-line tem sido, há anos, apontado como um fator importante nas disputas eleitorais, permitindo a disseminação e maior visibilidade de mensagens e conteúdos políticos (AGGIO E REIS, 2013; VASCONCELLOS, 2019).

A tabela 11, abaixo, apresenta a frequência e a proporção de estratégias de antagonismo por ano, considerando o número de vezes – e não de *tweets* – que cada tática foi utilizada ao longo do recorte temporal.

TABELA 11 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS PELOS PARLAMENTARES POR ANO

Ano		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Isca	Beligerância	Total
2019	N	10	6	1	0	1	0	18
	%	55,5	33,3	5,6	0	5,6	0	100
2020	N	26	10	2	1	0	3	42
	%	61,9	23,8	4,8	2,4	0	7,1	100
2021	N	14	12	3	1	0	1	31
	%	45,2	38,7	9,7	3,2	0	3,2	100
2022	N	50	28	7	2	3	6	96
	%	52,1	29,2	7,3	2,1	3,1	6,2	100
Total	N	100	56	13	4	4	10	187
	%	53,5	29,9	6,9	2,2	2,2	5,3	100

FONTE: autora (2024).

O total das linhas da tabela mostra o número de vezes que os parlamentares empregaram algum tipo de estratégia antagônica em seus *tweets* por ano. O total das colunas apresenta quantas vezes cada tática foi usada no geral, considerando que uma mesma publicação pode conter mais de uma forma de antagonismo estratégico.

Lembrando que foram identificadas 124 publicações estrategicamente antagônicas – 6,7% da amostra – e 187 usos de estratégias nos *tweets*.

A conspiração foi a estratégia mais empregada, aparecendo em mais da metade dos usos de táticas antagônicas ao longo dos anos, com exceção de 2021, quando esse tipo de antagonismo representou 45,2% das estratégias do período – ainda assim, a maior proporção para o ano.

Apresentadas as descrições dos dados para a variável “ano”, são aplicados, neste ponto da pesquisa, os testes estatísticos qui-quadrado de Pearson (χ^2) e V de Cramer, além dos resíduos padronizados, para compreender se e como as categorias da variável de identificação se relacionam com a variável binária de “construção da alteridade”. A tabela 12 traz esses resultados.

TABELA 12 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE ANO E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE

Ano	Construção de alteridade	
	Ausência	Presença
2019	0,327	-1,218
2020	0,239	-0,891
2021	0,177	-0,660
2022	-0,467	1,741

$\chi^2 = 6,16$ | $p = 0,103$ | V de Cramer: 0,057

FONTE: autora (2024).

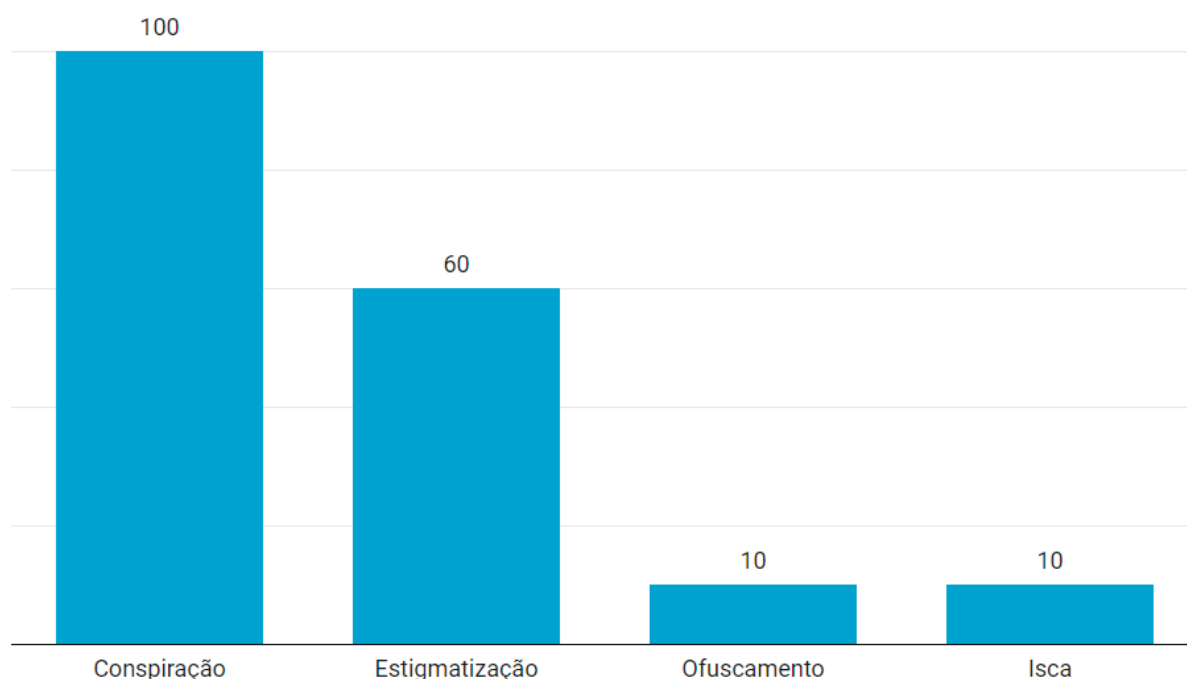
Vê-se que a associação não é significativa entre as categorias de “ano” e a presença de antagonismo, com um χ^2 igual a 6,16 e um p-valor de 0,103 – maior que 0,05. Portanto, não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, sugerindo que as relações observadas podem acontecer por acaso. O V de Cramer complementa a leitura do teste qui-quadrado. Nesse caso, o valor de 0,057 é bastante baixo, indicando uma associação muito fraca entre as variáveis. Logo, pode-se dizer que não há associação estatisticamente relevante entre ano e uso de estratégias de antagonismo, ainda que as proporções mostrem que, no ano eleitoral (2022), houve maior presença de *tweets* antagônicos entre as publicações analisadas. Isso refuta a hipótese quatro desta pesquisa – de que, em 2022, os discursos antagônicos ficariam

mais intensos –, já que os testes estatísticos não apontam correlações significativas entre as variáveis observadas.

Além disso, os resíduos padronizados não indicam combinações entre as variáveis que surjam abaixo ou acima do esperado – considerando que resíduos com valores acima de 1,96 ou abaixo de -1,96 são tidos como estatisticamente significativos (CERVI, 2014).

Ainda assim, é importante entender quais táticas entram em evidência, e foram usadas com maior frequência, em quais períodos. Os gráficos 14, 15, 16 e 17, expostos nas próximas páginas, apresentam a proporção das estratégias de antagonismo sobre o total de *tweets* antagônicos de cada ano. Como um *tweet* pode ser classificado com mais de uma tática, a soma dos números nas barras pode ultrapassar 100%. Como já apontado anteriormente, as informações apresentadas são diferentes das que compõem a tabela 11 porque são calculadas sobre o total de publicações antagônicas do ano – da amostra estratificada – e não sobre a soma das estratégias empregadas.

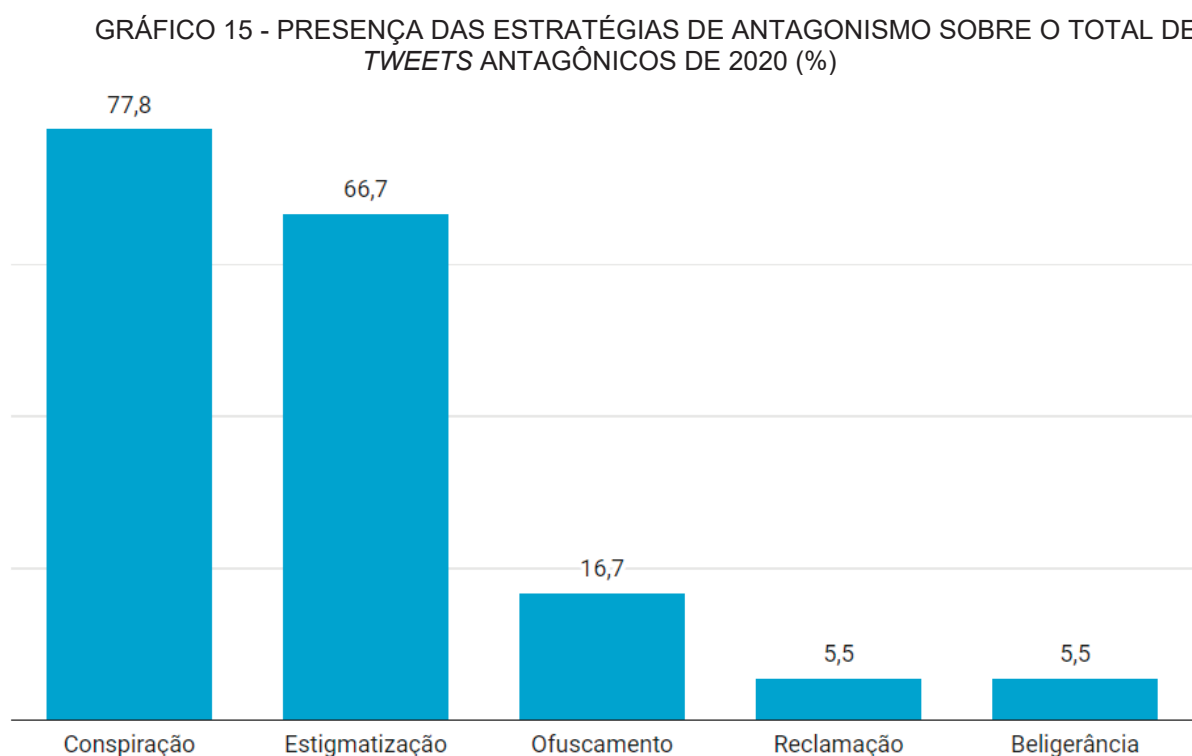
GRÁFICO 14 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DE 2019 (%)



FONTE: autora (2024).

Em 2019, primeiro ano do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), 100% dos *tweets* analisados na amostra e classificados como antagônicos apresentaram a

estratégia de conspiração. No ano, não houve “beligerância”, nem “reclamação”, diferentemente de 2020 (gráfico 15), primeiro ano pandêmico, em que quase todas as táticas de antagonismo apareceram nas publicações, menos a de “isca”. Percebe-se que, enquanto a proporção de “conspiração” caiu (77,8%), “estigmatização” (66,7%) e “ofuscamento” (16,7%) aumentaram. Esta última categoria envolve o ofuscamento de fatos e o uso de desinformação estratégica (HAMELEERS *ET AL.*, 2023, FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e o Twitter foi um espaço de ampla circulação de desinformação sobre a pandemia de Covid-19 durante esse ano (RECUERO, SOARES E ZAGO, 2021).



FONTE: autora (2024).

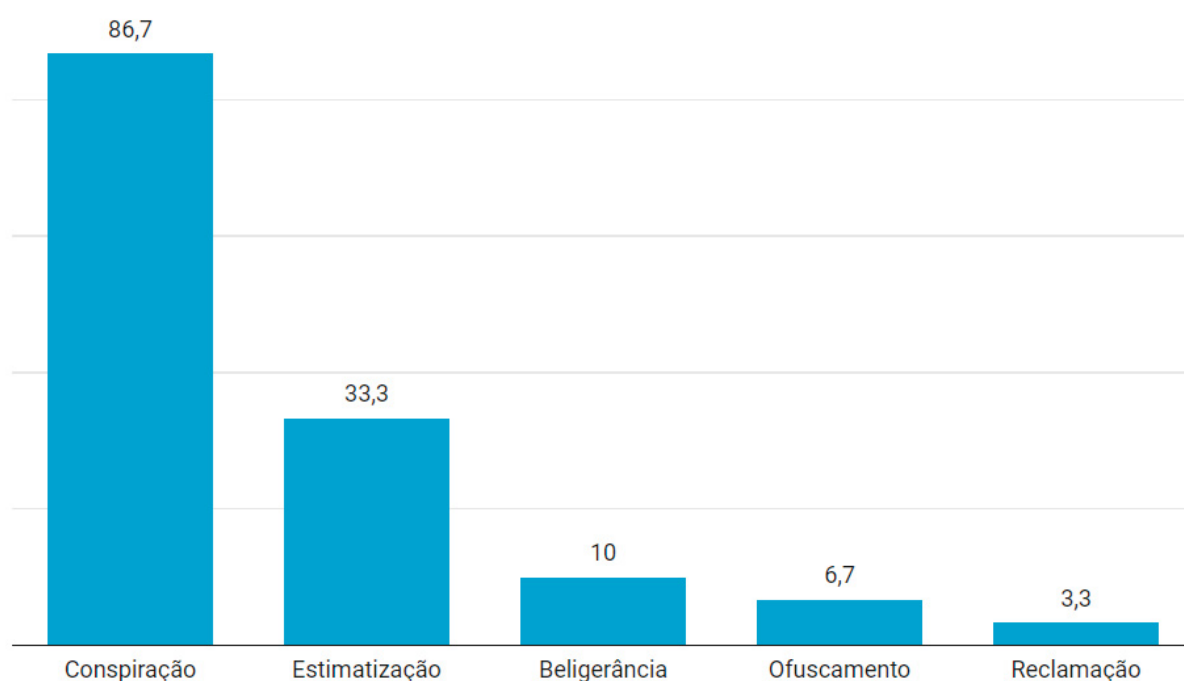
O deputado federal Otoni de Paula (PSC - RJ), por exemplo, acusou, em um *tweet* de 2020 marcado como “ofuscamento”, imprensa e governadores que compunham a oposição ao governo Bolsonaro de:

(...) Manipularem politicamente a desgraça desse vírus; Usarem o vírus para superfaturar contratos emergenciais; Gerarem pânico na população ao invés de falar a verdade; Manipularem óbitos em quase todo país; Usarem o covid para tentar derrubar um presidente honesto. [sic]⁵¹

⁵¹ Disponível em: <https://x.com/OtoniDepFederal/status/1257735841499226120>.

No gráfico 16, com dados para 2021, é possível ver que o uso das mesmas estratégias se mantém, mas há um aumento proporcional aos *tweets* do ano na categoria “beligerância” (10%). Ainda marcado pela pandemia, o período também antecede as eleições presidenciais de 2022. Os *tweets* beligerantes desse ano são, sobretudo, centrados em atacar a esquerda política e minorias sociais – como a comunidade LGBTQIA+.

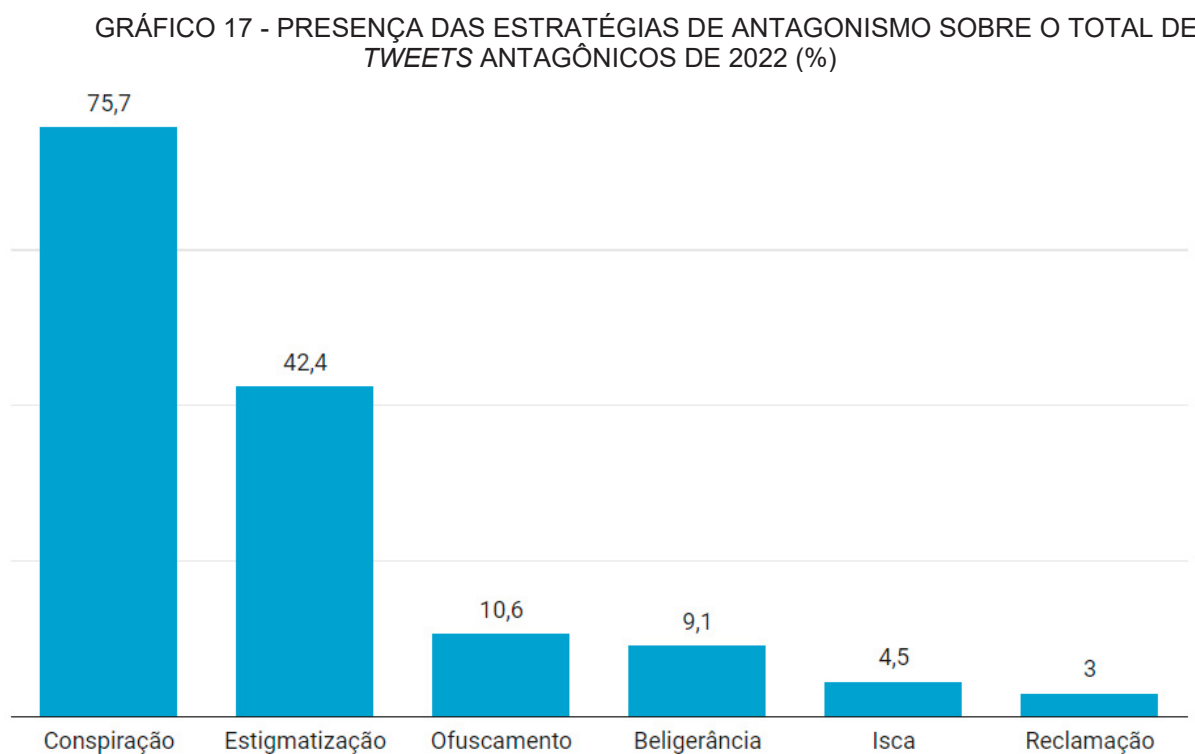
GRÁFICO 16 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS E ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* ANTAGÔNICOS DE 2021 (%)



FONTE: autora (2024).

Em 2022 (gráfico 17), ano de eleição presidencial, todas as seis estratégias antagônicas foram utilizadas pelos parlamentares, com destaque para a “conspiração” (75,7%) e a “estigmatização” (42,4%) – com ocorreu nos demais anos. Nesse período, o “ofuscamento” (10,6%) ultrapassou, por pouco, a “beligerância” (9,1%), que é seguida da categoria “isca” (4,5%) e “reclamação” (3%). Como mostraram os testes estatísticos qui-quadrado de Pearson e V de Cramer, assim como os resíduos padronizados para a associação entre “ano” e “construção de alteridade” (tabela 12), o antagonismo não surgiu acima do esperado nas publicações dos parlamentares em 2022. Ainda assim, foi o único ano do recorte temporal em que os congressistas

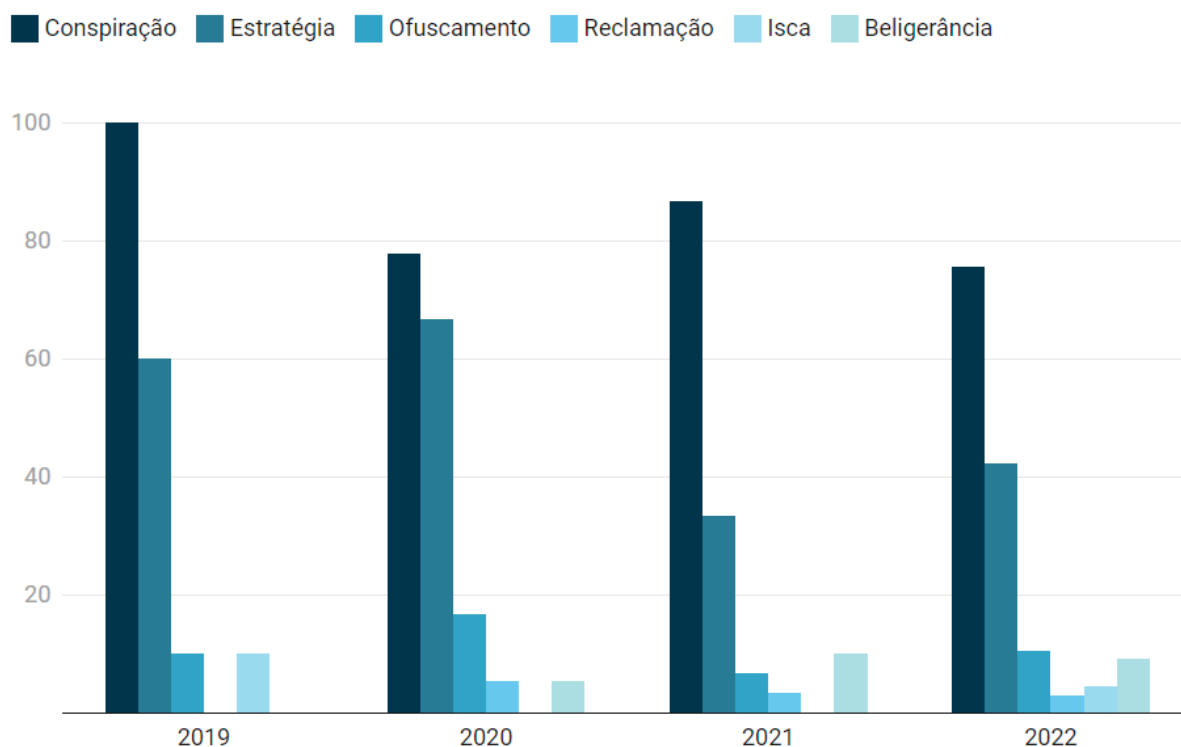
analisados utilizaram todas as táticas antagônicas elencadas por esta tese para atacar seus inimigos políticos no Twitter.



FONTE: autora (2024).

O gráfico 18, abaixo, resume a presença das estratégias sobre o total de *tweets* antagônicos de cada ano da amostra. A visualização permite comparar as proporções de táticas de antagonismo entre os diferentes períodos da análise.

GRÁFICO 18 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL E *TWEETS* DE CADA ANO (%)



FONTE: autora (2024).

Em suma, houve um padrão de uso de estratégias entre os anos. Assim como a ideologia por partido, a passagem do tempo não altera significativamente o tipo de tática antagônica adotada.

Sabendo quais estratégias se destacaram nos diferentes anos do recorte temporal, é relevante observar como as táticas usadas foram combinadas pelos atores políticos em cada um dos anos. Isso é feito nas próximas tabelas – de 13 a 16 – usando os resultados do coeficiente de correlação de Pearson (r) e o p-valor (p) do teste qui-quadrado de Pearson.

TABELA 13 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2019

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Isca
Conspiração	N		6	1	1
	r		N/A	N/A	N/A
	p		N/A	N/A	N/A
Estigmatização	N	6		1	0
	r	N/A		0,272	–
	p	N/A		0,446	–

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Isca
Ofuscamento	N	1	1		0
	r	N/A	0,272		–
	p	N/A	0,446		–
Isca	N	1	0	0	
	r	N/A	–	–	
	p	N/A	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

Ao realizar a análise de correlação entre as estratégias de antagonismo no conjunto de dados de 2019, observou-se que “conspiração” não apresentou variação, ou seja, todos os *tweets* antagônicos desse ano continham essa tática. Devido à falta de variação, o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson entre “conspiração” e as demais estratégias foi inviabilizado (N/A), ainda que haja frequência (N) de associação entre elas.

O coeficiente de correlação de Pearson mede a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis. No entanto, para que essa medida seja significativa, é necessário que ambas as variáveis testadas apresentem variação. Quando os resultados de uma variável são constantes – como no caso de “conspiração” em 2019 –, a correlação não pode ser calculada, pois não é possível identificar uma relação linear significativa entre os elementos analisados. Consequentemente, o p-valor associado, que indicaria a significância estatística dessa correlação, também não pode ser determinado.

Assim, os únicos valores passíveis de avaliação na tabela 13 são para “estigmatização” e “ofuscamento”. O coeficiente de correlação de Pearson obtido foi 0,272, com um p-valor de 0,446 e uma frequência de 1. O p-valor é bastante alto, indicando que a correlação observada entre as duas variáveis não é estatisticamente significativa. Reforçando esse resultado, há o valor encontrado para *r* (0,272), que é baixo. Ou seja, não há associações relevantes entre estratégias em 2019.

A tabela 14, apresentada abaixo, tem dados para o ano de 2020.

TABELA 14 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2020

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Beligerância
Conspiração	N		8	3	1	1
	r		-0,377	0,239	0,129	0,129
	p		0,121	0,339	0,608	0,608
Estigmatização	N	8		3	1	0
	r	-0,377		0,316	0,171	–
	p	0,121		0,201	0,496	–
Ofuscamento	N	3	3		1	0
	r	0,239	0,316		0,542	–
	p	0,339	0,201		0,020*	–
Reclamação	N	1	1	1		0
	r	0,129	0,171	0,542		–
	p	0,608	0,496	0,020*		–
Beligerância	N	1	0	0	0	
	r	0,129	–	–	–	
	p	0,608	–	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

A única correlação estatisticamente relevante para 2020 é entre “ofuscamento” e “reclamação”, com p-valor de 0,020. Isso significa que há uma baixa probabilidade (2%) de que a correlação observada seja apenas um acaso. Já o coeficiente de Pearson de 0,542 indica uma correlação positiva moderadamente forte. No entanto, a baixa frequência (apenas uma ocorrência) significa que esse resultado deve ser interpretado com cautela. A correlação encontrada pode ser significativa, mas devido à escassez de casos, ela pode não ser representativa de um padrão mais amplo.

Para 2021 (tabela 15), há duas correlações estatisticamente significativas. A primeira delas é para “conspiração” e “estigmatização”, com p-valor de 0,001 altamente significativo. Além disso, o coeficiente de Pearson de -0,554 indica uma correlação negativa moderadamente forte entre as variáveis, o que significa que

conforme a presença de "conspiração" aumenta, a presença de "estigmatização" tende a diminuir, e vice-versa. Em outras palavras, as duas variáveis parecem ocorrer de forma inversamente relacionada.

TABELA 15 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2021

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Beligerância
Conspiração	N		6	1	1	2
	r		-0,554	-0,288	0,072	-0,196
	p		0,001*	0,122	0,702	0,298
Estigmatização	N	6		2	0	1
	r	-0,554		0,377	–	0,000
	p	0,001*		0,039*	–	1
Ofuscamento	N	1	2		0	0
	r	-0,288	0,377		–	–
	p	0,122	0,039*		–	–
Reclamação	N	1	0	0		0
	r	0,072	–	–		–
	p	0,702	–	–		–
Beligerância	N	2	1	0	0	
	r	-0,196	0,000	–	–	
	p	0,298	1	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

A outra combinação estatisticamente significativa se dá entre “ofuscamento” e “estigmatização”, com um coeficiente de correlação de Pearson de 0,377, indicando correlação positiva fraca, um p-valor de 0,039 e uma frequência de 2. São estratégias que tendem a surgir juntas, embora essa associação não seja forte.

Em 2022 (tabela 16), também há duas associações entre estratégias antagônicas que são estatisticamente significativas. “Conspiração” e “beligerância” têm um p-valor de 0,000 e um coeficiente de correlação de -0,436, com frequência 1, significando que é a probabilidade de a relação entre as variáveis ocorrer por acaso é

praticamente nula e que a correlação é negativa e moderada. Ao mesmo tempo, “estigmatização” e “isca” apresentam frequência 3, um coeficiente de correlação de 0,254 e um p-valor de 0,039. Logo, a associação é significativa e positiva, mas fraca.

TABELA 16 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS EM 2022

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Isca	Beligerância
Conspiração	N		18	7	0	3	1
	r		-0,229	0,194	–	0,123	-0,436
	p		0,063	0,116	–	0,323	0,000*
Estigmatização	N	18		3	0	3	1
	r	-0,229		0,003	–	0,254	-0,164
	p	0,063		0,980	–	0,039	0,186
Ofuscamento	N	7	3		0	0	0
	r	0,194	0,003		–	–	–
	p	0,116	0,980		–	–	–
Reclamação	N	0	0	0		0	0
	r	–	–	–		–	–
	p	–	–	–		–	–
Isca	N	3	3	0	0		0
	r	0,123	0,254	–	–		–
	p	0,323	0,039	–	–		–
Beligerância	N	1	1	0	0	0	
	r	-0,436	-0,164	–	–	–	
	p	0,000*	0,186	–	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

É curioso observar que “conspiração” e “estigmatização”, apesar de terem a maior frequência entre as associações (18), não tem p-valor estatisticamente relevante. É que uma alta frequência não necessariamente implica uma correlação positiva ou estatisticamente significativa, apenas reflete a coocorrência. O mesmo

acontece com “conspiração” e “ofuscamento”. Outra singularidade é “reclamação”, que surge como a única variável de 2022 que não se associa com nenhuma outra, surgindo sempre sozinha nos *tweets* analisados.

A imagem 3, abaixo, apresenta a escala de antagonismo estratégico – que, teoricamente, vai de 1 a 6, mas, para fins de visualização, é representada de 1 a 2 – para os anos do recorte temporal da pesquisa, considerando a média de táticas combinadas em cada um deles. Lembrando que 58,9% dos *tweets* analisados na amostra possuem apenas uma forma de antagonismo (gráfico 11).



FONTE: Autora (2024).

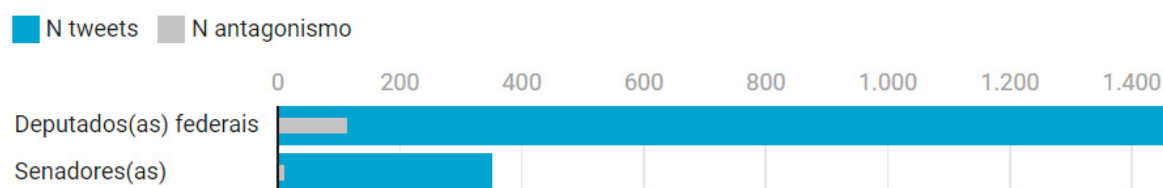
Assim como ocorreu com os grupos (imagem 2), todos os anos apresentaram uma média baixa de uso combinado das estratégias. Encabeçando a régua, está 2019, com uma média de 1,8, seguido por 2020 (1,7), 2021 (1,4) e 2022 (1,4). Isso reforça a ideia de que as estratégias tendem a ser utilizadas isoladamente.

A próxima subseção apresenta uma análise dos usos de estratégias antagônicas por tipo de parlamentar – senador(a) ou deputado(a) federal. Na sequência, são apresentados os principais alvos dos *tweets* antagônicos estudados.

4.4.3 As estratégias de antagonismo por tipo de parlamentar

No gráfico 19, há o número de *tweets* antagônicos para senadores(as) e deputados(as) federais, levando em conta o total de publicações por grupo dentro da amostra estratificada. É importante lembrar que o número de deputados(as) federais ativos no Twitter é muito maior do que a quantidade de senadores(as) – há cerca 5,7 vezes mais parlamentares do primeiro tipo do que do segundo.

GRÁFICO 19 - NÚMERO DE *TWEETS* TOTAIS NA AMOSTRA E DE *TWEETS* CLASSIFICADOS COMO ANTAGÔNICOS PARA CADA TIPO DE PARLAMENTAR



FONTE: Autora (2024).

Entre os *tweets* de deputados(as) federais, 7,6% (113) foram categorizados como antagônicos. Já entre os(as) senadores(as), a proporção foi de 3,1% (11). Os deputados e deputadas não só utilizaram de modo mais assíduo a plataforma de rede social, mas também apresentaram mais do que o dobro da proporção de antagonismo em comparação aos senadores. Conforme pontuam Amaral *et al.* (2016), a comunicação política com o uso de redes sociais on-line é, atualmente, parte das atividades congressistas e o Twitter se tornou, ao longo dos anos, uma ferramenta importante para conquistar popularidade política, especialmente com fins eleitorais. Como a competição nas eleições para o Senado são menos acirradas quando comparadas à corrida por vagas na Câmara (AMARAL ET AL., 2016), é possível que deputados(as) federais usem mais sites como o Twitter como forma de estreitar relações com o eleitorado (AMARAL E PINHO, 2018). Essa assiduidade e a busca por atenção do público são acompanhadas por um comportamento mais antagônico desses atores políticos no ambiente on-line.

A tabela 17 apresenta frequência e proporção do uso de estratégias de antagonismo por tipo de parlamentar, considerando o número de vezes – e não de *tweets* – que cada tática foi empregada.

TABELA 17 - ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO UTILIZADAS POR TIPO DE PARLAMENTAR

Tipo		Conspi- ração	Estigmati- zação	Ofusca- mento	Reclama- ção	Isca	Beligerância	Total
Deputados(as)	N	91	49	12	4	4	10	170
	%	53,3	28,9	7,1	2,4	2,4	5,9	100
Senadores(as)	N	9	7	1	0	0	0	17
	%	52,9	41,2	5,9	0	0	0	100
Total	N	100	56	13	4	4	10	187
	%	53,5	29,9	6,9	2,2	2,2	5,3	100

FONTE: autora (2024).

As variáveis de “reclamação”, “isca” e “beligerância” foram utilizadas exclusivamente pelos(as) deputados(as) federais. A conspiração, mais uma vez, domina mais da metade dos usos das estratégias antagônicas em ambos os tipos de parlamentares. Na tabela 18, abaixo, são aplicados os testes estatísticos qui-quadrado de Pearson (χ^2) e V de Cramer, e são calculados os resíduos padronizados, para compreender se há associação entre a variável “construção da alteridade” e os tipos de parlamentares analisados na pesquisa.

TABELA 18 - RESÍDUOS PADRONIZADOS PARA AS VARIÁVEIS DE TIPO DE PARLAMENTAR E CONSTRUÇÃO DE ALTERIDADE

Tipo	Construção de alteridade	
	Ausência	Presença
Deputados(as)	-0,340	1,266
Senadores(as)	0,699	-2,606

$\chi^2 = 8,31$ | $p = 0,003$ | V de Cramer: 0,067

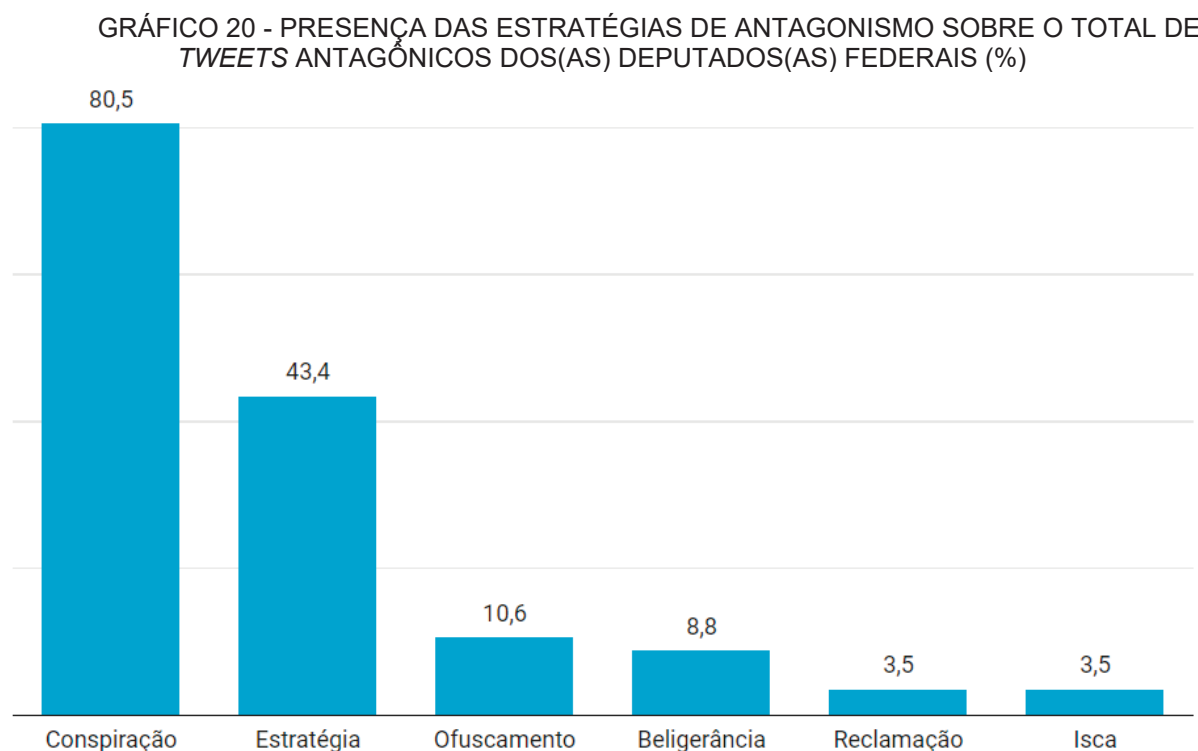
FONTE: autora (2024).

Os resultados apontam que há uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, uma vez que o p-valor é baixo ($0,003 < 0,05$). No entanto, a força da associação é fraca (V de Cramer = 0,067), indicando que a variável de identificação “tipo de parlamentar” não explica muito sobre a presença de antagonismo. Já um resíduo padronizado de -2,606 indica que a presença de “construção de alteridade” para os(as) senadores(as) é significativamente menor do que o esperado, já que está além do limite crítico de -1,96. Ou seja, senadores e senadoras são, de fato, menos antagônicos no Twitter.

Os próximos gráficos (20 e 21) mostram a proporção das estratégias sobre o total de *tweets* antagônicos por tipo de parlamentar. Considerando, mais uma vez, que uma mesma publicação pode ser categorizada com mais de uma tática de antagonismo, a soma das barras de cada gráfico pode ultrapassar 100%.

Deputados e deputadas federais empregaram todas as estratégias de antagonismo em seus *tweets* (gráfico 20), reproduzindo o padrão de uso encontrado

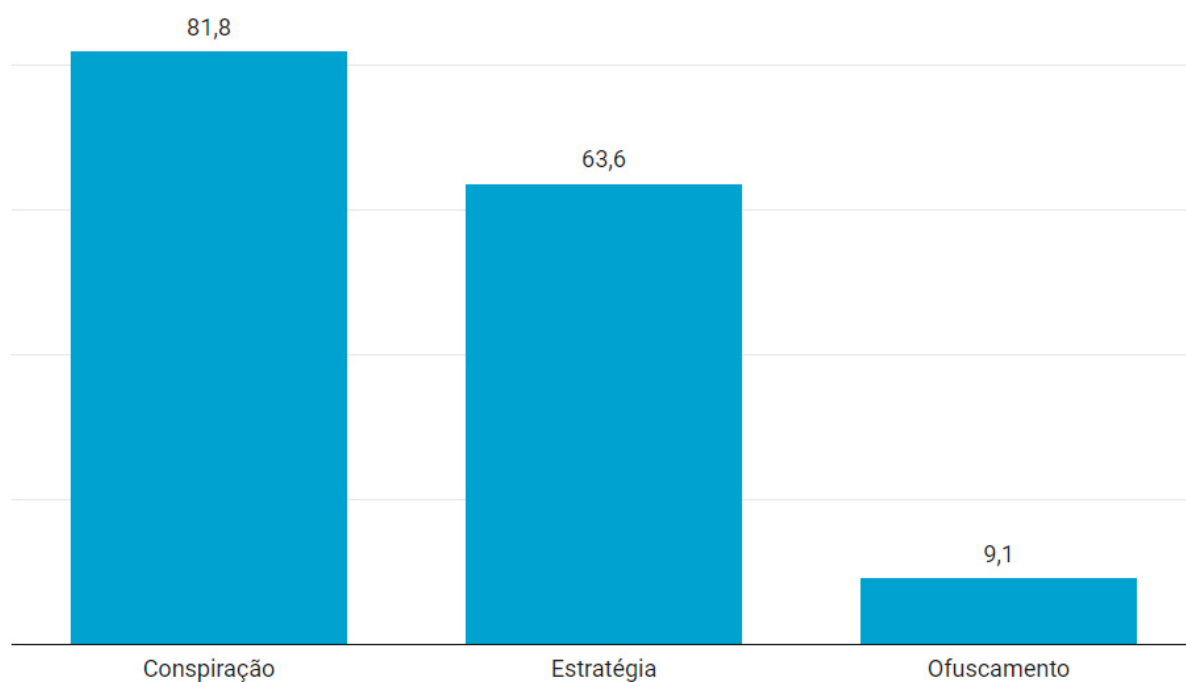
para todas as variáveis de identificação: predominância de “conspiração” (80,5%) e “estratégia” (43,4%).



FONTE: autora (2024).

Já os(as) senadores(as) utilizaram apenas três estratégias de antagonismo: “conspiração” (81,8%), “estigmatização” (63,6%) e “ofuscamento” (9,1%) (gráfico 21). Como atores políticos tendem a buscar espaços midiáticos para fortalecer seus nomes e construir sua imagem pública (GOMES, 2004; ECHEVERRÍA, 2017) e, nos últimos anos, as redes sociais on-line têm sido importantes ferramentas para tal, por permitirem a interação direta com partes da população (AMARAL ET AL., 2016; AMARAL E PINHO, 2018), pode-se dizer que senadores e senadoras apostam em uma comunicação política digital – e, dessa forma, em uma conexão com o público – muito menos radicalizada, tanto na proporção de *tweets* antagônicos quando em relação aos tipos de estratégias utilizadas, que são mais limitadas do que as empregadas por deputados e deputadas federais.

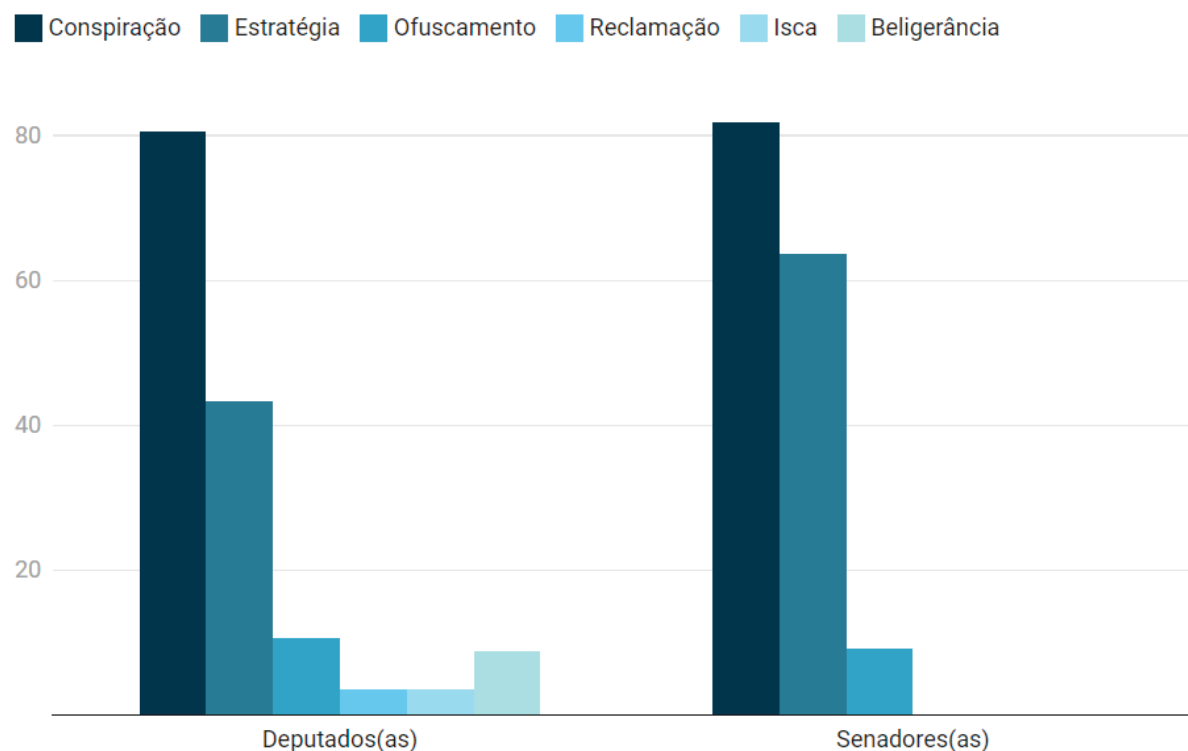
GRÁFICO 21 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE TWEETS ANTAGÔNICOS DOS(AS) SENADORES(AS) (%)



FONTE: autora (2024).

Assim como foi feito com as demais variáveis de identificação, o gráfico 22 traz um resumo das estratégias sobre o total de *tweets* antagônicos para os dois tipos de parlamentares, a fim de facilitar a comparação entre as táticas usadas por senadores(as) e deputados(as) federais.

GRÁFICO 22 - PRESENÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ANTAGONISMO SOBRE O TOTAL DE *TWEETS* DE CADA TIPO DE PARLAMENTAR (%)



FONTE: autora (2024).

Mais uma vez, o uso das estratégias antagônicas não se altera de acordo com o tipo de parlamentar. O mesmo aconteceu com posicionamento ideológico segundo partido e ano de publicação do *tweet*.

Também foram utilizados testes estatísticos, o coeficiente de correlação de Pearson (r) e o qui-quadrado de Pearson (p) para entender como os dois grupos de parlamentares combinaram as estratégias de antagonismo em seus *tweets*. A tabela 19, abaixo, tem os resultados para os(as) deputados(as) federais.

TABELA 19 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS PARA OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Isca	Beligerância
Conspiração	N		33	11	2	4	4
	r		-0,291	0,096	-0,147	0,094	-0,318
	p		0,001*	0,307	0,118	0,321	0,000*
Estigmatização	N	33		8	1	3	2
	r	-0,291		0,162	-0,070	0,122	-0,146
	p	0,001*		0,086	0,455	0,196	0,120

Ofuscamento	N	11	8		1	0	0
	r	0,096	0,162		0,089	–	–
	p	0,307	0,086		0,346	–	–
Reclamação	N	2	1	1		0	0
	r	-0,147	-0,070	0,089		–	–
	p	0,118	0,455	0,346		–	–
Isca	N	4	3	0	0		0
	r	0,094	0,122	–	–		–
	p	0,321	0,196	–	–		–
Beligerância	N	4	2	0	0	0	
	r	-0,318	-0,146	–	–	–	
	p	0,000*	0,120	–	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024).

Para as estratégias de “conspiração” e “estigmatização”, a correlação é estatisticamente significativa ($p = 0,001$), o que indica que essa associação não é fruto do acaso, mas sim uma característica do conjunto de dados analisado. Um coeficiente de correlação negativo moderado ($r = -0,291$) sugere que, apesar da alta frequência de coocorrência (33), quando uma variável aumenta, a outra tende a diminuir. Em outras palavras, pode haver muitos casos em que “estigmatização” e “conspiração” ocorrem juntas, mas há também um número significativo de casos em que uma das variáveis está presente e a outra ausente, criando uma tendência negativa na correlação. Lembrando que a frequência representa o número de vezes em que ambas as variáveis ocorrem juntas, mas não reflete a relação de dependência entre elas.

Outra relação estatisticamente significativa ($p = 0,000$) surge entre “conspiração” e “beligerância”. Assim como a associação anterior, o coeficiente de coocorrência também é negativo e moderado ($-0,318$), significando que, quando há evidências de “conspiração” em um *tweet*, é menos provável que “beligerância” também esteja presente, e vice-versa.

A tabela 20 tem os dados para as associações entre estratégias nas publicações dos(as) senadores(as) da República.

TABELA 20 - COMBINAÇÕES DE ESTRATÉGIAS ANTAGÔNICAS PARA OS(AS) SENADORES(AS)

Estratégias		Conspiração	Estigmatização	Ofuscamento	Reclamação	Isca	Beligerância
Conspiração	N		5	1	0	0	0
	r		-0,356	0,149	–	–	–
	p		0,282	0,661	–	–	–
Estigmatização	N	5		1	0	0	0
	r	-0,356		0,239	–	–	–
	p	0,282		0,478	–	–	–
Ofuscamento	N	1	1		0	0	0
	r	0,149	0,239		–	–	–
	p	0,661	0,478		–	–	–
Reclamação	N	0	0	0		0	0
	r	–	–	–		–	–
	p	–	–	–		–	–
Isca	N	0	0	0	0		0
	r	–	–	–	–		–
	p	–	–	–	–		–
Beligerância	N	0	0	0	0	0	
	r	–	–	–	–	–	
	p	–	–	–	–	–	

* p < 0,05 aponta para significância estatística.

FONTE: autora (2024)

Nenhuma das associações nos *tweets* dos(as) senadores(as) se mostrou estatisticamente relevante, querendo dizer que quaisquer uso combinado de estratégias se deve ao acaso e não representa uma tática recorrente e significativa entre os parlamentares.

Por fim, a imagem 4, abaixo, mostra cada um dos dois tipos de parlamentares posicionados na escala de antagonismo estratégico, tendo em conta a média de táticas combinadas em suas publicações. Mais uma vez, a escala, que vai de 1 a 6, foi visualmente representada com valores entre 1 e 2, para facilitar a leitura dos dados.



FONTE: Autora (2024).

Curiosamente, ainda que os testes estatísticos não tenham mostrado associações relevantes para os(as) senadores(as) – diferentemente do que aconteceu entre os(as) deputados(as) federais –, as médias de uso de estratégias foi igual para os dois grupos de parlamentares. Vale pontuar, contudo, que os resultados significativos para deputados e deputadas mostraram coeficientes de correlação negativos, indicando, também, um uso mais isolado de táticas de antagonismo nos *tweets*.

A última parte deste capítulo traz os resultados sobre quais são os principais alvos de antagonismo nas publicações analisadas, atingindo, assim, o primeiro objetivo desta tese: identificar os principais alvos de hostilidade cultivados entre os representantes políticos estudados. Até este ponto, foram contemplados os outros dois objetivos específicos: (ii) reconhecer as estratégias discursivas que permitem a formação dos alvos como o “inimigo”, articulando literatura sobre antagonismo político estratégico; e (iii) encontrar padrões que se destacam entre grupos parlamentares e se diferenciam ao longo do recorte temporal estudado.

4.4.4 Os alvos de antagonismo

A tabela 21 traz a relação de alvos considerando a frequência e as proporções sobre o total de alvos encontrados nos *tweets* antagônicos da amostra e o total de *tweets* categorizados com antagonismo. Lembrando que uma mesma publicação pode apresentar mais de um alvo. Por isso, o total da coluna frequência (N) ultrapassa

o total de publicações que contém antagonismo (124) e o total da última coluna ultrapassa 100%.

TABELA 21 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos (%)
Esquerda/“esquerdistas”	38	23	30,6
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	36	21,8	29
Imprensa	18	10,9	14,5
Lula (PT) e apoiadores	16	9,7	12,9
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	10	6,1	8,1
Bolsonaristas/bolsonarismo	9	5,5	7,3
Governadores	8	4,8	6,5
Pessoas/comunidade LGBTQIA+ (“gays”)	6	3,6	4,8
Supremo Tribunal Federal (STF)	5	3	4
Governo federal	3	1,8	2,4
Comunismo/comunistas	2	1,3	1,6
Socialismo/socialistas	2	1,3	1,6
Ambientalistas	1	0,6	0,8
“Centrão”	1	0,6	0,8
Congresso Nacional	1	0,6	0,8
Empresas/empresários	1	0,6	0,8
Extrema-direita	1	0,6	0,8
Guilherme Boulos (PSOL)	1	0,6	0,8
Olavo de Carvalho	1	0,6	0,8
Partido Novo	1	0,6	0,8
Paulo Guedes	1	0,6	0,8
PSOL	1	0,6	0,8
Sérgio Moro	1	0,6	0,8
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	1	0,6	0,8
Total	165	100	-

FONTE: autora (2024).

Em quase um terço (30,6%) dos *tweets* da amostra que foram categorizados como antagônicos, o alvo do antagonismo foi “a esquerda” e “os esquerdistas”. O resultado não é uma surpresa, já que, nos últimos anos – principalmente após o escândalo do mensalão, em meados de 2005, as “Jornadas de Junho”, em 2013, e o

impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016 –, o cenário político brasileiro foi tomado por sentimentos antipetistas e antiesquerda (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016; BORGES E VIDIGAL, 2018; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020; SILVA, 2022; BELLO, 2023), especialmente impulsionados por ideais conservadores propagados durante o mandato de Jair Bolsonaro (PL) (DUARTE E CÉSAR, 2020). Logo, entre os parlamentares estudados, a repulsa à esquerda política predominou, acompanhada de perto pelo antagonismo contra o então ex-presidente Lula (PT) e seus apoiadores (12,9%) e contra o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) e os grupos ou indivíduos identificados como “petistas” (8,1%).

Há, inclusive, uma pequena parte dos *tweets* antagônicos que articulam suas estratégias para inimizar “comunistas” ou a ideia de “comunismo” (1,6%), bem como “socialistas e a ideia de “socialismo” (1,6%), indo em direção ao que apontam Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), que revelam que “comunista” é um dos grupos políticos e sociais que gera altos graus de animosidade entre a população brasileira (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). Isso se reflete, em pequena proporção, nas publicações dos congressistas.

Contudo, o segundo alvo mais antagonizado da análise foi Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores (29%). A lista também tem, entre seus primeiros nomes, “bolsonaristas/bolsonarismo” (7,3%) e governo federal (2,4%), mostrando que o então presidente e seu sistema de apoio também estiveram presentes nas narrativas antagônicas, desenhados como inimigos do país, da população e de diferentes grupos políticos e sociais. Como o antagonismo estratégico passa por um “jogo de culpas”, tal qual defendem Flinders e Hinterleitner (2024), ser apontado como um inimigo e criticado por suas condutas radicalizadas também é tático para quem assume uma postura antagônica na dinâmica política. Isso porque tais ataques permitem que o indivíduo ou grupo antagonista justifique, até certo ponto, seus comportamentos antidemocráticos como necessários e até como autodefesa (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024). Essa narrativa de perseguição política que demanda uma resposta impolida esteve muito presente nos discursos do ex-presidente Bolsonaro (PL) e de integrantes sua base de apoio nos anos de governo (SANTANA, 2021). Vê-se, então, que antagonizar e ser antagonista é, muitas vezes, um processo de retroalimentação.

Outro resultado bastante relevante é o que coloca a imprensa (14,5%) na terceira posição entre os grandes focos de antagonismo dos parlamentares.

Pesquisas feitas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) (2023, 2024) mostram que agentes estatais despontam como os principais agressores de jornalistas, comunicadores(as) e meios de comunicação no Brasil, especialmente quando se trata de discursos estigmatizantes em sites de redes sociais como o Twitter. Isso é ainda mais crítico quando membros da imprensa cobrem questões políticas e econômicas (ABRAJI, 2023, 2024). Atacar jornalistas e instituições é um *modus operandi* já estabelecido entre a elite política do país (MASSUCHIN, ORSO, MOURA E SALEH, 2022). Os dados aqui expostos reforçam isso.

Esses dados também confirmam a segunda hipótese desta pesquisa: os *tweets* antagônicos vão, frequentemente, apresentar posturas anti-instituições, definindo elementos do próprio sistema democrático como inimigos a serem erradicados. Entre os alvos de antagonismo, também estão, em uma parte consideravelmente menor da amostra, o Supremo Tribunal Federal (STF) (4%), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (0,8%) e o próprio Congresso Nacional (0,8%), além da esquerda, como já foi apresentado anteriormente, do “Centrão” político (0,8%), da extrema-direita (0,8%) e de partidos políticos como o PSOL (0,8%) e o Novo (0,8%). Aqui, a imprensa jornalística (HANITZSCH E VOS, 2017), os órgãos judiciários e os partidos políticos são lidos como pilares institucionais do sistema democrático brasileiro.

Os governadores dos estados do país também aparecem como alvos (6,5%) e isso se deve ao período pandêmico e às discussões sobre Covid-19 e medidas relacionadas ao *lockdown*. Uma pesquisa da FVG DAPP (2020) mostrou que, entre 12 de março e 2 de abril de 2020, governadores foram mencionados nada menos que 4,5 milhões de vezes no Twitter, incluindo nomes como João Doria (PSDB), de São Paulo, e Wilson Witzel (PSC), do Rio de Janeiro. O principal ponto de discussão identificado foi sobre meios de enfrentamento à pandemia. Lembrando que alguns governantes, como Doria, opuseram-se aos discursos anti-isolamento social do então presidente Jair Bolsonaro (PL), que defendeu a flexibilização da quarentena em prol da movimentação da economia. Esse debate se refletiu nas análises desta pesquisa e, por isso, “governadores” aparece entre as figuras antagonizadas pelos parlamentares.

As próximas tabelas (22 a 31) trazem os focos de antagonismo identificados nos *tweets* analisados por grupo ideológico e por ano. Além da frequência (N), são apresentadas as proporções sobre o total de alvos identificados entre as publicações

dos grupos/anos e a proporção sobre o total de publicações antagônicas dos grupos/anos – esta última coluna contém soma que ultrapassa 100%.

Na tabela 22, há resultados para a extrema-direita, que apresentou 66 alvos de antagonismo em 50 *tweets* antagônicos – uma média de 1,3 alvos por publicação. Sem surpresas, o principal foco desses parlamentares é a “esquerda/‘esquerdistas’”, em 48% dos *tweets* com estratégias de antagonismo. Na sequência, há a imprensa (26%), Lula (PT) e seus apoiadores (12%) e pessoas/grupos LGBTQIA+ (10%).

TABELA 22 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-DIREITA

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do grupo (%)
Esquerda/“esquerdistas”	24	36,5	48
Imprensa	13	19,7	26
Lula (PT) e apoiadores	6	9,1	12
Pessoas/comunidade LGBTQIA+ (“gays”)	5	7,6	10
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	4	6,1	8
Governadores	3	4,5	6
Supremo Tribunal Federal (STF)	3	4,5	6
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	2	3	4
Socialismo/socialistas	2	3	4
Ambientalistas	1	1,5	2
Comunismo/comunistas	1	1,5	2
Congresso Nacional	1	1,5	2
Guilherme Boulos (PSOL)	1	1,5	2
Total	66	100	-

FONTE: autora (2024).

Pesquisas já haviam apontado que parlamentares de partidos da extrema-direita se destacam entre os atores políticos que mais iniciam e propagam discursos estigmatizantes contra jornalistas e meios de comunicação brasileiros (ABRAJI, 2023, 2024). Os dados aqui apresentados reforçam esses achados. Além disso, é possível identificar traços de conservadorismo moral e antipetismo/anti-esquerdismo nas publicações antagônicas da extrema-direita – eixos que são, segundo Messenberg (2017) as ideias-força do grupo nas redes sociais on-line.

Com frequência, as manifestações digitais de membros de partidos da direita política passam pelo combate ao petismo e ao comunismo e pela exaltação da “família tradicional” e da fé cristã, criticando supostos projetos de dominação progressista, como a “ideologia de gênero” (MESSEMBERG, 2017; MIGUEL, 2021). Inclusive, a questão de gênero é apontada como uma das principais ameaças aos valores familiares e conservadores tão defendidos pela direita e extrema-direita políticas (BECKER, MONTARGIL E REMENCHE, 2023). É nesse contexto que a comunidade LGBTQIA+ surge como um alvo de antagonismo de parlamentares de partidos da extrema-direita e da centro-direita (tabela 23)⁵².

TABELA 23 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS TWEETS ANTAGÔNICOS DA CENTRO-DIREITA

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo(%)	Proporção sobre o total de tweets antagônicos do grupo (%)
Esquerda/“esquerdistas”	10	32,3	40
Lula (PT) e apoiadores	7	22,6	28
Imprensa	4	12,9	16
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	3	9,7	12
Supremo Tribunal Federal (STF)	2	6,5	8
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	1	3,2	4
Governadores	1	3,2	4
Pessoas/comunidade LGBTQIA+ (“gays”)	1	3,2	4
Empresas/empresários	1	3,2	4
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	1	3,2	4
Total	31	100	-

FONTE: autora (2024).

De modo geral, a configuração da lista de principais alvos de antagonismo da centro-direita se mantém similar à da extrema-direita. Ambos os grupos tiveram a imprensa, a esquerda, o PT e Lula (PT) como os maiores antagonizados. O Supremo Tribunal Federal (STF) também surgiu nas duas tabelas – em 6% dos tweets antagônicos da extrema-direita e em 8% das publicações com estratégias de antagonismo da centro-direita –, enquanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está

⁵² Não há tabela para o grupo ideológico “direita” porque, conforme apresentado anteriormente, neste capítulo, só um tweet foi classificado como antagônico entre as publicações do grupo, e focava em Jair Bolsonaro (PL).

entre os alvos da centro-direita (4%). Isso mostra que essa parcela dos congressistas sustenta traços anti-institucionais em seus *tweets*. Na extrema-direita, o próprio Congresso Nacional esteve na mira de narrativas antagônicas (2%).

A centro-direita elencou 31 nomes em sua lista de antagonizados, tendo 25 publicações antagônicas, o que gera uma média de 1,2 alvos por *tweet*.

Neste ponto da análise, a partir dos dados apresentados, é possível confirmar a primeira hipótese desta pesquisa, de que: o comportamento antagônico dos parlamentares deve ser direcionado, sobretudo, a grupos e indivíduos definidos como “petistas” e “esquerdistas”, que serão frequentemente nomeados como inimigos nos *tweets* analisados – principalmente por aqueles que se posicionam à direita do espectro político-ideológico⁵³, considerando que a animosidade tende a ser direcionada a identidades políticas vistas como adversárias (ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022). E que construção desses grupos como “o inimigo” nos *tweets* antagônicos passará, frequentemente, pela ideia de ameaça comunista – já que “comunistas” são apontados por Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) como um dos grupos “menos gostados”, especialmente entre indivíduos de direita –, em nome da defesa de ideais conservadores, como família, pátria e religião (MIGUEL, 2021).

TABELA 24 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DO CENTRO

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do grupo (%)
Esquerda/“esquerdistas”	4	20	36,4
Governadores	4	20	36,4
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	3	15	27,3
Lula (PT) e apoiadores	2	10	18,2
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	2	10	18,2
Bolsonaristas/bolsonarismo	1	5	9,1
“Centrão”	1	5	9,1
Comunismo/comunistas	1	5	9,1
Governo federal	1	5	9,1
PSOL	1	5	9,1
Total	20	100	-

FONTE: autora (2024).

⁵³ Considerando a categorização de seus partidos por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023).

Os congressistas de partidos de centro (tabela 24) também colocaram a esquerda (36,4%), o PT (27,3%) e Lula (PT) (18,2%) na mira de seu antagonismo, seguindo o clima antipetista que se instaurou no cenário político brasileiro (RIBEIRO, CARREIRÃO E BORBA, 2016; BORGES E VIDIGAL, 2018; FUKS, RIBEIRO E BORBA, 2020; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; SILVA, 2022; BELLO, 2023). Os governadores apareceram em 36,4% de suas publicações antagônicas, devido aos debates sobre isolamento social durante a pandemia. Já Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores (18,2%), bem como o próprio bolsonarismo (9,1%) e o governo federal (9,1%), foram encontrados em uma parte menor das publicações do centro com estratégias de antagonismo.

Curiosamente, o “centrão” é mencionado entre os *tweets* do grupo (9,1%), sendo usado como sinônimo para parlamentares de centro que apoiam o governo sem considerar os valores políticos em jogo.

Entre os 11 *tweets* antagônicos dos congressistas de partidos de centro, foram identificados 20 figuras/grupos antagonizados, uma média de 1,8 alvos por publicação – a mais alta entre os grupos ideológicos.

TABELA 25 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA CENTRO-ESQUERDA

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo(%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do grupo (%)
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	24	64,9	82,8
Bolsonaristas/bolsonarismo	7	18,9	24,1
Extrema-direita	1	2,7	3,4
Governo federal	1	2,7	3,4
Imprensa	1	2,7	3,4
Olavo de Carvalho	1	2,7	3,4
Partido Novo	1	2,7	3,4
Sérgio Moro	1	2,7	3,4
Total	37	100	-

FONTE: autora (2024).

Para a centro-esquerda (tabela 25), Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores (82,8%) e o bolsonarismo (24,1%) predominaram entre os principais alvos de

antagonismo. Para o grupo, foram 37 alvos para 29 *tweets* antagônicos, uma média de 1,3 antagonizados por publicação.

O mesmo ocorreu entre os parlamentares de partidos de esquerda (tabela 26), que tiveram uma média de 1,2 alvos de antagonismo por cada um de seus 5 *tweets* antagônicos.

TABELA 26 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA ESQUERDA

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo(%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do grupo (%)
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	4	66,6	80
Bolsonaristas/bolsonarismo	1	16,7	20
Lula (PT) e apoiadores	1	16,7	20
Total	6	100	-

FONTE: autora (2024).

A extrema-esquerda (tabela 27) repetiu o padrão dos grupos anteriores, colocando Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores como alvos de antagonismo em 66,6% de seus *tweets* antagônicos, seguidos do governo federal (33,3%) e do ministro bolsonarista da Economia, Paulo Guedes (33,3%).

Os congressistas de partidos da extrema-esquerda apresentaram uma média de 1,3 alvos de antagonismo em seus 3 *tweets* identificados como antagônicos na amostra analisada.

TABELA 27 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DA EXTREMA-ESQUERDA

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados no grupo(%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do grupo (%)
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	2	50	66,6
Governo federal	1	25	33,3
Paulo Guedes	1	25	33,3
Total	4	100	-

FONTE: autora (2024).

A seguir, são apresentadas as listas de alvos para cada um dos anos do recorte temporal. Em 2019 (tabela 28), primeiro ano do governo Bolsonaro, a esquerda foi o principal alvo de antagonismo nos *tweets* dos parlamentares (30%), seguida da imprensa (30%) e de governadores (20%), que, nesse contexto, foram atacados por decisões políticas da época e não por sua atuação em relação à saúde pública, já que o período antecede a pandemia de Covid-19.

O ano apresentou uma média de 1,4 alvos por *tweets* antagônicos (10).

TABELA 28 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS EM 2019

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados do ano (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do ano (%)
Esquerda/“esquerdistas”	3	21,5	30
Imprensa	3	21,5	30
Governadores	2	14,4	20
Comunismo/comunistas	1	7,1	10
Governo federal	1	7,1	10
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	1	7,1	10
Partido Novo	1	7,1	10
Sérgio Moro	1	7,1	10
Supremo Tribunal Federal (STF)	1	7,1	10
Total	14	100	-

FONTE: autora (2024).

Já no primeiro ano de pandemia de Covid-19 (tabela 29), os principais antagonizados foram os governadores (33,3%). Em seguida, há Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores (27,8%), a imprensa (16,7%) e a esquerda (16,7%). Essas publicações antagônicas estão relacionadas, em sua maioria, às medidas de enfrentamento ao vírus, à cobertura da crise sanitária e às discussões gerais sobre a pandemia. A média de alvos do ano é de 1,3 por *tweet* antagônico.

TABELA 29 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS DE 2020

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados do ano (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do ano (%)
Governadores	6	26,1	33,3

Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	5	21,7	27,8
Imprensa	3	13	16,7
Esquerda/"esquerdistas"	3	13	16,7
Ambientalistas	1	4,4	5,6
Congresso Nacional	1	4,4	5,6
Governo federal	1	4,4	5,6
Guilherme Boulos (PSOL)	1	4,4	5,6
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	1	4,4	5,6
Socialismo	1	4,4	5,6
Total	23	100	-

FONTE: autora (2024).

A esquerda segue sendo o principal alvo de antagonismo em 2021 (43,3%) (tabela 30). Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores vêm na sequência (26,7%), com a imprensa (20%) e pessoas/grupos LGBTQIA+ (20%) na sequência. Lula (PT) e seus apoiadores começam a surgir na lista (6,7%), provavelmente devido à aproximação das eleições presidenciais de 2022. O ano tem uma média de 1,4 antagonizados por publicação com estratégias antagônicas.

TABELA 30 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS EM 2021

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados do ano (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do ano (%)
Esquerda/"esquerdistas"	13	31	43,3
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	8	14,3	26,7
Imprensa	6	19	20
Pessoas/comunidade LGBTQIA+ ("gays")	5	11,9	16,7
Lula (PT) e apoiadores	2	4,7	6,7
Bolsonaristas/bolsonarismo	2	4,7	6,7
Comunismo/comunistas	1	2,4	3,3
Empresas/empresários	1	2,4	3,3
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	1	2,4	3,3
Paulo Guedes	1	2,4	3,3
Supremo Tribunal Federal (STF)	1	2,4	3,3
Socialismo/socialistas	1	2,4	3,3
Total	42	100	-

FONTE: autora (2024).

Por fim, 2022 (tabela 31), ano eleitoral, apresenta uma configuração de alvos diferente da encontrada nos períodos anteriores. Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores passaram a ocupar o primeiro lugar da lista, aparecendo em 33,3% dos *tweets* antagônicos do ano. A esquerda caiu para o segundo lugar (28,8%), à frente de Lula (PT) (21,2%), que também concorreu às eleições presidenciais e venceu o pleito por 50,83% dos votos válidos.

O ano apresentou uma média de 1,3 alvos por *tweet* categorizado como antagônico. De modo geral, as médias se mantiveram próximas ao longo do recorte temporal da pesquisa.

TABELA 31 - PRINCIPAIS ALVOS ENTRE OS *TWEETS* ANTAGÔNICOS EM 2022

Alvos	N	Proporção sobre o total de alvos identificados do ano (%)	Proporção sobre o total de <i>tweets</i> antagônicos do ano (%)
Jair Bolsonaro (PL) e apoiadores	22	25,5	33,3
Esquerda/“esquerdistas”	19	22	28,8
Lula (PT) e apoiadores	14	16,2	21,2
Partido dos Trabalhadores (PT)/petistas	8	9,3	9,1
Bolsonaristas/bolsonarismo	7	8,1	10,6
Imprensa	6	7	9,1
Supremo Tribunal Federal (STF)	3	3,5	4,5
“Centrão”	1	1,2	1,5
Extrema-direita	1	1,2	1,5
Governo federal	1	1,2	1,5
Olavo de Carvalho	1	1,2	1,5
Pessoas/comunidade LGBTQIA+ (“gays”)	1	1,2	1,5
PSOL	1	1,2	1,5
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	1	1,2	1,5
Total	86	100	-

FONTE: autora (2024).

Em suma, os dados apresentados e debatidos confirmaram as hipóteses 1 e 2 da pesquisa – que (1) o comportamento antagônico dos parlamentares seria direcionado, sobretudo, a grupos e indivíduos definidos como “petistas” e “esquerdistas” e que (2) os *tweets* antagônicos apresentariam, frequentemente,

discursos anti-instituições –, mas refutaram as hipóteses 3 e 4 – que (3) atores políticos de direita e esquerda estariam próximos uns dos outros quanto à presença de antagonismo no Twitter e que (4) o ano eleitoral teria maior intensidade de discursos antagônicos.

No próximo capítulo, as discussões e análises desta tese são concluídas e é reforçada a relação dos achados com o cenário de mal-estar democrático que tomou o contexto político brasileiro nos últimos anos (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021). Também são pontuadas as limitações e os possíveis desenvolvimentos deste estudo.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada teve como objetivo central investigar expressões de antagonismo estratégico – definido como um processo de construção de inimigos como tática política – no cenário brasileiro atual, considerando o contexto de mal-estar que tem abatido o regime democrático do país nos últimos anos (AVRITZER, 2018; AVELAR, 2021). O foco foram as manifestações on-line de congressistas brasileiros, mais especificamente os *tweets* publicados por deputados(as) federais e senadores(as) entre 2019 e 2022, período que envolve um governo federal de perfil beligerante e polarizador (AVRITZER, 2020; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021). O trabalho considera o uso do Twitter para a comunicação política dos parlamentares (BRAGA E CARLOMAGNO, 2018), enxergando a plataforma como uma arena não-institucionalizada para expressar antagonismos que refletem não só divergências ideológicas e partidárias, mas também posturas políticas excludentes e limitantes, que alimentam e são alimentadas por contextos de fragilidade de valores e instituições democráticas (AVELAR, 2021).

A análise se concentrou em expressões estratégicas de antagonismo entre a elite política brasileira, considerando que narrativas baseadas na lógica “nós x eles” de construção de inimigos políticos podem ser – e são – usadas com objetivos específicos, que, frequentemente, envolvem ganhar influência política e minar a credibilidade de opositores. Em uma conjuntura de notável polarização de afetos (HUNTER E POWER, 2019; SOUZA NETO, 2020; AVELAR, 2021; FUKS E MARQUES, 2022; ORTELLADO, RIBEIRO E ZEINE, 2022) e de desconfiança da população brasileira em relação às instituições democráticas (HETHERINGTON, 1998; PRZEWORSKI, 1995; NORRIS, 1999; LEVI E STOLKER, 2000; POWER E JAMISON, 2005), o uso tático de antagonismo no campo político tende a aprofundar os traços de crise democrática já existentes, principalmente quando esse comportamento é reproduzido por agentes de poder que estão dentro do próprio jogo democrático.

Considerando as críticas, limitações e a normatividade que domina a teoria democrática agonística e o conceito de antagonismo de Chantal Mouffe (NORRIS, 2002, 2006; MENDONÇA, 2010a, 2010b, 2012, 2021; MIGUEL, 2014b; FREITAS, 2021a, 2021b; ROSKAMM, 2014), esta pesquisa fez um esforço metodológico para operacionalizar a ideia de antagonismo político, articulando literatura sobre

antagonismo estratégico (VINHAS, SAINZ E RECUERO, 2019; AVELAR, 2021; HOYLE *ET AL.*, 2021; VIANA E TAVARES, 2021; MAGALHÃES, 2022; XAVIER, 2022; CASTRO, 2023; FONSECA, 2023; VALE, 2023; AMORIM, 2024; FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024) e transformando seus traços em categorias analíticas passíveis de serem aplicadas às manifestações on-line dos atores políticos estudados. Esse debate com a literatura gerou sete variáveis binárias, de presença ou ausência de antagonismo estratégico: “construção de alteridade”, “conspiração”, “estigmatização”, “ofuscamento”, “comunicação ‘isca’”, “reclamação” e “beligerância”. Tais variáveis, da forma com que foram apresentadas no capítulo metodológico, foram aplicadas pela primeira vez nesta tese, em uma amostra estratificada representativa de 1.843 *tweets*.

Os principais resultados da pesquisa apontam que, do total analisado, apenas 6,7% apresentou características de antagonismo estratégico, com presença de “construção de alteridade”, que trata da dualidade “nós x eles”/“amigo x inimigo”. Essa dinâmica era condição para que um *tweet* fosse considerado antagônico. Entre as estratégias de antagonismo, a “conspiração” foi a mais prevalente, sendo encontrada em 80,6% das publicações antagônicas. Tal estratégia se baseia em narrativas conspiratórias que retratam o “outro” como inimigo calculista, ameaçando o grupo/indivíduo antagonista, seus valores, o país e a democracia, contribuindo para a leitura polarizada da situação política brasileira, sobretudo no período entre 2019 e 2022. A predominância dessa narrativa esteve conectada a uma retórica moral no cenário político, na qual, de modo maniqueísta, certos atores políticos se colocam como virtuosos, enquanto seus oponentes são vilanizados.

A “estigmatização” esteve presente em 45,2% dos *tweets* antagônicos e o “ofuscamento” foi encontrado em 10,5% das postagens. A primeira estratégia é caracterizada por discursos de hostilidade que visam enfraquecer a influência política dos opositores, enquanto o “ofuscamento” envolve a manipulação ou distorção de fatos públicos para reforçar uma narrativa antagonista. Em alguns casos, nessa última categorização, foi observada a negação de realidades científicas, como os efeitos da pandemia de Covid-19, explorada de forma seletiva, principalmente por atores de partidos de extrema-direita, para atacar adversários – seguindo a postura do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Essas táticas de antagonismo alimentam contextos de desinformação e polarização afetiva, dificultando o diálogo democrático na arena política brasileira.

A estratégia de “beligerância”, encontrada em 8% dos *tweets* da amostra, caracteriza publicações mais agressivas, nas quais parlamentares defendem ações extremas, de opressão e até eliminação, contra seus opositores. Essa categoria revela a existência de uma retórica de “guerra política” entre uma pequena parcela dos congressistas. Nessa narrativa, há um desejo expresso de exterminar – simbólica, mas também literalmente – o grupo, indivíduo ou instituição desenhado como o inimigo, evidenciando o aprofundamento das divisões políticas e ideológicas, além de um desgaste de princípios considerados democráticos, como o da tolerância política.

Por fim, as estratégias de “reclamação” e “comunicação ‘isca””, ambas presentes em 3,2% dos *tweets* antagônicos da amostra, refletiram com clareza como o Twitter, como um ambiente informal e não-institucionalizado, foi usado para atacar opositores. Nesse sentido, observou-se a utilização de linguagem sarcástica e pejorativa, minando a credibilidade dos adversários e prejudicando o diálogo dentro das linhas democráticas. Também foi encontrado, principalmente entre as publicações marcadas como “reclamação”, um discurso de “dois pesos e duas medidas”, que alimenta dúvidas sobre a justeza das regras e procedimentos democráticos em um cenário político já marcado pela desconfiança da população nas instituições políticas. Tais narrativas, produzidas e espalhadas por atores estatais, podem gerar impactos ainda mais profundos nessa dinâmica de descrédito e descrença.

Em síntese, os resultados indicam que, apesar de restrita a um pequeno subgrupo de *tweets* antagônicos, a prática de antagonismo estratégico contribui para o estremecimento do ambiente democrático e de suas regras. Ela revela uma retórica que, ao invés de promover a oposição política sadia, constrói um campo de inimizades, comprometendo a credibilidade das instituições e exacerbando a polarização.

Contudo, conforme apresentado, as categorias de antagonismo estratégico apareceram em uma fração relativamente pequena do conjunto de postagens na amostra estratificada, sinalizando que a maioria dessas manifestações pode ser classificada como “não antagônica”. Esse achado é significativo, pois indica que o antagonismo estratégico não é o comportamento predominante entre os congressistas analisados – ainda que sua presença, mesmo que pequena, seja relevante para o contexto de mal-estar democrático, merecendo análise. No entanto, sendo esta a primeira aplicação prática das categorias de antagonismo estratégico, os resultados também podem indicar que a teoria atual não abrange integralmente certos aspectos

das manifestações observadas. Isso levanta a possibilidade de futuros ajustes ou ampliações teóricas, visando incorporar uma diversidade maior de expressões discursivas ao referencial conceitual e, conseqüentemente, novas categorias de antagonismo estratégico a futuras análises.

Ao longo do período estudado, também foi observado que parlamentares de partidos de extrema-direita tendem a utilizar estratégias de antagonismo com mais frequência do que os demais congressistas com partidos posicionados em outros pontos do espectro político-ideológico. Além disso, foi o único grupo ideológico a usar todas as seis táticas de antagonismo em suas publicações – além da “construção de alteridade”, obrigatória em todos os *tweets* antagônicos. Essa diferença é, possivelmente, impulsionada por um alinhamento com o governo Bolsonaro, no poder até o fim de 2022, que fomentou, ao longo de seu mandato, uma retórica de confronto e polarização. Parlamentares de partidos de extrema-direita, por exemplo, demonstraram maior uso da estratégia de “conspiração” – 82% de suas publicações antagônicas –, apresentando, frequentemente, a esquerda como uma ameaça não apenas ideológica, mas moral e cultural ao país. Em contraste, os representantes de partidos de esquerda, centro-esquerda e extrema-esquerda focaram mais nas críticas ao ex-presidente, aos bolsonaristas e aos processos associados ao governo vigente na época – mas também usaram, predominantemente, a tática de “conspiração”.

Com a aplicação de testes estatísticos, verificou-se uma associação significativa entre o uso de antagonismo e o posicionamento político-ideológico por partido, com um V de Cramer moderado de 0,223, destacando que a construção de alteridade – a oposição “nós x eles” – está moderadamente relacionada ao grupo ideológico. Os resíduos padronizados revelaram que, enquanto a extrema-direita mostrou um comportamento antagônico muito acima do esperado – resíduo padronizado positivo de 7,80 –, a direita, centro e esquerda mantiveram valores negativos, indicando comportamentos antagônicos abaixo do esperado.

A análise das combinações entre estratégias antagônicas permitiu observar que, na centro-direita, a combinação entre “estigmatização” e “ofuscamento” foi significativa, indicando um padrão de retórica voltado ao descrédito da oposição associado à difamação e ocultação de informações. Na centro-esquerda, houve uma associação significativa e positiva para “conspiração e “estigmatização”. Ainda assim, o centro e a extrema-direita é que foram os grupos ideológicos que apresentaram mais articulações entre táticas de antagonismo em suas publicações.

Em resumo, a extrema-direita lidera em intensidade e frequência de uso das estratégias de antagonismo, com uma média de 1,7 táticas associadas por *tweet* antagônico, seguida pela centro-direita (1,5) e centro (1,4). Tais achados refutaram a terceira hipótese desta tese, de que atores políticos de direita e esquerda se aproximam uns dos outros quando se trata da presença de antagonismo no Twitter, pois se diferenciam em frequência e diversidade no uso das táticas.

Além disso, com exceção do centro, que apresentou mais estratégias de “estigmatização” do que as demais táticas de antagonismo, as outras posições ideológicas por partido seguiram padrões similares de uso de estratégias, com ênfase em discursos conspiratórios, seguidos de “estigmatização”. Para a direita, só um *tweet* foi identificado como antagônico – e classificado como beligerante. Isso pode indicar que os parlamentares reproduzem esquemas similares de uso estratégico de antagonismo nas redes sociais on-line, mas também pode sugerir, como já mencionado ao longo da tese, que as categorias ideológicas, quando classificadas por partido, oferecem uma capacidade limitada de explicação dos comportamentos individuais dos atores políticos no Twitter. Essa é uma das limitações desta pesquisa.

Em relação ao ano, constatou-se, com o passar do tempo, um aumento progressivo na proporção de *tweets* antagônicos dos parlamentares, especialmente em ano eleitoral (2022). A análise revela que o número de publicações antagônicas cresceu de forma moderada em comparação com o aumento geral das postagens. Em 2019, os *tweets* antagônicos constituíam 4,6% do total, passando para 5,4% em 2020, 6% em 2021, e atingindo 8,3% em 2022. Esses números refletem uma tendência de intensificação no uso de retóricas antagonistas em períodos politicamente polarizados.

Os dados também indicam que a estratégia de “conspiração” prevaleceu em mais de 50% dos *tweets* antagônicos ao longo dos anos, com exceção de 2021. Essa tendência sugere uma consistência na retórica de “amigo x inimigo”, especialmente em cenários de crise, como a pandemia em 2020, quando “ofuscamento” e “estigmatização” aumentaram em frequência, possivelmente associadas à desinformação sobre saúde e ciência que marcou o período. Embora o uso de “beligerância” tenha sido inferior ao esperado, ele também apresentou picos, particularmente no ano pré-eleitoral de 2021, indicando um aumento nas ofensas direcionadas a grupos sociais e políticos.

Porém, os testes estatísticos aplicados – qui-quadrado de Pearson e V de Cramer – não indicaram associação significativa entre o ano de publicação e a construção de antagonismo. Logo, a quarta hipótese da pesquisa, de que o ano eleitoral intensificaria os discursos antagônicos, foi refutada. Mesmo assim, 2022 destacou-se por apresentar todas as estratégias de antagonismo catalogadas na pesquisa, sendo o único ano em que ocorreu essa abrangência.

Assim, conclui-se que, embora o ano eleitoral aumente a quantidade de publicações antagônicas, isso não ocorre dentro da proporção necessária, e a intensidade e o tipo de discurso antagônico mantêm certa estabilidade ao longo do tempo, reafirmando um padrão discursivo que se repete independentemente do contexto específico do ano.

A análise por tipo de parlamentar revelou que os deputados(as) federais têm uma participação mais expressiva em interações antagônicas, o que reflete suas necessidades eleitorais específicas e a competitividade acirrada pelo espaço político. Entre as postagens dos deputados(as), 7,6% dos *tweets* analisados foram classificados como antagônicos, enquanto, entre os senadores(as), essa proporção foi de apenas 3,1% – levando em consideração que há mais deputados(as) no Congresso Nacional e que eles também publicaram mais ao longo do recorte temporal. Essa diferença indica que deputados(as) utilizam o Twitter de maneira mais intensa e confrontadora, possivelmente buscando conquistar visibilidade e engajamento por meio de posturas combativas e críticas.

Em relação às estratégias de antagonismo, observa-se que ambos os grupos recorrem à estratégia de “conspiração” de maneira prevalente, com ela representando mais de 50% do total de usos de antagonismo entre os congressistas. No entanto, há distinções nas demais estratégias: deputados(as) federais diversificam o uso de todas as seis táticas, enquanto os senadores(as) se limitam a “conspiração”, “estigmatização” e “ofuscamento”. Esse contraste sugere que os deputados(as) adotam uma postura de antagonismo mais variada e ostensiva, enquanto os senadores(as) mantêm uma abordagem mais contida e seletiva, provavelmente por não enfrentarem a mesma pressão eleitoral que os membros da Câmara.

Por fim, verificou-se uma associação estatisticamente significativa entre o tipo de parlamentar e a variável “construção de alteridade” ($\chi^2 = 8,31$, $p = 0,003$). No entanto, essa relação apresentou uma força de associação fraca (V de Cramer = 0,067), indicando que o tipo de parlamentar explica apenas uma parcela limitada da

variação no uso tático de antagonismo na arena política. O padrão é mais evidente entre senadores(as), onde a presença de construção de alteridade é consideravelmente menor do que o esperado, refletindo uma postura menos antagônica em relação aos deputados(as) no Twitter. Esse dado reforça a ideia de que senadores(as), em sua comunicação digital, optam por uma abordagem menos polarizadora e mais moderada em comparação aos deputados(as) federais, corroborando a tendência observada de menor engajamento com estratégias antagônicas.

Outros resultados da tese evidenciaram padrões significativos nos alvos de antagonismo dos congressistas, revelando como esse tipo de discurso político se estrutura em torno de figuras e instituições específicas. Entre os principais alvos, destacam-se a “esquerda” e os “esquerdistas”, mencionados em 30,6% dos *tweets* antagônicos – confirmando a primeira hipótese deste estudo. Esse foco reflete um contexto histórico recente marcado por eventos como o escândalo do mensalão, as manifestações de 2013, a Lava-Jato e o impeachment de Dilma Rousseff (PT), que reforçaram o antipetismo e o sentimento antiesquerda no cenário político do país, principalmente entre a classe média brasileira (PORTO, 2023). Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores surgem como o segundo principal alvo, presentes em 29% das publicações com antagonismo, evidenciando uma relação de reciprocidade, já que o ex-presidente e seus seguidores apostaram em narrativas antagônicas em sua comunicação política durante os anos de seu governo. Nessa dinâmica, seu comportamento faz parte de um “jogo de culpas” (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), em que as posturas radicalizadas são justificadas pela hostilidade que recebem – pois também a expressam – no campo político.

A análise destaca que o comportamento antagônico se acentua em parlamentares de partidos de extrema-direita, que não só elegem a esquerda como inimiga, mas também mobilizam discursos estigmatizantes contra o Partido dos Trabalhadores (PT), Lula (PT) e outras figuras associadas ao que consideram socialismo e comunismo. Observou-se que a extrema-direita, por exemplo, reuniu 66 alvos de antagonismo em 50 *tweets*, mencionando a esquerda em 48% dessas publicações, seguida pela imprensa em 26% e pela comunidade LGBTQIA+ em 10%.

O antagonismo contra a imprensa é particularmente notável entre os parlamentares no geral, já que 14,5% das publicações antagônicas da amostra atacam jornalistas e meios de comunicação, reiterando o crescente embate entre

agentes estatais e veículos midiáticos, como apontado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) em estudos recentes (2023, 2024).

A pesquisa também confirmou que, além de grupos e indivíduos, o antagonismo dos congressistas, por vezes, volta-se contra instituições democráticas fundamentais. Alvos como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como o Congresso Nacional e partidos políticos, demonstram uma postura anti-institucional prevalente, especialmente em setores à direita do espectro político-ideológico. Na extrema-direita, o STF apareceu em 6% dos *tweets* antagônicos e o Congresso Nacional, em 2%, ao passo que na centro-direita o TSE foi alvo de 4% dos *tweets*. Esses dados corroboram a segunda hipótese da tese, de que os discursos antagônicos enxergam elementos do próprio sistema democrático como inimigos a serem erradicados.

Adicionalmente, o período da pandemia de Covid-19 intensificou o antagonismo contra governadores estaduais, mencionados em 6,5% das publicações antagônicas totais da amostra. Esse foco decorre das políticas de isolamento social adotadas pelos estados, que contrastaram com a postura de flexibilização defendida pelo governo federal à época, expondo tensões entre diferentes esferas de poder e amplificando a polarização política nas redes sociais on-line.

Como já discutido anteriormente, os dados e análises apresentados na tese sugerem que as táticas de antagonismo observadas seguem uma estratégia de “jogo de culpas”, tal qual aponta a literatura (FLINDERS E HINTERLEITNER, 2024), em que atores políticos utilizam ataques em uma lógica “nós x eles” para angariar apoio, minar a credibilidade e opositores e justificar comportamentos potencialmente antidemocráticos. Esse ciclo de antagonismo funciona como uma retroalimentação de narrativas de vitimização e autodefesa, que permeiam parte da comunicação política digital desses agentes e contribuem para a construção de inimigos políticos, impactando diretamente a estabilidade das relações e instituições democráticas no Brasil. Em suma, essas expressões contribuem para o aprofundamento do cenário de mal-estar democrático no país, agravando conjunturas de polarização afetiva e radicalização na arena política.

Para chegar a seus resultados, esta tese realizou uma ampla coleta e categorização de dados. Com isso, foi possível identificar como a retórica antagônica estratégica se manifesta entre os congressistas brasileiros, evolui ao longo do tempo e se organiza em torno de determinadas figuras e instituições, refletindo clivagens

ideológicas que polarizam o debate público. No entanto, ao avaliar esses achados, é fundamental considerar algumas limitações do estudo, como a categorização dos parlamentares em grupos político-ideológicos com base na filiação partidária. Esse critério foi útil – e possível – para a organização destes dados. Contudo, espera-se que outras pesquisas possam ser feitas considerando o autoposicionamento dos políticos na escala – o que permitiria capturar a complexidade das posturas individuais e dinâmicas internas desses grupos.

Outro aspecto importante desta pesquisa é a experiência de trabalhar com grandes volumes de dados empíricos associada ao esforço para operacionalizar um conceito essencialmente normativo no contexto de redes sociais on-line. Classificar milhares de *tweets* com base em uma tipologia construída a partir da literatura sobre antagonismo político e estratégico permite dar um passo inicial na definição de categorias práticas para o fenômeno. A baixa identificação de táticas antagônicas nas publicações analisadas pode sugerir que ainda é preciso ampliar os debates teóricos sobre o tema e incluir novos traços de antagonismo na discussão, considerando o contexto brasileiro e as características de plataformas como o Twitter.

Então, longe de esgotar a investigação sobre antagonismo estratégico entre a elite política na internet, esta pesquisa reforça a importância de revisitar e, possivelmente, adaptar as bases teóricas e analíticas para entender fenômenos políticos em contextos de crise democrática e comunicação digital. Espera-se que este trabalho tenha pavimentado uma parte, ainda que pequena, do trajeto nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ABRAJI. Silenciando o mensageiro: os impactos da violência política contra jornalistas no Brasil. São Paulo, 2023.
- ABRAJI. Violência on-line: a internet como arena de ataques contra jornalistas. São Paulo, 2024.
- ABTS, K.; DALLE MULLE, E.; LAERMANS, R. Beyond issue diversification: N-VA and the communitarisation of political, economic and cultural conflicts in Belgium. *West European Politics*, 2019.
- AGGESTAM, K.; CRISTIANO, F.; STRÖMBOM, L. Towards Agonistic Peacebuilding? Exploring the Antagonism–Agonism Nexus in the Middle East Peace Process. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 9, p. 1736-1753, 2015.
- AGGIO, C. Campanhas políticas e redes sociais digitais: um estudo sobre o uso do twitter nas eleições presidenciais de 2010. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia, 2014.
- AGGIO, C. Campanhas on-line, Twitter e democracia: a interação entre campanhas e eleitores nas eleições presidenciais de 2010. In: MAIA, R.C.M.; PRUDENCIO, K.; VIMIEIRO, A. C. (orgs.) *Democracia em ambientes digitais: eleições, esfera pública e ativismo*. Salvador: EDUFBA, 2018. pp. 49-73.
- AGGIO, C.; REIS, L. S. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a este site pelos candidatos durante as eleições municipais de 2012. *Compólitica*, v. 3, n. 2, p. 155-188, 2013.
- AIOLFI, T. Populism as a Transgressive Style. *Global Studies Quarterly*, v. 2, p. 1–12, 2022.
- ALMEIDA, J. P. J.; ALMEIDA, G. W. Teoria Democrática Contemporânea e Meios de Comunicação de Massa: uma discussão preliminar. *Comunicação & Informação*, v. 21, n. 1, p. 51-69, 2018.
- ALVES, V. R.; CUNHA, J. P. L. Análise dos julgamentos realizados nos tweets dos senadores de esquerda sobre os comportamentos no Oito de Janeiro de 2023 em Brasília. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE*, v. 8, n. 1, p. 77-89, 2024.
- AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. Ideologias partidárias em 140 caracteres: uso do Twitter pelos parlamentares brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 6, p. 1041-1057, 2017.
- AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G.; SANTOS DE OLIVEIRA, L.; DOS SANTOS AGUIAR, I. O Congresso nas Redes Sociais: uso do Twitter por parlamentares brasileiros. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 12, n. 20, 2016.

AMARAL, M. S.; PINHO, J. G. A. Eleições Parlamentares no Brasil: O Uso do Twitter na Busca por Votos. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 22, n. 4, 2018.

AMENDOLA, A. The imaginary antagonism of the "Political". *Politica & Società*, v. 8, n. 1, p. 43-67, 2019.

AMOSSY, R. O intercâmbio polémico em fóruns de discussão online: o exemplo dos debates sobre as opções de ações e bônus no jornal Libération. *Comunicação e Sociedade*, v. 19, p. 319-335, 2011.

ANDRÉS, R. R.; UCEDA, D. U. Diez razones para el uso de Twitter como herramienta en la comunicación política y electoral. *Comunicación y pluralismo*, v. 2, 2011.

ARNSTEIN, A. A Ladder of Citizen Participation. *JAIP*, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

ARWINE, A.; MAYER, L. The Impact of Tolerance on Political Behavior. Portland: Western Political Science Association, p. 1-20, 2012.

ASKOLA, H. Taking the Bait? *Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société*, v. 30, n. 1, p. 51–71, 2015.

AVELAR, I. Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2021.

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise: 2013-2018. *Revista Novos Estudos*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

AVRITZER, L. Política e antipolítica: A crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

BALIQUI, B. Contested war remembrance and ethno-political identities in Kosovo. *Nationalities Papers*, 2017.

BAQUERO, M.; CASTRO, H. C. O.; RANINCHESKI, S. M. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil : o caso das eleições de 2014. *Política & sociedade*. Florianópolis, v. 15, n. 32, p. 9-38, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARNA, I.; KNAP, A. Analysis of the Thematic Structure and Discursive Framing in Articles about Trianon and the Holocaust in the Online Hungarian Press Using LDA Topic Modelling. *Nationalities Papers*, v. 51, n. 3, p. 603-621, 2023.

BARROS, A. T. et al. Do egocasting aos gabinetes digitais: o uso de lives, stories e podcasts pelos deputados federais brasileiros. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, v. 2, n. 25, p.3-27, 2021.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; FARIA, C. F. S.; BUSANELLO, E. Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos

Deputados. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 57-86, 2021.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W.; GASKELL G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, p. 189-217, 2007.

BECKER, M.; MONTARGIL, G. da S.; REMENCHE, M. L. R. Construindo sombras com “ideologia de gênero”: deslizamentos discursivos em postagens no Twitter de atores políticos da Nova Direita (2014-2019). Revista Teste, v. 23, p. 1–31, 2023.

BECKSTEIN, M. The dissociative and polemical political: Chantal Mouffe and the intellectual heritage of Carl Schmitt. Journal of Political Ideologies, Abingdon, v. 16, n. 1, p. 33-51, 2011.

BELLO, A. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42-68, 2023.

BEN-ARIE, R.; FENSTER, T. Politics of Recognition in Between Antagonism and Agonism: Exploring ‘Mediated Agonism’ in Jaffa. Politics and Space, p. 1–18, 2019.

BENNETT, W.L. The personalization of politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, n. 644, p. 20-39, 2012.

BERELSON, B. R.; LAZARFELD, P. F.; MCPHEE, W. Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign. Chicago, The University of Chicago Press, 1954.

BERNANKE, J.; PHELAN, S. The Politics of Interfield Antagonisms. Journalism Studies, 2016.

BERNARDES, C. B. Uso do Twitter para engajamento político. Compólitica, v. 10, n. 3, p. 5-48, 2020.

BERNARDES, C. B.; FONTES, G. S. Deputadas federais brasileiras nas mídias sociais: fatores associados ao alcance de postagens no Twitter. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 14., 2024, Salvador.

BESTA, T.; SZULC, M.; JAŚKIEWICZ, M. Political extremism, group membership and personality traits: who accepts violence? International Journal of Social Psychology, v. 30, n. 3, 2015.

BLOCH, S.; OLIVARES-PELAYO, E. A. Carceral Geographies from Inside Prison Gates: The Micro-Politics of Everyday Racialisation. Antipode, p. 1-20, 2021.

BOCCARA, P. The ambivalences of the informational revolution. Antagonisms and potentialities. Pensee, n. 353, 2008.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, n. 2, p. 1-29. 2023.

BORBA, F. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, 2015.

BORBA, F. Medindo a propaganda negativa na TV, rádio, debates, imprensa e Facebook: o caso das eleições presidenciais de 2014. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 42, 2019.

BORBA, F.; VASCONCELLOS, F. A campanha negativa como estratégia eleitoral na perspectiva dos consultores políticos: quem atacar, quando atacar e como atacar. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 45, 2022.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, jan-abr. 2018.

BOWMAN, G. In *Dubious Battle on the Plains of Heav'n: The Politics of Possession in Jerusalem's Holy Sepulchre*. *History and Anthropology*, v. 22, n. 3, p. 371-399, 2011.

BOWMAN, G. *Violence before Identity: An Analysis of Identity Politics*. *The Sociological Review*, v. 62, p. 152-165, 2014.

BRADSHAW, S. et al. *Country Case Studies Industrialized Disinformation: 2020 Global Inventory of Organized Social Media Manipulation*. *Industrialized Disinformation: 2020 Global Inventory of Organized Social Media Manipulation*, 2021.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. *The global disinformation order: 2019 global inventory of organized social media manipulation*. Oxford: Oxford Internet Institute, 2019.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P.; BAILEY, H. *Industrialized Disinformation: 2020 Global Inventory of Organized Social Media Manipulation*. Oxford, UK: Programme on Democracy & Technology, 2019.

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 26, p. 7-62, 2018.

BRINTNALL, K. L. *Desire's Revelatory Conflagration*. *Theology & Sexuality*, 2017.

BRONSTEIN, J.; AHARONY, N.; BAR-ILAN, J. Politicians' use of Facebook during elections: Use of emotionally-based discourse, personalization, social media engagement and vividness. *Aslib Journal of Information Management*, 2018.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Revista Aurora*, v. 7 n. 21, 2014.

BUCCI, E. Seriam as fake news mais eficazes para campanhas de direita? Uma hipótese a partir das eleições de 2018 no Brasil. *Novos Olhares* v. 8, n. 2, p. 21-29, 2019.

BUCCOLIERO, L.; BELLIO, E.; CRESTINI, G.; ARKOUDAS, A. Twitter and politics: Evidence from the US presidential elections 2016. *Journal of Marketing Communications*, n. 26, v. 1, p. 88-114, 2020.

BUENO-LACY, R.; VAN HOUTUM, H. *The Glocal Green Line: The Imperial Cartopolitical Puppeteering of Cyprus*. Geopolitics, 2018.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Bucy E. P. et al. Performing Populism. *New Media & Society*, v. 22, n. 4, p. 634–658, 2020.

CAIANI, M; KRÖLL, P. The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, v. 39, n. 4, p. 331-351, 2015.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n 2, p. 513-518, 2013.

CANETTI, E. *Crows and Power*. London: Penguin, 1960.

CANOVAN, M. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political Studies*, v. 47, 1999.

CARVALHO, F. C. Manifestações digitais em democracias monitoradas: uma proposta de tipologia para monitoramento individual dos cidadãos em redes sociais on-line. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8, 2019, Brasília. Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Brasília: Compolítica, 2019.

CARVALHO, F. C.; MASSUCHIN, M. G.; MITOZO, I. B. Radicalização nas redes sociais: comentários no Facebook durante a disputa presidencial em 2014 no Brasil. *Análise Social*, n. 229, p. 898-926, 2018.

CASTRO, A. J. F. A ascensão do Partido dos Trabalhadores à Presidência do Brasil: uma análise do antagonismo no discurso político. *Conversas & Controvérsias*, v. 10, n. 1, p. 1-11, 2023.

CAVALCANTI, D. B.; JARDELINO, F; TONIOLO, B. P. Articulação da direita no Facebook: identificando atores chaves do Movimento Brasil Livre e do Vem pra Rua a partir da Análise de Redes Sociais. *Estudos em Comunicação*, v. 31, p. 157-189, 2020.

CERVI, E. U. *Análise de dados categóricos em Ciência Política*. Curitiba: CPOP, 2014.

CERVI, E. U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2018.

CERVI, E. U. Análise de Conteúdo aplicada a Redes Sociais Online. In: CERVI, E. U. Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política. v. 2. Curitiba: CPOP, 2019.

CERVI, E. U.; CARVALHO, F. C.; MASSUCHIN, M. G. Radicalización y alejamiento entre representantes y representados en las redes sociales digitales. *Razón y Palabra*, v. 22, n. 103, p. 353-384, 2018.

CERVI, E. U.; SINDERSKI, R. M.; VERNER, A. F. Até tu, prefeito! Sobre quando as redes sociais on-line chegam às eleições municipais. *Revista Política e Sociedade*, v. 20, 2021.

CERVI, E. U.; SINDERSKI, R. M.; KNISS, A. B.; ALCANTARA, N. S. A.; VERNER, A. F.; SOARES, M. M.; PADILHA, R. L. E.; SALEH, D.; ARAUJO, B. C. S. Campanhas digitais nas eleições de 2020: uma análise do Twitter na disputa pelas prefeituras dos maiores municípios do Paraná. In: AGGIO, C.; CAVASSANA, F.; MASSUCHIN, M. G. (Orgs.). Eleições municipais em rede: o contexto digital em 2020. 1ed. Salvador: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), 2023, v. 1, p. 15-45.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência neoliberalismo-conservadorismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CHAGAS, V.; STEFANO, L. M. TikTok e polarização política no Brasil [livro eletrônico]. Rio de Janeiro, RJ: Ed. dos Autores, 2022.

CHAIA, V. L. M; BRUGNAGO, F. A nova polarização política nas eleições de 2014: Radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora*, v. 7 n. 21, 2014.

CHALOUB, J.; CANNONE, H. Para além do antagonismo: desenvolvimentismo e liberalismo no Brasil da República de 1946. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 38, p. 1-30, 2022.

CHARTIER, J. F.; MEUNIER, J. G. Text mining methods for social representation analysis in Large Corpora. *Papers on Social Representations*, v. 20, n. 37, p. 1-47, 2011.

CHATTERTON, P.; FEATHERSTONE, D.; ROUTLEDGE, P. Articulating Climate Justice in Copenhagen: Antagonism, the Commons, and Solidarity. *Antipode*, 2012.

CHIGNOLA, S. The Settlement of Antagonism. A Seminar. *Politica & Società*, v. 8, n. 1, p. 43-67, 2019.

CHUNG, J. H. China's Evolving Views of the Korean–American Alliance, 1953–2012. *Journal of Contemporary China*, v. 23, n. 87, p. 425-442, 2014.

- CIFUENTES, C. F.; PINO, J. F. Conmigo o contra mí: análisis de la concordancia y las estrategias temáticas del Centro Democrático en Twitter. *Palabra Clave*, v. 21, n. 3, p. 885-916, 2018.
- COLLETTI, L. Marxism and the dialectic. *New Left Review*. n. 93, p. 3-29, 1975.
- CONNOLLY, W. E. *Identity/Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- CONNOLLY, W. E. *Political Theory and Modernity*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- CUNHA, J. R. Democracia agonística por oposição ao narcisismo político: contra o ódio como forma de fazer política. *Revista Opinião Jurídica, Fortaleza*, v. 20, n. 33, p. 83-102, 2022.
- CÉSAR, L. O. Esquerda do capeta: Malafaia e a retórica do asco contra a corrente política no Twitter. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM MÍDIA E COTIDIANO, 7., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2018. p. 310-319.
- DAHL, R. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DE CAROLIS, M. Reformulating Hobbes' Problem? Notes on the Concept of Antagonism. *Política & Società*, v. 8, n. 1, p. 3-20, 2019.
- DIBAI, P.; D'ALMONTE, E. A militância bolsonarista em redes online: polarização afetiva e os impactos à comunicação democrática. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 142–168, 2022. DOI: 10.29146/ecops.v25i2.27892.
- DIKEN, B. The Impossible Society of Spite: Revisiting Nihilism. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 4, p. 97-116, 2009.
- DILLEY, L. T. M. Avoiding the Political in Transition: A Micro-Analysis of the Micro-Politics of Conflict. *Journal of Rural Studies*, v. 51, p. 178-188, 2017.
- DRZEWIECKA, J. A.; HASIAN, M.. Discourses of the Wound and Desire for the Other: Remembrances of the Katyń Massacre and the Smoleńsk Crash. *Review of Communication*, v. 18, n. 3, p. 231-248, 2018.
- DUARTE, A. M.; CÉSAR, M. R. A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, 2020.
- DUNCOMBE, C. The politics of Twitter: emo-tions and the power of social media. *International Political Sociology*, v. 13, n. 4, p. 409-429, 2019.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ECHEVERRÍA, M. Personalización política e infoentretenimiento periodístico. Un estudio desde los encuadres. *Cuadernos*, n. 41, p. 71-87, 2017.

EKMAN, M; WIDHOLM, A. Twitter and the celebritisation of politics. *Celebrity Studies*, n. 5, v. 4, p. 518-520, 2014.

FABIAN, G. La violencia del antagonismo en la constitución de la subjetividad militante: una lectura desde el trabajo de Damián Selci. *Anacronismo e Irrupción*, v. 11, n. 20, p. 246-269, 2021.

FALKENBACH, M.; GREER, S. L. Denial and Distraction. *International Journal of Health Policy and Management*, v. 10, n. 9, p. 578–580, 2021.

FARRELL, L. *The Politics of Non-Domination: Populism, Contestation, and Neo-Republican Democracy*. Philosophy and Social Criticism, 2019.

FEATHERSTONE, D. Spatialities of transnational resistance to globalization: the maps of grievance of the Inter-Continental Caravan. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 28, n. 4, p. 404-421, 2003.

FEATHERSTONE, D. Spatial relations and the materialities of political conflict: The construction of entangled political identities in the London and Newcastle Port Strikes of 1768. *Geoforum*, v. 35, n. 6, p. 701-711, 2004.

FEATHERSTONE, D. Skills for Heterogeneous Associations: The Whiteboys, Collective Experimentation, and Subaltern Political Ecologies. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 25, n. 2, p. 284-306, 2007.

FEATHERSTONE, D. Thinking the Crisis Politically: Lineages of Resistance to Neo-liberalism and the Politics of the Present Conjuncture. *Space and Polity*, v. 19, n. 1, p. 12-30, 2015.

FEATHERSTONE, D.; GRIFFIN, P. *Spatial Relations, Histories from Below and the Makings of Agency: Reflections on The Making of the English Working Class at 50*. Progress in Human Geography, 2015.

FERNANDEZ GOMEZ, J. D.; HERNANDEZ-SANTAOLALLA, V.; SANZ-MARCOS, P. Influencers, marca personal e ideología política en Twitter. *Cuadernos.info*, n. 42, p. 19-37, 2018.

FGV DAPP. DAPPREPORT CORONAVIRUS: sala de democracia digital. Rio de Janeiro, 2020.

FLINDERS, M. Why Feelings Trump Facts. *Emotions and Society*, v. 2, n. 1, p. 21–40, 2020.

FONSECA, M. L. D. A construção de inimigos promovida pelo governo populista de Jair Bolsonaro (2019-2022) na política externa brasileira: uma análise de conteúdo dos discursos do presidente em fóruns multilaterais. 2023. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

FRANZE, J. La trayectoria del discurso de Podemos: del antagonismo al agonismo. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 44, p. 2019-246, 2017.

FREELON, D.; MARWICK, A.; KREISS, D. False equivalencies: online activism from left to right. *Science* 369, v. 6508, p. 1197-1201, 2020.

FREITAS, F. C. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Opinião Pública*, v. 24, n. 3, p. 547-595, 2018.

FREITAS, F. C. Revisitando algumas teses do passado: a eleição de 2006 e a disputa antagonica entre PT e PSDB. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 32, p. 43-92, 2020.

FREITAS, F. C. A política como antagonismo: a irredutibilidade do conflito político. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-24, 2021a.

FREITAS, F. C. Repensando o agonismo: o impasse não superado entre conflito e consenso. *Revista Teoria & Pesquisa*, v. 29, n. 3, p. 135-158, 2021b.

FREUD, S. *Civilization and Its Discontents*. Londres: Vintage, 2001a.

FREUD, S. *Group Psychology and the Analysis of the Ego*. Londres: Vintage, 2001b.

FRITSCH, M. Antagonism and democratic citizenship (Schmitt, Mouffe, Derrida). *Research in Phenomenology*, v. 38, n. 2, p. 174-197, 2008.

FROIO, C.; GANESH, B. The transnationalisation of far right discourse on Twitter. *European Societies*, v. 21, n. 4, p. 513-539, 2019.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

FUKS, M.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 76, 2020.

FUNG, A.; COHEN, J. Democracia radical. *Política & Sociedade*, n. 11, 2007.

GANDIN, L. *Eu, nós e eles: a luta política nos pronunciamentos presidenciais de Dilma Rousseff*. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GEISER, U. Reading political contestation in Pakistan's Swat valley: from deliberation to 'the political' and beyond. *Geoforum*, v. 43, n. 4, p. 707-715, 2012.

GERBAUDO, P. Social media and populism: an elective affinity? *Media, Culture & Society*, v. 40, n. 5, p.1-9, 2018.

GHILINI, A. Una aproximación a lo político y la política desde la perspectiva de Ernesto Laclau y Jacques Rancière. *Opción*, v. 31, n. 78, p. 138-144, 2015.

GIBSON, J. L. Enigmas of Intolerance: Fifty Years After Stouffer's Communism, Conformity, and Civil Liberty. *Perspectives on Politics*, v. 4, n. 1, 2006.

GIBSON, J. L. Intolerance and Political Repression in the United States: A Half Century after McCarthyism. *American Journal of Political Science*, v. 52, n. 1, p. 96-108, 2008.

GIBSON, J. L. Political intolerance in the context of democratic theory. In: GOODIN, R. E. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GJERDE, L. E. L. Biopolitical and juridical creations of the quarantine hotel: A discourse analysis of the Norwegian case. *Acta Sociologica*, v. 66, n. 4, 2022.

GOEMINNE, G. Science, Technology, and the Political: The (Im)possibility of Democratic Rationalization. *Techné: Research in Philosophy and Technology*, v. 17, n. 1, 2013a.

GOEMINNE, G. Who is Afraid of the Political? A Response to Robert Scharff and Michel Puech. *Foundations of Science*, v. 18, p. 355-360, 2013b.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GONÇALVES, V. F. Análise e aplicação de algoritmos de detecção de comunidades em grafos de relacionamento entre os senadores do Brasil no Twitter. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia da Computação) - Departamento de Ciência da Computação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2022.

GOODIN, R. E.; SAWARD, M. Dog Whistles and Democratic Mandates. *The Political Quarterly*, 2005.

GOYA, D. H.; FIACADORI, G.; SANTOS, P. D. A polarização ideológica no Twitter: um estudo sobre as redes de retweets durante as eleições presidenciais de 2018. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8, 201, Brasília. *Anais do VIII Compólitica*. Brasília: Compólitica, 2019.

GRUZD, A.; ROY, J. Investigating Political Polarization on Twitter: A Canadian Perspective. *Policy & Internet*, v. 6, n. 1, p. 28–45, 2014.

GUILLE, G. P. Laclau una política del antagonismo. *Res Publica: revista de historia de las ideas políticas*, v. 22, n. 2, p. 495-510, 2019.

GUIMARÃES, G. M. C. "Gabinete do Ódio", uma alt-right à brasileira? Identidade e repertório de contas brasileiras de extrema-direita no Twitter. 2020. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política) - Instituto de Ciência Política (IPOL), Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 36, p. 39–53, 1995.

HABERMEHL, V. *Everyday Antagonisms: Organising Economic Practices in Mercado Bonpland*, Buenos Aires. EPC: Politics and Space, 2019.

HAMAN, M. Political communication on social media in Latin America: unequal use of Twitter by members of parliament. *Profesional De La información*, v. 32, n. 3, 2023.

HAMELEERS, M. et al. They Are All against Us! *Communications*, v. 48, n. 4, p. 588–607, 2023.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalistic roles and the struggle over institutional identity: The discursive constitution of journalism. *Communication theory*, v. 27, n. 2, 2017.

HANSEN, M. B. Between Two Ills: Homonationalism, Gender Ideology and the Case of Denmark. *Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory*, v. 24, n. 1, p. 60–75, 2021.

HENDERSON, E. A. The impact of culture on African coups d'etat, 1960-1997. *World Affairs*, v. 161, n. 1, p. 10-21, 1998.

HINTERLEITNER, M.; SAGER, F. Anticipatory and Reactive Forms of Blame Avoidance: Of Foxes and Lions. *European Political Science Review*, v. 9, n. 4, p. 587–606, 2017.

HONIG, B. Dead Right, Live Futures: A Reply to Habermas's 'Constitutional Democracy'. *Political Theory*, v. 29, n. 6, p. 792–805, 2001.

HOOD, C. The Risk Game and the Blame Game. *Government and Opposition*, v. 37, p. 15–37, 2002.

HOWARTH, D. R. Ethos, Agonism and Populism: William Connolly and the Case for Radical Democracy. *The British Journal of Politics and International Relations*, n. 10, v. 2, p. 171–193, 2008.

HUSSEY, G. Spatialising antagonism: A post-foundational analysis of the spatial dynamics of violence in nineteenth century Derry. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 40, n. 8, p. 1677-1692, 2022.

IASULAITIS, S.; VIEIRA, A. O. Quando o ataque é o programa: as estratégias de campanha de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Twitter. *Comunicação & Sociedade*, v. 44, n. 2, 2022.

INCH, A. Creating 'a generation of NIMBYs'? Interpreting the Role of the State in Managing the Politics of Urban Development. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 30, n. 3, p. 520-535, 2012.

IRIARTE SANROMÁN, A.; GAMALLO OTERO, P.; SIMÕES, A. Estratégias Lexicométricas para Detetar Especificidades Textuais. *Linguamática*, v. 10, n. 1, p. 19-26, 2018.

JACOBSON, M. L. Populist Blame Games. In: FLINDERS, M. et al. (eds). *The Politics and Governance of Blame*. Oxford: Oxford University Press, 2024. pp. 683–707.

JENSEN, J. L. Public spheres on the internet: anarchic or government-sponsored – a comparison. *Scandinavian Political Studies*, v. 26, n 4, 2003.

JOATHAN, I.; ALVES, M. O Twitter como ferramenta de campanha negativa não oficial: uma análise da campanha eleitoral para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016. *Galáxia*, v. 43, 2020.

JOYCE, J. B.; WALZ, L. Picking fights with politicians: Categories, partitioning and the achievement of antagonism. *Pragmatics*, v. 32, n. 4, p. 562-587, 2022.

KANG, J. W. The Disciplinary Politics of Antagonistic Nationalism in Militarized South and North Korea. *Nations and Nationalism*, v. 18, n. 1, p. 1-17, 2012.

KANTARA, A. Hybridity and antagonism in broadcast election campaign interviews. In: KRANERT, M.; HORAN, G. (Ed). *Doing Politics: Discursivity, performativity and mediation in political discourse*. Amsterdã: John Benjamins, 2018, pp 259-280.

KATSAMBEKIS, G. Constructing 'the people' of populism: a critique of the ideational approach from a discursive perspective. *Journal of Political Ideologies*, 2020.

KATTAGO, S. Memory, Pluralism, and the Agony of Politics. *Journal of Baltic Studies*, v. 41, n. 3, p. 383-394, 2010.

KIM, S. Radical democracy and left populism after the squares: 'Social Movement' (Ukraine), Podemos (Spain), and the question of organization. *Contemporary Political Theory*, 2020.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.

KIOUPKIOLIS, A. Commoning the Political, Politicizing the Common: Community and the Political in Jean-Luc Nancy, Roberto Esposito and Giorgio Agamben. *Contemporary Political Theory*, 2017.

KUIPERS, N. The Long-Run Consequences of the Opium Concessions for Out-Group Animosity on Java. *World Politics*, p. 1-38, 2021.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1993.

LACLAU, E. Democracy and the question of power. *Constellations*, v. 8, n. 1, p. 3-14, 2001.

LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, E. Antagonism, subjectivity and politics. *Filosofia Política*, v. 3, n. 1, p. 83-97, 2012.

LAHLOU, Saadi. L'analyse lexicale. *Variances*, v. 3, p. 13-24, 1994.

- LAMBKIN, B. Academic Antagonism and the 'Resetting' of the Northern Ireland 'Problem', 1969–1970: Owen Dudley Edwards vs. Hugh Trevor-Roper. *Irish Political Studies*, 2014.
- LANDAU-DONNELLY, F.; POHL, L. Towards a post-foundational geography: Spaces of negativity, contingency, and antagonism. *Progress in Human Geography*, v. 47, n. 4, p. 481-499, 2023.
- LARIONOVA, M. V.; DEMKINA, A. V. Nuevas desigualdades socioespaciales a través del discurso de Podemos. *Andamios*, v. 16, n. 39, p. 305-328, 2019.
- LATTMAN-WELTMAN, F. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: influência política midiática e radicalização militante. *Anais do VI Congresso da Compólitica*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.
- LAWSON, S. The US Military's Social Media Civil War: Technology as Antagonism in Discourses of Information-Age Conflict. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 27, n. 2, p. 226-245, 2013.
- LAZARDIS, G; CAMPANI, G. *Understanding the Populist Shift*. London: Routledge, 2016.
- LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's Choice: How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Election* (3ª ed.). New York, Columbia University Press, 1969.
- LEGGETT, W. Restoring society to post-structuralist politics. *Philosophy & Social Criticism*, v. 39, n. 3, p. 299–315, 2013.
- LEUCK, L. P. A esfera pública na era da informação: estudando a câmara dos deputados a partir da atuação parlamentar e do uso político do twitter. 2022. 170 f. Dissertação de Mestrado (Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIMA, F. B. Entre Bolhas e Grietas: A Polarização Político-Ideológica nas Redes Sociais. *Estudos Linguísticos e Literários*, v. 67, p. 63-81, 2021.
- LOURENÇO, L. C. Propaganda negativa: ataque versus votos nas eleições presidenciais de 2002. *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, 2009.
- LUBENOW, J. A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 51, n. 121, p. 227–258, 2010.
- LUND, C. Bawku Is Still Volatile: Ethnopolitical Conflict and State Recognition in Northern Ghana. In: LUND, Christian (Ed.). *Local Politics and the Dynamics of Property in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 108-128.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, 2019.

MAGALHÃES, S. B. L. S. “Não se sabe se é opção, se nasceu assim”: A influência discursiva de Jair Bolsonaro sobre a Sexualidade no debate político de 2018. 2021. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MALTESE, G.; BACHMANN, J.; RAKOW, K. Negotiating Evangelicalism and Pentecostalism: Global Entanglements, Identity Politics and the Future of Pentecostal Studies. *PentecoStudies*, v. 18, n. 1, p. 7–19, 2019.

MANCOSO, K.; ROQUE, R. Voto impresso? O sistema eleitoral sob questionamento e o posicionamento de usuários do Twitter entre Junho e Julho de 2021. *Revista Cadernos de Campo*, v. 24, 2024.

MARCHART, O. Elements of protest: Politics and culture in Laclau's theory of populist reason. *Cultural Studies*, v. 26, n. 2-3, p. 223-241, 2012.

MARQUES, A. C. S. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 6, p. 19-40, 2011.

MARQUES, F.; AQUINO, J.; MIOLA, E. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 178-203, 2014.

MASSUCHIN, M. et al. A estrutura argumentativa do descrédito na ciência: uma análise de mensagens de grupos bolsonaristas de WhatsApp na pandemia da COVID-19. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 160-174, 2021.

MASSUCHIN, M. G.; MITOZO, I. B.; CARVALHO, F. C. Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 295–320, 2017.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; FRANK DE MOURA, J.; SALEH, D. M. “TRASH!”, “LEFTIST!”, “SCUMBAG!”, “#FAKENEWS”, BUT NOT SO MUCH: attacks and criticism towards media institutions and strategic use of journalism by online far-right activism in Brazil. *Brazilian journalism research*, v. 18, n. 3, p. 492–523, 2022.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; SALEH, D. M. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas "Direita Brasil" e "Verde e Amarela" no Twitter. *Política & Sociedade*, v. 20 n. 49, 2021.

MASSUCHIN, M. G.; SALEH, D. ; ORSO, M. . Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas 'Direita Brasil' e 'Verde e Amarela' no Twitter. *Revista Política e Sociedade*, v. 20, p. 39-72, 2022.

- MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Cobertura da greve paranaense no Facebook: engajamento dos leitores na página da Gazeta do Povo. *Famecos (Online)*, v. 23, n. 2, p. 1-23, 2016.
- MCAULIFFE, C.; ROGERS, D. The politics of value in urban development. *Planning Theory*, v. 18, n. 3, p. 300-318, 2019.
- MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista Sociologia & Política*, p. 135-145, 2003.
- MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 3, p. 479-497, 2010a.
- MENDONÇA, D. Para além da deliberação? Apontamentos sobre a normatividade da teoria do discurso pós-estruturalista da democracia radical. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 2, p. 99-125, 2010b.
- MENDONÇA, D. Antagonismo como identificação política. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, n. 9, p. 205-228, 2012.
- MENDONÇA, D. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, v. 91, p. 135-167, 2014.
- MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. *Deliberação on-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MENDONÇA, D. A Crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. *Simbiótica*, v. 6, n. 2, p. 31-50, 2019.
- MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017.
- MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, Editora UnB, 1982.
- MIGNOZZETTI, U.; SPEKTOR, M. Brazil: when political oligarchies limit polarization but fuel populism. In: CAROTHERS, T.; DONOHUE, A. (eds.). *Democracies divided: the global challenge of political polarization*. Washington: Brookings Institution Press, 2019.
- MIGUEL, L. F. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. *Dados*, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002.
- MIGUEL, L. F. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Unesp, 2014a.
- MIGUEL, L. F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo*, n. 92, p. 13-43, 2014b.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. et al. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. pp.17-26.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. Cadernos Pagu, n. 62, 2021.

MILL, J. S. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 10. ed., 2007.

MITOZO, I. B.; MASSUCHIN, M. G.; CARVALHO, F. C. Debate político-eleitoral no Facebook: os comentários do público em posts jornalísticos na eleição presidencial de 2014. Opinião Pública, v. 23, n. 2, p. 459-484, 2017.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.

MOROSINI, C. Discursos em conflito: estratégias bolsonaristas para deslegitimar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia através do Twitter. Revista Investigações, v. 35, n. 2, p. 1-26, 2022.

MORROW, D. After Antagonism? The British–Irish Ethnic Frontier after the Agreement. Irish Political Studies, v. 26, n. 3, p. 301-312, 2011.

MOSCA, G. The Ruling Class. New York, McGraw-Hill, 1939.

MOTA, M. J. P.; ANDRADE, E. S. Pensamento juspolítico liberal: desdobramentos da filosofia de Hayek e Nozick e o direito de moradia. Quaestio Iuris, v. 14, n. 4, p. 1001-1038, 2021.

MOUFFE, C. The democratic paradox. London: Verso, 2000.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Política & Sociedade, n. 3, 2003.

MOUFFE, C. The limits of John Rawls’s pluralism. Politics, Philosophy & Economics, v. 4, n. 2, 221–231, 2005.

MOUFFE, C. Sobre o político. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. Por um populismo de esquerda. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Y. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

- MOYA SÁNCHEZ, M.; HERRERA DAMAS, D. S. Cómo puede contribuir Twitter a una comunicación política más avanzada. *Ciencia, Pensamiento y Cultura*, v. 191, n. 774, 2015.
- MURTA, F. et al. Eleições e mídias sociais: Interação e participação no Facebook durante a campanha para a Câmara dos Deputados em 2014. *Compólitica*, v. 7, n. 1, p. 47-72, 2017.
- McAULIFFE, C.; ROGERS, D. Tracing Resident Antagonisms in Urban Development: Agonistic Pluralism and Participatory Planning. *Geographical Research*, v. 56, n. 2, p. 219–229, 2018.
- NEOFOTISTOS, V. P. Cultural Intimacy and Subversive Disorder: The Politics of Romance in the Republic of Macedonia. *Anthropological Quarterly*, v. 83, n. 2, p. 279-316, 2010.
- NEWMAN, J. Landscapes of Antagonism: Local Governance, Neoliberalism and Austerity. *Urban Studies*, 2013.
- NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 21-62.
- NORRIS, A. Against Antagonism: On Ernesto Laclau's Political Thought. *Constellations*, v. 9, n. 4, p. 554–573, 2002.
- NORRIS, A. Ernesto Laclau and the Logic of 'the Political'. *Philosophy & Social Criticism*, v. 32, n. 1, p. 111-134, 2006.
- NÖTH, W. Os discursos literários, científicos e filosóficos em C. S. Peirce. *Galáxia*, v. 48, p. 1-15, 2023.
- OLIVEIRA SALVADOR, P. T. C.; GOMES, A. T. L.; RODRIGUES, C. C. F. M.; CHIAVONE, F. B. T.; ALVES, K. Y. A.; BEZERRIL, M. S.; SANTOS, V. E. P. Uso do IRAMUTEQ nas pesquisas do Brasil. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, n. 31, p. 1-9, 2018.
- OLIVEIRA, A. L. A.; CARNEIRO, M. M. #Caguei: agressividade no Twitter. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 12 n. 22, 2018.
- OLIVEIRA, A. S.; LEITE, B. R. M.; MARQUES, R. S. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. *Em Tese*, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 245-269, set./dez. 2021.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, v. 21, n. 3, p. 574-600, 2015.
- OLKOVICH, N. Whose Populism? Which People? Mouffe, Girard and Lonergan in Dialogue. *Religious Studies and Theology*, v. 39, n. 2, p. 160–176, 2020.

OLSON, M. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups* (2^a ed.). Cambridge, MA, Harvard University Press, 1971.

ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M.; ZEINE, L.. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, p. 62-91, jan. 2022.

OSTIGUY, P. Populism: A Socio-Cultural Approach. In: KALTWASSER, C.R. et al. (eds.)

OTT, B. L. The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. *Critical Studies in Media Communication*, n. 34, v. 1, p. 59-68, 2017.

PACHECO, P. et al. Governing sustainable palm oil supply: Disconnects, complementarities, and antagonisms between state regulations and private standards. *Regulation & Governance*, v. 14, p. 568-598, 2020.

PAIERO, D.; BUENO, V. P. F. O “Povo Brasileiro” nos tuítes de Lula e Bolsonaro Aproximações e antagonismos nas eleições presidenciais de 2022. *Intellèctus*, v. 21, n. 2, p. 164–180, 2022.

PALESTRINO, M. Neglected times: Laclau, affect, and temporality. *Journal of Political Ideologies*, 2021.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: the internet as a public sphere. *New Media & Society*, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PAREDES GOICOCHEA, D. Marx and the Political: Carl Schmitt’s Interpretation. *Eidos*, n. 28, p. 281-304, 2018.

PARETO, V. *The Mind and Society: A Treatise on General Sociology*. New York, Harcourt, Brace, 1935.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PATERSON, M.; TOBIN, P.; VANDEVEER, S. D. Climate Governance Antagonisms: Policy Stability and Repoliticization. *Global Environmental Politics*, v. 22, n. 2, p 1-11, 2022.

PAULINO, M. E. A influência da rede social twitter no segundo turno do pleito presidencial de 2022. 2023. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política) - Escola de Gestão Pública, Jurídica, Política e Segurança, Centro Universitário Internacional Uninter, Maringá, 2023.

PENTEADO, C. L. de C.; LERNER, C. A Direita Na Rede: Mobilização on-line no impeachment de Dilma Rousseff. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, 2018.

PEREIRA, H. P.; PRATES, V. O sujeito de bicicleta: considerações sobre o discurso cicloativista na São Paulo dos carros. *Galaxia* (São Paulo), n. 34, p. 112-124, 2017.

PEREIRA, M. A.; ALMEIDA, H. N.; BROCANELLI, D. L.; CAIXETA, I. G. Deputados estaduais mineiros e as eleições de 2018 – Redes Sociais, pra que te quero?. In: MASSUCHIN, M. G.; CERVI, E. U.; CAVASSANA, F.; TAVARES, C. Q. (Orgs.). Comunicação e Política: interfaces em esferas regionais. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2019. p. 154-176.

PEREIRA, M. R. A desinformação como estratégia política: uma análise dos tweets de ataque à imprensa postados por Jair Messias Bolsonaro no ano de 2019. *Aquila*, v. 1, n. 24, p. 97-110, 2021.

PEREIRA, M. R. Storytelling como ferramenta de discurso no twitter: uma análise da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. 2021. 186 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Economia Criativa) – Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Rio de Janeiro, 2021.

PHELAN, S. What's in a name? Political antagonism and critiquing 'neoliberalism'. *Journal of Political Ideologies*, v. 27, n. 2, p. 148-167, 2022.

PHELAN, S. Seven theses about the so-called culture war(s) (or some fragmentary notes on 'cancel culture'). *Cultural Studies*, 2023.

PHELAN, S.; SALTER, L. A. Just doing their job? Journalism, online critique and the political resignation of Metiria Turei. *Journalism*, 2019.

PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

PLOTNIKOV, N. The State and the Individual Antagonisms in the History of Ideas in Russia. *OSTEUROPA*, v. 59, n. 4, 2009.

POWER, T.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

PRZEWORSKI, A. *Crises of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RECUERO, R. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições de 2018. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 16, n. 47, p. 432-458, 2019.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia (São Paulo)*, n. 41, p. 31-47, 2019.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter. *Contracampo*, v. 40 n. 1, 2021.

REUVENY, R.; THOMPSON, W. R. World Economic Growth, Northern Antagonism, and North-South Conflict. *Journal of Conflict Resolution*, v. 46, n. 4, p. 484-514, 2002.

REVERS, M. Performative Polarization: The Interactional and Cultural Drivers of Political Antagonism. *Cultural Sociology*, 2021.

RIBEIRO FERREIRA, R. Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. *Observatorio (OBS*)*, v. 12, n. 5, p. 139-162, 2018.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; FUKS, M. Contexto democrático, escolaridade e tolerância política na América Latina. *Revista Latino-Americana de Opinión Pública*, v. 8, p. 11-40, 2019.

RIBEIRO, E. A.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 25, p. 531-555, 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. *Caderno CRH*, v. 32, n. 87, p. 641-657, 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política, extremismo ideológico e dogmatismo. *Teoria & Pesquisa*, v. 29, n. 2, p. 13-40, 2020.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, v. 22, n. 3, 2016.

RITTER, E. Conhecimento de si mesmo e comunicação cidadã: do conformismo à ação nos protestos de junho de 2013. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 39, n. 2, p. 115-129, 2016.

RIZZOTTO, C. C.; BELIN, L. L. Debate além da fronteira: características deliberativas da conversação de brasileiros sobre a [não] descriminalização do aborto na Argentina. In *Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*. Brasília: Compólitica, 2019.

RIZZOTTO, C. C.; SARAIVA, A. Violência de gênero em debate: uma análise das conversações sobre a lei do feminicídio na fanpage do Senado Federal. *InTexto*, v. 49, p. 249-269, 2020.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGO, E. S. et al. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. pp. 42-46.

ROSE-REDWOOD, R.; KITCHIN, R.; RICKARDS, L.; ROSSI, U.; DATTA, A.; CRAMPTON, J. The Possibilities and Limits to Dialogue. *Dialogues in Human Geography*, v. 8, n. 2, p. 109-123, 2018.

ROSEN, C. The Age of Egocasting. *The New Atlantis*, v. 7, n. 7, p. 51-72, 2008.

ROSKAMM, N. On the other side of "agonism": "The enemy," the "outside," and the role of antagonism. *Planning Theory*, v. 14, n. 4, p. 384-403, 2014.

ROUSSEAU, J. Do contrato social: ou princípios do direito político. São Paulo: Martin Claret, 2004.

RUNCIMAN, D. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 2018.

SABBATINI L. et al. Ataque à democracia e repercussão do 8 de janeiro: disputas narrativas em torno dos atos antidemocráticos nas plataformas on-line. Rio de Janeiro: FGV ECMI, 2023.

SAEIDZADEH, Z.; STRID, S. Trans Politics and the Feminist Project: Revisiting the Politics of Recognition to Resolve Impasses. *Politics and Governance*, v. 8, n. 3, p. 312–320, 2020.

SALLES, D.; M., Bruno; SANTINI, M. Deus, Pátria, Família e Liberdade: a radicalização política no ecossistema de mídia evangélica digital no Brasil. *Revista Mídia e Cotidiano*, v. 18, n. 1, p. 37-56, 2024.

SAMPAIO, R. C. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. In: MAIA, R.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. (orgs.). *Internet e participação política no Brasil*. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil. In: Ames, B. (ed.). *Handbook of Brazilian Politics*. New York/London: Routledge, 2018.

SANCHES, J. M. A política nas redes sociais e a expansão da extrema-direita no século XXI: o caso do governo de Jair Bolsonaro no Brasil. 2021. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

SANT, E. Populism and education. *International Encyclopedia of Education*, v. 4, p. 648-657, 2022.

SANTANA, G. N. The construction of anti democratic discourses in the Bolsonaro government: analysis of Abraham Weintraub's speech at ministerial meeting. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, 2021.

SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas. *Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 46–69, 2021.

SARMENTO, R.; BERNARDES, C. B.; FONTES, G. S. Discursos de deputadas federais sobre mulheres: espaço institucional e mídias sociais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 31, 2023.

SCHAAP, A. *Law and Agonistic Politics*. Aldershot: Ashgate, 2009.

SCHEEFFER, F. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 11, n. 27, p. 119-142, set./dez. 2018.

SCHIMITT, C. *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

SCHROEDER, R. Digital Media and the Entrenchment of Right-Wing Populist Agendas. *Social Media + Society*, v. 5, n. 4, 2019.

SCHÄFER, M. Digital Public Sphere. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. John Wiley & Sons, 2015.

SEIBT, T.; DANNENBERG, M.,. Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. *Liinc em Revista*, v. 17, n. 1, 2021.

SHAGRIR, O. Digital broadcasting: An introduction to new media by Jo Pierson and Joke Bauwens. *Creative Industries Journal*, v. 12, n. 1, p. 151-153, 2019.

SHEVCHUK, D. The Three-Dimensional Model of the Political World: A Philosophical Interpretation. *Problemos*, v. 92, p. 7-21, 2017.

SILVA, B. C. M. "Nossa bandeira jamais será vermelha!" : anticomunismo e antipetismo no decorrer dos golpes de 1964 e 2016. 2022. 67 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, P. L. N.; BIANCHINI, Z. M.; DIAS, A. J. R. Amostragem: teoria e prática usando R. Rio de Janeiro: [s.n.], 2021.

SINDERSKI, R. M.; MASSUCHIN, M. G. ; SALEH, D. Candidatas e redes sociais nas disputas de 2020: houve discussão sobre gênero no Twitter das vereadoras eleitas nas capitais sulistas?. In: PANKE, L.; ARAGÃO, E.; SCHEIDWEILER, G.; QUEVEDO, J. (Org.). *Eleições 2020: as mulheres nas disputas municipais*. 1ed. Curitiba: Eduepb, 2022, v. 1, p. 203-225.

SKOULARIKI, A. Political Polarisation in Greece: The Prespa Agreement, Left/Right Antagonism and the Nationalism/Populism Nexus. *South European Society and Politics*, p. 1-29, 2021.

SMYRNAIOS, N.; RATINAUD, P. The Charlie Hebdo attacks on Twitter: a comparative analysis of a political controversy in english and french. *Social Media + Society*, p. 1-13, 2017.

SOARES, F. B.; RECUERO, R. Hashtag Wars: Political Disinformation and Discursive Struggles on Twitter Conversations During the 2018 Brazilian Presidential Campaign. *Social Media + Society*, v. 7, n. 2, 2021.

SOARES, F. B.; RECUERO, R.; ZAGO, G. Influencers in Polarized Political Networks on Twitter. In: *Proceedings for the International Conference for Social Media and Society Copenhagen, Denmark, 2018*. pp. 1-10.

SOUZA NETO, C. P. Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

STIEGLITZ, S.; DANG-XUAN, L. Emotions and information diffusion in social media — sentiment of microblogs and sharing behavior. *Journal of Management Information Systems*, n. 29, v. 4, p. 217–47, 2013.

STOKER, G. *Why Politics Matters: Making Democracy Work*. 2. ed. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2016.

STOUFFER, S. C. *Communism, conformity and civil liberties*. New York: Doubleday, 1955.

STROMER-GALLEY, J. Measuring deliberation's content: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, v. 3, n. 1, p. 1-35, 2007.

STROMER-GALLEY, J. New voices in the public sphere: a comparative analysis of interpersonal and online political talk. *Javnost - The Public*, v. 9, n. 2, p. 23-42, 2002.

SULLIVAN, J. L.; PIERESON, J.; MARCUS, G. E. *Political Tolerance and American Democracy*. London: University of Chicago Press, 1982.

SVENSSON, Ted. Transcending Antagonism in South Asia: Advancing Agonistic Peace Through the Partition Museum. *Peacebuilding*, v. 12, n. 1, p. 65-81, 2022.

SZKLARSKA, A. The Problems with Liberal Consensus: Agonistic Politics according to Chantal Mouffe. *Argument*, v. 10, n. 1, p. 95-114, 2020.

TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

TRAINOR, B. T. Politics as the quest for unity: Perspectivism, incommensurable values and agonistic politics. *Philosophy & Social Criticism*, v. 34, n. 8, p. 905-924, 2008.

TRÜDINGER, E. M. Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 57-87, 2006.

TULLY, J. Diverse Enlightenments. *Economy and Society*, v. 32, n. 3, p. 485–505, 2003.

TUNDERMAN, S. Equivalence and Antagonism in Marx's Theory of Value. *Rethinking Marxism*, v. 33, n. 1, p. 134-153, 2021.

The Oxford Handbook of Populism, Oxford: Oxford University Press, 2017. pp.73–101.

VALE, B. F. P. A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo: uma análise de discurso sobre os 7s de setembro no governo Bolsonaro. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

- VALLONE, R. P.; ROSS, L.; LEPPER, M. R. The hostile media phenomenon: Biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 49, n. 3, p. 577–85, 1985.
- VAN DIJK, T. A. Discourse and manipulation. *Discourse & Society*, v. 17, n. 2, p. 359-383, 2006.
- VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies: A sociocognitive approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). *Methods for critical discourse analysis*. SAGE, 2009. pp. 62-85.
- VAN GINDERACHTER, M.; LEERSEN, J. Denied Ethnicism: On the Walloon Movement in Belgium. *Nations and Nationalism*, v. 18, n. 2, p. 230-246, 2012.
- VAN VLIET, L.; TÖRNBERG, P.; UITERMARK, J. The Twitter parliamentarian database: Analyzing Twitter politics across 26 countries. *PLoS ONE*, n. 15, v. 9, 2020.
- VASCONCELLOS, F. Comunicação e Política: interfaces em esferas regionais. In: MASSUCHIN, M. G.; CERVI, E. U.; CAVASSANA, F.; TAVARES, C. Q. (Orgs.). *Comunicação e Política: interfaces em esferas regionais*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2019. pp. 111-131.
- VEIGA, L. F.; SOUZA, N. R.; CERVI, E. U. Da expectativa de vitória à derrota: estratégias discursivas do PT em Curitiba e Porto Alegre em 2004. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 99-135, 2011.
- VERGEER, M.; HERMANS, L. Analyzing online political discussions: methodological considerations. *Javnost - The Public*, v. 15, n. 2, p. 37-56, 2008.
- VIANA, L. M.; TAVARES, M. L. A construção de Fernando Haddad em grupos bolsonaristas de WhatsApp na campanha eleitoral de 2018. *Entrepalavras*, v. 11, n. 3, p. 317-334, 2021.
- VIEIRA, M. B.; SILVA, F. C. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 151-194, 2013.
- VINHAS, O.; SAINZ, N.; RECUERO, R. Antagonismos discursivos nas hashtags #marqueteirosdojair e #bolsolão no Twitter nas eleições de 2018 no Brasil: contribuições da análise de redes sociais à sociologia digital. *Estudos Sociológicos*, v. 25, n. 48, p. 37-61, 2020.
- VOLMERT, A. The Reinterpretation of Political Tradition: The Catholic Roots of Jurassic Nationalism. *Nationalism and Ethnic Politics*, v. 14, n. 3, p. 395-427, 2008.
- WALLACE, C. Embodying Agonism in Lucy Kirkwood's *Mosquitoes and The Welkin*. *Litteraria Pragensia*, 2022.
- WEBER, M. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993.

WENMAN, M. *Agonistic Democracy: Constituent Power in the Era of Globalisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

WOOD, A. J.; LEHDONVIRTA, V. Antagonism beyond employment: how the 'subordinated agency' of labour platforms generates conflict in the remote gig economy. *Socio-Economic Review*, v. 19, n. 4, p. 1369-1396, 2021.

WRÓBLEWSKA-TROCHIMIUK, E. Between Agon and Antagonism. *Croatian Concepts of the Idea of Politics. Prace Filologiczne. Literaturoznawstwo*, n. 10, p. 321-335, 2020.

XAVIER, K. V. S. O governo Bolsonaro (2019-2021) e seus impactos na política externa brasileira: uma análise à luz da teoria do populismo de Laclau. 2022. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

YAMAMOTO, A. D. Why agonistic planning? Questioning Chantal Mouffe's thesis of the ontological primacy of the political. *Planning Theory*, v. 16, n. 4, p. 384-403, 2017.

ŽIŽEK, S. *Tarring with the Negative*. Durham: Duke University Press, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Composição do *subcorpus* da pesquisa

Ano		Posicionamento do partido	Deputados(as)	Senadores(as)	Total
2019	N	Extrema-direita	6.312	1.052	7.364
	%		1,4	1	1,3
	N	Direita	7.192	2.097	9.289
	%		1,6	1,9	1,6
	N	Centro-direita	12.485	4.213	16.698
	%		2,7	3,9	2,9
	N	Centro	15.630	6.966	22.596
	%		3,4	6,5	4
	N	Centro-esquerda	7.223	353	7.576
	%		1,5	0,3	1,3
	N	Esquerda	1.738	374	2.112
	%		0,4	0,3	0,4
	N	Extrema-esquerda	461	0	461
	%		0,1	0	0,08
	N	Extrema-direita	15.001	794	15.795
	%		3,3	0,7	2,8
	N	Direita	8.857	2.577	11.434
	%		1,9	2,4	2

2020	N	Centro-direita	14.810	2.904	17.714
	%		3,3	2,7	3,1
	N	Centro	20.092	10.220	30.312
	%		4,4	9,5	5,4
	N	Centro-esquerda	16.622	1.285	17.907
	%		3,7	1,2	3,2
	N	Esquerda	4.318	1.372	5.690
	%		0,9	1,3	1
2021	N	Extrema-esquerda	1.274	0	1.274
	%		0,3	0	0,2
	N	Extrema-direita	22.857	450	23.307
	%		5	0,4	4,1
	N	Direita	13.466	2.555	16.021
	%		3	2,4	2,8
	N	Centro-direita	16.206	5.793	21.999
	%		3,6	5,4	3,9
2021	N	Centro	19.212	12.059	31.271
	%		4,2	11,2	5,6
	N	Centro-esquerda	32.109	6.236	38.345
	%		7,1	5,8	6,8
	N		14.532	1.976	16.508

	%	Esquerda	3,2	1,8	2,9	
	N	Extrema-esquerda	5.679	0	5.679	
	%		1,2	0	1	
2022	N	Extrema-direita	32.113	378	32.491	
			%	7,1	0,3	5,8
	N	Direita	14.737	2.011	16.748	
			%	3,2	1,8	3
	N	Centro-direita	24.624	8.035	32.659	
			%	5,4	7,4	5,8
	N	Centro	16.727	19.562	36.289	
			%	3,7	18,2	6,4
	N	Centro-esquerda	70.451	12.177	82.628	
			%	15,5	11,3	14,7
	N	Esquerda	27.999	2.189	30.188	
			%	6,2	2	5,4
	N	Extrema-esquerda	10.674	0	10.674	
			%	2,3	0	1,9
	Total	N		453.401	107.628	561.029
		%		100	100	100

Fonte: autora (2024).

APÊNDICE B - Composição da amostra estratificada para a análise de conteúdo categorial

Ano	Tipo de parlamentar	Posicionamento do partido	Presença no <i>subcorpus</i> (%)	Nº de <i>tweets</i> na amostra ⁵⁴
2019	Deputado(a) federal	Extrema-direita	1,1	21
		Direita	1,3	24
		Centro-direita	2,2	41
		Centro	2,8	51
		Centro-esquerda	1,3	24
		Esquerda	0,3	6
		Extrema-esquerda	0,08	2
	Senador(a)	Extrema-direita	0,2	3
		Direita	0,4	7
		Centro-direita	0,8	14
		Centro	1,2	23
		Centro-esquerda	0,06	1
		Esquerda	0,06	1
Extrema-esquerda		0	0	
	Deputado(a) federal	Extrema-direita	2,7	50
		Direita	1,6	29
		Centro-direita	2,6	49
		Centro	3,6	66
		Centro-esquerda	3	54

⁵⁴ Como não é possível incluir frações de *tweets*, alguns números foram arredondados para cima, a fim de atingir as 1.843 publicações necessárias para a mostra ser representativa com 99% de grau de confiança e 3% de margem de erro.

2020		Esquerda	0,8	14
		Extrema-esquerda	0,2	4
	Senador(a)	Extrema-direita	0,1	3
		Direita	0,4	8
		Centro-direita	0,5	110
		Centro	1,8	34
		Centro-esquerda	0,2	4
		Esquerda	0,2	5
Extrema-esquerda	0	0		
2021	Deputado(a) federal	Extrema-direita	4,1	75
		Direita	2,4	44
		Centro-direita	2,9	53
		Centro	3,4	63
		Centro-esquerda	5,7	107
		Esquerda	2,6	48
		Extrema-esquerda	1	19
	Senador(a)	Extrema-direita	0,08	1
		Direita	0,4	8
		Centro-direita	1	19
		Centro	2,1	40
		Centro-esquerda	1,1	20
		Esquerda	0,3	6

		Extrema-esquerda	0	0
2022	Deputado(a) federal	Extrema-direita	5,7	105
		Direita	2,6	48
		Centro-direita	4,4	81
		Centro	3	55
		Centro-esquerda	12,5	231
		Esquerda	5	92
		Extrema-esquerda	1,9	35
	Senador(a)	Extrema-direita	0,06	1
		Direita	0,3	7
		Centro-direita	1,4	26
		Centro	3,5	64
		Centro-esquerda	2,1	40
		Esquerda	0,4	7
		Extrema-esquerda	0	0
TOTAL			100	1.843

Fonte: autora (2024).